

2009

TEMPORALIDADES

Revista do Programa de Pós-
Graduação em História da UFMG



FICHA CATALOGRÁFICA

T288 Temporalidades [recurso eletrônico] /Departamento de História,
Programa de Pós-Graduação em História. --
v.1, n. 2 (ago./dez. 2009) -- Belo Horizonte : Departamento de História
História, FAFICH/UFMG, 2009.

Semestral

ISSN: 1984-6150

Modo de acesso: <http://www.fafich.ufmg.br/temporalidades/>

1. História - Periódicos 2. Historiografia - Periódicos I. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Departamento de História.

CDD 901

Endereço:

Temporalidades – revista discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG

Av. Antonio Carlos, 6627 – Campus Pampulha

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH), 4º andar.

31270-910 – Belo Horizonte/MG

***e-mail:* temporalidades@gmail.com / temporalidades@fafich.ufmg.br**

***home page:* <http://fafich.ufmg.br/temporalidades>**

Conselho Editorial

Adriano Toledo Paiva
Alex Alvarez Silva
Clarissa Fazito
Francismary Alves da Silva

Henrique Rafael Apolinário Costa
Martha Rebelatto
Natascha S. Carvalho Ostos
Prof. Dr. Magno Moraes Mello

Conselho Consultivo

Adriana Romeiro (UFMG)
Adriana Vidotte (UFMG)
Beatriz Gallotti Mamigonian (UFSC)
Carlos Alvarez Maia (UERJ)
Eliana Regina de Freitas Dutra (UFMG)
Hal Langfur (University of Buffalo)
Henrique Estrada Rodrigues (UFMG)
João Pinto Furtado (UFMG)
Jonas Marçal de Queiroz (UFV)
José Antônio Dabdab Trabulsi (UFMG)
José Carlos Reis (UFMG)
Kátia Gerab Baggio (UFMG)
Márcia Sueli Amantino (Universo)

Marco Morel (UERJ)
Maria Juliana Gambogi Teixeira (UFMG)
Mauro Lúcio Leitão Condé (UFMG)
Patrícia Maria Melo Sampaio (UFAM)
Paulo Pinheiro Machado (UFSC)
Pedro António de Almeida Cardim (UNL)
Regina Helena Alves da Silva (UFMG)
Renato Pinto Venâncio (UFOP)
Rodrigo Patto Sá Motta (UFMG)
Samantha Viz Quadrat (UFF)
Sérgio Ricardo da Mata (UFOP)
Thaís Velloso Cougo Pimentel (UFMG)
Virginia Maria Trindade Valadares (PUC-MG)

Universidade Federal de Minas Gerais

Reitor: Ronaldo Tadeu Pena

Vice-reitora: Heloísa Maria Murgel Starling

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

Diretor: João Pinto Furtado

Vice-diretor: Eduardo Dias Gontijo

Departamento de História

Chefe: Luiz Carlos Villalta

Vice-chefe: Francisco Luiz Teixeira Vinhosa

Secretária: Kelly C. Canesso Agostini

Colegiado de Graduação

Coordenadora: Adriana Romeiro

Vice-coordenador: Magno Moraes Mello

Secretário: Marinho Nepomuceno

Colegiado de Pós-Graduação

Coordenador: Eduardo França Paiva

Vice-coordenadora: Douglas Cole Libby

Secretária: Norma Guedes

Edição e formatação final: Adriano Toledo Paiva e Francismary Alves da Silva

A G R A D E C I M E N T O S

A revista *Temporalidades* é uma publicação discente, que almeja divulgar trabalhos científicos de excelência, que contribuam para o incremento dos debates na área de História. Esse objetivo vem sendo atingido graças à colaboração prestimosa de inúmeras pessoas, em especial dos pareceristas *ad hoc*, que, a partir de todas as regiões do Brasil, disponibilizam seu tempo, e seus conhecimentos, para a avaliação criteriosa dos textos confiados ao periódico. Agradecemos a esses pesquisadores pelo seu trabalho voluntário, na certeza de que, graças ao seu empenho e dedicação, a segunda edição de *Temporalidades* desponta como mais um capítulo de sucesso na trajetória acadêmica da revista.

Ana Maria Colling (CULS/RS)
Anny Jackeline Torres Silveira (UFMG)
Carlos Henrique Assunção Paiva (UERJ)
Cristiano Alencar Arrais (UFG)
Denise Marques Bahia (PUCMG)
Edilaine Custódio Ferreira (UEM)
Elione Silva Guimarães (UFF)
Fabiana Schleumer (UNICENTRO/PR)
Francivaldo Alves Nunes (UFPA)
Gustavo Henrique Barbosa (UFMG)
Helen Ulhoa Pimentel (UNICEUB)
Igor Salomão Teixeira (UFRGS)
Iranilson Buriti de Oliveira (UFCG)
Irene Nogueira de Rezende (UFMG)
Ival de Assis Cripa (UNIFIEO)
José Newton Coelho Meneses (UFMG)

Luciano da Silva Moreira (UFMG)
Márcia Maria de Medeiros (UEMS)
Márcia Sueli Amantino (USO/RJ)
Maria Paula Dias Couto Paes (PUCMG)
Marilécia Oliveira Santos (UNEB)
Maurício de Bragança (UFF)
Paulo Agostinho Nogueira Baptista
(PUCMG)
Rejane Barreto Jardim (UCS/RS)
Tamara Rangel Vieira (FIOCRUZ)
Thiago Lima Nicodemo (USP)
Tito Flávio Rodrigues de Aguiar
(CUIH/MG)
Vagner da Silva Cunha (UFMG)
Vanda Lúcia Praxedes (UFMG)

S U M Á R I O

7

Editorial

10

Violência Administrada e Liberdade Usurpada dos Índios nos Sertões do Ouro
Núbia Braga Ribeiro

37

A formação urbana e social da cidade de Belo Horizonte: hierarquização e estratificação do espaço na nova Capital mineira
Daniela Oliveira Ramos dos Passos

53

Quando a conversão ao Cristianismo não foi o suficiente. O caso dos judeus-conversos espanhóis
Kellen Jacobsen Follador

65

Asseados e valorosos: o pelotão de saúde Oswaldo Cruz e sua cruzada higienista
Lúcio De Franciscis dos Reis Piedade Filho

85

Mulheres de Vila do Carmo: a preocupação com a “Boa Morte” (1713-1750)
Regina Mendes de Araújo

107

Políticos, militares ou monopolistas? Um olhar sobre o abastecimento de carne verde na Bahia oitocentista
Rodrigo F. Lopes

126

Leituras de um manual agrícola oitocentista. Saberes e preconizações de um ilustrado no nascimento da nação brasileira
Cássio Bruno de Araujo Rocha

150

Formas de representação social e política nas Minas Gerais Setecentistas

Karina Paranhos da Mata

175

Muito mais do que Isolamento em questão: Ciência, poder e interesses em uma análise das duas primeiras Conferências Internacionais de Lepra – Berlim 1897 e Bergen 1909

Reinaldo Guilherme Bechler

202

O anarquista terrorista na imprensa escrita no século XIX

Fabício Pinto Monteiro

223

Participação feminina na igreja católica: um grupo pela fé

Cristiane de Castro Ramos Abud

236

ENTREVISTA

A divulgação do conhecimento histórico: uma conversa com a Professora Raquel Glezer

Adriano Toledo Paiva e Martha Rebelatto

246

TRANSCRIÇÃO DOCUMENTAL COMENTADA

Em favor da virtude: Romanização e As Filhas de Maria

Gustavo de Souza Oliveira

254

Créditos

E D I T O R I A L

Esta edição da revista *Temporalidades* traz artigos que discutem os mais variados assuntos, oferecendo aos leitores perspectivas instigantes sobre temas que têm desafiado inúmeros pesquisadores, pertencentes a instituições de renome do Brasil e do exterior. Os trabalhos que compõem este número ressaltam a qualidade de uma produção acadêmica diversificada, cuja dispersão temática provoca os leitores, convidando-os a construir suas próprias relações de conteúdo, para além de qualquer síntese que cristalice imagens e homogeneíze percepções. Esperamos, assim, abrir caminho para a multiplicação de leituras descontínuas, capazes de conectar objetos heterogêneos, sem apagar suas diferenças ou pacificar suas tensões.

Em consonância com essa proposta aberta e flexível apresentamos, inicialmente, o artigo de Núbia Braga Ribeiro, que nos oferece uma reflexão acurada sobre as formas de violência praticadas contra os indígenas ao longo do século XVIII, nas áreas das minas de ouro (sertões das Minas Gerais, de Goiás e Mato Grosso). Nesse trabalho a autora envereda por um tema pouco estudado na historiografia brasileira, relacionando a exploração do trabalho indígena com questões de cunho político, de modo a ressaltar que a dominação exercida sobre os indígenas não foi branda, nem de caráter circunstancial.

O artigo de Daniela Oliveira Ramos dos Passos propõe analisar como se constituiu o espaço urbano-social da cidade de Belo Horizonte, no final do século XIX e início do século XX (1893-1920). Ao longo do texto a pesquisadora levanta reflexões importantes, que estabelecem a ligação entre os ideais republicanos em voga e o processo de formação da nova capital mineira, numa perspectiva que suscita diversos questionamentos sobre a hierarquização do espaço citadino.

Kellen Jacobsen Follador investiga as restrições impostas à comunidade judaica, principalmente aquelas direcionadas aos chamados cristãos-novos, durante os séculos XVI e XVII, na Península Ibérica. Nesse interessante estudo a autora explicita como os “Estatutos de Pureza de Sangue” promoviam o banimento social de todos os cristãos de ascendência judaica, legitimando uma nova categoria de exclusão, que justificava desigualdades e perpetuava diversas formas de violência.

Lúcio De Franciscis dos Reis Piedade Filho nos apresenta uma análise profícua sobre as relações entre a mobilização higienista e a educação, em meados do século XX, através de

um estudo de caso: o “Pelotão de Saúde” do Grupo Escolar Dr. João Bráulio Júnior, da cidade de Lambari, Minas Gerais. O artigo detalha como a difusão dos preceitos de higiene integrava um projeto educativo mais amplo, que objetivava transformar os brasileiros em cidadãos produtivos, ordeiros e disciplinados, capazes de contribuir para o “progresso” da nação.

O trabalho de Regina Mendes de Araújo discute, com precisão, a trajetória de mulheres que viveram nas Minas setecentistas, buscando perceber a relação destas com a morte, através da análise de testamentos que abarcam os períodos de 1713 a 1750, na Vila do Carmo. A autora demonstra que a morte se afigurava, então, como uma questão complexa, que perpassava não somente aspectos religiosos, como também econômicos, de prestígio e hierarquia social.

Rodrigo F. Lopes estuda o abastecimento de carne verde na Bahia oitocentista, atividade que despertava grande interesse por parte do poder público, preocupado em regular a circulação desse gênero de primeira necessidade. O artigo oferece uma visão detalhada sobre as disputas que permeavam o fornecimento de víveres para a região, envolvendo desde interesses monopolistas até as mais diversas questões administrativas.

Cássio Bruno de Araujo Rocha desenvolve uma pesquisa estimulante sobre a natureza do “Manual do Agricultor Brasileiro” e as condições de leitura e circulação de textos no Brasil das décadas de 1820 e 1830. Através de uma análise profunda do Manual, o autor revela que a obra vai muito além da discussão de técnicas agrícolas, abordando, também, assuntos relacionados à escravidão e ao papel econômico da agricultura, dentre outros.

O artigo de Karina Paranhos da Mata traz diversas reflexões importantes sobre as formas de representação social e política nas Minas Gerais Setecentistas, enfatizando a ocorrência de “práticas oriundas do Reino” na região. O trabalho evidencia, através de diversos exemplos, como parte significativa da sociedade mineira da época se valia de expedientes próprios do Antigo Regime para garantir posições cada vez mais prestigiosas na hierarquia social.

Reinaldo Guilherme Bechler investiga, em artigo instigante, as duas primeiras Conferências Internacionais de Lepra (Berlim, 1897, e Bergen, 1909), estabelecendo correlações de fôlego entre a Ciência e os diversos interesses políticos que mobilizavam os homens de então. O retorno da lepra à Europa trazia riscos e inconvenientes de toda sorte, transformando essa doença em um problema científico e político, que clamava soluções urgentes da recém-formada classe de médicos.

Fabrcio Pinto Monteiro nos oferece uma análise densa das significações construídas sobre os anarquistas terroristas na imprensa escrita da segunda metade do século XIX. O autor

traça um paralelo interessante entre as percepções que os anarquistas tinham de si, e de suas ações, e as imagens apresentadas pelos jornais da época, revelando as tensões existentes entre propostas sociais e políticas extremamente diferentes.

O trabalho de Cristiane de Castro Ramos Abud recorre aos métodos da história oral para estudar um grupo de mulheres que frequenta a Catedral Metropolitana de Florianópolis, de modo a investigar como elas se percebem e atuam dentro da Igreja Católica. Com bastante propriedade a autora problematiza o entrecruzamento das histórias de vida dessas mulheres, revelando como experiências de sociabilidade podem ressignificar o cotidiano dos sujeitos históricos.

Esta edição traz, ainda, uma entrevista com a renomada historiadora Raquel Glezer, docente do Departamento de História da USP. Através de uma abordagem inovadora, a professora levanta questionamentos bastante atuais sobre a divulgação do conhecimento histórico e o fazer do historiador, problematizando essas temáticas a partir dos desafios colocados pelos veículos de comunicação contemporâneos.

Gustavo de Souza Oliveira nos traz uma importante contribuição na forma de transcrição documental comentada. Nesse trabalho o autor revela aos leitores a existência de um precioso acervo, em Minas Gerais, composto pelas atas referentes às reuniões da “Pia União das Filhas de Maria (1917-1927)”. A análise minuciosa desse material, que contém diversas orientações relativas à manutenção da virtude e da honra, abre novas possibilidades de pesquisa no que se refere ao estudo da romanização da Igreja Católica no Brasil.

Tendo em vista as múltiplas perspectivas históricas apresentadas nesta edição, a revista *Temporalidades* espera ter contribuído para o surgimento, e a disseminação, de diferentes formas de pensar a história no Brasil.

VIOLÊNCIA ADMINISTRADA E LIBERDADE USURPADA DOS ÍNDIOS NOS SERTÕES DO OURO

Núbia Braga Ribeiro

**Doutorado na área de História Social – USP-SP
n8bia@yahoo.com.br**



Resumo

Este artigo pretende refletir sobre as formas de violência contra os indígenas no século XVIII nas áreas das minas do ouro (sertões das Minas Gerais, de Goiás e Mato Grosso). A violência se expressou pela escravidão e/ou pelo uso do trabalho indígena na colônia conjuntamente com a invenção dos aldeamentos que se transformaram numa espécie de depósito de reserva de mão-de-obra. Nestes espaços artificiais mantinham os índios longe da liberdade plena, vivendo sob a tutela e sujeição. Assim os interesses régios mascaravam o trabalho compulsório, o intuito de exterminar a identidade e os costumes destes povos.

Palavras-chave: índios, violência, escravidão

Abstract

This article intends to reflect about the forms of violence against the Indians in the eighteenth century in the areas of gold mines (“sertões” of Minas Gerais, Goiás and Mato Grosso). The violence was expressed by slavery and / or the use of indigenous labor in the colony together with the invention of villages that have become a kind of deposit-reserve of labor. These artificial spaces kept the Indigenous away from full freedom, living under the authority and subjection. Therefore the interests mask the compulsory work, an effort to exterminate the identity and customs of these peoples.

Key words: indians, violence, slavery

As formas de violência institucionalizadas¹

A violência assume, ao longo da história, muitos significados que variam conforme o tempo, o espaço, a partir das influências dos fatores políticos, econômicos, culturais e ideológicos, ou seja, as definições de violência/violentador/violentado guardam certas variantes e especificidades. Afinal, a violência dissemina o medo e o terror, além de seu alcance acarretar, principalmente, ao violentado a morte ou a humilhação; quando não extrai a identidade extrai a dignidade. No caso da questão indígena a violência foi um recurso e instrumento de poder do Estado, de suas autoridades e dos colonos percebidos nos desdobramentos da política indigenista na colônia.

Para o Estado exercer o poder, foi imprescindível a existência de súditos e de um território onde atuou. Enquanto os povos indígenas se agregavam pela cultura e o território era o espaço da terra onde organizavam a vida da coletividade, os colonizadores se agregavam no território pela ânsia de riqueza, era a mesma terra com outra conotação, como espaço da promoção da vida em sociedade e de aquisição de *status*. O poder se consumou pela disputa do território e viria acompanhado do uso da violência para obter a terra ocupada por povos indígenas.

As relações de poder assumiram uma dimensão que pode ser explicada pela maneira como o Estado português se estendeu até seus domínios. Em Marx e Engels, a violência é um instrumento do Estado sob o comando da classe dominante para proteger seus interesses.² Um dos exemplos de violência do Estado português, com sua autorização, praticada pelas autoridades foi a *Guerra Sanguinolenta*, mesmo sagrando-se vitoriosa, expressava o tom de condenação aos “disgraçados,” “saltadores e tiranos Payaguazes”.³ Em 7 de abril de 1788 Luiz de Nascimentos e Souza registrava os momentos de impacto dessa guerra e registrava:

Duas couzas cauzarao grande admiracao despoiz da destruicao daquella indomita canalha a primeira foy os [arutos] comendo aos corpos mortos [toda] a carne até

¹Este artigo é parte da Tese de Doutorado, defendida por mim, com o título: *Os Povos indígenas e os Sertões das Minas do Ouro no século XVIII*. Departamento de História, FFLCH, USP-SP, 2008. 405 p. Também é fruto das pesquisas realizadas nos acervos portugueses com apoio da Cátedra Jaime Cortesão: Biblioteca Nacional de Lisboa – BNL; Arquivo da Torre do Tombo – ATT; Arquivo Histórico Ultramarino – AHU; Biblioteca da Ajuda de Lisboa e das pesquisas realizadas no Arquivo Público Mineiro em Belo Horizonte – APM; Revistas do Arquivo Público Mineiro – RAPM e no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – ANRJ.

²ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Trad. Leandro Konder. 9 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984, p.191.

³ ATT. Cód. 01. MF 697. fl.125 f. “Relação da sanguinolenta Guerra, q. por Ordem, direção e Regim.to do Ex.o Sr. Conde de Sarzedas Gov.or e Capp.m Gen.al da Capp.nia de S. Paulo e Minnas anexas foi fazer Manuel Roiz de Carvalho Tenente General do Governo da dita Cappitania ao Barbaro Indomito, e Intrepido Gentio chamado Payaguá”. Luiz de Nasc.os e S.za. Rio, 7 de abril de 1788.

a[sada] só as maons lhe deyxarao emtato como q. se foçe mortos naquella hora e isto se vio nos q. morrerao no primr.o alojam.to – E Segundo foy q. q.do a armada voltou com a vitoria foy ospedada de todos as [arbores] [revestidas] de Flor sendo q. antes de dar a batalha nenhuma flor nella Sedevizava.⁴

As cenas bélicas descritas aparecem revestidas de concepção religiosa. Refletia na queda do infiel e bárbaro atado ao inferno que o devorava, e o bom cristão, no bom combate contra as trevas, recebia o sinal de concordância e do desígnio divino no retorno com as árvores em flor.⁵ A narrativa da guerra expõe como “gloriosa vitória q. as nossas Minas Luzitanaz alcançarao dos barbaros e indomitos gentios Payaguazes”.⁶ A derrota do gentio era um sinal, sobretudo a consumação do sucesso da expedição do comandante – autoridade representante do Estado – do grande feito no conflito com os índios. O poder praticado pelo Estado e, evidentemente, por aqueles que o operam, no estudo apresentado, envolve também os conflitos étnicos entre índios e não índios. Daí a violência utilizada contra os índios se manifestar tanto de forma brutal e direta quanto aparecer mascarada pela ideologia e pela religião. A discriminação social e étnica com os índios foram alavancas para o uso da própria violência, pois quando um lado recusa toda a possibilidade de convivência prevalece à intolerância que, levada a cabo, no limiar, culmina na eliminação do outro.

O domínio do território é peça fundamental na demarcação do espaço, é onde se impõe a ordem, o que torna uma necessidade a formação da força pública.⁷ Os meios da prática da violência devem ser considerados em seu contexto e no jogo de interesses que compõe a própria dinâmica da história, ou seja, a dinâmica que perpetra as relações de dominação. Porém, como nascidas de um jogo, têm via dupla, sempre há contrapartida, a qual se traduz em forma de resistências que muitas vezes também são desencadeadas violentamente.

Segundo Glória Diógenes,⁸ a violência passa a ser discutida no final da década de 1950 no Brasil, numa dualidade: a que é institucionalizada pelo Estado e a que está fora, tornando-se seccionada do poder e relegada às margens da vida social, ou seja, a imagem do duplo. O Estado, historicamente, por meio do aparato jurídico, legaliza as formas violentas e seu enrijecimento, enquanto as reações a ele perpassam o cotidiano, vistas como algo que foge das normas legais e rotuladas de transgressões e crimes.

⁴ ATT. Cód. 01. MF 697. fl.125 f. “Relação da sanguinolenta Guerra...”

⁵ ATT. Cód. 01. MF 697. fl.122 v. “Relação da sanguinolenta Guerra...”

⁶ ATT. Cód. 01. MF 697. fl.122 v. “Relação da sanguinolenta Guerra...”

⁷ A força usada pelo Estado integra um conjunto de recursos e instituições coercitivas de todo tipo que é estudada por Engels. Ver: ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, p.192.

⁸ DIÓGENES, Glória. *Cartografias da cultura e da violência: gangues, galeras e o movimento hip hop*. São Paulo: Annablume, 1998, p.87.

Trata-se de contextualizar as formas que assumem a violência e os discursos construídos para justificá-las seja pela guerra ou por meio da civilização e catequese dos povos indígenas. O discurso oficial predomina e cumpre seu papel à medida que o bem e o mal são postos para exercer o poder, e nesse discurso o embate entre opostos traz em si determinados rótulos, por exemplo, quando o diferente é traduzido como perigo.

Os índios eram denominados de bugres, cabras da terra, negros da terra, carijós e tiveram significância na economia e na vida social da colônia. Mesmo assim, muitos resistiram ao contato criando uma espécie de fronteira dificultando a conquista:

durante a primeira metade do século XVIII, a freguesia permaneceu como limite da área da mineração; contribuía para isso a existência de uma barreira – bem mais poderoso do que os acidentes geográficos ou as florestas virgens – representada pelos índios bravios da Zona da Mata. Os camancãs, os pataxós, os maxacalis, os botocudos e os puri-coroado, durante muitos anos impediram o avanço das hostes mineradoras, estabelecendo uma fronteira militar sobre a fronteira econômica.⁹

Os rótulos conceituam, discriminam, segregam e transformam-se em armas na destruição ou submissão do outro que é indesejável, saem do campo das palavras para serem práticas legitimadas. Quando se trata de relações de dominação, nada é simplista porque se reproduz com ritos, como foi com a catequese. Para apartar quem detém algo daquele que não detém muitas das vezes a intolerância se expressa e no seu estágio extremo não se prescinde de leis e práticas violentas.

A intolerância tem sua origem em uma predisposição comum a todos os humanos, a de impor suas próprias crenças, suas próprias convicções, desde que disponham, ao mesmo tempo, do poder de impor e da crença na legitimidade deste poder. Dois componentes são necessários à intolerância: a desaprovação das crenças e das convicções do outro e o poder de impedir que este outro leve sua vida como bem entenda.¹⁰

Na colônia, o perigo do infiel e também figurado pelo negro, pelo índio, pelo mestiço ou impuro constituíram o motivo que os desqualificavam colocando-os como perigos latentes que ameaçavam os objetivos pretendidos do Estado. Por isso, quando se reporta à análise da violência, deve-se pensar no lugar que a intolerância tem na relação com o outro que se apresenta diferente do padrão conferido e como ameaça se revela ao acenar a possibilidade de mudanças na órbita do jogo do poder.

⁹VENÂNCIO, Renato Pinto. Os últimos carijós escravidão indígena em Minas Gerais 1711-1725. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, n. 34, v.7, p.165- 181, 1997, p.173.

¹⁰RICCEUR, Paul. Etapa atual do pensamento sobre a intolerância. In: BARRET-DUCROCQ, Françoise (dir.). *A intolerância*. Trad. Eloá Jacobina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p.20-23, p.21.

As proposições da *Guerra Sanguinolenta* citada contra o gentio foram dispostas como ensinamentos educativos e exemplo aos bárbaros. A heróica façanha narrada era como uma “operação Marcial” sob o comando do Tenente-General os cabos subalternos em prontidão realizaram a campanha com embarcações, 82 canoas, mantimentos e munições.¹¹ O comandante arquitetou o plano que lhe deu a vitória numa epopéia descrita como a “marcha da entrada” e consagrando a glória do comandante contra os índios nomeados de “o cruel Payagua”.¹² De dia claro tocaram os instrumentos militares, cujos sons resultaram na reação indígena com lanças de 25 palmos de comprimento a procurar a tropa que com um canhão lançara contra o gentio se fazendo ouvir os “ecos das armas q. fazia intimidar aos corações impavidos e tendo já pago com a vida a mayor parte delles as traycoens e invasoens e insultos commetidos”.¹³ O teor dos dizeres oferece um rico conjunto de pressupostos configurando a dimensão de uma guerra de conquista. A expectativa de se vingarem do gentio inimigo era tal que o combate deveria ser “cara a cara e de dia” para que os vencidos fossem lembrados do poder e do domínio dos brancos.¹⁴

Conforme Beatriz Perrone-Moisés¹⁵ a guerra foi concomitante a legislação da Coroa sobre a liberdade do índio, sempre com restrições, que ela denomina de hipócrita, contraditória e oscilante; ao índio amigo e aldeado era “dada a liberdade” com intuito de catequizá-lo. Por outro lado, legalizava-se a escravidão por meio da guerra justa, sob o argumento de que “uma vez estabelecida a hostilidade e configurado o bárbaro inimigo é preciso ‘conter a fereza dos contrários’ e a guerra justa que se lhes pode mover é arrasadora”.¹⁶ Já aqueles que sobrevivessem à guerra podiam ser vendidos, comprados pelos colonos em praça pública, e a política seguiu a seqüência: *aldeamento, aliados ou guerra*.¹⁷

As designações depreciativas atribuídas aos índios serviram a formulação da política e da legislação indigenistas sendo permissíveis com o uso da violência como método de educá-los. O domínio consentido derivou do entendimento de que era preciso anular todo e qualquer

¹¹ATT. Cód. 01 MF 697. fl.123 f. “Relação da sanguinolenta Guerra, q. por Ordem, direção e Regim.to do Ex.o Sr. Conde de Sarzedas Gov.or e Capp.m Gen.al da Capp.nia de S. Paulo e Minnas anexas foi fazer Manuel Roiz de Carvalho Tenente General do Governo da dita Cappitania ao Barbaro Indomito, e Intrepido Gentio chamado Payagua”. Luiz de Nasc.os e S.za. Rio, 7 de abril de 1788.

¹²ATT. Cód. 01 MF 697. fl.124 f. “Relação da sanguinolenta Guerra...”

¹³ATT. Cód. 01 MF 697. fl.124 f. “Relação da sanguinolenta Guerra...”

¹⁴ATT. Cód. 01 MF 697. fl.124 v. “Relação da sanguinolenta Guerra...”

¹⁵Beatriz Perrone-Moisés. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII). In: Manuela C. Cunha. (org.). *História dos índios no Brasil*. 1992. p. 115-132.

¹⁶Beatriz Perrone-Moisés. Índios livres e índios escravos, p. 126.

¹⁷Beatriz Perrone-Moisés. Índios livres e índios escravos, p.126. Grifo nosso.

vestígio dos costumes e dos hábitos da vida “bárbara”. Ao proceder a assimilação cultural pretendia-se extinguir a identidade do próprio gentio.

A violência se reproduz e se institui de forma micro no cotidiano, apesar dela estar na ação do Estado. A catequese tornou-se, ao longo da colonização, imperativo e dever dos colonos para lapidar a brutalidade e selvageria dos indígenas ensinando-lhes que a vida civilizada não se restringiu aos padres. Ela se manifestou ao tentar aniquilar a identidade dos índios e tentar apagar a memória para evitar a transferência das tradições e costumes dos índios às futuras gerações. Ao tratar das formas de violências, torna-se difícil não refletir sobre o que se espelhou e se concebia como civilização. Com certeza, a dominação traz muitas facetas, como também traz muitas resistências para se manter a identidade e a liberdade.¹⁸

Violência, administração e escravidão dos índios

Uma das formas de expressão da violência na colônia se deu com os índios por meio das expedições dos sertões que tiveram de enfrentá-los para encontrar ouro e muitas vezes os expedicionários praticaram o cativeiro indígena, mas nem sempre foram bem-sucedidos, pois acabavam deparando com percalços e fracassos. As ordens emitidas a partir de 1760 da sede do poder da capitania de Minas – Vila Rica – intensificaram-se no sentido de motivar as expedições para a conquista dos sertões e dos índios, tornou-se uma campanha para apoiá-las.¹⁹ Uma das soluções encontradas para incentivar as entradas foi a contribuição de mantimentos entregues por muitos moradores.²⁰ Outra saída para efetivar as entradas e apaziguar o gentio veio do governador Luís Diogo Lobo da Silva. No início de sua administração, a partir de 1763, determinou que fosse mantida a liberdade dos índios, porém deviam ser reduzidos em aldeamentos, e se houvesse recusa da parte deles, então, era permissível usar a violência para tal fim.²¹

No tocante à mortandade provocada pela guerra, forma de violência mais conhecida, encontrou na instância jurídica o ponto de apoio na colônia. A legislação não foi linear, mas

¹⁸Sobre resistência indígena ver: RIBEIRO, Núbia Braga. Lutas e focos de resistências indígenas no sertão colonial (século XVIII). In: *XV Encontro Regional de História*. ANPUH-MG. São João Del Rei, jun. 2006. (Anais Eletrônicos). RESENDE, Maria Leônia Chaves. *Gentios brasílicos: índios coloniais em Minas Setecentista*. Tese (Doutorado) – Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP. Campinas, fev. 2003.

¹⁹APM. SC (seção colonial) 103. fls. 26, 27.

²⁰APM. SC 60. fls. 176, 177, 188, 189.

²¹APM. SC 150. fls. 212-218, SC 152. fls. 287-288, 299-301.

autorizou o uso da violência na colônia.²² A guerra ostensiva na perseguição aos índios bravios e inimigos foi um meio para retirar-lhes a terra, infligir-lhes o castigo físico e proibi-los a prática de seus costumes, uma forma de violência ao desfalcar a cultura e a identidade que nutriam.

A violência pela guerra não foi generalizada mesmo porque a guerra gera mais guerra. Além de dispendiosa, vinha acompanhada do aumento da revanche dos índios, que tornavam a colonização mais dificultosa. De forma geral, o índio significava mais que ameaça, ele guardava o potencial de se rebelar e quando, atingido ou impedido de viver à sua maneira, não se curvava passivamente nem a catequese, nem a presença do colonizador no seu ambiente.

Para John Monteiro os indígenas quando guerreavam entre si não consideravam a escravidão do vencido com fins produtivos, mas ritualísticos um entendimento bem diferente do português. As tribos rejeitaram a entrega do índio cativo de guerra aos portugueses via troca e daí esses passaram a capturar os índios através de expedições para serem escravos.²³

Os gentios, nas Minas, e de forma geral no interior da colônia, pertenciam ao tronco Jê, vistos como guerreiros perigosos, que tinham a guerra como uma atividade marcante na vida: “A guerra mobilizava toda a tribo, exigindo a cooperação de cada componente dela na proporção e habilidades e força física”.²⁴

As lutas dos indígenas nos sertões tocam diretamente a formação de políticas, revelando problemáticas em torno dos interesses econômicos da colonização, culminando em atrocidades, na maioria das vezes, legitimadas pelo Estado para a demarcação dos limites territoriais no século XVIII e foram os espaços onde se desencadearam as guerras mais acirradas.²⁵ Afinal eram nos sertões que as riquezas almeçadas eram possíveis de se localizar. O ouro, a prata, as pedras preciosas e tantos outros recursos naturais para o comércio, além dos indígenas, que poderiam servir como escravos ou mão-de-obra livre. Ter o domínio sobre os sertões era condição para o sucesso da empresa colonial e para o projeto de civilização, por conseguinte a necessidade de domar o indígena.

²²CUNHA, Manuela Carneiro da. *Antropologia do Brasil - mito, história e etnicidade*. São Paulo: Brasiliense/Edusp, 1986.

²³Cf. MONTEIRO, John. O escravo índio, esse desconhecido. In: GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (Org.). *Índios do Brasil*. São Paulo: Global, 1998. p.105-120. MONTEIRO, John. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

²⁴JOSÉ, Oiliam. *Indígenas de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Edições Movimento/ Perspectiva, 1965, p.68.

²⁵AMANTINO, Marcia. *O mundo das feras: os moradores do sertão oeste de Minas Gerais – século XVIII*. Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, outubro de 2001. (Tese de Doutorado). Ver também MADER, Maria Elisa Noronha de Sá. *O vazão: o sertão imaginário da colônia nos séculos XVI e XVII*. Dissertação apresentada ao Departamento de História PUC-RIO. Rio de Janeiro, 1995.

A principal imagem do sertão era de áreas rebeldes – o avesso da urbanidade –, que precisavam ser controladas e domesticadas. Eram regiões nas quais imperavam o inesperado e o inexplorável para os colonos ou de acordo com Márcia Amantino o sertão eram regiões em processo de conquista, onde era comum duas ou mais culturas se encontrarem ou se confrontarem.²⁶

As leituras nos permitem afirmar, de forma inequívoca, que as entradas e bandeiras foram, de fato, catastróficas para a vida dos índios e, concomitantemente, a criação da legislação, que, ao restringir e consentir certas formas de escravidão do gentio, também legitimou a guerra contra ele. A conquista do território refletiu a violência intrínseca ao contato dos indígenas com os colonizadores dos sertões. A posse das terras dos índios incluiu o apoio do governo local e o do metropolitano, tendo como princípio que bárbaros violentos deveriam ser submetidos ou eliminados. Os argumentos de sujeição do gentio foram extraídos das diferenças culturais que tornou inviável a aceitação das crenças e costumes dos índios, resultando na guerra como uma espécie de legítima defesa do colonizador.²⁷

Maria Leônia Resende²⁸ dedica-se à análise dos índios nas Minas de origens diversas ou de ascendência, frutos da miscigenação, muitas vezes classificados como mestiços, especificamente, os que foram integrados à sociedade colonial, vivendo nas vilas e povoações. A autora apresenta, ainda, um quadro minucioso das entradas e bandeiras e dos confrontos nos territórios indígenas. O contato interétnico fez com que os povos indígenas passassem por uma reelaboração cultural no processo de incorporação deles à vida social da colônia. Apesar da integração dos índios à sociedade colonial ser ideal almejado na política do Estado, os índios recriaram meios para sobrevivência identitária.²⁹

A questão indígena não esteve totalmente alheia à discussão na história nem quando envolveu a escravidão e a resistência. Ao longo da colonização não faltam exemplos de advertência aos administradores do gentio, leigos ou temporais que lançaram mão dos trabalhos forçados impostos aos índios. Levando-os a condição ou à beira da condição de

²⁶Cf. AMANTINO, Márcia. *O mundo das feras*: Os moradores do sertão oeste de Minas Gerais – século XVIII.

²⁷Ver sobre as incursões e ataques dos índios dos sertões que se ampliaram a partir da segunda metade do XVIII: LANGFUR, Harold Lawrence. *The Forbidden Lands. Frontier Settlers, Slaves, and Indians in Minas Gerais, Brazil. 1760-1830*. Faculty of the graduate school, university of Texas/Austin, 1999.

²⁸RESENDE, Maria Leônia Chaves de. *Gentios Brasileiros*. Índios coloniais em Minas Gerais setecentista. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas: UNICAMP, fevereiro de 2003. (Tese de Doutorado). Também, ver estudo, ao se tratar da questão indígena, etnias e legislação dos índios do Brasil - CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). *Legislação Indigenista no Século XIX*. São Paulo: EDUSP, 1992.

²⁹RESENDE, Maria Leônia Chaves. *Gentios Brasileiros* – Índios Coloniais em Minas Setecentista.

escravos, a administração do gentio, de qualquer forma, abria brechas, uma vez que era inerente ao cargo o poder de tê-los nos serviços, ainda que fossem nomeados de serviços reais. Caio Prado Júnior³⁰ trata da prática da escravidão indígena no processo da colonização e da incidência de ataques às fazendas dos senhores cometidos pelos índios bravios. Os índios, além terem sido braços escravos nos trigais, milharais, plantações de algodão, feijão e no fabrico da farinha, foram necessários para o desenvolvimento da região de São Vicente, no século XVII. E os confrontos por terra foram desencadeados com o processo de ocupação do território a partir das várias frentes de entradas. Darcy Ribeiro³¹ especifica cada frente como formas de expansão das fronteiras implantadas a partir das atividades econômicas típicas de cada região como a expansão pastoril no nordeste, o extrativismo no vale amazônico, a agricultura na floresta atlântica, responsáveis pela destribalização, escravização e marginalidade dos povos indígenas.³²

O tráfico de índios como escravos ocorria desde a primeira metade do século XVII. Iniciado mesmo antes, no tempo de Martin Afonso de Souza, em São Vicente, já se praticava a caça dos índios, atingindo mais diretamente os Tupiniquim e Carijós no vale do Tietê.³³ O cativo do gentio permaneceu por todo século XVIII apesar de algumas ordens régias contrárias.

Nas capitanias do sul, os índios foram reduzidos ao cativo tanto por jesuítas quanto por colonos em geral e, especificamente, pelos moradores de São Paulo.³⁴ Bertolomeu Lopes de Carvalho, contemporâneo à época do cativo indígena, expunha sua preocupação de se achar “algum meio que [reparasse] as hostilidades dos ditos Índios Captivos,” nas capitanias do sul do Brasil, principalmente pelos moradores de São Paulo.³⁵

Os colonos e até os oficiais militares, sob o discurso de educar os índios, de fazê-los servir à utilidade do bem público e de protegê-los, praticavam a escravização, mesmo porque

³⁰PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. 19. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

³¹Cf. RIBEIRO, Darcy. *Os índios e a civilização*. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1979. Ver, especificamente, a parte I: As fronteiras da civilização.

³²Cf. RIBEIRO, Darcy. *Os índios e a civilização*. Ver: Destribalização e marginalidade, p. 396-419.

³³HOLANDA, Sérgio Buarque de. (direção). *História Geral da Civilização Brasileira; A Época Colonial*. – Do Descobrimento à Expansão Territorial. 4.ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972. Tomo 1. v.1. Livro Quinto. A Expansão Territorial. Cap. II – As Bandeiras na Expansão Geográfica do Brasil (colaboradora Myriam Ellis).

³⁴Biblioteca da Ajuda. Palácio Nacional da Ajuda. Lisboa. Ref. COR 2021. Cota 51-IX-33. Título: Sobre o cativo dos índios. fl.386-389 v. Bertolomeu Lopes de Carvalho.

³⁵Biblioteca da Ajuda. Palácio Nacional da Ajuda. Lisboa. Ref. COR 2021. Cota 51-IX-33. Título Sobre o cativo dos índios. fl.386-389 v. Bertolomeu Lopes de Carvalho.

o programa idealizado de educação dos gentios incluía ensiná-los o valor do trabalho como um meio de atingirem a civilidade.³⁶

Beatriz Perrone-Moisés³⁷ cita as três leis de liberdade dos índios emitidas em 1609, 1680 e 1755, em meio à legislação que se estende do século XVI ao XVIII. Ao analisar a liberdade, a guerra e o cativo indígena também trata dos aldeamentos com a administração dos índios: “O aldeamento é a realização do projeto colonial, pois garante a conversão, a ocupação do território, sua defesa e uma constante reserva de mão-de-obra para o desenvolvimento econômico da colônia”.³⁸ Apesar de não ter sido legítimo, de acordo com certas leis e períodos citados, o cativo indígena, no fim das contas e na maioria das vezes não dava em nada para o acusado, apenas deveria ter a obrigação de libertá-lo do “injusto cativo”. O requerimento de libertação de Leonor e seus filhos Jozé, Manoel e Severina, com seus filhos Felix, Marianna, Narciza e Amaro é fundamentado pelas novas ordens da coroa publicadas na capitania de Minas no ano de 1755, por serem os suplicantes libertos e “de geração carijós.” Desta maneira, argumentava-se:

por taes os reconhessem e como os Sup.tes até o presente são inda conservados captivos de hum chamado Domingos de Oliveira morador na Freguesia de Pouso Alto maltratando aos Sup.tes com rigorozos servissos e tãobem espancado os mayormente depois que os suplicantes lhes falarão em que herão libertos e izentos (...)³⁹

19

Além do mais, o documento denunciava que o suplicado os manteve acorrentados e “debaixo de sentinelas de noite e de dia de huns filhos do sup.do só afim de que os sup.es senão fossem a V.Exa queixar (...)”.⁴⁰ Assim o governador emitiu um despacho, datado de 24 de dezembro de 1764, ordenando que o cabo de Esquadra do Registro de Capivari e o capitão Antonio Rabelo fossem averiguar a situação exposta na Petição da suplicante Leonor para ser informado “se os mesmos são de casta de índios e filhos de ventre livre”, também, requereu ao Reverendo Vigário “para se qualificar sem duvida a verdadeira natureza ou qualidade dos Sup.es [...]”.⁴¹ Seguindo as ordens do governador, o vigário respondeu, em 3 de fevereiro de 1765, de Pouso Alto, que era a suplicante liberta de ventre livre e Carijó com seus filhos e que

³⁶Biblioteca da Ajuda. Palácio Nacional da Ajuda. Lisboa. Ref. COR 2021. Cota 51-IX-33. Título Sobre o cativo dos índios. fl.386-389 v. Bertolomeu Lopes de Carvalho.

³⁷PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios Livres e índios Escravos.

³⁸PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios Livres e índios Escravos, p.120.

³⁹APM. SC 59. rolo 12. G.3, fl.103 f e v. 104 f e v. Petição. Vila Rica 25 de fevereiro de 1765. Petição de liberdade de Carijó, 03 de fev. de 1765, despacho 25 de fev. de 1765.

⁴⁰APM. SC 59. rolo 12. G.3, fl.103 f e v. 104 f e v. Petição.

⁴¹APM. SC 59. rolo 12. G.3, fl.103 f e v. 104 f e v. Petição.

eles estavam vivendo em rigoroso cativo. Na mesma data, o cabo Domingos Jozé da Cruz, de Capivari, informou ao governador a constatação do fato, verificando ser legítimo o requerimento de Leonor, seus filhos e irmãos. O governo deferiu a petição de Leonor em 25 de fevereiro de 1765, ordenando ao provedor do Registro de Capivari, ao cabo e aos soldados que libertassem a suplicante e seus parentes após os pareceres encaminhados e que o suplicado fosse advertido, e caso não acatasse a ordem poderia ser preso e enviado ao Limoeiro de Lisboa.⁴²

A mão-de-obra indígena, cativa ou livre, também foi empregada nos trabalhos da mineração, até porque no rastro dos gentios se achavam as áreas auríferas. Antonio Pires saiu à procura dos índios “Caxiponés”, depois, atrás dos mesmos índios, foi Pascoal Moreira Cabral, mas, quando chegou ao local, a aldeia já estava destruída. Andando mais à frente achou ouro; ao seguir um pouco mais, o capitão deparou com os índios e fez deles suas “prezas”. Construíram casas e lavouras ao longo do rio Cuiabá, e Caxipó exterminou as aldeias do gentio. Em 1719, no arraial de Cuiabá, o capitão-mor Pascoal Moreira Cabral organizou uma Junta e requereu o título do descoberto, quando se decidiu a favor e por guarda aos ribeiros de ouro “tanto das Minas como aos inimigos bárbaros”.⁴³

A liberdade e a escravidão indígena levantaram muitos impasses e muitas vezes a prática costumeira falava mais alto apesar das determinações ao contrário dos governos em certas situações. Dom Braz Baltazar da Silveira, por intermédio de bando de 1713, mandou restituir os índios as suas aldeias, pois foram vítimas de usurpação da aldeia de Conceição, usados, retirados pelos moradores de onde estavam pacificados. Ordenou que se libertasse uma índia que estava na condição de escrava e a enviasse à aldeia dos padres capuchos. O ouvidor-geral, também, mandou pôr os índios em liberdade, em casas que os recebessem, sob o poder de D. Francisco Randon.⁴⁴ Outras índias, sob o poder do mestre-de-campo Antonio Raposo Silveyra, deviam ser libertadas imediatamente. Embora nas informações oficiais dos governos houvesse menção ao direito geral e liberdade das gentes, afirmava que os índios eram inimigos do bem público, sendo um pensamento presente nas solicitações dos moradores.

⁴²APM. SC 59. rolo 12. G. 3, fl.104 f e v. Petição.

⁴³ATT. Papéis do Brasil, avulsos. Masso 03, doc. 10. MF. 4177/05 Req. 46414/05. “Relação das Povoações de Cuiabá e Mato Grosso dezde os seos princípios até o prez.te tempo”. Por Jozé Barbosa de Sá e como escrivão Manoel dos S.tos Coimbra.

⁴⁴SC 09. fl.3 v. e 4f.

A escravidão era uma ocorrência constatada no cotidiano e quando se tornava um fato escandaloso só então era remediada com a libertação.⁴⁵ Verifica-se, por certo ângulo, o cativo mascarado, fato semelhante ao que se deu com a administração dos índios Cropós e Coroados⁴⁶ e com as diversas etnias ajuntadas num mesmo reduto dos aldeamentos de São Paulo, como demonstrado numa carta de 8 de abril de 1713.⁴⁷

Alguns indicadores mostram que a escravidão indígena podia acontecer inclusive se o índio se depusesse a tal condição. A idéia é tão irônica quanto a de escravidão voluntária. Joana Baptista, índia cafusa, se ofereceu à escravatura voluntária, em 1780, constante num registro de escravatura de venda de si própria.⁴⁸ Joana Batista afirmou que “sempre foi livre e izenta de cativo”, sem pai nem mãe e não tinha meios para viver. O pai era o preto Ventura, escravo do padre Jozé de Mello, falecido, e a mãe, a índia Anna Maria, empregada nos serviços ao mesmo padre. Sem meios de sobreviver a índia abdicou de sua liberdade e “se vendeu como escrava ao Pedro da Costa pela quantia de 80.000 reis até a morte, mas seus filhos, se ela tivesse, seriam livres”.⁴⁹ Ao trocar a liberdade pelo cativo, recebeu em duas partes: “metade 40.000 foi paga em dinheiro e outra metade em fazenda, trastes de ouro, um rosiclé de ouro e um par de brincos”.⁵⁰

A escravatura voluntária conduz a uma única constatação deplorável na vida dos índios, como a de Joana Batista que se viu sem raízes, a desterritorialização e a falta de condições de sobrevivência. A troca da liberdade pela escravidão nada tinha de espontânea; diante as circunstâncias não havia escolha para Joana Batista daí “colocava-se debaixo do cativo”.⁵¹

Maria Moreira se encontrava cativa na casa do tenente Francisco Xavier de Sousa, privada inclusive de sair, porém alegava que era livre juntamente com seus filhos de nação Carijó, de “cabelos corridos”, e no seu requerimento pedia para ser libertada.⁵² Ao se fazer a inspeção, averiguou-se, de fato, a sua “qualidade de índia”. A índia Maria Moreira diz que

⁴⁵SC 09. fl.19 e 20; fl. 25f.

⁴⁶APM. SC. 152, filme 21. fl.287, 288, 299, 301, 321.

⁴⁷APM. SC. 04. fl.61.

⁴⁸ATT. Avulsos 07 doc. Instrumento de venda 19 de agosto de 1780. Pará. Cafusa Joana Baptista Escravatura voluntária.

⁴⁹ATT. Avulsos 07 doc. Instrumento de venda 19 de agosto de 1780. Pará. Cafusa Joana Baptista Escravatura voluntária.

⁵⁰ATT. Avulsos 07 doc. Instrumento de venda 19 de agosto de 1780. Pará. Cafusa Joana Baptista Escravatura voluntária.

⁵¹ATT. Avulsos 07 doc. Instrumento de venda 19 de agosto de 1780. Pará. Cafusa Joana Baptista Escravatura voluntária.

⁵²APM. SC. 59, filme 12. fls.101 v. e 102 f. 21 de fevereiro de 1765.

“tem requerido a liberdade a seus filhos por terem cabelos curtos, e izentos pela sua nação desta servidão”.⁵³ Na sua petição, com as certidões de batismos juntas, afirmava a origem indígena e ainda acusava que seu filho Joaquim estava em poder do sargento-mor Felipe Antonio, o outro estava cativo do capitão Manoel Rodrigues da Costa e sua filha Luzia com o reverendo vigário Manoel de Catas Altas de Mato Dentro. O padre Ângelo Pessanha, do habito de São Pedro, capelão em São João Baptista do Ouro Fino, certificou que Maria é livre de nascimento, de mãe índia que foi “vendida a varios senhores porque assim aconteceu a muitos no tempo em que os paulistas se servião dos ditos indios para escravos”.⁵⁴ Explicou, ainda, o padre que a índia pertenceu ao sargento-mor Pedro Bueno, depois esteve sob o poder do capitão Domingos da Silva parente de Bueno, no entanto batizada como livre e de origem índia. Os documentos em favor de Maria citam a lei de 6 de junho de 1755, que, ao ser referida, oferecia o fundamento do direito à liberdade, repugnando a escravidão e “todo aquele que ainda a titulo de arrematação sentença o outro motivo esteja reduzido a cativo com as penas isentas na dita ley sem que se possa controverter em juízo a sobredita matéria”.⁵⁵ O direito natural, divino e pontifício são evocados para lembrar a liberdade do gentio ao reconhecer Maria e seus filhos isentos do cativo. A presença de vários registros de petições dos índios nas Câmaras municipais prova a prática costumeira entre os moradores de escravizá-los.

Outros casos elucidam a dificuldade de se provar a origem índia levando a situações inusitadas como a que ocorreu com Catharina, os filhos e seus dois netos. Francisco Paes de Oliveira entrou com uma petição contra-argumentando que ela era escrava mulata, “filha da negra da Costa de Guiné, suspenso, no entanto a pronuniação da liberdade, ou cativo”.⁵⁶ O desfecho proferia que a “inspeção ocular” certificou “ser legitima índia” Catharina e acusou o suplicante que apenas estava, com a petição, querendo “ganhar tempo afim de a reter na injusta escravidão em que a conserva”.⁵⁷ Também, determinou-se para que quem estivesse de posse dela ou dos demais os colocassem em liberdade, estando nulos qualquer compra e meios que deles o transformassem como cativos.

Além da liberdade usurpada dos índios, o mesmo ocorreu com suas terras. Muitas ordens régias garantiam aos índios o direito de viverem nas terras dos aldeamentos. Antonio

⁵³APM. SC. 60, filme 12. fls.88 v.- 91 f. 14 de maio de 1766.

⁵⁴APM. SC. 60, filme 12. fls.88 - 89 v.14 de maio de 1766.

⁵⁵APM. SC. 60, filme 12. fl.90 f. e v, consta despacho: Vila Rica, 31 de outubro de 1766.

⁵⁶APM. SC. 60, filme 12. fl.122. Vila Rica, 30 de dezembro de 1766.

⁵⁷APM. SC. 60, filme 12. fl.122. Vila Rica, 30 de dezembro de 1766.

Mendes da Fonseca e Manoel Mendes da Fonseca, moradores na passagem de Mariana, adquiriram sesmarias no ribeirão de Santa Cruz que deságua no rio do Casca e se recusavam a sair das terras que tinham sido entregues para alojarem os índios Pataxós, conforme determinavam as reais ordens,⁵⁸ todavia responderam à decisão que mandava que fossem desapropriados das terras. Ao encaminharem uma petição, argumentavam a favor deles que “na boa fé” requereram as sesmarias no local, em 1760, por acreditarem que fossem as “terras devolutas”, procedendo à medição e à demarcação delas. Além disso, despenderam, à custa deles, a quantia de setenta oitavas para a construção da Ponte Nova no Rio da Piranga, com dez oitavas, também, para outra ponte num ribeirão, mais serviços de escravos, ferramentas e abriram picadas. Os suplicantes diziam que quando receberam o aviso do capitão José Gonçalves para deixarem o local, imaginaram que partia de uma “confusa notícia”. Parecendo-lhes que o capitão “sugeria apoderar das suas terras”. Embora ressaltassem que fosse “para o justo estabelecimento do gentio”, os suplicantes buscaram os devidos esclarecimentos, quando, então, se confirmou realmente partir a decisão de uma ordem do rei. A partir daí, os sesmeiros expuseram os serviços dedicados à empreitada das sesmarias “e que para a catequização do gentio tem concorrido” suplicavam que o rei reavaliasse a situação, permitindo-lhes manter, onde fossem definidas, as suas sesmarias.⁵⁹

O despacho, após todo o enredo, dizia que as terras deveriam ser entregues aos Pataxós “tanto pela promessa que aos mesmos se fez da conservação delas, quando se reduzirão, como pelo primário Direito que delas lhes compete”.⁶⁰ No desfecho, decidiu-se por soltar os suplicantes presos que se negaram a se retirarem das terras. Apesar de se verificar que “se contradiz em parte a innocencia que querem persuadir”, poderiam obter terras de sesmarias, desde que fossem outras, localizadas “no mesmo sitio fora da legoa, que se demarcou para os sobreditos índios, sem prejuízos destes”.⁶¹

A ponderação, ao término do referido despacho, se apresenta quando se reafirma aos suplicantes “a graça que se lhes solicitam” sendo em “terras devolutas.”⁶² O direito à sesmaria estava susceptível a certos requisitos e submetido à condição da posse em terras devolutas; se de um lado as terras eram reconhecidas como direito primário dos índios, por outro se tornavam devolutas. A terra concebida como desocupada em si já desconsiderava a existência

⁵⁸APM. SC. 60, filme 12. fl.75 v.-77 v. Com despacho: Vila Rica, 19 de maio de 1766.

⁵⁹APM. SC. 60, filme 12. fl.75 v.-77 v. Com despacho: Vila Rica, 19 de maio de 1766.

⁶⁰APM. SC. 60, filme 12. fl.77v.

⁶¹APM. SC. 60, filme 12. fl.77v.

⁶²APM. SC. 60, filme 12. fl.77v.

do índio nela, daí a explicação forjada se resumir no enquadramento como devolutas, isto é, o vazio podia ser ocupado.

O governador Gomes Freire escreveu, em 1738, ao capitão-mor Domingos Alz' Ferreira que quando o capitão-mor João Jorge Rangel chegou a Vila Rica, lhe entregou sua carta dando o balanço da cobrança da capitação e das atividades de "ferrar o gado".⁶³ Ordenou que quando finalizasse a cobrança da capitação lhe remetesse "uma lista dos omissos", isto é, aqueles que não efetuaram o pagamento do imposto, para que se procedesse contra eles. Em seguida, instruía o capitão Domingos Alz', para todo aquele que tivesse sob seu poder algum "vermelho" gentio da terra, se apresentasse, pessoalmente, à presença dele com os "documentos que tiver para o seu cativo".⁶⁴ Os moradores deveriam ser advertidos caso tratassem os índios na condição de cativos, conquanto fosse permitido administrá-los, na forma das ordens régias. Sob o véu da administração dos índios se escondia o intuito de se apropriarem deles nos mais diferentes trabalhos, além de aliviar o peso da escravidão explícita, com a idéia de administrá-los, as terras dos sertões das riquezas ficavam livres para serem conquistadas. A política indigenista escamoteou nos planos de catequese as contradições da prática realmente vivida com uma legislação instável, a política exercida desnuda a fragilidade e ausência de cumprimento das normas legais de todos os lados.

Rita Heloisa de Almeida⁶⁵ demonstra que o Diretório dos Índios foi uma lei colonial que regulamentou as ações colonizadoras dirigidas aos índios entre os anos de 1757 e 1798. Como lei geral para os índios do Brasil seus objetivos eram evangelizar, defender o território e povoá-lo. O Diretório influenciou também o estabelecimento de planos de catequese e civilização para os sertões como foi o do padre Francisco da Silva Campos, nomeado capelão cura dos índios Coroados em 1791, da Capela de São João Batista, depois de servir seis anos de Cura dos índios Pataxós de Santa Cruz do Rio da Casca da Capela da Ponte Nova. O Padre denunciou a calamidade da catequese e da civilização dos indígenas das Minas,⁶⁶ solapados à condição miserável e à falta de meios para educá-los.⁶⁷ Entretanto, argumentava que com a

⁶³ APM. SC. 67, filme 14. fl.5. Vila Rica, 4 de novembro de 1738.

⁶⁴ APM. SC. 67, filme 14. fl.5. Vila Rica, 4 de novembro de 1738.

⁶⁵ ALMEIDA, Rita Heloisa de. *O diretório dos índios: um projeto de civilização no Brasil do século XVIII*. Brasília: Unb, 1997, p.45.

⁶⁶ CATEQUESE e Civilização dos Indígenas da Capitania de Minas Gerais. *RAPM*, Ouro Preto, Imprensa Oficial, ano II, fasc. 4, p.685-733, out/dez. de 1897. "Avisos de 26 de março do ano passado, 23 de junho e 12 de agosto do presente ano, mandei remeter ao Conselheiro Ultramarino os requerimentos e papéis do padre Francisco da Silva Campos, com a informação que eles deu o visconde de Barbacena. 18 de set. 1801. Carta de D. João. = a seguir vem o = Despacho de 3 e 21 de agosto de 1801."

⁶⁷ Cf. CATEQUESE e civilização dos indígenas da capitania de Minas Gerais

catequese dos índios e com estradas poderiam promover o contato com os Puris e a povoação do sertão entre as três capitanias: Minas, Rio de Janeiro e Espírito Santo. Além disso, como consequência, explicava que ampliaria o comércio de gêneros vegetais. Ao ser evidenciada a necessidade de contato com os índios aproximando-os da catequese, o comércio estaria assegurado de investidas, assim o Padre tocava num ponto de interesse de colonos e do Estado. As riquezas seriam viabilizadas pelo comércio do sertão de madeiras como cedros, sucupira e outras; o mesmo ocorreria com as ervas, frutos e os cobiçados minerais como topázio, esmeralda, rubi. Após serem listados os produtos da região, o Padre afirmava o mais importante, que seria evitar o ataque dos gentios às fazendas, que estavam provocando o abandono dos donos por não conseguirem resistir aos assaltos e mortes.⁶⁸ No discurso de convencimento das autoridades, o capelão classificou o Tapuia do Brasil como selvagem, estúpido e rude, agraciado pela natureza, obtendo fartura facilmente dos frutos da terra, da caça e da pesca.⁶⁹

O Diretório e o Plano de catequese foi uma tentativa de promover a integração dos índios ao modelo cultural europeu. As povoações dos índios da capitania de Minas como é informado nas *Instruções* de 1759 determinavam a obrigatoriedade do ensino da língua e da doutrina cristã, máxima aplicada aos domínios dos povos conquistados. O idioma era “um dos meios mais eficazes para os apartar das Rústicas barbaridades de Seus antigos Costumes, (...)”.⁷⁰ Nas *Instruções* encontra-se o registro de Termo feito pelo governador Luiz Diogo Lobo da Silva ao nomear o diretor e mestre de escola dos índios, reforçava o conselho para seguirem as orientações do Diretório:

obrigá-los quanto fosse justo pelos meios da brandura, e suavidade, a fim de que ajudados com a sua doutrina vençam as trevas da ignorância em que se acham envolvidos para com o conhecimento da Razão, e do benefício, que se lhes seguia venham com facilidade a não lhes ser custoso os justos meios, que se lhes ofereciam para a sua maior utilidade temporal, e Espiritual, e que eles Director, o Mestre tem a maior gloria, e devem trabalhar com o seu exemplo a conseguila na certeza de ser o meio mais eficaz para senão afastarem da nova regularidade, que pelos seus empregos ficam na obrigação de lhes propor; e de como assim o prometerão executar, e de não tirar dos ditos habitantes directa, ou indirectamente cousa alguma.⁷¹

⁶⁸CATEQUESE e civilização dos indígenas da capitania de Minas Gerais, p.686-687.

⁶⁹CATEQUESE e Civilização dos Indígenas da Capitania de Minas Gerais. *RAPM*, Ouro Preto, Imprensa Oficial, ano II, fasc. 4, p.685-733, out/dez. de 1897, p.687.

⁷⁰AHU, Pernambuco, 1759, 26 de fevereiro, Cx. 59, doc. s.n.fl. 3-4.

⁷¹AHU, Pernambuco, 1759, 26 de fevereiro, Cx. 59, doc. s.n. fl. 44-45. Ver também: DIRECTÓRIO que se deve observar nas Povoaçoens dos Indios da Capitania de Minas Geraes, emquanto Sua Alteza Real não mandar o

Os índios aprenderiam o trabalho com os civilizados, possibilitando, assim, a continuidade do aprendizado.⁷² O bem público, de interesse de um príncipe, não poderia prescindir da catequese; o benefício da doutrina cristã modificaria o gentio, “homens errantes pelos bosques, confundidos com as feras”,⁷³ instruindo-os e tornando-os úteis à sociedade e, com a transmissão da religião católica, se tornariam estáveis junto de seus descendentes.⁷⁴

A catequese funcionaria como o meio mais adequado de ensinar ao índio o trabalho e o convívio com os civilizados. Com isso, os outros objetivos seriam alcançados. Todo o plano estava articulado para provar como a catequese poderia viabilizar outros interesses, porém o Capelão explicava que sua intenção era civilizar os índios. Unindo-os em povoações e instruindo-os nos conhecimentos da agricultura, do trabalho, das artes e “a serem hum dia capazes de servir, e ser úteis ao Estado, e a Religião”.⁷⁵

Aldeamentos e redução da liberdade indígena

Diante da vasta população de índios, não bastava como justificativa reduzi-los somente por causa dos princípios cristãos e a guerra ofensiva não atenderia totalmente ao objetivo de contê-los. Para apaziguar o gentio um das tentativas adotadas foi o aldeamento embora não tenha sido uma substituição da guerra e escravidão do indígena, mas significou um meio de reduzi-lo de forma camuflada sob o argumento da tutela e do *dominium*.

As povoações indígenas permitiam ajuntar, sob uma administração, toda aquela quantidade de gente dispersa e propícia a entrar em choque com o projeto colonial, que se interpunha aos descobertos. A criação dos aldeamentos não é algo exclusivo de um ato humanitário cristão de levar a palavra de Deus aos povos indígenas perdidos no paganismo. O governador José Antonio Freire de Andrade, em 1759, recebeu instruções que o autorizava, “ao seu arbítrio”, dar as devidas providências aos “novos estabelecimentos que pretendiam fazer alguns Indios no continente das Minas”.⁷⁶ O aldeamento foi fruto de decisões políticas, ao contrário do propagado como apenas expressão de uma mentalidade religiosa européia que se estendeu para salvar as almas em pecado. As correspondências da época revelam, em

contrario. In: CATEQUESE e Civilização dos Indígenas da Capitania de Minas Gerais. *RAPM*, Ouro Preto, Imprensa Oficial, ano II, fasc. 4, p.700-715. out/dez. de 1897.

⁷²CATEQUESE e Civilização dos Indígenas da Capitania de Minas Gerais, p.692.

⁷³CATEQUESE e Civilização dos Indígenas da Capitania de Minas Gerais, p.694.

⁷⁴CATEQUESE e Civilização dos Indígenas da Capitania de Minas Gerais, p.695.

⁷⁵CATEQUESE e Civilização dos Indígenas da Capitania de Minas Gerais, p.696.

⁷⁶APM. SC. 126, filme 28. fl. 6. Belém, 29 de julho de 1759.

detalhes as extorsões praticadas pelo Prelado no Brasil com relação aos índios nos aldeamentos.⁷⁷

Jézuz Marco de Ataídes⁷⁸ estuda, a partir da antropologia-histórica, a trajetória dos índios Kayapós, percorrendo vestígios arqueológicos e da colonização nos séculos XVIII, XIX até o século XX. Ao discutir as formas de violências do contato com os indígenas analisa a violação da identidade cultural, o uso de mecanismos seja pela força como a guerra seja pela violência “branda” encabeçada pela religião, elementos constitutivos das práticas usadas para submeter os Kayapós que se estabeleceram nas áreas auríferas de Goiás, Mato Grosso, no Triângulo Mineiro, do rio Paraná e Tietê em São Paulo, ao sul do Pará, às margens do rio Araguaia.

Conforme Jézuz M. de Ataídes, as sociedades indígenas desconheciam a escravização, que foi uma prática introduzida pelo colonizador que prescindia da mão-de-obra indígena para obter a caça, a pesca e seu uso nos trabalhos na lavoura e nas minas. Dentre as leis mencionadas, o autor destaca a de 1570 de Dom Sebastião, que definia a guerra justa, porém os critérios subjetivos abriram precedentes aos colonos para agir mais à vontade e justificar a escravidão do índio.⁷⁹ Somente com a Carta régia de 21 de abril de 1702 é que se proibiu a escravização dos índios, em contrapartida, permitiu-se aos colonos que conseguissem persuadir os índios dos matos para o trabalho administrá-los. No caso de Goiás, que não foi diferente quanto à questão indígena, percebe-se no Regimento de Bartolomeu Bueno da Silva Filho, como autoridade e superintendente das Minas, distribuído em 14 artigos, continha as determinações quanto à política indigenista para que buscasse manter a paz e criar aldeamentos dos índios. A política indigenista da Coroa era fazer um “jogo duplo”,⁸⁰ reafirmando a idéia de que a política em relação aos índios foi oportunista. A Coroa fazia uma política de meio-de-campo que não desautorizasse os colonos e nem contrariasse a Igreja.

Mary Karasch⁸¹ aborda a questão lembrando que as bandeiras paulistas, buscando ouro, ao entrarem pelo sul, transformaram os Goyazes e Crixás em cativos e mantiveram

⁷⁷ ATT. Papéis do Brasil. Cód. 13. fls.1 a 26 v. Aparato Histórico. MF.1997.

⁷⁸ ATAÍDES, Jézuz Marco de. *Sob o signo da violência: colonizadores e kayapó do sul no Brasil central*. Goiânia: UCG, 1998.

⁷⁹ ATAÍDES, Jézuz Marco de. *Sob o signo da violência: colonizadores e kayapó do sul no Brasil central*. Goiânia: UCG, 1998. Ver o Cap. 1: A política indigenista em Goiás 1722-1850, p.21.

⁸⁰ ATAÍDES, Jézuz Marco de. *Sob o signo da violência: colonizadores e kayapó do sul no Brasil central*, p.21.

⁸¹ KARASCH, Mary. Catequese e Cativo – Política Indigenista em Goiás: 1780-1889. Beatriz Perrone-Moisés (trad.) In: CUNHA, Manuela Carneiro da. (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.397-412.

combates intensos com os Kayapós, uma vez que o processo de urbanização entre 1720 e 1730 se instalava. Para agravar o quadro, a fronteira de Goiás não estava definida e a necessidade de pacificar o gentio era urgente para o empreendimento dos descobertos e a permanência dos moradores. Assim como as riquezas dos sertões das Minas, atraentes e cobiçadas, eram empreendimentos organizados pelas bandeiras, que ao solicitarem autorização para encontrá-las muitas vezes lançavam o subterfúgio da redução dos índios como parte do feito. Antonio Cardozo de Souza, morador na Comarca do Serro Frio, na sua petição, pede a autorização para que uma bandeira pelas paragens dos sertões para “reduzir o gentio”.⁸²

Para efetivar esta bandeira era necessário que se expedisse uma portaria, onde em seu pedido esclarece que a finalidade era “descobrir os haveres que se prezumem há nos ditos sertões” e, assim, “evitar o sup.e o impedim.to de alguns invejosos, e de outros intrometidos”.⁸³ No deferimento do pedido de Antonio Cardozo ordenava-se que, ao entrar, informasse logo ao comandante do distrito, sobre o andamento e os progressos da bandeira ao superintendente da comarca e ao governo, mas o consentimento vetava a entrada em terras diamantinas. Caso fossem encontradas pedras preciosas, deveria ser relatado ao intendente para tomar as providências, evitando o extravio. O despacho em 22 de agosto de 1766 foi favorável e é bem claro quanto à redução dos índios, esperando-se levá-los “a justa civilidade e obediência”. Recomendava-se que fossem tratados com “doçura”, sem uso de violência e não poderiam submetê-los “aos iníquos cativeiros”, pois por direito natural lhes pertenciam a liberdade.

A leitura do despacho comprova a idéia de que os sertões, o ouro e os índios eram conexos: para se obter um, devia-se conquistar, também, o outro. É evidente, no discurso político real, a persuasão como método de domar os sertões tão povoados de gentios. A persuasão era a estratégia de apaziguar e de atrair os índios para os aldeamentos. Com isso, resolviam três problemas: o primeiro, porque se evitava a guerra dispendiosa, no tocante a armamentos e vidas. O segundo, com os índios reduzidos, a mão-de-obra disponível aumentava. O terceiro, o mais importante, as terras nomeadas devolutas ficavam de fato acessíveis para serem apropriadas e os sertões das riquezas, livres da presença incômoda do gentio, à espera para serem explorados. Na linha de raciocínio exposta, percebe-se que os índios, habitantes dos sertões, tornavam-se alvo de comentários e de informações quanto mais

⁸²APM. SC 60. filme 12. fl.86 f. e v.

⁸³APM. SC 60. filme 12. fl.86 f. e v.

que se adentrava o século XVIII. Dom José, em resposta, positiva, ao governador das Minas, em 1760, aconselhava para que fossem remetidas, ao provedor, as despesas referentes aos gentios, povoadores de todos os “extensos sertões do Xopotó”.⁸⁴ Como alguns deles deram demonstração de paz, professando a lei católica, deveria se proceder “para conservação e facilidade de os persuadir ao nosso trato, de que se seguiram utilidades certas, por serem terras de ouro as que habitam.”⁸⁵ A Provedoria ficaria responsável por muni-lo com o dispêndio de “vestuários e ferramentas” aos índios. Desta maneira, verifica-se patente o especial destaque dado às “terras de ouro”, tornando-se num complemento persuadir o gentio “para tão útil, e piedoso fim”.⁸⁶

As despesas com as povoações indígenas compensavam pelos resultados como se mostra com os gentios do Xopotó, Termo de Mariana, “que sahirão em paz a civilizar-se com os moradores da capitania”.⁸⁷ A relação das despesas, de 1752 a 1760, de forma resumida, iam desde machados, enxadas, foices, levando-se a deduzir que os gastos eram bem direcionados a instrumentos para educá-los ao trabalho com a terra. As vestimentas incluídas, na relação, como saias de chitas, camisas, serviam à necessidade de tapá-los o nu abominado na visão cristã.⁸⁸

Circulava, por meio de informações e pareceres entre as autoridades civis e eclesiásticas, a preocupação para a “cultura e civilização dos índios”.⁸⁹ Até certo ponto, parece que a catequese cumpriu seu papel de evangelizar os índios, surtindo efeito a um grupo de 30 índios que, partindo das “distancias do Xopotó, e margens da Paraíba”,⁹⁰ apresentaram-se, no dia 10 de 1764, com a intenção de receber o sacramento do batismo, estendendo-o aos seus filhos. Conquanto o Cabido tenha percebido uma sombra de dúvida no pedido do gentio, decidiu batizar “os filhos, principalmente os que se acham na idade de inocentes”.⁹¹ Já os demais careciam de ser catequizados para a obtenção do batismo a ser realizado pelo reverendo da Paróquia de Ouro Preto. Aconselhava o Cabido, ainda, que se deveria ir até a aldeia, dos mesmos gentios, para “civilizar e instruir” os que lá residiam. O retorno de civilizar era mais eficaz que o cativo, cuja consequência direta era o repúdio, a fuga e/ou a

⁸⁴ APM. SC. 126, filme 28. fl.27. Lisboa, 20 de junho de 1760.

⁸⁵ APM. SC. 126, filme 28. fl.27.

⁸⁶ APM. SC. 126, filme 28. fl.27.

⁸⁷ APM. SC. 126, filme 28. fl.55. Vila Rica, 14 de dezembro de 1760.

⁸⁸ APM. SC. 126, filme 28. fl.56 f. e v.

⁸⁹ APM. SC. 130, filme 29. fl.94. Vila Rica, 11 de fevereiro de 1764. Carta do Cabido de Mariana.

⁹⁰ APM. SC. 130, filme 29. fl.94.

⁹¹ APM. SC. 130, filme 29. fl.94.

revolta dos índios. De acordo com a lei de 1755 proibiu-se o cativo indígena “público ou secretamente”, por ofenderem ao Direito Divino e Natural, ordenando ao ouvidor-geral prender e entregar o transgressor ao Limoeiro para receber o castigo.⁹² Mesmo que fosse pró-forma, em alguns períodos a escravidão dos índios foi declarada injusta, como ocorreu em Pitangui, quando a lei de 1755 foi lembrada pelo governador assim que soube da prática da escravidão indígena.

O Conde de Bobadela, atento à política de aldeamentos, em 1759, dava conta ao rei dos índios Pirangas. A resposta ao Conde, bem objetiva, entregava em suas mãos a autoridade para providenciar o “que julgar convenientes para Aldear os mesmos índios, parecendo será de grande atrativo o de lhe fazer demonstrativo os lucros que se lhes segue da nova administração”.⁹³ O consentimento de Dom José é esclarecedor quanto à formação de dois aldeamentos, um na Comarca de Vila Rica e outro na de Sabará, com “índios mansos para rebater os insultos dos negros salteadores”.⁹⁴

Por detrás do discurso

A formulação da política indigenista e o conjunto cultural dos indígenas estiveram sempre correlacionados, porque a política projetava-se para desfazer os costumes dos índios que se mostravam desviantes. Na perspectiva política, entendida como expressão do poder, instituíam-se leis e normas jurídicas passando a atingir um sentido quando pensadas a partir da concepção do modo de vida desses povos, em contraposição ao modo de vida concebido por aqueles que ditavam a própria política. Para compreender essa correlação devem ser buscados os subsídios no diálogo e embates com as demais áreas do conhecimento. Inclusive atentar para o ponto em que a política e a cultura se encontram e se manifestam. As leis são produtos do seu tempo e espaço, onde as sociedades humanas se situam com seus entendimentos sobre a vida, seus costumes e tradições. Thompson analisa com ressalvas o conceito de cultura: “[...] o termo ‘costume’ foi empregado para denotar boa parte do que hoje está implicado na palavra cultura”,⁹⁵ usando a palavra costume para se remeter ao direito consuetudinário, que teve força de lei no século XVIII, na Inglaterra.

⁹²APM. SC. 130, filme 29. fl.113. Vila Rica, 26 de março de 1764.

⁹³APM. SC. 126, filme 28. fl.23. Nossa Senhora da Ajuda, 13 de agosto de 1760.

⁹⁴APM. SC. 126, filme 28. fl.160. Lisboa, 22 de agosto de 1760. Carta resposta as representações de 9 de julho de 1757 da Câmara de Vila Rica e à de Sabará de 11 de julho de 1757. Ver: SC. 126 fl. 166 - Representações.

⁹⁵THOMPSON, Edward P. *Costumes em Comum*: estudos sobre a cultura popular tradicional. Trad. Rosaura Eichemberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.14.

Os contrastes entre a moral oficial e a não oficial são intrínsecos as sociedades. O termo "cultura" pode induzir a um sentido "ultraconsensual" ou um termo "descritivo vago" criticado por Thompson. Esclarece que cultura reúne atividades e atributos diversos. Por exemplo, na interface da lei com a prática agrária está o costume, "pois podemos considerá-lo como práxis e igualmente como lei".⁹⁶ Os costumes passam a vigorar como normas, muitas das vezes não escritas, a serem seguidas ao longo do tempo, também, é o "lugar dos conflitos de classes na interface da prática agrária com o poder político".⁹⁷ O que se quer dizer com isso é que as leis sobre a liberdade dos índios nem sempre foram seguidas na prática quando se tratou do domínio do território vigorou o costume da guerra por parte dos colonos e as leis de posse de terras. E segundo Leonardo Moraes⁹⁸ o alvará de dezembro de 1763 a julho de 1768, reafirmou a carta régia de 1758, contra a escravidão indígena e proibia os clérigos regulares de administrar os sacramentos aos índios. No entanto os índios tomaram Cuité 1765, com isso foram organizadas expedições militares, a guerra e os aldeamentos dos índios. "A ambígua legislação agrária colonial incentivava com uma mão os conquistadores de terras e índios e com a outra resguardava as aldeias indígenas."⁹⁹

As lutas indígenas compreendem a reação como resposta à intensificação das entradas¹⁰⁰ e resposta à guerra justa do Estado ou vinda do colono; a resistência abrange o sentido das lutas, mas também a noção de resistir à catequese, negando os valores cristãos e europeus de civilização. Os conflitos culturais levam à reelaboração do poder na política concernente à catequese refletindo na vida dos diferentes grupos indígenas e regulando as relações dos colonizadores, o Estado e a Igreja católica – relações que devem ser consideradas em todas as instâncias da colônia. Assim conforme Nelson de Senna,¹⁰¹ entre os diversos grupos indígenas nas Minas alguns foram exterminados e outros migraram para Goiás e Mato Grosso. Os que permaneceram no território foram reduzidos aos aldeamentos e catequizados levando-nos a inferir que resultou na violação da identidade cultural e costumes desses povos.

⁹⁶ THOMPSON, Edward P. *Costumes em Comum*, p.86.

⁹⁷ THOMPSON, Edward P. *Costumes em Comum*, p.95.

⁹⁸ MORAES, Leonardo Pires Batista. *O Índio na História de Minas Gerais, Século XVIII*. Belo Horizonte: UFMG, 1992 (Monografia de iniciação científica), p.56

⁹⁹ MORAES, Leonardo Pires Batista. *O Índio na História de Minas Gerais, Século XVIII*. Belo Horizonte: UFMG, 1992. (Monografia de iniciação científica), p.56.

¹⁰⁰ MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra; índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

¹⁰¹ SENNA, Nelson de. *A Terra Mineira*. (Chorographia do Estado de Minas Geraes) Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1926. Tomo II. Ver também: RESENDE, Maria Leônia Chaves. *Gentios Brasileiros – Índios Coloniais em Minas Setecentista*. Campinas: Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP. Fevereiro de 2003. (Tese de Doutorado).

A discussão da relação entre política e cultura pode ser observada na trajetória de muitos estudos no campo da história. Para mencionar alguns, remetemo-nos à França, onde se concentram estudos de história social, com Bloch e Febvre, que inauguraram o diálogo com as outras áreas, opondo-se à história política factual, mas não se opondo à acepção política que engloba as atitudes populares, resultantes também das esferas culturais e mentais coletivas. Fernand Braudel consagrou a discussão da coexistência de temporalidades na História, principalmente a longa duração que se difere da história de pouco fôlego. Mais que isso, Braudel defendeu que o tempo não é linear como numa sucessão ordenada e sequencial,¹⁰² motivo para se evitar a distorção da complexidade da questão indígena ao se estudar a história colonial brasileira e para não ofuscar as contradições dos tempos diferentes vividos de índios e de conquistadores.

A história dos costumes, com fundamento ora mais no cultural e social, ora mais no econômico, sem excluir o político, e, sim, transformando-o numa instância articulada às outras. Apesar das controvérsias que cercam o debate, é importante observar as diversas perspectivas, propondo além da análise das leis e atos jurídicos alcançar os costumes articulando política e cultura desde que não fique encerrada no âmbito do instituído, mas se valendo dele para compreender como as ações tomadas partiram das informações do contato com os indígenas. A política exercida pelo Estado, teve como resultado uma legislação específica a partir do desdobramento da convivência índios-europeus.

Eric Hobsbawm e Ranger,¹⁰³ reúnem estudos que analisam o peso da dimensão cultural na vida da coletividade partindo, também, das relações de poder, políticas e econômicas que se interagem ao contexto sem, contudo, reduzirem a importância das discussões ideológicas. Certas manifestações coletivas se tornam tradições por meio da apropriação do poder. Conforme Hobsbawm, a tradição inventada tem sua base na forma instituída e oficialmente.¹⁰⁴ Além de ter uma função ideológica e simbólica, está na maioria das vezes associada ao costume, mas se difere dela. Ocorre que o poder institucional se apropria das manifestações coletivas do costume e ao adaptá-las tem como finalidade a

¹⁰²BRAUDEL, Fernand. A Longa Duração. Artigo de 1958 publicado nos *Annales*. In: *História e Ciências Sociais*. 6 ed. Trad. Rui Nazaré. Editorial Presença: Lisboa, 1990. BRAUDEL, Fernand. *O mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na época de Phillippe II, 1949 e Civilização material, economia e capitalismo séculos XV-XVIII*. 3 v. 1979.

¹⁰³HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. (orgs.). *A invenção das tradições*. Trad. Celina Cardim Cavalcante. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

¹⁰⁴HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. (orgs.). *A invenção das tradições*, p.9.

manutenção do próprio poder para se aproximar das camadas sociais, criando um diálogo por meio dos elementos simbólicos.

Ao reelaborar a tradição, o instituído pretende adaptar algo da memória e da cultura que o ligue à sociedade para que consiga despertar os sentimentos coletivos que se objetiva. Com o Estado português não foi diferente neste aspecto, por meio das construções de cadeias, presídios, fortalezas, da urbanização das vilas, da ereção de Igrejas, não se pretendia exclusivamente civilizar, mas reproduzir nos Trópicos sua tradição e com a difusão da fé católica se ritualizava a conquista da terra e dos índios. O Diretório dos Índios mencionado e planos de catequese elucidam bem a questão do domínio cultural, religioso e a anulação dos costumes indígenas.

Conforme as perspectivas apresentadas é que se inclui a história dos indígenas, entendendo que para a análise ser mais completa depende de ser articulada à compreensão das relações de poder, políticas, econômicas e culturais dos povos e grupos sociais envolvidos na colônia. Tanto os colonos, os índios e o Estado quanto a correlação de forças entre conquista e ocupação do território implicam o imperativo de se buscar os aspectos culturais de sociedades díspares. A civilização preconizada pelo colonizador foi viável muito mais por meio da guerra ao indígena ou submetendo-o como mão-de-obra que de um projeto de integração e assimilação deles como vassalos.

Sérgio Buarque de Holanda¹⁰⁵ revela a influência de culturas diversas e antagônicas na formação histórica da sociedade brasileira que pelo contato se gerou uma própria. Em *Visão do Paraíso*, a origem da imagem edênica do Brasil, produzida pelos portugueses sobre a terra assemelhando-se ao paraíso, no que toca o entendimento de paraíso cristão, era inseparável da conversão do gentio. Afinal, o paraíso povoado por seres rudes, com costumes estranhos aos europeus, não seria consumado na plenitude sem “educá-los”.

Alguns dos povos indígenas foram submetidos culturalmente e ao poder do latifúndio.¹⁰⁶ O uso da mão-de-obra livre e/ou da escravidão indígena foram práticas nesse processo de apropriação da terra.¹⁰⁷ Os reis de Portugal não foram contra o cativo do gentio, tanto é que em vários momentos do período colonial é possível comprovar tal fato,

¹⁰⁵HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. 4 ed. São Paulo: Ed. Nacional, (Brasiliense), 1985.

¹⁰⁶Ver sobre o assunto: DOMINGUES, Ângela. *Quando os índios eram vassalos: colonização e relações de poder no norte do Brasil na segunda metade do século XVIII*. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses. Lisboa: Gráfica Maiadouro, 2000.

¹⁰⁷PRADO JÚNIOR, Caio. *Evolução política do Brasil Colônia e Império*. 16 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987, p.24.

mesmo com a legislação para impor obstáculos à captura dos índios. A tese defendida de que não ocorreu escravidão indígena e que tal só se deu no início da colonização deve ser questionada: “Para isto, classificam os índios em duas categorias. Os cativos em *guerra justa* – cujo conceito foi o mais elástico possível, variando ao sabor das circunstâncias do momento [...].”¹⁰⁸ Como se percebe a discussão apresentada é o contrário do que afirma Diogo de Vasconcelos, equivocadamente, defendendo que as leis permitiram aos índios trabalhar e escolher livremente a quem servir e que “Escravidão em termos, nunca tal houve nas Minas, fundada em lei contra os índios”.¹⁰⁹ Caso não fosse pela guerra os índios deveriam ser submetidos a supervisão e a tutela – forma de liberdade vigiada, originando a denominação de administrados. A tutela entregava ao administrador a ingerência da vida dos índios, cargo que desfrutava plenamente e acabava por transformar os administrados em escravos.

Segundo Renato Venâncio¹¹⁰ o fim da escravidão dos indígenas está mais ligado às altas taxas de mortalidade, à quase-ausência de reprodução biológica e a resistência deles. Eles faleciam numa proporção três vezes mais elevada que os negros africanos. Assim como, Darcy Ribeiro adverte que os índios além de terem sido massacrados com as guerras, também foram escravizados, reforçando o argumento do abuso da mão-de-obra indígena livre ou escrava e a falácia das leis na defesa dos índios.¹¹¹

Conclusão

A administração e escravidão estão relacionadas de certa forma. Ambas tinham como intuito usar o gentio para os serviços na colônia. Embora o cativo não fosse permitido, oficialmente em certos momentos da legislação, foi sob o título de administradores, que se revelou, em muitos dos casos, a escravização do gentio.

A institucionalidade da violência e o extermínio do indígena não pararam no século XVIII, ganharam forma no alvorecer do século XIX sendo notável quando se estabeleceu um órgão do Estado a “Junta de Conquista e Civilização dos Índios, Colonização e Navegação do Rio Doce”. Embora conhecido na historiografia, o extermínio merece menção, por ganhar legalidade com a Junta. A carta de 13 de maio de 1808 criou seis divisões militares tendo cada

¹⁰⁸PRADO JÚNIOR, Caio Prado Júnior. *Evolução política do Brasil Colônia e Império*, p.25. Grifo do autor.

¹⁰⁹VASCONCELOS, Diogo de. *História antiga das Minas Gerais*. 4. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974, p.137.

¹¹⁰VENÂNCIO, Renato. Os últimos carijós: escravidão indígena em Minas Gerais 1711-1725. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, n.34, v.7, p.165-181, 1997.

¹¹¹RIBEIRO, Darcy. *Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno*, Petrópolis: Vozes, 1979, p.92.

uma um comandante no combate e guerra contra os Botocudos, tendo como diretor o governador da capitania, todas coordenadas pela Junta.¹¹² E a carta de 2 de dezembro de 1808 considerou as terras dos sertões devolutas podendo ser distribuídas para os novos colonos e os fazendeiros, permitindo-lhes fazer uso do trabalho indígena gratuitamente e por meio da repartição. Ambas as leis estão relacionadas: uma acaba com o problema índio e a outra libera a terra do índio para ser ocupada. Enquanto se erradicava do território parte dos indígenas com o extermínio, também autorizava aos sesmeiros que utilizassem como bem entendessem os índios que sobrassem.

O assunto suscita determinadas proposições e um vasto debate, até porque a região em foco era circuito e área do ouro. Apesar de na segunda metade do século XVIII anunciar a escassez aurífera, evidenciando o avanço dos colonos com mais frequência e intensidade para os sertões, a terra não deixou de ser cobiçada como alvo de interesses. O alicerce do domínio do território manteve a justificava de região despovoada, por conseguinte, sem gente civilizada e capaz *versus* o incapaz.

A idéia de região caracterizada como desocupada acarretou outra denotação: a de áreas onde se imperava a ausência do ordenamento urbano, definidor do caráter civilizatório em oposição a aridez do selvagem. Com isso, cada vez mais se apregoava a imagem de inferioridade e de incapacidade dos indígenas transformando a presença deles num entrave ao desenvolvimento da sociedade. São aspectos que formaram um conjunto de visões que contribuíram para a prática do uso e abuso da violência contra os índios, da sua mão-de-obra e do entendimento das terras indígenas como devolutas permissíveis de ocupação.

Assim tanto o uso da mão-de-obra indígena foi trivial quanto as ordens régias expedidas autorizaram que se fizesse uso da coerção e com isso mais legítimos se tornavam o combates as nações de índios de todas as partes.¹¹³ Embora fosse melhor evitá-los, porque assim se aplacariam maiores prejuízos e desavenças entre índios e não-índios, como ocorreu em 1807, quando o governador Pedro Maria Xavier de Ataíde escrevia ao alferes João do Monte da Fonseca, comandante do Presídio de S. Rita do Turvo, uma carta sobre a carnificina provocada pelo comandante: “Repito e repetirei mil vezes a vmcê o seguinte: defendam-se os

¹¹²No ano de 1808, D. João assinou ordem da guerra aos botocudos. Ver: CAMBRAIA, Ricardo de Bastos; MENDES, Fábio Faria. A colonização dos sertões do leste mineiro: políticas de ocupação territorial num regime escravista (1780-1836). *Revista do Departamento de História*. n.6, p.137-150, julho de 1988, p.142.

¹¹³*Documentos Históricos*. 1692-1712. Provisões, Patentes, Alvarás, Cartas. V. XXXIV. Bibliotheca Nacional Rio de Janeiro, p.296-299, 1936.

portugueses das invasões dos índios, mas não os persigam pelas entranhas dos matos”.¹¹⁴ Entretanto o episódio da carnificina se encerrou apenas com uma advertência, no mais restou o silêncio.

Artigo recebido em 15/12/2008 e aprovado em 21/03/2009.

¹¹⁴APM. SG. Cód. 381. fl. 272.

A FORMAÇÃO URBANA E SOCIAL DA CIDADE DE BELO HORIZONTE: HIERARQUIZAÇÃO E ESTRATIFICAÇÃO DO ESPAÇO NA NOVA CAPITAL MINEIRA

Daniela Oliveira Ramos dos Passos

Mestranda em História pela Universidade Federal de Ouro Preto
Instituto de Ciências Humanas e Sociais – Rua do Seminário s/n, Centro, Mariana/MG
ddanipassos@gmail.com

Resumo

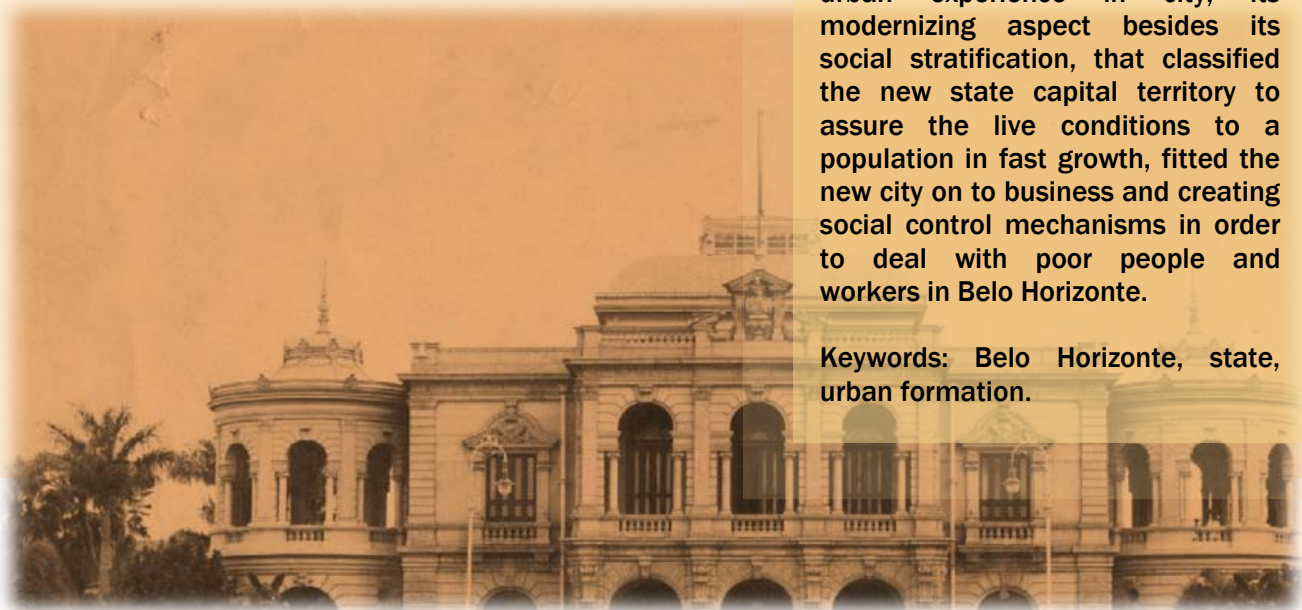
O presente trabalho procura analisar como se constituiu o espaço urbano-social da cidade de Belo Horizonte, no final do século XIX e início do século XX (1893-1920). Inaugurada em 1897, Belo Horizonte foi projetada e construída tendo por função ser o abrigo da nova Capital do estado de Minas Gerais. O objetivo deste ensaio é o de explicitar como as idéias republicanas inspiraram à experiência urbanística da cidade, seu aspecto modernizador e ao mesmo tempo sua estratificação social, que classificava e hierarquizava o território belo-horizontino, no intuito de assegurar as condições de vida para uma população em crescimento, adequando a cidade aos negócios e criando mecanismos de controle da população carente e trabalhadora de Belo Horizonte.

Palavras-chaves: Belo Horizonte, estado, formação urbana.

Abstract

The present text seeks to analyse how the urban and social space was constituted at Belo Horizonte city, at the end of the nineteenth century and early twentieth century (1893-1920). Inaugurate in 1897, it became the first planned city nation, having for function be the shelter of new Capital in Minas Gerais state. This text aims to explain how the republican ideas influenced the urban experience in city, its modernizing aspect besides its social stratification, that classified the new state capital territory to assure the live conditions to a population in fast growth, fitted the new city on to business and creating social control mechanisms in order to deal with poor people and workers in Belo Horizonte.

Keywords: Belo Horizonte, state, urban formation.



A transferência da Capital mineira¹

As novas idéias surgidas, com o advento da República, vieram a afetar diretamente a vida política do país, já que elas poderiam significar um rompimento com o sistema político centralizador exercido pelo governo imperial. O ambiente de incertezas dos primeiros anos do novo regime político, em meio à necessidade de legitimar o mesmo, determinou um horizonte favorável a um ousado projeto de construção de uma cidade capital.

Com a “vitória” republicana de 15/11/1889, acirraram-se os debates em torno do poder local em Minas Gerais, visto que Ouro Preto (Capital desde 1720, quando da separação das capitanias São Paulo e Minas Gerais) - na concepção dos republicanos mineiros - caracterizava-se como um centro político administrativo, típico do Império, além de possuir deficiências estruturais para se tornar pólo dinamizador da vida econômica do estado. Para os apoiadores da mudança do centro administrativo, numa nova Capital a vida e os valores urbanos tenderiam a favorecer a prática republicana, que se caracterizava principalmente pelos ideais positivistas, além do mais, segundo José Murilo de Carvalho, no livro *Os Bestializados*, uma Capital republicana teria que ter uma destinação, neste caso, dotar o estado de um governo eficiente².

Para além, ainda de acordo com José Murilo de Carvalho, a palavra República significou o símbolo exclusivo das aspirações democráticas, sendo as cidades tradicionalmente o lugar clássico do desenvolvimento da cidadania. Porém, sabemos que este ideal não se deu na prática, à medida que o regime republicano sugeriu projetos poucos nítidos de igualdade e democracia³.

Para os “mudancistas” era necessário romper com os laços de uma sociedade que

¹ Este artigo é uma versão modificada do segundo capítulo da minha dissertação de Mestrado intitulada *A influência das diversas correntes ideológicas no movimento operário belo-horizontino no início do século XX*, em andamento junto ao programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto, inscrito na linha de pesquisa sociedade, poder e região.

² CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Cia das Letras, 1987. p12.

³ PASSOS, Daniela Oliveira Ramos dos. *Os ideais do movimento operário em Belo Horizonte no início do século XX*. 2006. 69 f. Monografia (Graduação em História) – Faculdades Integradas de Pedro Leopoldo, 2006. p.12.

permanecera, até então, ligada aos modelos tradicionais. Um novo tempo pressupunha uma nova espacialidade, e uma nova cidade-capital, no estado mineiro, serviria para consolidar a emergente República, dando sentido material a idéia de ruptura.

Belo Horizonte surgiria tendo como ideal ser uma metrópole, não somente de Minas Gerais, mas da República. O projeto da cidade teria sido pensado de forma a escrevê-la no mundo moderno, apresentando-se assim, como espaço para constituição de uma nova sociabilidade⁴.

No texto *Itinerários da cidade moderna*, Letícia Julião afirma que a necessidade de distinguir-se da antiga ordem impunha um deslocamento, uma mudança de lugar e o advento da República era o elemento chave na concepção desta temporalidade, sendo a cidade, o espaço de sua representação⁵.

No final século XIX, o estado mineiro passava por diversos conflitos entre as oligarquias rurais para saber quem iria manter o controle político e econômico do governo. A disputa pelo poder girava em torno dos grupos econômicos da zona da Mata, do Sul de Minas e os da decadente zona da mineração, tradicional e, na época, o centro político⁶.

A questão da nova Capital, na visão dos líderes políticos apoiadores da mudança, estava relacionada ao intuito de unificação do território mineiro, pois o mercado se desenvolvia em vias de uma economia de exportação (isto falando tanto da mineração quanto da cafeicultura), o que reforçava o dilaceramento da província que se dividia em regiões autônomas, separadas entre si. A disputa em torno do novo centro político estava ligada às novas forças econômicas dentro do estado. De acordo com Maria Efigênia Lage Resende, no texto uma *Interpretação sobre a fundação de Belo Horizonte*, a chegada da República acabou por desencadear a luta para a obtenção do poder político, ou seja, cada localidade procurava disputar a posição da sede administrativa do estado de acordo com a situação financeira

⁴ ARRUDA, Rogério Pereira. *Álbum de Bello Horizonte: signo da construção simbólica de uma cidade no início do século XX*. 2000. 216.f. Tese (Mestrado em Comunicação Social) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte, 2000. p. 57.

⁵ JULIÃO, Letícia. *Itinerários da cidade moderna (1891-1920)*. In: DUTRA, Eliane de Freitas; BANDEIRA DE MELO (Org.). *BH: Horizontes históricos*. Belo Horizonte: C/ Arte, 1996. p.50

⁶ PLAMBEL. *O processo de desenvolvimento de Belo Horizonte: 1897-1970*. Belo Horizonte: Plambel, 1979. 2v. p.14.

próspera ou decadente de cada região⁷.

Assim, as regiões do Norte e Centro (locais das minas e pedras preciosas) se organizaram para manter o poder político. Já as outras regiões (Zona da Mata e Sul) defendiam a transferência da Capital mineira, sob o argumento econômico do café, que no início do século representava a força da economia. Contudo tais regiões não se integrariam ao centro do estado, pois o café, sendo um produto de exportação, era comercializado nos centros mais importantes da costa brasileira: Rio de Janeiro e São Paulo. Em resumo, cada grupo pretendia localizar a nova Capital no local de seus interesses.

A criação de uma nova Capital para Minas Gerais se deu neste contexto, no qual segmentos da elite mineira encaravam a proclamação da República como uma ruptura com o passado e o início de um tempo de modernização e desenvolvimento.

(...) a cidade aparece como signo de um novo tempo; centro de desenvolvimento intelectual e de novas formas de riqueza e trabalho; foco irradiador da civilização e progresso; um lugar moderno, higiênico e elegante, capaz de consolidar um poder vigoroso e assegurar a unidade política do estado⁸.

No dia 24 de outubro de 1891, foi promulgada a lei n.1, adicional a Constituição Estadual de Minas Gerais, que autorizava o estudo do meio ambiente para se definir o local a ser escolhido para a Nova Capital, como cita o artigo de nº1:

Art. 1 - O presidente do estado mandará, com urgência, por uma ou mais comissões de sua livre nomeação, proceder a estudos nos seguintes lugares para dentre eles ser escolhido um para o qual seja mudada a capital do estado: Belo Horizonte, Paraúna, Barbacena, Várzea do Marçal e Juiz de Fora.⁹

Assim, para se chegar à decisão de Belo Horizonte, como a localização do novo centro administrativo do estado, vigoraram fatores tanto econômicos, políticos e também é bom destacar, os relacionados aos princípios de higiene e salubridade.

Desta forma, organizou-se primeiramente uma “Comissão de Estudos” para analisar qual o melhor local para se erguer à nova Capital, e após a decisão, criou-se uma “Comissão Construtora”. Em ambas as comissões os engenheiros, aliados dos médicos sanitaristas, foram considerados os chefes/mestres, nos quais os deputados se pautaram no intuito de tomarem suas decisões sobre o melhor local para abrigar a nova Capital de Minas

⁷ RESENDE, Maria Efigênia Lage de. Uma interpretação sobre a fundação de Belo Horizonte. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, n.39, p.131. jul.1974.

⁸ JULIÃO, Letícia. Itinerários da cidade moderna (1891-1920). p. 50

⁹ Minas Gerais. Lei n.1, de 28 de outubro de 1891. In: *Imprensa Oficial*, 1927, p.43

Gerais.

É correto afirmar que os interesses políticos envolvidos na escolha do local foram imensos, mas também é certo que tais interesses não poderiam vencer sem que estivessem sustentados e justificados por determinados critérios, que se relacionavam quanto ao posicionamento geográfico (preferência por uma região central do estado), bem como outros fatores como clima, e os de cunho biológicos, como salubridade, incidências de doenças e epidemias. Portanto, o meio também influenciou para determinar a localização da nova Capital.

O estudo das cinco localidades indicadas pela Lei n.1 foi confiado a uma comissão técnica (Comissão de Estudos) que tendo em vista a construção de uma cidade de 150 a 200 mil habitantes, deveriam estas ainda compreender:

Ótimas condições de salubridade, abastecimento abundante de água potável, facilidades oferecidas pelo local para edificação e construção em geral, como pedreiras, jazidas e matas, e ainda uma análise da topografia em relação a livre circulação e a ligação do plano geral da viação estadual e federal, de modo a facilitar a ação política e administrativa dos poderes públicos e a movimentação comercial e industrial do estado¹⁰.

No relatório final da Comissão de Estudos foram abordadas as condições físico/biológicas de cada cidade sendo que de acordo com o mesmo, Barbacena, mesmo tendo um excelente clima durante o verão, não poderia ser a nova Capital, por não ter condições topográficas e higiênicas para o estabelecimento de 50.000 habitantes, além de não ter mananciais para o fornecimento de água de boa qualidade, sendo que para ter água potável seria necessário despesas elevadas para criar poços artificiais. Por sua vez a localização do Paraúna, quase no centro geográfico do estado, não bastava, pois a região não possuía boas condições topográficas e sanitárias e muito menos meios de uma rápida e fácil comunicação. Quanto a Juiz de Fora, sua eliminação se deu pela localização, ou seja, era uma região afastada do centro territorial e muito próxima dos limites do estado do Rio de Janeiro¹¹.

A escolha ficou então entre Várzea do Marçal e Belo Horizonte, pois em ambas

¹⁰ MINAS GERAIS. Comissão de Estudo das Localidades indicadas para a nova Capital. *Relatório apresentado a Afonso Pena, presidente do Estado, pelo engenheiro civil Aarão Reis; janeiro a maio de 1893*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893. 76 p. Acervo APM. Relatório. Disponível em: <<http://www.comissaoconstrutora.pbh.gov.br>>. Acesso em 26 mai. 2008. p.2

¹¹ BARRETO, Abílio. *Memória histórica e descritiva* (história antiga e história média), 2v., Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro (Centro de Estudos históricos e Culturais), 1995. p. 395-396.

existiam ótimas condições topográficas, fácil abastecimento de água, excelentes condições para edificação e construção em geral. Entretanto, Várzea do Marçal, mesmo sendo um belo lugar, carrega o estigma de ser uma “várzea”, nome imediatamente associado a pântano, que por sua vez é sinônimo de doenças endêmicas¹². Mas também é importante destacar que

Evitar que a capital fosse colocada em zona estrategicamente favorável a Mata e ao Sul, era evitar [também] o agravamento do desequilíbrio econômico, numa fase em que o separatismo, originado desse mesmo desequilíbrio, ameaçava constantemente a unidade política do estado.¹³

Assim, Belo Horizonte, tendo todas as excelentes condições físico-biológicas, além de ser um local político estratégico (centro do estado), foi em 17 de dezembro de 1893 designada como o local a ser construída a nova Capital de Minas Gerais, de acordo com a lei n.3¹⁴ promulgada pelo então presidente do Congresso, Crispim Jacques Bias Fortes (lei adicional a Constituição do estado), sendo inaugurada, inicialmente, com o nome Cidade de Minas e mudando novamente a denominação para Belo Horizonte, no ano de 1901.

Portanto, vale destacar, que não foi apenas a disputa política o fator essencial para se pensar uma nova cidade-capital para o estado mineiro, mas também o ideal de modernização (advindos com a República proclamada no final do século XIX) foi de fundamental importância para se construir uma nova territorialidade para sede do governo do estado. A modernização, atingido as áreas econômicas, políticas e sociais; e o modernismo englobando a arte, a cultura e a sensibilidade, foram fatores chaves para se pensar um novo espaço para a Capital de Minas Gerais, concretizando, assim, todo o simbolismo de uma época.

42

A ocupação urbana e social do espaço belo-horizontino.

Belo Horizonte, ao contrário da maioria das cidades, foi construída pela intervenção estatal, num traçado modernizador, inspirado nas experiências urbanísticas das

¹² REIS, Maria Ester Saturnino. *A cidade “paradigma” e a República: o nascimento do espaço Belo Horizonte em fins do século XIX*. 1994. 201.f. Tese (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1994. p. 5.

¹³ RESENDE, Maria Efigênia Lage de. Uma interpretação sobre a fundação de Belo Horizonte. p.149.

¹⁴ “Nós os representantes do povo mineiro, em Congresso Legislativo, decretamos e promulgamos a seguinte lei: Art. 1º Fica designado o Belo Horizonte para aí se construir a capital do estado” (Minas Gerais. Lei adicional à Constituição n.3, de 17 de dezembro de 1893).

cidades européias e norte-americanas, ou seja, uma cidade planejada. Segundo Julião, a criação e a construção da cidade concretizavam os desejos de uma elite que encarava o advento da República como sinal de uma ruptura com o passado, preconizando a modernização e o desenvolvimento nacional¹⁵.

As cidades planejadas, segundo Richard Sennett, no livro *Carne e pedra*, eram pensadas de acordo com a revolução científica da compreensão do corpo humano e de sua circulação sanguínea, proposto por William Harvey em sua obra de 1628 *De motu cordis*. O que Harvey expôs parecia bastante simples: o coração bombeia sangue através das artérias e veias, recebendo-o das veias, para ser bombeado¹⁶. O fato foi que muitos engenheiros e urbanistas fizeram tal analogia a construção de cidades: a livre circulação (como a sanguínea) ao longo das ruas principais, estas se tornando um importante espaço urbano, cruzando áreas residenciais ou atravessando o centro da cidade.

Construtores e reformadores passaram a dar maior ênfase a tudo que facilitasse a liberdade de trânsito das pessoas, imaginando uma cidade de “artérias” e “veias” contínuas, através dos quais os habitantes pudessem se transportar, tais como hemácias e leucócitos no plasma saudável.

Assim, as palavras “artérias” e “veias” entraram para o vocabulário urbano já no início do século XVIII, aplicadas por projetistas que tomaram o sistema sanguíneo como modelo para o tráfego, onde muitos engenheiros estabeleceram uma ligação entre saúde e locomoção/circulação.

O planejamento das cidades, durante o século XIX, basear-se-ia em ideais sanitaristas, de um corpo saudável, limpo e deslocando-se com total liberdade, onde a população poderia respirar livremente, por meio do desenho de uma cidade altamente organizada e compreensiva, onde ruas, avenidas e praças representariam uma ruptura radical com o modelo das cidades de então.

Belo Horizonte não fugiu a estes ideais. Movido pela nova ordem republicana, positivista e científica, inspirado ainda em um repertório urbanístico em alta no estrangeiro, Aarão Reis (atendendo ao governo da época) planejou a cidade também se baseando em ruas

¹⁵ JULIÃO, Leticia. Itinerários da cidade moderna (1891-1920). p.51

¹⁶ SENNETT, Richard. *Carne e Pedra*. Rio de Janeiro: Record, 2006.

como “artérias e veias”. Segundo o artigo n.2, do decreto de n.803 do ano de 1895, sobre o levantamento da planta geral da Capital percebemos tal fato:

A sua área será dividida em seções, quarteirões, lotes, com praças, avenidas e ruas necessárias para a rápida e fácil comunicação dos seus habitantes, boa ventilação e higiene¹⁷.

Ainda segundo Abílio Barreto, no livro, *Memória histórica e descritiva*, Aarão Reis fez as ruas, da área central, da largura de 20m, para a conveniência, arborização e livre circulação de veículos. Já as avenidas estas foram fixadas na largura de 35m, suficiente para dar beleza e conforto a população. E não bastava um modelo traçado somente em soluções arquitetônicas; a gestão moderna da cidade exigia intervenções das mais diversas possíveis como saberes jurídicos, médicos-sanitaristas, estatísticos, entre outros, na busca por respostas a problemas como miséria, falta de saneamento, doenças, densidade populacional e o potencial de tensões e revoltas sociais¹⁸.

Portanto, foi neste contexto de efervescência de idéias, que nasceu a nova Capital de Minas. Num prazo de quatro anos (1893-1897) inaugurou-se a cidade-capital em 12 de dezembro de 1897, que nas palavras de Joaquim Nabuco Linhares se resumirá em:

Hercules e titânicos foram os trabalhos então realizados. Do Nada pode-se dizer, e em tão curto espaço, surgiram as belas avenidas e ruas que aqui estão e os suntuosos edifícios públicos e particulares que garbosos sustentam nesta cidade¹⁹.

Característica de uma cidade que se deseja moderna²⁰, Belo Horizonte não fugiu ao paradigma de ser um local de segmentação. De acordo com o estilo funcional e progressista de urbanismo que se inicia na segunda metade do século XIX, a nova Capital de Minas Gerais também possuía espaços classificados e ordenados de acordo com as funções e necessidades sociais. Tal fato é percebido no projeto/planta do engenheiro Aarão Reis, que dividiu Belo Horizonte em três zonas:

A zona urbana que constituía o espaço moderno e ordenado reservado para as elites mineiras. Possuía avenidas largas, retas, geométricas, infra-estrutura sanitária e técnica, área que deveria ser espelho das cidades mais modernas do mundo; a zona suburbana, fora dos limites da Avenida do Contorno que

¹⁷ Decreto n.803 de 11 de janeiro de 1895. Minas Gerais, Ouro Preto, 1895, p.84. *apud* BARRETO, Abílio. *Memória histórica e descritiva* (história antiga e história média). p.232.

¹⁸ BARRETO, Abílio. *Memória histórica e descritiva* (história antiga e história média) p. 251.

¹⁹ LINHARES, Joaquim Nabuco. Mudança da Capital: apontamentos históricos. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, n.1e2, p.339-382. Ano 10/ 1905. p. 381

²⁰ De acordo com Rogério Pereira Arruda, em seu *Álbum de Bello Horizonte* (2000), o termo moderno significaria um ideal de mudança, de transformação: a busca incessante de um novo tempo.

funcionava como uma fronteira que separava a vida urbana da suburbana, onde as moradias eram sofríveis e os serviços precários; e, por fim, a zona rural, um cinturão verde, onde se localizariam os núcleos coloniais que abasteceriam a Capital de frutas, legumes, verduras e matéria prima para a sua construção²¹

Letícia Julião afirma que esta divisão funcionava como instrumento para o controle da cidade. Fixava-se os seus limites, classificava e hierarquizava os territórios, que deixavam de ser uma “dimensão indefinida” para se transformarem em áreas delimitadas e identificáveis²².

O objetivo desse “enquadramento social” era o de estabelecer uma ordem, dentro da cidade. Nas idéias de Aarão Reis era necessário “traçar com a régua e o compasso uma ordem social harmônica, unitária, onde não haveria lugar para a chamada desordem urbana”²³.

Talvez se possa comparar a nova Capital de acordo com o sistema de disciplina interpretado por Michel Foucault no livro *Vigiar e Punir: o nascimento da prisão*. Na obra o autor expõe que um “indivíduo dócil”, ou seja, disciplinado, oferece funcionalismo, utilidade e habilidade, mas para tanto, seria indispensável submetê-lo a regulamentos constantes (leis, por exemplo) e velar seus exercícios, “enquadrá-lo” no tempo e no espaço. Quanto ao espaço seria necessário, ainda, uma “arquitetura hierárquica” capaz de encaixar os “corpos” e submetê-los ao controle social, neste caso a disciplina, a ordem dentro da multiplicidade. Portanto, o corpo social tornar-se-ia um elemento que se poderia colocar, mover, articular com os outros, reduzindo-o funcionalmente e inserindo-o em um “corpo-segmento” de um conjunto, no qual o corpo se articularia²⁴.

As construções de cidades e a revolução urbanística (cidades planejadas) poderiam se enquadrar nesta concepção de vigília, onde o poder seria exercido a cada olhar, nas ruas largas, vastas e limpas, já que o fato de sempre ser visto é que manteria sujeito o indivíduo disciplinar. Assim, nas palavras de Foucault:

(...) uma arquitetura que não é feita simplesmente para ser vista (fausto dos palácios) ou para vigiar o espaço exterior (geometria das fortalezas), mas para

²¹ OLIVEIRA, Éder Aguiar Mendes de. *A imigração italiana e a organização operária em Belo Horizonte nas primeiras décadas do século XX*. 2004. 93f. Monografia (Especialização em História) – Faculdades Integradas de Pedro Leopoldo, Centro de Pós Graduação, Pedro Leopoldo, 2004. p.34-35

²² JULIÃO, Letícia. *Itinerários da cidade moderna (1891-1920)*. p.57

²³ JULIÃO, Letícia. *Itinerários da cidade moderna (1891-1920)*. p.56

²⁴ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1984. Terceira parte: Disciplina.

permitir um controle interior, articulado, detalhado; para se tornar visíveis os que nela se encontram. Uma arquitetura que seria um operador para transformação dos indivíduos: agir sobre aquele que abriga, dar domínio sobre seu comportamento, reconduzir até eles os efeitos do poder, oferecê-los a um conhecimento, modificá-los. O velho esquema simples do encarceramento e do fechamento (...) começa a ser substituído pelo cálculo das aberturas, dos vazios, das passagens e das transparências²⁵.

Desta forma, as cidades amplas, abertas, livres para passagens e transparentes colocariam fim à multidão compacta e valorizaria a individualidade; seres enquadrados no conjunto do qual foi articulado. Os espaços abertos e iluminados da cidade deveriam colocar todos sob a vista de todos, revelando e neutralizando os perigos da multidão urbana.

O espaço público, neste caso, segundo Richard Sennett em o *Declínio do homem público*, destinava-se apenas à passagem e não à permanência. As ruas amplas eram específicas para movimentação e circulação, uma espécie de *arquitetura da visibilidade*. Tal espaço produziria isolamento, e ao mesmo tempo, controle social, pois os trabalhadores e transeuntes destas estruturas urbanas seriam assim inibidos a se sentirem pertencentes a este local, que seria apenas um meio para se chegar a uma finalidade desejada. Por ser ainda um espaço amplo, aberto e público, acabaria por produzir um isolamento, pois todos estariam visíveis a todos, o que tornaria a liberdade do espaço um conflito com a liberdade do corpo²⁶.

46

No espaço urbano, o individualismo assume um sentido particular. As cidades planejadas do século XIX pretendiam tanto facilitar a livre circulação das multidões quanto desencorajar os movimentos de grupos organizados. Corpos individuais que transitam pela cidade tornam-se gradualmente desligados dos lugares em que se movem e das pessoas com que convivem nesses espaços, desvalorizando-os através da locomoção e perdendo a noção de destino compartilhado²⁷.

Assim, o individualismo das grandes cidades, veio a “amortecer” o corpo moderno, não permitindo que ele se vinculasse. As cidades planejadas passariam então a funcionar como isolante do espaço; praticamente esvaziando-o, impossibilitariam ainda as aglomerações; privilegiariam o corpo em movimento, evitar-se-iam os tumultos.

Destarte, Belo Horizonte, foi concebida com o propósito de assegurar condições de vida acima dos padrões correntes no Brasil do século XIX e de início do século XX,

²⁵ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*: nascimento da prisão. p.154

²⁶ SENNETT, Richard. *O declínio do homem público*: as tiranias da intimidade. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

²⁷ SENNETT, Richard. *Carne e Pedra*. Rio de Janeiro: Record, 2006. p.264-265.

padrões esses coerentes com os vigentes ou preconizados nos grandes centros urbanos europeus e norte-americanos; adequando, ainda, seu espaço aos negócios e ao mesmo tempo criando mecanismos de controle sobre a população mais carente e trabalhadora, onde a modernização acabou se dando de maneira desigual nos diferentes pontos da mesma.

A rigidez do plano da cidade, que destinava a área interna ao perímetro da Avenida do Contorno a funções específicas, expulsou para as zonas suburbanas e rurais as camadas populares. Isto fez com que o crescimento urbano se desse da periferia para o centro, como mostra o quadro:

TABELA 1
Distribuição da população belo-horizontina em 1912

LOCALIZAÇÃO	POPULAÇÃO	%
Urbana	12.033	32
Suburbana	14.842	38
Rural	11.947	30
TOTAL	38.822	100

Fonte: Recenseamento de 1912. MINAS GERAIS, Belo Horizonte, 27 jul. 1912, p.2.

No que se refere à ocupação, tratava-se de atender primeiramente aos funcionários e proprietários, oriundos de Ouro Preto. Segundo Abílio Barreto, o governo do estado cederia gratuitamente um lote de terreno na nova Capital, de acordo com a planta geral, para cada um dos funcionários estaduais que por força de suas funções fossem obrigados a transferir-se para Belo Horizonte; e aos proprietários de casas em Ouro Preto que pagassem o imposto predial (atual IPTU) no exercício do ano de 1890 e que construíssem suas novas residências até o prazo de 17 de dezembro de 1893²⁸. Esta foi uma das formas encontradas pelo governo para vencer a resistência dos que não queriam a mudança.

No bairro dos funcionários concentrou-se a área do funcionalismo público. Tal localidade se constituiu em uma espécie de “cartão de visitas”, pois possuía excelentes casas, ruas simétricas (como em todo traçado, dentro da chamada *área urbana*) e ótimas instalações sanitárias. Já a área Central foi destinada à construção de prédios públicos, do Parque Municipal e da zona Comercial (atual Santos Dumont).

Quanto ao Parque, este era visto como o “pulmão urbano”, órgão respiratório tão

²⁸ BARRETO, Abílio. *Memória histórica e descritiva* (história antiga e história média) p. 238.

importante quanto o coração. O parque era considerado o local de experiência social da cidade. Circulando através de ruas-artérias as pessoas passariam pelo parque, respirando seu ar fresco, da mesma forma que o sangue é refrescado pelos pulmões²⁹. No Parque Municipal belo-horizontino várias construções foram edificadas para enfeitar o “belo jardim”, proporcionando entretenimento aos transeuntes; sendo ainda destinados aos parque inúmeros eventos sociais e esportivos.

Assim, a área central era considerada a mais “atraente”, pois concentrava os serviços urbanos modernos como saneamento, iluminação, etc. Obviamente, por ser o território mais elegante era também o menos acessível, já que seus terrenos eram bem valorizados (dentro das leis de mercado da época). Portanto, a área Central, especificamente o bairro dos Funcionários e as partes altas, próximas às ruas da Bahia, Rio de Janeiro e Espírito Santo, acabou se tornando o lugar das elites, que construíram suas residências, faziam seus negócios e desfrutavam o seu lazer. Os pobres também estavam localizados na área Central, porém ficavam restritos apenas ao Barro Preto, ao *bairro do Quartel* (atual Santa Efigênia) e ao *bairro do Comércio* (atual Hipercentro, ou Centro da cidade).

Já com a população de baixa renda, não houve a mesma preocupação com os assentamentos residenciais. Igual à Paris de Haussmann, nos bairros humildes, a reforma restringiu-se à simples maquilagem, pois atrás dos prédios de fachadas determinadas pelas normas da construção civil, estavam às casas/cortiços com chiqueiros e nenhum tipo de ventilação. Dizia-se que Belo Horizonte cheirava a lenços d’alcobaça e a mofo das secretarias e o outro lado da cidade cheirava a água de colônia, a toucinho e a álcool³⁰.

Ainda de acordo com Julião, as ruas que se abriram nos subúrbios, geralmente, não ultrapassavam a fronteira da avenida. Os quarteirões eram irregulares, os lotes de áreas diversas e as ruas (traçadas em conformidade com a topografia local) tinham apenas 14 metros de largura³¹. Quanto às habitações, eram de construção ligeira e grosseira, denominadas “cafuas”, cujos moradores, *na maior parte das vezes*, eram os operários.

As moradias dos trabalhadores, segundo Berenice Guimarães, em sua tese

²⁹ SENNETT, Richard. *Carne e Pedra*. Rio de Janeiro: Record, 2006. p.267.

³⁰ JULIÃO, Letícia. Itinerários da cidade moderna (1891-1920). p.82

³¹ JULIÃO, Letícia. Itinerários da cidade moderna (1891-1920). p.60

intitulada *Cafuas, barracos e barracões* não existiam no projeto inicial de Aarão Reis³², já que até 1888, com a prevalência do regime de trabalho escravo no país e a existência de senzalas como modelo de moradia desses trabalhadores, não haveria uma preocupação para com a questão. Mesmo havendo no Brasil algumas iniciativas de se encontrar soluções para as residências operárias, elas ainda não haviam se tornado ponto social e político digno de atenção do poder do Estado.

De início, os operários residiam em “cafuas, barracos e barracões”³³ desconfortáveis e provisórios, junto às obras. Essas casas seriam demolidas logo ao término das obras. Localizavam-se no Córrego do Leitão (no Barro Preto) e na Favela ou Alto da Estação (no atual bairro de Santa Tereza), ambas na zona urbana da cidade.

Em 1898, o “incômodo” provocado pela presença de duas áreas de aglomeração de cafuas e barracos na zona urbana levou o Prefeito Adalberto Ferraz a designar o quarteirão 16 da 6ª Secção suburbana (Lagoinha) para ser vendido em lotes aos habitantes provisórios dos bairros do Leitão e Alto da Estação, nesta Capital³⁴.

Os lotes seriam vendidos ao preço de 10 réis o metro quadrado e sob a condição de as casas serem imediatamente construídas para que as cafuas fossem demolidas tão logo a moradia estivesse pronta. Diferente da zona urbana, onde havia exigências mais rigorosas para as construções das casas (como a proibição da existência de estábulos, chiqueiros e casas de capim), na zona suburbana e rural não havia nenhuma restrição.

Em 1900, o então Prefeito Bernardo Pinto Monteiro, vinha fazendo concessões de lotes a título provisório e gratuito a operários e proprietários de cafuas na região da Praça Raul Soares e na zona da 8ª Secção do Barro Preto, sendo tal medida justificada da seguinte forma:

Não sendo fácil aos pobres operários, dignos de todas as atenções do poder público, a construção, na zona suburbana, de casas dos tipos adaptados pela Prefeitura, para construções congêneres, vime obrigado a ceder-lhes,

³² GUIMARÃES, Berenice Martins. *Cafuas, barracos e barracões*: Belo Horizonte, cidade planejada. 1991.323. f. Tese (Doutorado em Sociologia) –Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1991. p. 71-72

³³ “Cafuas eram as casas de barro, cobertas de capim; os barracos eram feitos de tábuas, cobertos de capim ou zinco e ambos podem estar localizados ou não em áreas invadidas; já os barracões eram construções de alvenaria levantadas, em geral, nos fundos de outras casas”. GUIMARÃES, Berenice Martins. *Cafuas, barracos e barracões*: Belo Horizonte, cidade planejada. p.64-65.

³⁴ GUIMARÃES, Berenice Martins. *Cafuas, barracos e barracões*: Belo Horizonte, cidade planejada. p.91

gratuitamente, lotes em ponto afastado, na vasta explanada que vai ao Calafate, para onde provisoriamente estão sendo transferidos³⁵.

A disputa por um lugar na cidade, às vezes saía do silêncio e se manifestava, por meio de reclamações, denúncias e queixas em jornais, como na visão do jornal *O Operário* que demonstrou a insatisfação da classe popular, alegando que tal medida não representava a solução do problema:

O digno Prefeito desta Capital baixou uma portaria ordenando a demolição das cafuas do Córrego do Leitão. Louvaríamos o ato do Sr. Prefeito se as cafuas fossem condenadas definitivamente, mas como no Barro Preto está se edificando uma nova cidade de cafuas não compreendemos o motivo porque manda-se desalojar os pobres operários com grandes danos dos seus interesses. Cafuas por cafuas podia deixar as que já estavam.³⁶

Na verdade, segundo Guimarães, a relação do poder público com a questão da moradia e da higiene para o trabalhador prendia-se mais a uma visão estética do que a uma visão social³⁷. As cafuas comprometeriam a imagem de Belo Horizonte, o que provocou a adoção de um conjunto de medidas legais, cujo objetivo era preservar a concepção da “cidade-modelo” e, em especial, a zona urbana, que era o “cartão de visita” belo-horizontino. Na representação imaginária do poder público, e mesmo das elites, a insalubridade (que era tida como símbolo dos pobres) era algo aliado à desordem e imoralidade, sendo que a pobreza manchava o cenário civilizatório da nova Capital.

A vila operária do Barro Preto criada oficialmente em 1902 já não era suficiente, sendo que em 1917 o prefeito Cornélio Vaz de Mello concede nova área ao operariado, agora no local denominado “pasto do mercado”. E mais uma vez, percebemos que na solicitação do prefeito esteve implícita a intenção de manter os trabalhadores isolados da área urbana, já que:

A razão da presente solicitação prende-se ao grande desenvolvimento que tem tido a constituição de pequenas cafuas, em vários pontos do patrimônio municipal³⁸.

³⁵ MONTEIRO, Bernardo Pinto. Relatório apresentado pelo Prefeito ao Conselho Deliberativo da Capital. Belo Horizonte, 1899-1902. Imprensa Oficial. *apud* GUIMARÃES, Berenice Martins. *Cafuas, barracos e barracões*: Belo Horizonte, cidade planejada. p.97-98

³⁶ O OPERÁRIO, órgão da liga operária, Belo Horizonte, 02 set. 1900. p.2. Há ainda neste exemplar uma forte indignação, por parte dos líderes da Liga operária, no que diz respeito ao silêncio da imprensa para com as manifestações da mesma em busca de melhores condições de labuta. A indignação se dirige principalmente com a não notificação da petição enviada ao Congresso do estado (pela Liga) no que tange a possíveis regulamentações de leis trabalhistas. Mas para este artigo, o que nos interessa é apenas a citação exposta.

³⁷ GUIMARÃES, Berenice Martins. *Cafuas, barracos e barracões*: Belo Horizonte, cidade planejada. p.100.

³⁸ PLAMBEL. *O processo de desenvolvimento de Belo Horizonte: 1897-1970*. p.144.

Em 1918 o prefeito voltou a insistir na necessidade de “localizar definitivamente o proletário da Capital”. E em 1920 destinou alguns terrenos da Lagoinha para a localização de mais uma vila operária.

Assim, podemos concluir que esta “revolução” urbana acabou empurrando os “humildes cidadãos” e concentrando-os em lugares distantes do perímetro urbano da nova Capital. Seguindo as idéias de Haussmann, Aarão Reis separou a área Central das comunidades pobres, ao projetar largas avenidas, principalmente a Avenida do Contorno, que fez jus ao nome: contornar a cidade e servir como uma fronteira sutil entre a vida urbana e suburbana.

Além da derrubada das cafuas da área central, o governo também procurou disciplinar os homens despojados de bens, em sua maioria, os trabalhadores. Com as modificações sofridas nas relações de trabalho, no final do século XIX, com o fim da escravidão, as classes dominantes procuraram ajustar os operários assalariados a novos dispositivos de repressão: eram mecanismos mais sutis e disseminados por toda sociedade, como exemplo a adaptação dos mesmos aos serviços de higiene e a polícia. E o estado teve um papel fundamental neste assunto, pois mesmo havendo uma ausência de legislação trabalhista, tanto os modelos de salubridade quanto as ordens policiais, eram mecanismos disciplinadores da massa de trabalhadores urbanos. Estas estruturas estariam incumbidas de assegurar a ordem pública na cidade, o que representaria submeter os espaços de moradia, lazer e mesmo o trabalho das classes populares a expedientes normativos, aliados a uma vigilância e repressão sistemática³⁹.

Antes mesmo da inauguração da Capital foi transferido da cidade de Sabará o destacamento militar que se instalou na Praça Belo Horizonte (bairro de Santa Efigênia). De acordo com os estudos da Superintendência de desenvolvimento da região metropolitana, as ações das forças de segurança eram chamadas a atuar, sobretudo na vila operária (Barro Preto) em incidentes entre estrangeiros e nacionais e na dissolução de reuniões operárias de caráter reivindicatório⁴⁰.

Desta forma, percebemos que todo e qualquer desvio dessa ordem original era tido

³⁹ JULIÃO, Leticia. Itinerários da cidade moderna (1891-1920). p.85.

⁴⁰ PLAMBEL. *O processo de desenvolvimento de Belo Horizonte: 1897-1970*. p.106.

como caos urbano. A intenção (ou tendência) dos construtores da nova Capital tornar-se-ia a de impedir as manifestações da pluralidade dos habitantes sendo estas suscetíveis de serem banidas do espaço citadino.

Considerações finais

A nova Capital, que foi construída para se tornar o pólo dinamizador da economia mineira e com o objetivo de tentar trazer a unidade ao estado, também acabou por ser tornar uma cidade hierarquizada.

Planejando uma urbe em moldes rígidos, a Comissão Construtora acabou por estratificar o espaço social da Capital do estado ao privilegiar (mesmo que sem uma intenção inicial) uma elite belo-horizontina e “expulsar” a classe popular (principalmente os operários) da área central.

Partindo deste pressuposto, é interessante se questionar como uma ordem que tentava formar uma nação (a República) na cidade-capital passou a negar a participação política dos setores populares e a contrariar os princípios de liberdade e igualdade, ao adotar mecanismos de disciplinamentos. Neste caso a nascente Belo Horizonte estava mais preocupada com controle da massa social, fazendo cidadãos ativos apenas uma pequena elite dos estratos médios e altos da sociedade. A rua, mesmo prometendo lazer (o parque, por exemplo) e diferentes meios de se ganhar a vida, era também (e principalmente para a classe popular) um local de insegurança, onde homens pobres conviviam diariamente com a arbitrariedade e a violência da polícia no espaço público.

Artigo recebido em 18/12/2008 e aprovado em 07/03/2009.

QUANDO A CONVERSÃO AO CRISTIANISMO NÃO FOI O SUFICIENTE. O CASO DOS JUDEUS- CONVERSOS ESPANHÓIS

Kellen Jacobsen Follador

Mestranda do Programa de Pós-Graduação
em História Social das Relações Políticas da
Universidade Federal do Espírito Santo
kellenjf@yahoo.com.br

Resumo

Desde o surgimento do Cristianismo, os judeus sofreram restrições diversas dentro da sociedade cristã. Durante a Idade Média o conflito judaico-cristão se acirrou e por vários momentos os judeus foram perseguidos, convertidos ao Cristianismo ou mortos. Apesar de esses acontecimentos se repetirem por toda a Crístandade, foi na Península Ibérica, reduto secular de comunidades judaicas, que os conflitos se intensificaram. Quando as conversões não mais conseguiram resolver a questão judaico-cristã os conversos se transformaram nos novos alvos das querelas. O problema passava a ser duplo: de um lado a comunidade judaica e de outro os conversos ou cristãos-novos. Para isso, os cristãos-velhos criaram os estatutos de pureza de sangue que excluíam socialmente todos os cristãos de ascendência judaica.

Palavras-chave: converso, cristão-velho, limpeza de sangue.

Abstract

Since the advent of Christianity, the Jews have suffered many restrictions within the Christian society. During the Middle Ages the Judeo-Christian conflict is fierce and by several times the Jews were persecuted, killed or converted to Christianity. Although these events are repeated throughout Christendom, it was on the Iberian peninsula, stronghold of secular Jewish communities, that conflicts have intensified. When conversions did not resolve the issue Judeo-Christian anymore, the converts have become the targets of the new quarrels. The problem became twofold: on one hand the Jewish community and on the other Christian converts or the New Christians. For this reason, the Old Christians created the statutes of blood purity that socially excluded all Christians of Jewish descent.

Keywords: convert, old christian, blood cleaning.



Introdução

As últimas décadas do século XIV não trouxeram boas lembranças para aqueles que professavam o Judaísmo. Catástrofes naturais e epidemias, como a Peste Negra, foram apontadas como um castigo enviado dos céus em decorrência dos pecados cometidos por alguns grupos, dentre eles o judeu. Nessa época, a Espanha¹ se tornou palco de vários ataques às comunidades judaicas, orquestrados por aqueles que comungavam de uma imagem maléfica dos seguidores de Moisés. O ano de 1391 marcou a história da Hispânia e das comunidades judaicas, devido ao fato de se promoverem perseguições antijudaicas, mortes e conversões forçadas de judeus. A partir desse marco, os reinos espanhóis conheceram em larga escala os problemas advindos das conversões, fossem elas forçadas ou voluntárias.

O cristão-novo, isto é, o judeu que se converteu ao Cristianismo, foi personagem de conflitos que se estenderam durante todo o século XV. O auge de tais conflitos surgiu a partir do Tratado de Pureza de Sangue, escrito pelo cristão-velho Pero Sarmiento. A *Sentencia-Estatuto* era resultado de graves tensões sociais que existiam na Hispânia, especificamente em Toledo, desde o final do século anterior e sua promulgação levou os conversos e seus descendentes à exclusão de cargos públicos civis. O discurso, marcado por um sentimento de desprezo, que influenciou na redação do Estatuto de Pureza de Sangue, posteriormente, ajudou a consolidar um posicionamento em relação à participação dos conversos em determinados segmentos sociais como ordens religiosas, militares, confrarias e universidades. O Estatuto de Pureza de Sangue surgido em meados do século XV encontrou seu ápice nos séculos XVI e XVII, sendo extinto apenas no século XVIII.

O problema converso e a *Sentencia Estatuto*

No final do século XIV a Hispânia foi palco da incompreensão religiosa e da hostilidade dos cristãos para com os judeus.

Nesse contexto, os representantes da Igreja de Roma possuíam um importante papel, já que eram os intermediários entre os fiéis e a Divindade. De forma geral, o clero acreditava que o Mundo era um campo de batalha entre o Bem e o Mal, sendo sua tarefa a escolha daqueles

¹ Apesar da Espanha ainda não existir no período do recorte temporal utilizado, e sim os reinos de Castela e Aragão, quando tratarmos do território de forma generalizada nos serviremos da nomenclatura *Hispânia* e quando especificamente, nos reportaremos aos vários reinos existentes à época.

que seriam combatidos, fossem esses seres sobrenaturais, humanos ou uma mistura de ambos. Para esses guerreiros de Cristo toda manifestação do Mal deveria ser combatida², e, possivelmente, para esses clérigos os judeus faziam parte do mundo sombrio. Esse comportamento, na maioria das vezes, oriundo do povo e do baixo clero é facilmente compreendido devido à maneira radical com a qual tratavam as interpretações bíblicas.

Na Idade Média os cristãos levavam às últimas consequências as palavras de Cristo, onde “quem não é por mim é contra mim”³ e como consequência “toda árvore que não produzir bons frutos será cortada e lançada ao fogo”.⁴

Dessa forma, com o aval da Igreja de Roma, os grupos antijudaicos puderam rivalizar abertamente com aqueles que consideravam inimigos da Cristandade, culpando os judeus de todos os problemas econômicos e sociais existentes. Muitos cristãos acreditavam que os problemas econômicos e sociais eram ocasionados pelos judeus, pelo fato deles serem os grandes responsáveis pela arrecadação dos impostos reais. Isso ocorria porque o povo considerava como os causadores de seus infortúnios aqueles que cobravam diretamente o imposto, isto é, os judeus, e, não o monarca que os empregava para tal serviço.

Nesse ínterim, no ano de 1378 o arcediogo⁵ de Écija, Fernando Martinez, inicia suas pregações que incitavam o ódio da população para com os seguidores de Moisés. Aos seus sermões se opuseram o cardeal Pedro Gomes Barroso, arcebispo da diocese sevilhana e o rei de Castela, João I. Fernando Martinez foi sentenciado em 1389 pelo arcebispo de Sevilha, Pedro Gomes Barroso, e proibido de pregar contra os judeus sob pena de excomunhão⁶, mas, a morte do arcebispo e do rei João I em 1390, seguindo-se da regência formada pelos tutores do jovem Henrique III levou a um clima de impunidade, já que, os regentes não conseguiram impor uma autoridade de modo a prevenir e punir os atos cometidos contra os judeus.

Devido às pregações de Martinez os judeus temiam por suas vidas e seus bens, pois, as pregações do arcediogo poderiam levar à ira do povo. As “coisas más e desonestas” que eram declaradas por Martinez não constam nos documentos da Igreja Sevilhana⁷, porém, podemos ter

² FRANCO JR., Hilário. *A Idade Média: nascimento do Ocidente*. São Paulo: Brasiliense, 2006, p. 147

³ BÍBLIA. Português. *Bíblia de Jerusalém*. São Paulo: Paulus, 2006, Mateus 12, 30

⁴ BÍBLIA, Mateus 7, 19

⁵ Dignitário eclesiástico que recebe do bispo certos poderes junto dos párocos, curas e abades de uma diocese

⁶ LOS RIOS, Jose Amador de. *Historia social, política y religiosa de los judíos de España y Portugal*. Madrid: Aguilar, 1973. p. 952-953

⁷ O documento citado por Los Rios foi pesquisado no Arquivo da Patriarcal Igreja de Sevilha e Primado de Toledo

uma idéia das declarações do clérigo por meio de sua pregação contra as sinagogas, quando mencionava que eram “guaridas do diabo”.⁸

Assim, as pregações de Fernando Martinez que se iniciaram por volta de 1378 chegaram à última década do século XIV com grande vigor e um número cada vez maior de adeptos. Tais pregações inflamavam continuamente aqueles cristãos que desejavam o fim das comunidades judaicas, fosse devido à religião ou conflitos sociais entre ambas as comunidades.

Assim, no início de 1391 as aljamas de Sevilha foram atacadas por cristãos que espalharam terror, morte e conversões por toda a cidade, e, posteriormente, por todo o reino de Castela e Aragão. Portanto, durante os ataques às aljamas em 1391, muitos judeus consideraram como forma de sobrevivência a conversão ao Cristianismo, fosse ela voluntária ou, como em muitos casos, forçada. Como consequência das conversões e baseando-se no direito eclesiástico, os conversos eram considerados cristãos, mas a convivência com os cristãos-velhos não foi tão pacífica e os neófitos não possuíam na prática a mesma respeitabilidade que os que eram cristãos há várias gerações.⁹

A autora Rica Amrán Cohén acredita que muitos judeus se converteram voluntariamente ao Cristianismo por razões distintas como: o medo provocado pelos acontecimentos daqueles dias de 1391 e o convencimento pessoal. A autora afirma que o grau de conhecimento a respeito do dogma cristão era diferente entre os judeus e que alguns pensavam em voltar à antiga fé depois que os distúrbios cessassem. Porém, encontrando-se convertidos o papel da Igreja de Roma seria o de doutriná-los e considerá-los cristãos, sem questionar os motivos que proporcionaram tais conversões. Assim, a partir de 1391, as conversões em massa levaram um grande número de judeus a professar o Cristianismo. Surgia um novo fenômeno, que, até aquele momento, não era tão expressivo: os conversos. Anteriormente as conversões de judeus ao Cristianismo eram “eventos” ocasionais, casos isolados de conversões que geralmente ocorriam em períodos de crises.¹⁰

Após 1391 outros ataques às comunidades judaicas ocorreram de forma esporádica. A última década do século XIV marcou profundamente a vida de cristãos e judeus aumentando as animosidades entre os dois grupos. A segunda década de 1400, presenciou novas conversões e

⁸ LOS RIOS, Jose Amador de. *Historia social, política y religiosa de los judíos de España y Portugal*, p. 581-582.

⁹ TORRES, Max Sebastián Hering. *Limpieza de sangre: ¿Racismo en la Edad Moderna? Tiempos modernos: Revista Electrónica de Historia Moderna*, nº 9, 2003, p. 02. Asociación Tiempos modernos. <www.cervantesvirtual.com>. Acesso em: 12 de janeiro de 2007

¹⁰ COHÉN, Rica Amrán. *De Pedro Sarmiento a Martínez Siliceo: la "génesis" de los estatutos de limpieza de sangre*. Alicante: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 2006, p. 02. Disponível em: <www.cervantesvirtual.com>. Acesso em: 12 de janeiro de 2007

violências físicas contra os judeus devido aos resultados de uma disputa religiosa que ocorreu na cidade de Tortosa¹¹. Essa disputa consistiu, segundo Luis Suárez, numa catequese e não num debate. O papa Benedito XIII¹² enviou um chamado aos rabinos das aljamas para que comparecessem à cidade aragonesa de Tortosa em 15 de janeiro de 1413; porém, o que os rabinos não sabiam é que ali se desejava consumir uma catequese, onde reconheceriam os erros que o Talmude continha, e, a partir disso, aceitariam o verdadeiro Messias.¹³ O autor Yitzhak Baer demonstra que o encontro se realizou e visou desde o princípio a negação do Talmude como fundamento da verdade judaica e a comprovação da verdade da fé cristã, pois “O papa [Benedito XIII] insistiu no que havia dito nas convocações: que não era sua intenção promover uma disputa entre duas partes iguais, senão provar através do Talmude os dogmas da fé cristã, os quais estavam acima de toda dúvida”.¹⁴

Desta forma, as sessões de Tortosa que começaram em sete de fevereiro de 1413 se estenderam por dois anos. O converso Jerônimo de Santa Fé propunha, por meio da Bíblia Hebraica e do Talmude, provar que Jesus era o verdadeiro Messias, e, desta forma, sanar as dúvidas de alguns judeus sobre o assunto, obtendo mais conversões. Até o final da disputa, muitas conversões se realizaram na própria cidade de Tortosa e também fora dela, pois, os clérigos cristãos aproveitavam a saída dos rabinos e persuadiam os moradores das aljamas a se converterem.¹⁵

Os ataques às comunidades judaicas castelhanas e aragonesas, com assassinatos e conversões em 1391 e as conversões durante o Debate de Tortosa, não resolveram a questão judaica nos reinos ibéricos. O problema se arrastou por décadas com uma nova roupagem. Agora não mais os judeus dominavam a administração econômica do reino, sendo arrecadadores de impostos, tesoureiros e prestamistas. Os novos vértices do conflito foram os

¹¹ A Igreja Católica promoveu durante a Idade Média três debates contra o Talmude. O Debate de Paris (1240), o Debate de Barcelona (1263) e o Debate de Tortosa (1413-1414). Em Paris, o que houve foi um ataque visando exclusivamente o Talmude, enquanto que nos demais além da investida contra o Talmude tentaram provar que ele possuía provas a favor da verdade do Cristianismo. In: MACCOBY, Hyam. *O judaísmo em julgamento*. Os debates Judaico-Cristãos na Idade Média. Imago, 1993, p. 23.

¹² No contexto do Cisma do Ocidente, o papa Benedito XIII recebeu o título de anti-papa porque foi destituído do cargo no Concílio de Pisa em 1409, que o depôs de Avignon e depôs Gregório XII de Roma, substituindo-os por Alexandre V que não obteve reconhecimento nem dos dois papas rivais nem de nenhuma casa real. Mesmo assim, Alexandre V tomou Avignon, obrigando Benedito XIII a fugir para Peñíscola, em Aragão. Em 1414 iniciou-se o Concílio de Constança que afastou os três papas rivais João XXIII (sucessor de Alexandre V), Gregório XII e Benedito XIII, e, instalou em Roma do Papa Martinho V, universalmente aceito.

¹³ SUÁREZ, Luis. *La expulsión de los judíos de España*. Madri: Mapfre, 1991, p. 219

¹⁴ BAER, Yitzhak. *Historia de los judíos en la España Cristiana*. Altalena, s.d., p. 447

¹⁵ SUÁREZ, Luis. *La expulsión de los judíos de España*, p. 220

judeus convertidos ao Cristianismo, na grande maioria batizados à força e impelidos a aceitar uma causa que não lhes pertencia.

Segundo Nájera, no final do século XIV e também no século XV, muitos conversos da Hispânia viviam conforme os conselhos de Maimônides¹⁶, mantendo a apostasia “externa” e a fidelidade “interna” à Lei. Fidelidade geralmente praticada no interior de suas residências para não levantar suspeitas. Assim, como havia judeus convertidos ao Cristianismo que o fizeram com sinceridade, havia muitos para quem o ato do batismo não foi mais que um meio de sobrevivência. Esses últimos permaneciam como judeus, exceto na observância pública, seguindo, dessa forma, a teoria de Maimônides. Esses conversos, na verdade, eram judeus que viviam uma dualidade: observavam o *shabat* em casa e assistiam à missa aos domingos.¹⁷

Esse retorno ao Judaísmo ocorria, na maioria dos casos, porque para aqueles que haviam nascido no Judaísmo e praticado essa religião e seus ritos por toda a vida, tornar-se cristão e não receber a instrução devida na nova religião deixava-os em tal “orfandade, que mais de um se viu atraído a regressar a suas antigas orações e ritos”.¹⁸ Essa relação com a religião judaica se intensificava por meio da continuidade nos hábitos culturais, linguísticos e econômicos, denominado por “judaísmo sociológico”, fator que dificultava a assimilação dos neófitos com a religião e ritos cristãos.¹⁹

Logo, podemos verificar que a Igreja não conseguiu instruir esse grande contingente neófito, que, mal assimilado, transitava entre o Cristianismo e o Judaísmo, praticando os princípios religiosos das duas religiões sem saber que isso era condenado tanto pelo Judaísmo quanto pelo Cristianismo. No geral, muitos conversos continuavam morando e trabalhando nos bairros judaicos, bem próximos àqueles que não se converteram. Essa proximidade

¹⁶ Considerado o maior dos pensadores judeus medievais, Maimônides exerceu grande influência tanto no meio judaico como fora dele, e procurou conciliar os princípios religiosos com o conhecimento fundado na razão baseando-se em Aristóteles. Médico, cientista, talmudista, filósofo de imenso saber, empreendeu uma nova apresentação de toda a tradição judaica tomando Aristóteles como referência, além de, em sua Epístola sobre a apostasia, ter dado conselhos aos judeus sobre como agir sob a opressão.

¹⁷ NÁJERA, Francisco Illescas. De la convivencia al fracaso de la conversión: algunos aspectos que promovieron el racismo antijudío en la España de la Reconquista. In: *Revista de humanidades: Tecnológico de Monterrey*, nº 14, 2003, p. 245. < dialnet.unirioja.es>. Acesso em: 12 de janeiro de 2007

¹⁸ OBRADÓ, María del Pilar Rábade. La instrucción cristiana de los conversos en la Castilla del siglo XV. *En la España medieval*, nº 22, 1999, p. 380. Universidad Complutense: Departamento de Historia Medieval <www.ucm.es/info/media/>. Acesso em: 12 de janeiro de 2007

¹⁹ FERNÁNDEZ, Ernesto García. Los conversos y la Inquisición. *Clío & Crímen: Revista del Centro de Historia del Crímen de Durango*, nº 2, 2005, p. 218. Centro de Historia del Crímen de Durango <www.durango-udala.net/>. Acesso em: 12 de janeiro de 2007

desencadeava a suspeita de heresia, já que se desconfiava que os neófitos retornavam à antiga religião com o passar do tempo.²⁰

Essas desconfianças em relação aos conversos levavam a maiores animosidades entre esse grupo social e o grupo dos cristãos-velhos. Assim, o longo século XV seria palco para mais querelas provocadas pelos Tratados de Pureza de Sangue²¹ e pelo Tribunal da Inquisição²².

Em relação aos Tratados de Pureza de Sangue e os conflitos toledanos de 1449 que os originaram, Julio Valdeon Baruque²³ acredita que “o antissemitismo, que ocorreu com grande violência na segunda metade do século XV, foi uma vez mais um conflito social mascarado de enfrentamento religioso”. Benito Ruano, por sua vez, menciona que os estatutos, que, se baseavam na *Sentencia-Estatuto de Pero Sarmiento*, eram a “materialização deste novo espírito diferenciador que limitava determinados direitos pessoais a quem, sendo ou proclamando-se cristão, não provasse proceder absolutamente de ascendência *limpia*”.²⁴

Depois das conversões forçadas que ocorreram no final do século XIV e durante a primeira metade do século XV os judeus batizados ascenderam a funções públicas e profissões, vedadas aos judeus, visto gozarem do *status* de cristãos, e, devido a isso, alcançaram uma surpreendente mobilidade social. A posição social dos cristãos-novos estimulou reações de inveja e angústia no restante da sociedade, principalmente cristã-velha. Somando-se ao desempenho profissional, encontramos outro fator que desagradava aos cristãos-velhos: a suspeita de criptojudaísmo, praticado por alguns neófitos principalmente da primeira geração, que, continuaram seguindo a religião de Moisés sob a proteção do Cristianismo.²⁵

²⁰ NÁJERA, Francisco Illescas. De la convivencia al fracaso de la conversión: algunos aspectos que promovieron el racismo antijudío en la España de la Reconquista, p. 246

²¹ Há controvérsias entre os autores que abordam o tema. Elias Lipiner em seu dicionário dedicado à Inquisição traz o verbete “Limpeza de sangue e geração”, onde se lê: “Culto racista da pureza do sangue, consagrado pela Inquisição”, In: *Santa Inquisição: terror e linguagem*. Rio de Janeiro: Documentário, 1977, p. 97. Yitzhak Baer menciona “La guerra civil racial”, In: *Historia de los judíos en la España Cristiana*, p. 530. O autor Max Sebastián Hering Torres, em obra citada neste artigo, acredita não se tratar de racismo tal como se conhece pelo termo do século XX. Nessa linha, o autor Jaime de Salazar y Acha escreve “Pese a lo que pueda parecer no se trata, en principio, de un concepto racista, sino de pureza ideológica” In: *La limpieza de sangre. Revista de la Inquisición: intolerancia y derechos humanos*, n.º. 1. Madrid: Universidad Complutense, 1991, p. 293. <www.cervantesvirtual.com>. Acesso em: 12 de janeiro de 2007.

²² Em 1478 foi promulgada a bula pontifícia, a pedido dos reis católicos Isabel e Fernando, que autorizava a implantação do Tribunal da Inquisição. O primeiro tribunal teve como destino a cidade de Sevilha e em 1480 já se encontrava em pleno funcionamento. In: POLIAKOV, Leon. *De Maomé aos Marranos: história do anti-semitismo II*. São Paulo: Perspectiva, 1996, p.157.

²³ BARUQUE, Julio Valdeon. *Los conflictos sociales em el reino de Castilla em los siglos XIV y XV*. Madri: Siglo XXI, 1979, p. 174

²⁴ RUANO, Eloy Benito. *Los orígenes del problema converso*. Alicante: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 2003, p. 08. Disponível em: <www.cervantesvirtual.com>. Acesso em: 12 de janeiro de 2007

²⁵ TORRES, Max Sebastián Hering. *Limpieza de sangre: ¿Racismo en la edad moderna?*, p. 06

Todo sentimento de rancor que os cristãos-velhos toledanos sentiam por seus irmãos neófitos foi materializado no conflito que deu origem a *Sentencia-Estatuto* de Pero Sarmiento. O estopim foi a cobrança de um determinado imposto.

Em 26 de fevereiro de 1449 Álvaro de Luna, favorito²⁶ do rei João II de Castela, impôs à cidade de Toledo o pagamento de um tributo destinado à Coroa que seria cobrado pelos conversos que compunham a quase totalidade dos arrecadadores de impostos. Aproveitando o momento, o cristão-velho e alcaide da cidade de Toledo, Pero Sarmiento incitou uma campanha contra os conversos que resultou em sangrentos distúrbios e várias destruições.²⁷

Yitzhak Baer menciona que uma das primeiras atitudes dos revoltosos foi queimar a casa do converso Alonso Cota, um dos funcionários responsáveis pela arrecadação do imposto. O alcaide Pero Sarmiento tomou o governo da cidade e deu ordens para prender alguns dos mais importantes conversos e os condenou à fogueira, depois de submetê-los a um interrogatório jurídico-religioso e obter a confissão de que judaizavam, apesar de não sabermos até que ponto essa confissão era real ou oriunda de violências durante o interrogatório. Logo após a ratificação da heresia praticada pelos neófitos, o alcaide promulgou a *Sentencia-Estatuto*.²⁸

O documento de Pero Sarmiento traz várias acusações sobre os conversos como: os erros dogmáticos, a relação com Dom Álvaro de Luna e a aliança que os judeus fizeram com os mouros à época da invasão muçulmana na Península Ibérica. O estatuto caracteriza pejorativamente o grupo converso, tentando provar que eles objetivavam prejudicar a comunidade cristã-velha. Quanto aos cargos públicos ocupados por conversos, a *Sentencia-Estatuto* mostra que,

[...] los conversos del linage de los judíos, por ser sospechosos en la fe de nuestro Señor e Salvador Jesuchristo, en la qual frecuentemente bomitan de ligero judaizando, no pueden haber oficios ni beneficios públicos ni privados tales por donde puedan facer injurias, agravios e malos tratamientos a los christianos viejos lindos, ni pueden valer por testigos contra ellos; por ende sobre esta razón fue dado privilegio a esta dicha cibdad y vecinos de ella por el rey Don Alfonso de gloriosa memoria, que los tales conversos no oviesen, ni podiesen haber los dichos oficios ni beneficios so grandes e graves penas.²⁹

²⁶ No contexto das monarquias européias, o favorito era um protegido do rei que o aconselhava na política e na vida pessoal. Muitos judeus desempenharam essa função junto aos monarcas na Península Ibérica.

²⁷ TORRES, Max Sebastián Hering. *Limpieza de sangre: ¿Racismo en la edad moderna?*, p. 07

²⁸ ²⁸ BAER, Yitzhak. *Historia de los judíos en la España Cristiana*, p. 530

²⁹ LARA, Manuel Muñón de. *Historia de España*. Barcelona: Labor, 1982, p. 321

Pero Sarmiento menciona que a proibição aos conversos de possuírem ofícios e benefícios públicos foi ditada pelo rei Dom Afonso como um privilégio da cidade de Toledo. Porém, Benito Ruano destaca que o tema é discussão entre os historiadores, não alcançando resultado definitivo. Talvez Román de la Higuera tenha chegado mais próximo de uma resposta quando declara que provavelmente os toledanos se basearam em uma carta de Afonso XI³⁰ que mencionava a proibição de cargos públicos para os judeus e não para os conversos, como queria Pero Sarmiento.

O alcaide representava o grupo dos cristãos-velhos toledanos e sua *Sentencia-Estatuto* expõe, dentre outros, os problemas advindos da função de cobrador de impostos exercida por grande parte dos conversos, como mencionado no documento:

[...] por consiguiente lo han fecho e cada facen los dichos conversos descendientes de los judíos, los cuales por las grandes astucias y engaño han tomado e llevado e robado grandes e innumerables quantías de maravedís e plata del rey nuestro señor e de sus rentas [...] y allende de todo esto todos los maravedís de las rentas e propios de la dicha cibdad consumidos en intereses e haciendas propias, así por tal manera, que todos los bienes y honras de la patria son consumidos y destruidos y ellos son fechos señores para destruir la santa fe cathólica y a los christianos viejos en ella creyentes.³¹

A *Sentencia-Estatuto* não foi aceita pela autoridade eclesiástica, apesar dos esforços dos cristãos-velhos toledanos que enviaram uma comitiva a Roma para obter o aval do papa. Nicolau V reprovou a atitude dos revoltosos por meio da bula *Humani generi inimicus* promulgada logo após o estatuto toledano, em setembro de 1449. O papa combateu os cristãos-velhos que promoveram a segregação dos conversos toledanos pregando o contrário daquilo que foi defendido pelos revoltosos, isto é, a unidade da congregação cristã, fosse ela formada por fiéis de limpa, gentil ou hebraica ascendência³². Dessa forma, o papa reforçava a idéia de que não deveria haver diferenciação entre os cristãos, independente de virem de famílias: cristãs-velhas, isso é, de limpa ascendência; de famílias hebraicas, que eram tidas pelos revoltosos como de impura ascendência; ou de gentil ascendência, no caso daqueles convertidos de outras religiões que não o Judaísmo ou Cristianismo.

O papa Nicolau V repeliu qualquer discriminação baseada na ascendência. Para isso se baseou na Bíblia e nos fundamentos jurídicos do próprio reino de Castela, por meio de “cartas autênticas dos ilustres príncipes Afonso, chamado o Sábio, e Henrique, e o atual caríssimo

³⁰ O rei Afonso XI reinou entre os anos de 1325 e 1350. Segundo Román de la Higuera, as ordenações da carta citada não foram colocadas em prática pelo rei Afonso XI.

³¹ LARA, Manuel Muñón de. *Historia de España*, p. 323

³² RUANO, Eloy Benito. *Los orígenes del problema converso*, p. 17

nosso filho João, Rei de Castela e Leão..., conferidas de seus selos e por Nós vistas e maduramente examinadas”. Dessa forma, Nicolau V estabelecia uma punição que atendia aos preceitos religiosos e institucionais do reino. Independente da seita a qual pertenciam os novos fiéis, a partir da bula papal *Humani generi inimicus* ficava expressamente proibida, sob pena de excomunhão, a negação ao acesso dos neófitos aos mesmos direitos religiosos e civis dos cristãos-velhos.³³

Toda a crítica em relação a *Sentencia-Estatuto* não bastou para calar os cristãos-velhos que não aceitavam a participação dos conversos na administração do reino. Dessa forma, o estatuto de Pero Sarmiento encontrou adeptos e defensores, como foi o caso de *El Memorial* de Marcos Garcia de Mora, mais conhecido como Marquillos de Mazarambrós.

O autor de *El Memorial* tentava legitimar uma proposta já censurada pelo papa e por outras autoridades eclesiásticas, assim como pelo monarca castelhano. Ele deixou bem claro em seu escrito, que todos os conversos eram considerados hereges e, por essa causa, as medidas tomadas contra os cristãos-novos, entre elas as mortes, espancamentos, saques e destruição de moradias, eram legítimas. Marcos Garcia de Mora culpou Álvaro de Luna, conselheiro do rei, de todos os problemas que haviam ocorrido em Toledo e no reino de Castela como um todo.³⁴ Sobre as prováveis heresias cometidas pelos conversos, o redator de *El Memorial* expõe que:

Otrosí fue e es notorio que fueron fallados ser heréticos, infieles e blasfemos, negando ser Dios Nuestro Saluador Jesuchristo y ansímismo contra la Reyna de los Cielos su Madre, e fueron fallados judaizar e guardar todas las ceremonias judaicas e aiunando los días de ayunos introductos por la ley mosaica y guardando los saúados e trauaxando en los domingos y días santos e comiendo carne sin necesidad en la quaresma y días otros defendidos por la Iglesia, e teniendo cada uno de los judíos maiores baptizados una lámpara en la Ginoga y dando cada día dineros para aceite a las dichas lámparas e [...] diciendo e fazendo otras muchas y muy feas cosas heréticas, en grande injuria e contumelia de nuestra santa fée cathólica.³⁵

A condenação da *Sentencia-Estatuto* e de *El Memorial* não bastou para erradicar o problema da diferenciação entre cristãos-velhos e cristãos-novos em Toledo. Pelo contrário, à medida que os anos avançavam as idéias anteriormente criticadas foram se sobrepondo. A sociedade toledana presenciou a neutralização e o desmoronamento do suporte jurídico-canônico da condenação e foi testemunha do fortalecimento do princípio diferenciador entre cristãos-velhos e cristãos-novos. O fato do rei João II, no intuito de recuperar o prestígio e

³³ RUANO, Eloy Benito. *Los orígenes del problema converso*, p. 18

³⁴ COHÉN, Rica Amrán. *De Pedro Sarmiento a Martínez Siliceo: la "génesis" de los estatutos de limpieza de sangre*. Alicante: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 2006, p. 11. Disponível em: <www.cervantesvirtual.com>. Acesso em: 12 de janeiro de 2007

³⁵ RUANO, Eloy Benito. *Los orígenes del problema converso*, p. 41

respeito da cidade, conseguir em 1451 a anulação papal das interdições aos revoltosos e outorgar seu perdão a todos os toledanos, auxiliou nas mudanças que confirmaram nos séculos XVI e XVII a importância dos Estatutos de Pureza de Sangue na sociedade espanhola.³⁶

Nos séculos XVI e XVII, os estatutos foram utilizados em larga escala na sociedade espanhola, sendo de caráter particular, ainda que necessitassem da aprovação de autoridades superiores religiosas e civis. Muitas instituições utilizavam os estatutos para permitir somente a entrada de cristãos de “sangue limpo”, no intuito de destacar o comprometimento da instituição com os valores da sociedade espanhola.³⁷ Muitas foram as instituições que utilizaram e criaram estatutos próprios, como: estatutos eclesiásticos, ordens religiosas, ordens militares, centros docentes³⁸.

Largamente empregados na Hispânia, Ortiz³⁹ acredita que “seria demorado enumerar todos os cargos, profissões e honrarias aos quais se foram aplicando as exclusões de tipo religioso e racial”. Na medida em que os estatutos se expandiam entre as instituições, a possibilidade de um cristão de religiosidade duvidosa ocupar um cargo ia diminuindo. Em contrapartida, o costume de condicionar o acesso a determinada “confraria, grêmio de artesãos, e outras corporações”, por meio do estatuto, servia para realçar a dignidade da mesma perante a sociedade, muitas vezes exigindo critérios de limpeza de sangue juntamente com os de fidalguia. Assim, os estatutos foram “[...] exclusões de tipo religioso e racial” e essa interpretação não é característica exclusiva de Ortiz, sendo notada a menção ao preconceito racial em vários outros autores utilizados como referência nesse artigo.

Dentre aqueles que não concordam com tal posicionamento temos Max Sebastián Hering Torres que acredita serem as comparações de “limpeza” com racismo ou antissemitismo, anacrônicas por não levarem em conta o contexto histórico reportado. Defende seu posicionamento argumentando que “[...] ‘raça’ é uma categoria contemporânea relativa a uma pseudociência natural criada e utilizada para classificar os seres humanos em diferentes grupos”. Assim, o racismo aparece como um fenômeno secular e sua defesa de uma suposta verdade é obtida por meios científicos, dessa forma, desprezando a teologia e seu papel como portadora do saber. Nos séculos XVI e XVII a Igreja ainda possuía bastante relevância como

³⁶ RUANO, Eloy Benito. *Los orígenes del problema converso*, p. 10

³⁷ ORTIZ, Antonio Dominguez. *Los judeoconversos en la España moderna*. Madrid: Mapfre, 1993, p. 138;144

³⁸ Para saber mais sobre os diferentes estatutos, leia: ORTIZ, Antonio Dominguez. *Los judeoconversos en la España moderna*. Madrid: Mapfre, 1993

³⁹ ORTIZ, Antonio Dominguez. *Los judeoconversos en la España moderna*, p. 165

portadora do saber, principalmente na Península Ibérica, onde a Igreja de Roma mantinha-se soberana.⁴⁰

As contradições em torno do estudo dos estatutos de pureza de sangue são maiores do que as distinções entre os termos utilizados. O termo “raça”, surgido no século XIX, pode ter seu correspondente na Idade Moderna espanhola, levando-se em conta os aspectos sociais, religiosos e científicos daquele período histórico. Cabe aos futuros pesquisadores levantarem indagações e propostas que convençam a grande maioria dos estudiosos que trabalham com o tema, já que os mesmos creditam aos estatutos de pureza de sangue características do racismo contemporâneo.

Artigo recebido em 08/12/2008 e aprovado em 07/03/2009.

⁴⁰ TORRES, Max Sebastián Hering. Limpieza de sangre: ¿Racismo en la edad moderna?, p. 03

ASSEADOS E VALOROSOS: O PELOTÃO DE SAÚDE OSWALDO CRUZ E SUA CRUZADA HIGIENISTA

Lúcio de Franciscis dos Reis Piedade Filho

Licenciado em História pela Universidade
do Estado de Minas Gerais - UEMG
lucius.rp@bol.com.br



Resumo

O presente artigo analisa o *Grupo Escolar Dr. João Bráulio Júnior* da cidade de Lambari, ao sul de Minas Gerais, e o seu notável *Pelotão de Saúde*, cujo propósito era auxiliar na manutenção da higiene na escola em meado do século XX. O texto propõe, para tanto, uma reflexão que abarca as relações entre higiene e educação e trata, para fins de contextualização, das políticas higienistas da República Velha, quando o movimento sanitário encontrava-se em sintonia com as correntes nacionalistas brasileiras, e da Segunda República, quando o projeto ideológico de nacionalidade estava em reconstrução. Em decorrência desse movimento surgiram os grupos escolares, instituições que permitiriam romper com o passado imperial. A difusão dos ideais higiênicos nas escolas tinha por objetivo um projeto educativo amplo, através da instilação de hábitos e comportamentos que formassem homens para a sociedade, aperfeiçoando-os a partir de rígida disciplina fundada nos preceitos higienistas.

Palavras-chave: Movimento Higienista, Grupo Escolar, Pelotão de Saúde.

Abstract

The current paper analyses the *Dr. João Bráulio Júnior Elementary School* from Lambari, at Minas Gerais south side, and its notable *Health Platoon* whose purpose was to aid on the maintenance of hygiene at the school in the middle of the 20th century. The text proposes, thus, a reflection that embrace the relationship between hygiene and education and will deal, for contexture, with the hygienic policies of the Old Republic, when the sanitary movement was in syntony with the Brazilian nationalist tendencies, and during the Second Republic, when the ideological project of nationality was in reconstruction. Due to the movement, it was created elementary schools, institutions which would allow breaking with the imperial past. The diffusion of hygienic ideals at schools aim to spread an wider educational project, through the instillation of habits and conducts that should form men for the society, improving them by severe discipline founded in the hygienic principles.

Key words: Hygienist Movement, Elementary School, Health Platoon.

Introdução

Este trabalho versa sobre os reflexos das políticas higienistas sobre as instituições de ensino e a infância, no Brasil, especificamente em Minas Gerais, durante meado do século XX. O estudo se inicia com uma breve contextualização acerca das transformações sociais promovidas pelo pensamento republicano, aliado às medidas sanitárias e de higiene que caminhavam em sintonia com o progresso dos saberes científicos.

Após a indispensável abordagem introdutória que trata do Brasil no início do século XX, apontando-o enquanto sociedade que erigiu os grupos escolares como templos da República e do novo pensamento político nacional, o estudo convergirá sobre um exemplar bastante específico dentre essas instituições de ensino elementar. Será apresentado o *Grupo Escolar Dr. João Bráulio Júnior*, reconhecida instituição gerada pelas idéias republicanas no município sul-mineiro de Lambari. A análise dessa escola torna-se fundamental para a compreensão do contexto histórico-espacial escolhido. A partir daí o estudo terá como foco o *Pelotão de Saúde Oswaldo Cruz*, que funcionou no referido Grupo Escolar na primeira metade século XX, em sintonia com outras organizações intra-escolares como o grupo de canto coral, o clube de leitura, a biblioteca escolar e o clube agrícola, em um tempo em que a abrangência da educação era ampla e visava a formação física e moral, eugênica e cívica, industrial e agrícola, voltada para construir um bom trabalhador e para preparar homens para a sociedade. O objetivo da pesquisa, em suma, é demonstrar como se deu a infusão da política higienista em um grupo escolar de Minas Gerais através de uma organização denominada pelotão de saúde, abrangendo o período que vai de 1942 à metade da década de 1950.

Além de fazer uso de fontes documentais do acervo da escola, como o Regulamento do *Pelotão de Saúde*, o livro da *Associação Caixa Escolar*, livros de ponto e de matrícula, jornais e catálogos, também foram realizadas entrevistas com pessoas que participaram da trajetória histórica do antigo educandário lambariense ao longo de seus cem anos de existência. Levando em consideração o argumento de Gwyn Prins,¹ segundo o qual a força da história oral é a força de qualquer história metodologicamente competente, utilizam-se os dados orais para dar voz àqueles que não se expressam no registro documental. De acordo com Prins, o que a reminiscência pessoal (evidência oral específica das experiências de vida

¹ PRINS, Gwyn. História oral. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP, 1992, p.192.

do informante) pode proporcionar é uma atualidade e uma riqueza de detalhes que de outra maneira não podem ser encontradas.

Da desordem à higiene

De acordo com Luiz Antônio de Castro Santos, a preocupação nacionalista da República Velha impunha superar o atraso e modernizar o país. Para a corrente nacionalista, um Brasil moderno significava necessariamente um Brasil europeizado. Em cidades como São Paulo, nas três primeiras décadas do século XX, as idéias de urbanistas europeus e americanos influenciaram de forma expressiva as propostas dos urbanistas locais. Portanto, no período em questão, as elites brasileiras buscaram implantar no Brasil o ideal de civilização moderna com base no modelo europeu. É necessário entender, em consonância com o pensamento de Carlos Renato Carola, que tal processo foi idealizado desde o período imperial e perpassou a República Velha e a Segunda República, visto que a instalação das “modernas políticas de saúde pública eram pensadas como fundamentais para a construção do Estado-Nação”.²

Maria Cristina da Silva Leme aponta que nas cidades adensadas as alternativas de habitação popular eram o cortiço, entendido pela autora como a desordem, ou a vila operária, representativo da ordem ditada intramuros da fábrica. Leme expõe, ainda, o fato de que a habitação popular era vista como questão social e de saúde pública, suscitando medidas reguladoras do poder municipal e demandando medidas saneadoras. A estes princípios acrescenta-se a intenção de embelezamento das cidades, ou seja, a preocupação com o efeito estético na disposição de conjuntos arquitetônicos. “Higiene e estética: são estes os objetivos principais que orientavam os melhoramentos da cidade no início do século”.³

A política higienista foi amplamente difundida na sociedade. Para exemplificar essa asserção, pode ser citada uma matéria específica do jornal *Colombo*, periódico que circulava na cidade de Campanha, no sul de Minas Gerais, nas primeiras décadas do século XX. Em onze de maio de 1918, o jornal punha em circulação uma forte crítica de tom moralizante contra as pessoas que, após a bebedeira noturna, escolhiam as próprias calçadas das ruas para fazerem as suas necessidades fisiológicas, considerando-os indivíduos contrários ao asseio da

² CAROLA, Carlos Renato. *Estado civilizador e controle social de doenças (1930-1964)*. In: X Encontro Estadual de História - História: trabalho, cultura e poder. Florianópolis, ANPUH-SC, 2004, p.104.

³ LEME, Maria Cristina da Silva. A formação do pensamento urbanístico em São Paulo no início do século XX. *Espaço & debate – Revista de Estudos Regionais e Urbanos*, São Paulo: Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos, n.34, p.64, 1991.

cidade. O impresso, tendo em vista a formação da opinião pública, afirma que “a higiene pública se impõe como uma condição indispensável para o progresso de uma sociedade” e que “tal assunto é sobejamente conhecido por todos os que primam por ter um certo grau de educação”.⁴ No período em que a matéria foi veiculada, a pequena burguesia urbana assumia função política proeminente. Considerando Nelson Werneck Sodré,⁵ era nessa camada social que estava a maioria do público da imprensa, que influía nos jornais e era influenciado por eles. Mencionar a matéria do jornal *Colombo* é relevante, pois ela demonstra como a proeminente idéia do higienismo era veiculada em periódicos nas primeiras décadas do século.

Também em 1918, o médico e inspetor-sanitário Belisário Penna publicou *Saneamento do Brasil*, obra na qual a questão sanitária aparece como um tema mais político. Nela, Penna conclui que, à exceção de São Paulo e em certa medida Minas Gerais e Rio Grande do Sul, os estados brasileiros só cuidavam das condições sanitárias das capitais e de algumas poucas cidades. As populações rurais permaneciam no mais completo abandono. Várias eram as endemias em todo o país, com destaque para o amarelão, a malária e a doença de Chagas, às quais o governo central deveria dar combate através de uma política integrada de saneamento. Para lutar pela implementação em todo o país de um programa de saúde pública, Belisário Penna e outros sanitaristas fundam a *Liga Pró-Saneamento do Brasil*.⁶ A Liga, fundada em onze de fevereiro de 1918, data do primeiro aniversário de morte de Oswaldo Cruz, era liderada por Penna e pretendia alertar as elites políticas e intelectuais para a precariedade das condições sanitárias e obter apoio para uma ação pública efetiva de saneamento no interior do país. “Em um contexto no qual prosperava a idéia de salvação nacional, o sanitarismo encontrava-se sintonizado com as tendências gerais das correntes nacionalistas brasileiras (...)”.⁷

Conhecimento/ centralização/ educação: os argumentos de Belisário Penna (...) eram os mesmos que ecoavam em São Paulo, não apenas nas idéias e obras do diretor do Serviço Sanitário, mas também nos jornais, com anúncios de remédios que atribuíam à ciência um poder quase miraculoso, ou nas palavras do diretor do *Butantã*, conclamando os professores do estado a se instruírem para participar do combate às enfermidades que assolavam o interior (...).⁸

⁴ Fonte: jornal *Colombo*, 11-05-1918, n.37, p.2.

⁵ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999, p.356.

⁶ SANTOS, Luiz Antônio de Castro. O pensamento sanitarista na Primeira República: uma ideologia de construção da nacionalidade. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v.28, n.2, p.193-210, 1985.

⁷ LIMA, Nísia Trindade; HOCHMAN, Gilberto. Pouca saúde, muita saúva, os males do Brasil são... Discurso médico sanitário e interpretação do país. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v.5, n.2, p.313-332, 2000.

⁸ BERTUCCI, Liane Maria. *Influenza, a medicina enferma*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004, p.88.

Para Luiz Antônio de Castro Santos, o movimento sanitário de fato representou um canal dos mais importantes para o projeto ideológico de construção da nacionalidade durante a República Velha. A ligação entre saúde pública e nacionalidade constitui um traço marcante no movimento sanitário brasileiro. Em 1918, as políticas de saúde indicavam a maré crescente da intervenção estatal no país, que se intensificaria durante o governo Epitácio Pessoa. O novo código sanitário, do ano de 1920, deu maiores poderes ao governo federal para intervir nos estados. Em 1922, perto de cem postos de saúde estavam operando, além dos postos abertos pela *International Health Commission* da Fundação Rockefeller.

Sem embargo, os ideais higienistas que se desenvolviam na sociedade recaíram sobre as escolas, atuando diretamente sobre a infância. Segundo Jurandir Freire Costa, a concepção da criança como entidade físico-moral amorfa e da educação higiênica como instilação de hábitos repetia-se na totalidade dos estudos médicos sobre o tema e era uma noção partilhada por todos os adeptos do higienismo. As teses higiênicas sobre educação, física, moral e intelectual das crianças, em geral ou no ambiente dos colégios, eram as que mais absorviam a atenção dos higienistas. Pode-se dizer que a importância dos colégios para o movimento higiênico nasceu do *déficit* nacionalista dos estabelecimentos do ensino. Ao longo do século XIX, nenhum compromisso com a nação, com o país, sensibilizava os diretores dos colégios, atentos aos seus próprios interesses ou, no máximo, aos interesses privados das famílias dos alunos. Foi essa lacuna cívica que permitiu e apoiou a invasão higiênica no terreno da educação.

Na perspectiva de Jurandir Costa, “o colégio não devia ser apenas o local de afastamento da família. Seu interior não podia continuar repetindo os padrões de educação familiar. A desordem que caracterizava a organização doméstica não podia reproduzir-se dentro dele”.⁹ Assim, de acordo com o autor, as deficiências políticas dos diretores passaram a ser supridas pela higiene, ditando as regras de formação do corpo sadio do adulto e da consciência nacionalista. E foi nesta sociedade ordenada conforme as aspirações dos médicos que o enquadramento disciplinar da criança se desenvolveu. De acordo com Maria Stella Bresciani,¹⁰ no final do século XIX e meado do XX, a atuação dos médicos higienistas foi decisiva no que tange a uma regulamentação dos comportamentos pessoais e sociais. O diálogo destes, junto de arquitetos e engenheiros sanitários, deu lugar a um “saber-actuar”

⁹ COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999, p.181.

¹⁰ Fonte: BRESCIANI, Maria Stella (coord). Saberes eruditos e técnicos na configuração e reconfiguração do espaço urbano – estado de São Paulo, séculos XIX e XX. Relatório FAPESP (Projeto Temático), p.2.

sobre a materialidade dos núcleos urbanos. Portanto, as perspectivas teóricas que tomavam incidia diretamente sobre as pessoas e particularmente sobre as famílias do período, bem como sobre as instituições sociais, especificamente, as escolas.

Conduzindo o estudo ao estado de Minas Gerais, Sônia Maria Gentilini aponta que as iniciativas educacionais em Belo Horizonte foram determinadas pelas reformas estaduais e visavam mais a estruturação de um sistema de organização escolar, que privilegiava os níveis de ensino primário e normal. Nesse sentido, deve-se lembrar da Reforma João Pinheiro de 1906, que instituiu os Grupos Escolares e a criação da Escola Normal Modelo, depois Instituto de Educação, destinada ao preparo de profissionais para exercer o magistério. Até 1930, a presença do poder central é mínima no terreno da educação. A instrução pública, em todos os seus graus, foi atribuída aos Estados, que não se comprometiam com a gratuidade nem com a obrigatoriedade do ensino nas escolas oficiais. Dessa maneira, o ensino laico impôs-se para todas as escolas públicas. A partir desse momento, na capital de Minas Gerais,

estabeleceu-se uma polarização em torno da responsabilidade atribuída ao Estado, à família e às diferentes esferas do poder público em matéria de direito/dever de educar. A gratuidade e obrigatoriedade do ensino primário foram estabelecidas pela Constituição Mineira, que responsabilizou o Estado pela criação e manutenção das escolas públicas. Desobrigado das funções educativas, o Município limitou-se a subvencionar as escolas primárias, pagando os seus profissionais.¹¹

70

Segundo Gentilini, através da Lei Orgânica do Ensino Secundário, de abril de 1942, o ensino primário continuava na alçada dos estados e municípios, enquanto que o sistema educacional seria organizado para atender à divisão econômico-social do trabalho. Assim, ter-se-ia a educação superior, a educação secundária, a educação primária, a educação profissional e a educação feminina, todas destinadas respectivamente à elite urbana, aos jovens que comporiam os trabalhadores da nação e, por fim, às mulheres. A autora aponta que a educação deveria estar, antes de tudo, a serviço da nação. Previa-se a formação moral e cívica traduzida na crença na religião, na família e na pátria, não como uma disciplina, mas como uma mentalidade que permearia todo o sistema educacional.

É necessário salientar que entre fins do século XIX e ao longo da primeira metade do século XX, muitas foram as transformações operadas nas instituições de educação elementar. Tais alterações foram motivadas pelo discurso republicano e pelos preceitos higienistas que guiavam a sociedade brasileira desde o período da República Velha, deveras intensificados

¹¹ GENTILINI, Sônia Maria. *Colégio municipal de Belo Horizonte: a utopia possível (memória e história – 1948/1972)*. Belo Horizonte, 2001, 150 p. (Tese) Universidade Federal de Minas Gerais, 2001, p.24.

pelo nacionalismo nas décadas de 1940 e 1950. De acordo com Luiz Antônio Cunha,¹² a base das grandes mudanças promovidas na educação escolar no período de 1945 a 1964 pode ser associada à intensificação dos processos de industrialização, ao populismo e ao nacionalismo.

Segundo Luciano Mendes de Faria Filho, o desenvolvimento dos saberes científicos, notadamente da medicina e, dentro dessa, da higiene, e sua aproximação do fazer pedagógico, vão influir decisivamente na elaboração da necessidade de um espaço próprio para a escola. Ao mesmo tempo em que foi elaborada uma contundente crítica às péssimas condições das moradias para a saúde da população em geral, os higienistas muito acentuaram o mal causado às crianças pelas péssimas instalações escolares, expondo o quanto a falta de espaços e de materiais higienicamente concebidos era prejudicial à saúde e à aprendizagem dos alunos. Remontando ao advento dos grupos escolares, as primeiras construções públicas próprias para a realização da instrução primária, pode-se dizer que é por meio deles que “os republicanos buscarão mostrar a própria República e seu projeto educativo exemplar e, por vezes, espetacular”.¹³

Os Templos do Saber

71

Os grupos escolares foram concebidos e construídos como verdadeiros templos do saber e encarnavam, a um só tempo, todo um conjunto de saberes e de projetos político-educativos, e punham em circulação o modelo definitivo da educação do século XIX: o das escolas seriadas. “Apresentadas como prática e representação que permitiam ao republicano romper com o passado imperial, os grupos escolares projetavam um futuro em que na República o povo, reconciliado com a nação, plasmaria uma pátria ordeira e progressista”.¹⁴

Dessa maneira, de acordo com Rosa Fátima de Souza, os grupos escolares se inseriam no discurso republicano. Os republicanos mitificavam o poder da educação a tal ponto que depositaram nela não apenas a esperança de consolidação do novo regime, mas a regeneração da Nação. Criados especialmente para atender aos núcleos urbanos, os grupos escolares revelam a direção de uma política educacional que privilegiava as cidades em detrimento da zona rural, isso em uma época em que cerca de 70% da população do Estado vivia no campo.

¹² CUNHA, Luís Antônio. *A universidade crítica: o ensino superior na república populista*. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

¹³ FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Instrução elementar no século XIX. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira (org.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p.147.

¹⁴ FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Instrução elementar no século XIX. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira (org.). *500 anos de educação no Brasil*, p.147.

Assim, “as conseqüências desse privilégio do urbano na política educacional revelam um projeto de cidadania excludente em vários níveis”.¹⁵

Conforme indica Jurandir Freire Costa, o objetivo de formar corações, preparar homens para a sociedade, aperfeiçoá-los física, moral e intelectualmente, seria conseguido pela implantação de uma disciplina e de um regulamento fundamentado na ordem. O médico oitocentista Balbino Cândido Cunha completa a idéia de Costa e enfatiza a necessidade de uma ordem escolar fundada em disciplina inflexível e severa, expondo que

Se a ordem é necessária por toda parte, se é o fundamento de todo o bem, de todo o sucesso, é principalmente quando se trata de conduzir, educar e instruir meninos e moços reunidos em grande número no mesmo lugar, quase sempre preguiçosos, muitas vezes indóceis, naturalmente inimigos de todo aperto, de qualquer constrangimento, e comunicando-se reciprocamente pela sua indolência, sua indocilidade e outros defeitos, daqui a necessidade de regulamentos justos, sábios, severos e mantidos por uma disciplina ativa, zelosa e inflexível.¹⁶

Jurandir Freire Costa continua a argumentação, explicando que as determinações pautadas em rígida disciplina atingiam, antes de tudo, a arquitetura do edifício onde funcionava o colégio. Recomendava-se a construção dos prédios em locais refratários a umidades e afastados das habitações privadas, para evitar o contágio com possíveis “focos de infecção”. O que seguia os princípios defendidos pelos higienistas de garantir a boa distribuição do ar e da luz, presentes nas primeiras regulamentações urbanísticas. “No interior, as salas de estudos deviam guardar uma proporção saudável com relação ao número de alunos (...) A aeração e a iluminação deveriam ser, igualmente, bem medidas”.¹⁷ Rosa Fátima de Souza completa a argumentação:

[A sala] atendeu ao princípio da racionalidade funcional e a critérios disciplinares (...) A questão mereceu a atenção não só de arquitetos, mas de educadores, médicos e higienistas que recorreram a sua missão civilizadora de prescrever critérios e condições ideais de ar, luz, mobiliário e postura dos alunos (...) toda a projeção do lugar visava à concentração, à imersão nos estudos e nas tarefas escolares. As grandes janelas que permitiam a invasão de luz na sala de aula “obscureciam” o ambiente externo, o jardim, a calçada, a rua, a cidade. Vemos assim como um critério de adequação arquitetônica corresponde às necessidades disciplinares.¹⁸

¹⁵ SOUZA, Rosa Fátima de. *Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo (1890-1910)*. São Paulo: UNESP, 1998, p.92.

¹⁶ CUNHA, Balbino Cândido. *Esboço de uma higiene dos colégios aplicável aos nossos; regras principais tendentes à conservação da saúde e ao desenvolvimento das forças físicas e intelectuais segundo as quais se devem regular os nossos colégios*. Rio de Janeiro: Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1854 (tese), p.27.

¹⁷ COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999, p.182.

¹⁸ SOUZA, Rosa Fátima de. *Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo (1890-1910)*. São Paulo: UNESP, 1998, p.139.

Era um tempo em que a arquitetura escolar deveria simbolizar as finalidades sociais, morais e cívicas da escola pública, e o edifício-escola exercer uma função educativa no meio social. Além disso, estabelecer a correspondência entre a importância da escola e o espaço ocupado. Deveria ser um fator de elevação do prestígio do professor, um meio de dignificar a profissão e provocar a estima dos alunos e dos pais pela escola. Por isso, pode-se dizer que a escola como lugar define-se juntamente da constituição do espaço social e cultural da escola.

Portanto, como aponta Rosa Fátima de Souza, o grupo escolar, pela sua arquitetura, sua organização e suas finalidades, aliava-se às grandes forças materiais que compunham o imaginário social naquele período, isto é, a crença no progresso, na ciência e na civilização. A escola primária realizava as finalidades atribuídas a ela através do projeto civilizador, que tinha como horizonte assegurar o regime republicano-democrático. O programa único para meninos e meninas previa a valorização da ciência como um dos componentes fundamentais da formação do homem moderno, bem como instruir (transmitir conhecimento) e educar (transmitir valores e normas) visando a formação do caráter. O projeto de educação integral contava com os saberes elementares, as matérias de natureza científica, a formação moral, cívica e instrumental, e a obrigatoriedade do Português, História e Geografia do Brasil.

73

A aplicação das noções científicas, especialmente a higiene, consubstanciava o ideal de ordenação do universo urbano. Dessa forma, a escola vinculava-se às estratégias e saneamento dos espaços públicos e marcava sua inserção duradoura nos projetos médico-pedagógico de higienização social.¹⁹

Entretanto, não podendo universalizar o ensino primário, optou-se por privilegiar as escolas urbanas com visibilidade política e social. Fator que se refletiu na própria figura do diretor do grupo escolar, o elemento fundamental para a organização da escola graduada, cuja autoridade foi construída sobre a encarnação do poder do Estado, como legítimo representante do governo no âmbito de sua competência.

A implantação do grupo escolar também veio reafirmar o princípio da igualdade entre os sexos ao estabelecer igual número de classes para meninos e meninas, o que facilitou o acesso da mulher à escola primária. Porém, Rosa Fátima de Souza afirma que o acesso (seletivo) à escola era voltado para alguns setores, isto é, aqueles mais bem integrados na sociedade urbana, mantendo excluídos os trabalhadores subalternos, os negros, os pobres, os

¹⁹ SOUZA, Rosa Fátima de. *Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo (1890-1910)*. São Paulo: UNESP, 1998, p.178.

miseráveis. “Efetivamente marginalizados no trabalho e na vida social, os negros estavam também excluídos da educação. No entanto, a presença negra não é de todo invisível na escola pública modelar”.²⁰

Em suma, ainda de acordo com Rosa Fátima de Souza, o grupo escolar fazia parte do conjunto de melhoramentos urbanos em voga no período, tornando-se denotativo do progresso de uma localidade. Ele era um símbolo de modernização cultural, a morada de um dos mais caros valores urbanos, a cultura escrita. E a participação do grupo escolar no “urbano” dava-se não apenas ensinando aos alunos noções de higiene, mas também através da exigência do asseio e das normas de urbanidade e civilidade. O grupo escolar, pois, era um espaço de encontro, de solenidades e comemorações. E cravadas no coração dos centros urbanos, tais instituições de ensino elementar irradiavam sua dimensão educativa para toda a sociedade.

O Pelotão de Saúde e a Cruzada Higienista

É nessa perspectiva de progresso e melhoramentos urbanos que se insere a primeira escola do município sul-mineiro de Lambari, outrora vila das Águas Virtuosas, definida pelo memorialista José Casais como uma “estação balneária favorecida por uma caudal de águas prodigiosas”²¹, em referência às fontes de água mineral natural existentes na cidade. Com o nome de *Grupo Escolar Dr. João Bráulio Júnior*, a instituição pioneira foi criada pelo decreto 2046 de 26 de outubro de 1907 e marca o início da educação formal no município. A escola foi instalada solenemente em 21 de março de 1908, durante o governo do Dr. João Pinheiro da Silva, e na ocasião discursaram o senador Eustáquio Garção Stockler e o deputado João de Almeida Lisboa.

A escola, instalada inicialmente em um prédio construído e doado pelo governo, iniciou suas atividades contando com duzentos e trinta alunos matriculados em turno único e o seguinte quadro de funcionários: as professoras Helvina Augusta Xavier, Delmira Lisboa Pereira e Anna Horta Barbosa, a Diretora Interina Maria Emília de Vilhena Borlido e a porteira Josefina Maria de Jesus, como consta no primeiro livro de pontos da instituição, iniciado em 23 de março de 1908 e pertencente ao acervo documental da instituição.

²⁰ SOUZA, Rosa Fátima de. *Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo (1890-1910)*, p.113.

²¹ CASAIS, José. *Roteiro Balneário*. Rio de Janeiro: [s.e.], 1942, p.59.

Segundo Rosa Fátima de Souza, quem dava nome ao grupo escolar naquele tempo era o seu “patrono”, aquele que contribuía financeiramente para o desenvolvimento da escola. Dessa maneira, a instituição transformava-se em uma dádiva. Além da homenagem, é o retrato do patrono que ratifica a história social e política do Estado e da localidade e constrói uma memória que articula a história social com a história da própria instituição.

O primeiro Grupo Escolar de Lambari recebeu seu nome em homenagem ao Dr. João Bráulio Moinhos de Vilhena Júnior, médico e político de “inteligência penetrante”²², nascido em Campanha, Minas Gerais, na segunda metade do século XIX. Após formar-se pela Escola de Medicina da Bahia, ainda em fins desse século, o clínico transferiu-se para Lambari, onde manteve um *Instituto Cirúrgico-Ginecológico*. Posteriormente, exerceu mandato na Assembléia Legislativa de Minas, sendo visto como um expoente entre os legisladores mineiros. Considerado entusiasta propagandista e defensor dos interesses das estâncias hidrominerais locais, muito se empenhou para que fosse instalada em Lambari a escola que leva o seu nome. Com idéias republicanas, foi eleito presidente da Câmara em 1872,²³ cargo ao qual renunciou para ocupar a vaga de Secretário das Finanças do Governo de Minas Gerais a convite do presidente do Estado. Foi neste mesmo período que o Dr. João Bráulio Júnior viabilizou recursos junto a João Pinheiro para a abertura do Grupo Escolar. Curiosamente, o médico campanhense mal pode desfrutar do resultado de seu empenho. Ainda jovem, foi vítima de um desastre de automóvel que lhe ceifou a vida em uma rua de Paris, no dia cinco de julho de 1908. Assim, veio a falecer antes do pai, o desembargador João Bráulio Moinhos de Vilhena, deixando a cargo do Governo a subsistência de sua esposa e dos treze filhos do casal, que ficaram inteiramente sem recursos.

Reafirma-se, tendo como base os apontamentos de Rosa Fátima de Souza, que as representações em torno da higiene escolar contribuíram para reforçar valores morais relacionados a padrões de comportamento considerado civilizado. “O espaço escolar determina, pois, modos de usos do corpo dentro e fora da escola. Submete o corpo aos conjuntos de representações consubstanciadas nos padrões de “bom comportamento”, dos “bons costumes” (...).”²⁴ Logo, o *Grupo Escolar Dr. João Bráulio Júnior* não pode ser apartado desse contexto em que se fez essencial, dentro das escolas, uma rígida infusão de hábitos pautados no asseio.

²² Arquivos do Centro de Estudos Campanhenses Monsenhor Lefort. Biblioteca Municipal de Campanha/MG.

²³ Fonte: Jornal Voz da Infância. Grupo Escolar Dr. João Bráulio Júnior. Brasil, Lambari – MG: ano 28, n.3, outubro de 1957, p.4.

²⁴ SOUZA, Rosa Fátima de. *Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo (1890-1910)*. São Paulo: UNESP, 1998, p.144.

A importância da higiene e dos bons costumes no cotidiano é acentuada pela memória de Cândida Luiza Gonçalves Viola, antiga inspetora escolar do município de Lambari. A entrevistada recorda que, a partir do primeiro quarto do século XX, os alunos do *Grupo Escolar Dr. João Bráulio Júnior* tomavam conhecimento de suas notas semanalmente. Reunidos em um salão às sextas-feiras, levantavam-se e eram informados quanto à sua pontuação nos quesitos: comportamento, polidez, pontualidade e higiene. Segundo ela, orgulhavam-se aqueles que recebiam nota máxima nas quatro exigências, assim como os seus professores.²⁵ A memória da lambariense é corroborada pela argumentação de Cynthia Machado Campos, segundo a qual as questões educacionais apareceram vinculadas à temática do saneamento e da higiene a partir da década de 1930. Em uma sociedade em que era idealizado o indivíduo saudável e instruído, a escola foi a instituição onde pareceu ser possível, naquele dado momento, atingir amplos segmentos da população no sentido de normalizar, homogeneizar, disciplinar, ordenar e higienizar hábitos e comportamentos.²⁶ Sônia Maria Gentilini fortalece a discussão, afirmando que “a Revolução de 1930 tem sido vista como um divisor de águas na história brasileira, quanto à natureza do Estado que se consolidou no país a partir deste movimento e as iniciativas daí decorrentes em todos os campos da vida nacional”.²⁷

De acordo com a autora, as grandes transformações ocorridas a partir de 1930 tiveram inevitáveis desdobramentos na área educacional. Desde os primeiros anos, Getúlio Vargas dispensou uma grande atenção a este setor, que viria cumprir um papel fundamental na consolidação da ordem política e institucional que se instalava no país. Rosa Fátima de Souza complementa, explicando que durante o Estado Novo práticas nacionalistas e matérias como Educação Física, Higiene, Puericultura e Trabalhos Manuais foram indicadas como instrumentos de formação moral e cívica. Gentilini aponta que a disciplina de Trabalhos manuais tornara-se obrigatória no currículo de 1º ciclo desde a Constituição de 1937. Segundo Gustavo Capanema, o articulador da política educacional estadonovista, a educação física e o canto orfeônico, disciplinas igualmente obrigatórias, “visavam enfatizar as ‘práticas educativas’ destinadas à formação física, cívica e moral da juventude, superando o caráter

²⁵ Entrevista com Cândida Luiza Gonçalves Viola, concedida a Lúcio De Franciscis dos Reis Piedade Filho e Luís Eduardo de Biaso Martins em agosto de 2007. Acervo do documentário “Lambari, Um Novo Olhar”.

²⁶ CAMPOS, Cynthia Machado. *Controle e normatização de condutas em Santa Catarina (1930-1945)*. São Paulo: PUC-SP, 1992 (dissertação, mestrado em história), p.151.

²⁷ GENTILINI, Sônia Maria. *Colégio municipal de Belo Horizonte: a utopia possível (memória e história – 1948/1972)*. Belo Horizonte, 2001, 150 p. (Tese) Universidade Federal de Minas Gerais, 2001, p.25.

‘acentuadamente instrutivo’ das escolas do país, que punham muita ênfase no ensino propriamente científico e literário”.²⁸

O catálogo da *Biblioteca Machado de Assis*, do *Grupo Escolar Dr. João Bráulio Júnior*, revisado pela diretora escolar Nair Bacha Leite na década de 1950, conta com obras como *Noções de História Natural e de Higiene*, de Felisberto R. P. de Carvalho, *Breviário de Higiene*, de José Rangel, *Higiene e Puericultura*, de Valdemar de Oliveira, *Higiene Escolar*, de Zoroastro Alvarenga, e *Educação Física e Saúde*, de autor desconhecido. Esses livros, entre outros, retratam a preocupação com a saúde do corpo e com a higiene, pensamento que norteava o processo de formação das crianças nos Grupos Escolares. Dentro desse contexto de hispida disciplina inserem-se os pelotões de saúde, organizações que auxiliavam na manutenção da higiene dentro das escolas, tendo em vista o asseio pessoal dos alunos e a prevenção de doenças.

Um simples caderno de anotações de capa azul desgastada pelo tempo, encontrado em agosto de 2007 no acervo documental da *Escola Dr. João Bráulio Júnior* (municipalizada pela resolução 8218/97 de 31-12-1997), traz o Regulamento do *Pelotão de Saúde Oswaldo Cruz*, organização de alunos que existiu na instituição em meado do século XX, sob os cuidados da Diretora Técnica Nair Bacha Leite. Nele estão contidos os pontos que se referem ao conjunto de regras e normas dirigentes do Pelotão que leva o nome do médico sanitaria que, segundo Marco Antonio Stancik,²⁹ é reconhecido como o patrono da medicina higienista e sanitaria no Brasil. Sabe-se que os pelotões de saúde escolares eram formados por número não determinado de estudantes que ficavam encarregados de fiscalizar, manter e promover a higiene na escola.

Através do Regulamento do *Pelotão de Saúde Oswaldo Cruz*, que é a organização estudada aqui de maneira específica, pode-se perceber de que maneira se deu a intervenção dos preceitos higienistas em voga na sociedade republicana e europeizada dentro das escolas sul-mineiras. O primeiro item listado no caderno da organização, denominado *Da compreensão do Pelotão de Saúde*, define a organização e explica as suas diretrizes, enfatizando a importância dos diálogos acerca da higiene e dos cuidados com o corpo da criança. *O Pelotão de Saúde*, portanto,

²⁸ GENTILINI, Sônia Maria. *Colégio municipal de Belo Horizonte: a utopia possível (memória e história – 1948/1972)*, p.38.

²⁹ STANCIK, Marco Antonio. Os jecas do literato e do cientista: movimento eugênico, higiene e racismo na Primeira República. *Publicatio UEPG – Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, Linguística, Letras e Artes*, Ponta Grossa: Editora UEPG, n.1, p.54, junho de 2005.

Tem por fim habilitar a criança a cultivar preceitos de higiene, desenvolvendo assim a sua educação sanitária. Deve funcionar como verdadeiro clube de saúde, onde haverá sempre temas sanitários a estudar, a comentar e a discutir. Sobre esses temas sanitários poderão ser preparados exercícios de linguagem, cânticos, educação física e trabalhos outros, aproveitando desta forma a atividade construtora da criança. Assuntos tais como: combate à febre amarela, evitar resfriamentos, primeiros socorros em caso de acidente, alcoolismo, esforço muscular, modo de comer, sono e repouso, importância da boa atitude do corpo, respiração profunda e tantos outros, servirão de temas em torno dos quais pode desenvolver-se a vida do pelotão de saúde. É de grande utilidade a verificação de altura e do peso.³⁰

Segue-se uma descrição do regimento do *Pelotão Oswaldo Cruz*. Primeiramente, o tópico *Organização*³¹ conta com sete itens: 1º) O pelotão de saúde será constituído por alunos da classe onde é sua sede, que se hajam distinguido pela prática contínua de preceitos de higiene, devendo promover a formação de hábitos sadios entre os colegas; esses alunos receberam um nome de “monitores” e usarão o distintivo indicado por este Regulamento, e os das outras classes, que constituirão o sub-pelotão, serão chamados “cruzados”. 2º) Será dirigido por uma professora, designada pela diretora do Grupo, que será a conselheira técnica. 3º) Os cruzados de cada classe formarão um sub-pelotão, conduzido por um monitor. 4º) O pelotão reunir-se-á mensalmente para serem relatados os trabalhos feitos e para a discussão de novas medidas a serem tomadas. Nessas reuniões, os cruzados e monitores receberão do médico escolar, da diretora do Grupo ou ainda, da diretora do pelotão, instruções mais completas para, sob diversos modos, poderem desenvolver a atividade educativa em prol da saúde, do ponto de vista do mútuo auxílio e generosidade. 5º) Na classe de sede será eleita uma diretoria composta de: presidente e vice-presidente, dois secretários, gerente e sub-gerente da farmácia, que deverão trabalhar em prol do desenvolvimento e progresso do pelotão. 6º) Haverá no gabinete da diretoria, uma farmácia mantida pela Caixa Escolar com donativos de farmacêuticos locais e de fora, a quem serão dirigidos pedidos escritos pelos alunos. 7º) A farmácia ficará a cargo dos monitores, tendo um gerente e um sub-gerente, que serão os responsáveis pela sua organização e direção.

Sintetizando os sete itens fundamentais do Regulamento do *Pelotão de Saúde*, percebe-se que os membros do pelotão eram alunos da própria escola que haviam se destacado em virtude de seu asseio pessoal. Por essa razão, enquanto monitores deviam fomentar os bons costumes entre seus colegas menos cuidadosos com a higiene. Cada classe possuía um sub-pelotão que era dirigido por um monitor (as obrigações do mesmo serão

³⁰ Fonte: Regulamento do Pelotão de Saúde, [s.d.], p.5-6.

³¹ Fonte: Regulamento do Pelotão de Saúde, p.6-9.

descritas adiante e se resumem em desenvolver atividades que prezem a saúde). Dessa maneira, é necessário sustentar a relevância dos grupos escolares e o alcance de sua dimensão educativa em toda a sociedade. Ao passo que configuravam uma pátria ordeira e progressista, tais instituições de ensino elementar não apenas ensinavam aos alunos as noções de higiene, mas também exigiam o asseio e as normas de urbanidade e civilidade. Essa era a mentalidade que deveria trespassar todo o sistema educacional no período. Reafirmando um ponto citado por Sônia Maria Gentilini, a educação no Estado Novo deveria estar a serviço da nação, prevendo a formação moral e cívica que se traduzia através da fé na religião, na família e na pátria.

No item seguinte, *Atribuições da professora diretora do Pelotão*, percebe-se que a educadora devia zelar pelo progresso e pela disciplina da organização, orientando os monitores em seu trabalho e verificando se estavam em dia com os livros da mesma. Dentre eles, havia um livro geral dividido em duas partes, sendo a primeira destinada à inscrição dos monitores e a segunda ao movimento geral do pelotão. Outrossim, em cada classe havia um livro de registro das observações diárias dos cruzados. Infelizmente não foi encontrado nenhum exemplar dos livros do pelotão no acervo da *Escola Municipal Dr. João Bráulio Júnior*.

A entrevistada Mafalda Maria Teodoro, *ex-aluna e ex-professora do Grupo Escolar Dr. João Bráulio Júnior*, estudou na escola em fins da década de 1950 e recordou-se do *Pelotão de Saúde*. Segundo ela, para participar da organização era escolhido um grupo de crianças da quarta série. Esses alunos, então, ficavam encarregados de guardar a caixa de remédios do Pelotão, que era branca com uma cruz vermelha. No recipiente havia iodo, mertiolato, água oxigenada, entre outros medicamentos que eram usados caso alguma criança se machucasse. O Pelotão era sempre orientado por uma professora, que recebia instrução para tal fim. Mafalda Maria Teodoro compartilha com muitos outros lambarienses a memória de educadoras que faziam parte do quadro de funcionários da instituição no ano de 1957, como Alzira Pinto, Francisca Chagas, Sílvia Grandinetti, Maria de Lourdes Lisboa, Maria José Gama e Terezinha Machado Brigagão, muitas delas coordenadoras do *Pelotão de Saúde*.³²

³² Entrevista com Mafalda Maria Teodoro, concedida a Lúcio De Franciscis dos Reis Piedade Filho em 2009.



Pelotão de Saúde Oswaldo Cruz em 1942. Acervo fotográfico da *Escola Municipal Dr. João Bráulio Júnior*.

O caderno do Regulamento indica, ainda, algumas outras tarefas que recaíam sobre as professoras. Estas deviam organizar, sempre que necessário, os sub-pelotões de sua classe, zelando pela disciplina dos mesmos. Além disso, deviam conduzir à diretora do Grupo os alunos enfraquecidos e os de “compleição física franzina”³³, bem como encaminhar ao dentista os alunos pobres necessitados de tal tratamento. Já os “arremediados” ou ricos precisavam levar aos seus pais a comunicação da necessidade do tratamento dos dentes, e a professora deveria aproveitar a sua visita ao Grupo, por ocasião da reunião da Associação de mães de família e professores, para por em evidência as vantagens decorrentes da assistência dentária para a saúde da criança.

As nobres *Atribuições dos monitores e dos cruzados*³⁴, ainda de acordo com o Regulamento, consistiam em zelar pelo asseio e disciplina da classe a que pertenciam, bem como verificar se os colegas satisfaziam as condições de asseio, se sabiam usar a escova de dentes, se acondicionavam devidamente a merenda, se alimentavam-se de maneira adequada. Se porventura um aluno demonstrasse pouca saúde, a professora de classe seria alertada e

³³ Fonte: Regulamento do Pelotão de Saúde, [s.d.], p.10.

³⁴ Fonte: Regulamento do Pelotão de Saúde, p.11-12.

deveria tomar providências a respeito. Era obrigatório fazer revista diariamente, seguindo o conselho da orientação do programa. O Regulamento aponta também que a dita revista, para que não fosse esquecida, devia ser feita imediatamente após a chamada dos alunos. Outros pontos eram essenciais, como ter em ordem o caderno de anotações do serviço feito em classe e a verificação mensal do peso e da medida dos colegas. A mensuração era feita sob orientação da professora, para que não fosse prejudicada a eficiência dos resultados.

Os distintivos dos membros do regimento eram os seguintes: braceira para cada cruzado, em forma retangular, tendo ao centro uma “cruz vermelha”, e uma bandeira para o Pelotão, toda branca, também com a cruz vermelha ao centro. De acordo com o relato de Mafalda Maria Teodoro,³⁵ os “cruzados” vestiam o uniforme habitual da escola, com sapatos e meias pretas, calça ou saia azul-marinho e blusa branca. A única peça que os distinguiu dos demais alunos era a supracitada faixa branca com uma cruz vermelha que prendiam no braço. A descrição das vestes é confirmada pela fotografia acima, na qual os cruzados posam em uma das escadarias da escola.

A declaração de Mafalda foi confirmada por Cândida Luiza Gonçalves Viola, que estudou no *Grupo Escolar Dr. João Bráulio Júnior* e lá trabalhou durante quarenta e oito anos. Curiosamente, descobriu-se que na fotografia acima a menina mais à esquerda é a jovem Cândida em seu último ano escolar antes da admissão. (A foto em questão definiu a data que abre o recorte temporal selecionado para o trabalho, uma vez que tal imagem, de 1942, é uma das únicas existentes do pelotão.) Segundo o relato da entrevistada, falava-se muito sobre a higiene na época, mas nenhuma criança era humilhada. Muitas vezes a diretora mandava bilhetes para os pais, prática recorrente nos casos de piolho. Cândida lembrou-se, também, de certa ocasião em que as aulas chegaram a ser suspensas por vários dias devido a uma epidemia dos parasitas.³⁶

Quanto ao material necessário para o regimento estudantil, são listados no caderno do Regulamento alguns objetos de uso coletivo e outros de uso individual. Uma farmácia mantida pela Caixa Escolar, uma balança, uma tesoura de unhas, toalhas de mãos (para cada classe), sabonete e saboneteira, pente fino e pente de alisar, pedra pomes e escova de unhas eram os itens exigidos para uso coletivo. Para uso individual eram requeridos escova de dente, copo, lenço e guardanapo ou envelope de pano lavável.³⁷

³⁵ Entrevista com Mafalda Maria Teodoro, concedida a Lúcio De Franciscis dos Reis Piedade Filho em 2009.

³⁶ Entrevista com Cândida Luiza Gonçalves Viola, concedida a Lúcio De Franciscis dos Reis Piedade Filho e Luís Eduardo de Biaso Martins em agosto de 2007. Acervo do documentário “Lambari, Um Novo Olhar”.

³⁷ Fonte: Regulamento do Pelotão de Saúde, [s.d.], p.12-13.

Enfim, são de grande importância e dignos de nota os cinco *mandamentos*³⁸ que norteavam o *Pelotão de Saúde Oswaldo Cruz* e encerram o caderno do Regulamento:

1. Tomar um banho com sabão todos os dias, lavando sempre a cabeça.
2. Escovar os dentes pela manhã, depois das refeições e à noite.
3. Conservar sempre as unhas aparadas, lavar as mãos antes e depois das refeições e sempre que chegar da rua.
4. Usar copo ou caneca e lenço individuais..
5. Trazer sempre a merenda em guardanapo ou envelope de pano lavável.

Segundo Sônia Maria Gentilini, por quase vinte anos o sistema educacional herdado do Estado Novo permaneceria intocado, “sobretudo devido à presença de Gustavo Capanema no Congresso. Nem mesmo a lei de Diretrizes e Bases de 1961 logrou, efetivamente, substituir toda a estrutura educacional montada naquele período”.³⁹ Portanto, o recorte-temporal escolhido para o trabalho, que pretendeu estudar o *Grupo Escolar Dr. João Bráulio Júnior* entre o ano de 1942 e o meado da década de 1950, insere-se nesse amplo contexto.

Em suma, os mandamentos do *Pelotão de Saúde Oswaldo Cruz* e o seu Regulamento representam um exemplo em pequena escala, a síntese de uma sociedade em que a higiene pública se impõe como uma condição indispensável para o progresso. Pode-se notar de que maneira uma disciplina severa e implacável, aliada aos preceitos da política do higienismo e do progresso nacional, condicionava o funcionamento das escolas sul-mineiras em um Brasil republicano e europeizado.

Conclusão

As políticas higienistas surgidas no início do século XX foram concebidas tendo como base a formação e o desenvolvimento de um ideal civilizador que visava construir homens para a sociedade, cidadãos a serem moldados através dos bons costumes e da higiene. No período do Estado Novo a educação deveria estar, essencialmente, a serviço da nação, prevendo a formação moral e cívica dos indivíduos, e atuando sobre a elite urbana, sobre os

³⁸ Fonte: Regulamento do Pelotão de Saúde, p.14-15.

³⁹ GENTILINI, Sônia Maria. *Colégio municipal de Belo Horizonte: a utopia possível (memória e história – 1948/1972)*. Belo Horizonte, 2001, 150 p. (Tese) Universidade Federal de Minas Gerais, 2001, p.39.

jovens que viriam a ser os trabalhadores da nação e sobre as mulheres. Através da análise do Regulamento do *Pelotão de Saúde Oswaldo Cruz do Grupo Escolar Dr. João Bráulio Júnior* de Lambari, é possível vislumbrar de que forma a política sanitária penetrou tanto no terreno da educação quanto da infância em Minas Gerais, em um período em que o estado nacional brasileiro passa a ser remodelado dentro de novos horizontes. O rígido programa de saúde pública influenciou a própria estrutura física dos grupos escolares, bem como forneceu os instrumentos para o estabelecimento da severa disciplina fundada nos preceitos higienistas. O pensamento republicano considerava, desde o início, as escolas como um meio de instilação de hábitos que visavam um projeto educativo exemplar.

O Regulamento do *Pelotão de Saúde* e os itens que o constituem – *Da compreensão do Pelotão de Saúde, Organização, Atribuições da professora diretora do Pelotão, Atribuições das professoras de classe, Atribuições dos monitores e cruzados, Distintivos, Material necessário, Livros do Pelotão e Mandamentos* – ocupam apenas as primeiras páginas do pequeno caderno, escritas em data indeterminada. Em suas entrelinhas pode-se perceber de que maneira a política higienista alastrou-se no terreno escolar sul-mineiro, envolvendo infância e educação. O caderno representa, talvez, o único registro da existência do *Pelotão de Saúde Oswaldo Cruz do Grupo Escolar Dr. João Bráulio Júnior*, uma vez que nenhum outro documento foi encontrado no acervo da instituição. Além dele existe a fotografia apresentada acima, embora ela, por si só, não pudesse ter sido interpretada efetivamente sem o auxílio do caderno do Regulamento. Fazem-se necessárias maiores pesquisas de caráter oral e documental, para que sejam coletados novos dados acerca da interessante organização escolar, visando o seu melhor entendimento.

Todavia, é fato que o combate às doenças constituía parte integrante do cotidiano escolar, desde o início do século XX até seu meado. Essa afirmação pode ser confirmada através de um livro destinado ao movimento diário do caixa da *Associação Caixa Escolar*, da década de 1960, que traz o balanço das despesas do Grupo com assistência médica, farmacêutica, hospitalar e dentária. Neste mesmo livro também é mencionada, por exemplo, a existência de uma organização intra-escolar denominada *Clube da Saúde*. A seu respeito não há documentos disponíveis, embora nas primeiras linhas do Regulamento do *Pelotão* tenha-se registrado que o mesmo “deve funcionar como verdadeiro Clube da Saúde”.⁴⁰

Entretanto, foi uma conquista de valor considerável ter encontrado o pequeno caderno azul, pois é o documento que evidencia a existência da afamada organização. Empoeirado,

⁴⁰ Fonte: Regulamento do Pelotão de Saúde, [s.d.], p.3.

danificado e lançado ao esquecimento, o antigo caderno de notas guarda consigo o importante Regulamento do *Pelotão de Saúde Oswaldo Cruz*, escrito através da elegante grafia da diretora técnica Nair Bacha Leite. Apesar da escassez de fontes documentais que tratem do Pelotão ou mesmo da cidade de Lambari em meado do século XX, “as fontes orais corrigem as outras perspectivas, assim como as outras perspectivas as corrigem”.⁴¹ A pesquisa que tem o *Pelotão de Saúde Oswaldo Cruz* como objeto de estudo contribui para a reconstrução da história local, especificamente de Lambari e do seu antigo *Grupo Escolar Dr. João Bráulio Júnior*, tencionando um entendimento mais amplo da história da educação em Minas Gerais e no Brasil.

Artigo recebido em 22/12/2008 e aprovado em 08/05/2009.

⁴¹ PRINS, Gwyn. História oral. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP, 1992, p.166.

MULHERES DE VILA DO CARMO: A PREOCUPAÇÃO COM A “BOA MORTE” (1713-1750)

Regina Mendes de Araújo

Mestre em História pela Universidade
Federal de Juiz de Fora - UFJF
rearaujo33@yahoo.com.br

Resumo

O presente artigo trata-se do terceiro capítulo da dissertação intitulada *Donas de bens e de “gentes”*: mulheres livres e forras de Vila do Carmo e seu termo, (1713-1750) defendida no Programa de Pós-graduação, Linha de Pesquisa Cultura, Poder e Trabalho da Universidade Federal de Juiz de Fora. Pretende-se apresentar as análises feitas dos testamentos de mulheres setecentistas de Vila do Carmo que abarcam os períodos de 1713 a 1750. Por meio da análise dos testamentos tentou-se ouvir um pouco da voz dessas mulheres que viveram nas Minas setecentistas buscando perceber a relação destas com a morte. Lançando luz sobre a documentação analisou-se como forras e livres se preparavam para o bem morrer.

Palavras-chave: ritos fúnebres, sociabilidade, testamento.

Abstract

This article is the third chapter of the dissertation entitled *Women of goods and "people"*: women free and aprons Vila do Carmo and its term, (1713-1750) held in the Postgraduate Program, Line Search Culture, Power and Work of the Federal University of Juiz de Fora. Its present analyzes of wills women setecentistas Vila do Carmo covering the periods of 1713 to 1750. Through analysis of wills tried to hear a little voice of those women who lived in Minas eighteenth trying to understand the connection with the death. Casting light on the documents reviewed as a free bag and were preparing to die well.

Key words: funeral rites, sociability, will.



A morte

Além do desenvolvimento da agricultura, a necessidade de ficar mais próximo de seus falecidos e de cultuá-los contribuiu para que os primeiros povos se fixassem permanentemente em um local, portanto, a preocupação com os mortos é algo que está presente ao longo de toda a história da humanidade. Ao longo dos tempos o culto aos mortos se transformou num ritual respeitado pelas diversas sociedades, variando sua manifestação de uma cultura para outra.

A preocupação e a crença na vida após a morte foi decisiva para o estabelecimento dos rituais funerários. Os egípcios, por exemplo, acreditando na imortalidade desenvolveram técnicas de embalsamento para garantir a integridade do corpo. Além disso, eram enterrados com jóias, vestimentas e objetos que poderiam ser utilizados numa outra vida. Já para outros povos os rituais funerários eram necessários para ajudar o falecido a habitar o mundo dos mortos. A cerimônia final, para Lilian Brum Ribeiro, além de dar uma sepultura final ao corpo, ajuda também a alma a se inserir definitivamente na morada dos mortos e ainda, liberta os vivos do luto no qual, estavam presos.¹

Segundo Van Gennep, “as pessoas para quem não se observa os ritos funerários são condenados a uma penosa existência”, pois estes não conseguiram entrar no mundo dos mortos.² Portanto, para garantir que o morto fosse para o outro mundo plenamente era fundamental a realização dos rituais fúnebres.

No mundo cristão a preocupação com seus mortos também foi presente desde o início. A partir da administração de Calisto houve a criação das *catácumbas*, forma de guardar os mortos também conhecida pelos judeus. As *catácumbas* eram cemitérios subterrâneos que surgiram a partir da preocupação da Igreja em garantir sepultura digna aos fiéis.³ A pedagogia do bem morrer intensificou-se em 313, a partir da oficialização do

¹ RIBEIRO, Lilian B. *Lembrando ossos e expulsando mortos: estudo comparativo de rituais funerários em culturas indígenas brasileiros através de uma revisão bibliográfica*. (Dissertação de mestrado). Pós-graduação em Antropologia Social, CCH/UFSC, Florianópolis, 2002. p. 19.

² GENNEP, A. Van. *The rites of passage*. London, 1960 apud. REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

³ Para o aproveitamento melhor do espaço, eram escavados longas galerias e abriam-se lugares para as sepulturas. O direito de garantia a uma sepultura digna era respeitado pelo Estado Romano. Com a organização e aperfeiçoamento, a Igreja criou uma espécie de ordem de encarregados dos cemitérios (*fossore*). Cof. MATOS, Henrique Cristiano José. *Introdução à História da Igreja*. Belo Horizonte: O lutador, 1997. v. 1. p. 85.

Cristianismo por Constantino, e gradualmente o ritual da morte tornou-se uma arte patrocinada pela Igreja, que valorizou o momento próximo a morte.

A Igreja elaborou a doutrina do Novíssimo, termo que vem do latim *novissimus* usado durante a Idade Média e também no mundo moderno para designar a doutrina dos fins últimos. Os escritos sobre a doutrina do Novíssimo, especialmente pós Concílio de Trento vão discorrer sobre questões relacionadas ao Juízo particular e o Juízo Final.⁴

Um exemplo é um manual de 1622 que foi publicado pelo Frei Antônio Rosado na cidade do Porto, *Os Quatro Tratados Novíssimos*, no qual trata da Morte, Juízo, Inferno e Glória.⁵ Os tratados escritos pelo dominicano contra-reformista tratam dos fins últimos definindo o que seria a morte, as características do Juízo particular e final, e ainda descreve a geografia do inferno. Zulmira C. Santos buscando perceber o discurso da morte em Portugal nos seiscentos por meio dos Tratados do Frei Antônio Rosado percebe que um dos objetivos dos escritos era “preencher um eventual vazio de informação dos fieis” sobre a morte.⁶

Durante a Idade Média e ao longo da Época Moderna desenvolveu-se a idéia de julgamento da alma que atuou como elemento eficaz de pressão do clero sobre a consciência e comportamento dos fiéis. Após morrer, o indivíduo passaria por um tribunal onde se decidiria o destino de sua alma, ou seja, se esta iria para o Paraíso, Inferno ou purgatório.⁷

O purgatório seria uma espécie de estágio intermediário entre o Paraíso e o Inferno onde as almas passariam por provações para expiar seus pecados.⁸ As provações sofridas no purgatório poderiam ser amenizadas pelos sufrágios que eram feitos por meio de orações, esmolas e missas celebradas por intenção dos mortos.

Por meio dos sufrágios, estabeleceu-se uma rede de solidariedade entre vivos e mortos, pois os falecidos se livrando do purgatório iriam para o paraíso desfrutar da eternidade ao lado do divino podendo, então, interceder junto a Deus pelos vivos que por

⁴ Ver: LE GOFF Jacques. *O nascimento do Purgatório*. Lisboa: Estampa, 1981. e SCHMAUS, Michell. *Teologia dogmática*. Madrid: Ediciones Realp. 1965.

⁵ SANTOS, Zulmira C. Entre a “doutrina” e a retórica: os Tratados sobre os Quatro Novíssimos (1622) de Frei Antônio Rosado. In: *Revista Faculdade de Letras*. Porto. p.161-72,1997. p. 164-5.

⁶ SANTOS, Zulmira C. Entre a “doutrina” e a retórica: os Tratados sobre os Quatro Novíssimos (1622) de Frei Antônio Rosado. In: *Revista Faculdade de Letras*. Porto. p.161-72,1997. p. 167.

⁷ Chamado de escatologia individual, no qual, logo após a morte haveria um julgamento para decidir o destino da alma.

⁸ LE GOFF Jacques. *O nascimento do Purgatório*. Lisboa: Estampa, 1981. p. 18-9.

meio de missas e orações salvaram as pobres almas do purgatório. Michell Volvelle destaca que a devoção às almas do Purgatório significou uma forma do catolicismo *pós-tridentino* cristianizar crenças pagãs.⁹ Em fins da Idade Média a literatura religiosa circulava com ilustrações que mostravam os moribundos vislumbrando a sentença divina nos dormitórios. Essas imagens estiveram presentes também na América portuguesa. Segundo observa Sabrina M de Sant’Anna o tema da morte demonstrando a diferença entre a morte do justo e do pecador será recorrente nas Minas Gerais do século XIX. A historiadora acredita que apesar da iconografia encontrada apresentar data dos oitocentos não significa que elas tenham sido inexistentes no século XVIII.¹⁰ A prática de testar na iminência da morte evidência que a doutrina do julgamento individual estava interiorizada e assimilada pela população. A autora em seus estudos percebe essa preocupação com o bem morrer nas Minas tomando por análise um par de telas que fazem parte do acervo do Museu da Inconfidência em Ouro Preto. Conforme sua análise:

O quadro que apresenta a “*morte do justo*” foi executado, sem sombra de dúvidas, seguindo o modelo da litogravura descrita anteriormente. O artista usou paleta de cores diferentes, acrescentou e retirou alguns elementos iconográficos, mas manteve a mesma composição imagética. O moribundo está deitado, usando tonsura sobre a cabeça e segurando um crucifixo. No mesmo instante em que recebe auxílio sacerdotal, ele vislumbra seu Juízo Particular. Ao lado da cabeceira, no canto direito da tela, o diabo lamenta sua derrota, enquanto o Arcanjo Miguel vigia-o com a espada em punho. São José e os demais personagens presentes no recinto acompanham a boa morte do enfermo.¹¹

88



A morte do justo.

Óleo sobre tela, acervo do Museu da Inconfidência, Ouro Preto, Século XIX.

⁹ VOLVELLE. Michell. *Ideologias e mentalidades*. São Paulo: Brasiliense, 1991.p.200.

¹⁰ SANT’ Anna, Sabrina Mara. *A boa morte e o bem morrer: culto, doutrina, iconografia e irmandades mineiras (1721 a 1822)*. (Dissertação de mestrado). FAFICH/UFMG, Belo Horizonte, 2006. p. 62.

¹¹ SANT’ Anna, Sabrina Mara. *A boa morte e o bem morrer: culto, doutrina, iconografia e irmandades mineiras (1721 a 1822)*. (Dissertação de mestrado). FAFICH/UFMG, Belo Horizonte, 2006. p. 65.

Fonte: *O Museu da Inconfidência*. Série Museus Brasileiros. São Paulo: Banco Safra, 1995.

Já o cenário que retrata a morte do pecador será diferente do justo. Conforme analisa Sant Anna “seu quarto está cheio de seres infernais. Debruçado sobre a cabeceira do leito mortuário, um demônio aponta a cena em que ocorre o Juízo Particular”.¹²



A morte do pecador.

Óleo sobre tela, acervo do Museu da Inconfidência, Ouro Preto, Século XIX.
Fonte: *O Museu da Inconfidência*. Série Museus Brasileiros. São Paulo: Banco Safra, 1995. p. 291.

89

Portanto, diante dessas crenças, providências serão tomadas pelas pessoas para garantir uma “*Boa Morte*”, e uma forma para isso seria escrever seus testamentos com instruções sobre a mortalha que cobriria o cadáver, os padres e irmandades que deveriam acompanhar os funerais, o local de sepultamento, o número de missas e ofícios a serem rezados. No testamento suplicava-se a intercessão dos santos, distribuía-se bens, praticava-se caridade fazendo doações para os religiosos, resolviam-se assuntos pendentes como o pagamento de dívidas e em alguns casos até o reconhecimento dos filhos ilegítimos.

Segundo João José Reis ter uma boa morte “significava que o fim não chegaria de surpresa para o indivíduo sem que ele prestasse contas aos que ficavam e também os instruissem sobre como dispor de seu cadáver, de sua alma e de seus bens terrenos”.¹³ Portanto, era necessário testar para garantir uma morte tranquila.

¹² SANT’ Anna, Sabrina Mara. *A boa morte e o bem morrer: culto, doutrina, iconografia e irmandades mineiras (1721 a 1822)*. (Dissertação de mestrado). FAFICH/UFMG, Belo Horizonte, 2006. p. 65.

¹³ REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo:

Havia um grande medo de se morrer acidentalmente sem os ritos devidos e sem tomar as providências para o momento final. Como a pobre Faustina Gonçalves,¹⁴ moradora da Freguesia de Guarapiranga que em 9 de Março de 1749 foi morta com uma flechada de Índio. Seu marido, Antônio Gonçalves Pedroso, no inventário fez referência a tal desgraça que assolou sua família. Além da tristeza da perda de sua esposa Faustina que deixou três filhos menores ficava aparente o pesar pela morte acidental que não permitiu a sua senhora receber os ritos finais e fazer as recomendações necessárias.

A preocupação com a preparação para a morte também se fez presente no universo cultural da América Portuguesa. Os fiéis da colônia estavam imbuídos dos princípios escatológicos desejando, portanto, a garantia de uma “Boa Morte”. A preocupação com o bem morrer esteve presente nos testamentos das mulheres forras e livres de Vila do Carmo através de suas recomendações de missas, atos de caridades e predisposições acerca do funeral e sepultamento.

A necessidade de testar

O costume de testar segundo Sandra Paschoal Guedes foi introduzido pelos romanos.¹⁵ Contudo, foi apenas a partir do século XII, com a restauração do direito Justiniano, que testar passou a ser uma obrigação de todo cristão, pois a Igreja queria proteger os legados pios deixados em testamentos.¹⁶

O ato de testar no Brasil era legislado pelo *Código Phillipino*. Não podiam testar homens com menos de 14 anos e mulher com menos de 12 anos, loucos ou mentecaptos, os hereges, pródigos, surdos e mudos de nascença, escravos e religiosos professos. No caso de filho sob o pátrio poder só testavam com permissão dos pais.¹⁷

Havia os testamentos de tipo *cerrado* que era quando o testador ou alguém a mando dele escrevia e entregava o documento lacrado a um tabelião na frente de cinco

Companhia das Letras, 1991. p.92.

¹⁴ ACSM. *Inventário post mortem*. 1º Ofício. Caixa 10. Auto 375. Ano 1750.

¹⁵ GUEDES, Sandra O.L. de C. *Atitudes perante a morte em São Paulo (Séculos XVIII e XIX)*. (Dissertação de mestrado). São Paulo: FFLCH/USP, 1996.

¹⁶ ALMEIDA, Joseph C.F.de. O testamento no âmbito da herança: uma análise demográfica. *Anais do XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais*. Ouro Preto, 2002. p.3-4.

¹⁷ *Código Phillipino*. Título LXXXIV 4º Livro das Ordenações.

testemunhas. Existia o *nuncupativo* feito oralmente pelo testador no leito de morte. Havia ainda o testamento de *mão comum* feito com mais de um testador.¹⁸

No testamento o indivíduo declarava solenemente sua vontade sobre o que desejava que fosse feito após sua morte. Esse documento continha informações sobre a naturalidade, filiação, data de nascimento, número de filhos maiores e menores, legítimos, naturais ou adotivos. Incluía-se as súplicas de ordem religiosa com invocações e orações, encomendações da alma à Santíssima Trindade, Jesus, Maria e ou aos santos protetores. Demonstrando crerem na existência do julgamento da alma pediam intercessão aos santos diante do juiz divino. São estabelecidas determinações quanto ao corpo, sepultamento, funeral e aos cuidados espirituais *post mortem*.

O testamento continha o resumo dos bens móveis e imóveis e da posse de escravos, além da identificação de dívidas e créditos, a indicação das doações as irmandades e confrarias, atos de caridade e alforria de escravos. Eram enumerados os herdeiros e a forma de repartição dos bens.

A historiadora Margarida Durães percebeu nos testamentos do Minho a preocupação com a boa morte. O testamenteiro, segundo o desejo do defunto, deveria providenciar a mortalha, o acompanhamento do funeral, a cerimônia religiosa, a refeição do enterro e a sepultura. No segundo momento estava dispostos missas de intenção e devoções particulares, além das esmolas que deveriam entregar as instituições religiosas e às pessoas citadas no testamento.¹⁹

Portugal viveu sob a égide da influência da fé católica, e esta se fará presente nas possessões ultramarinas. Portanto, a preocupação com as crenças escatológicas permearam o universo colonial e, por conseguinte, o costume de testar presente na América Portuguesa será herdado dos reinóis.²⁰

Nas Minas setecentistas houve a interiorização da mentalidade católica portuguesa por seus moradores. Os indivíduos das regiões auríferas, conforme Claudia Coimbra do Espírito Santo viviam cotidianamente diante do dilema barroco: “os olhos e os ouvidos do

¹⁸ GUEDES, Sandra O.L. de C. *Atitudes perante a morte em São Paulo (Séculos XVIII e XIX)*. (Dissertação de mestrado). São Paulo: FFLCH/USP, 1996.

¹⁹ DURÃES, Margarida. Estratégias de sobrevivência econômica nas famílias camponesas minhotas: os padrões hereditários (sécs.XVIII – XIX). *Anais XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. Caxambu, 2004.

²⁰ DURÃES, Margarida. Estratégias de sobrevivência econômica nas famílias camponesas minhotas: os padrões hereditários (sécs.XVIII – XIX). *Anais XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. Caxambu, 2004. p.14.

mundo exterior, que vigiavam, o denunciavam e o condenavam, e a sua consciência interior que o colocava constantemente entre a decisão de salvar sua alma ou de perder-se eternamente”.²¹

Existem vários estudos que se valem dos testamentos como fio condutor para analisar as formas de viver, arranjos matrimoniais, organização parental e formação de cabedal. Margarida Durães buscando entender às praticas de sucessão e herança das famílias camponesas se debruçou sobre escrituras testamentárias do Minho. Foram analisadas 1372 escrituras testamentárias que cobre o período entre 1720 e 1820.

A historiadora percebeu que o ato de testar era adotado buscando adiar a devolução do patrimônio para o final da vida devendo a sucessão se fazer *post mortem*.²² Portanto, além das preocupações espirituais presentes no testamento, este também tinha a função de organizar a vida econômica e social da família.²³

Milton Stanczyk Filho buscando perceber a acumulação, a transmissão de bens e a vida material dos habitantes da Vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba lançou luz sobre 32 testamentos, além de 31 inventários.²⁴

Joseph César Ferreira de Almeida se debruçou sobre os testamentos para analisar os dados relativos a existência e as relações dos testadores com seus herdeiros forçados, que são os ascendentes e descendentes em linha direta com testadores de São Paulo durante o período de 1763 à 1863. No estudo feito a partir de 198 testamentos, Almeida demonstrou que havia testamentos de mão comum e ainda uma quase igualdade entre homens e mulheres, sendo 100 de testadores masculinos e 98 de testadoras.²⁵

O historiador percebeu também um maior número de testadores sem herdeiros forçados, concluindo que havia uma maior preocupação de pessoas sem herdeiros testando para garantir a herança às pessoas mais próximas. Mas destacaram-se também um número

²¹ SANTO, Cláudia C. do Espírito. Crédito e Economia cotidiana: a participação feminina nas demandas judiciais em Vila Rica – 1730/1770. *Anais XII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais*. Ouro Preto, 2002. p.2.

²² DURÃES, Margarida. Estratégias de sobrevivência econômica nas famílias camponesas minhotas: os padrões hereditários (sécs.XVIII – XIX). *Anais XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. Caxambu, 2004. p.7

²³ DURÃES, Margarida. Estratégias de sobrevivência econômica nas famílias camponesas minhotas: os padrões hereditários (sécs.XVIII – XIX). *Anais XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. Caxambu, 2004. p.8

²⁴ STANCZYK Filho, Milton. Instrumentos de Pesquisa: indicadores possíveis na exploração de testamentos e inventários *post mortem*. In: *Anais da V Jornada Setecentista*. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2003.

²⁵ ALMEIDA, Joseph C.F.de. O testamento no âmbito da herança: uma análise demográfica. *Anais do XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais*. Ouro Preto, 2002. p.16

considerável de pessoas solteiras reconhecendo filhos ilegítimos como seus herdeiros. Portanto, Almeida conclui que a proximidade da morte levava os testadores a refletir em seus testamentos, sobre suas histórias de vida e relatos mais íntimos, refletindo um quadro fiel e completo das relações conjugais e fora do casamento. Revelavam-se ainda as pressões sociais e familiares ao reparar em vida os pecados cometidos num momento de “fragilidade humana”. Reconhecer a filiação revela a preocupação com a transmissão do legado destacando essa, como importante estratégia familiar.²⁶

Os testamentos setecentistas nos revelam que a preocupação maior desses homens e mulheres ao testar era com a salvação da alma. Contudo essa salvação, diante da crença escatológica de julgamento individual, era negociada com a doação de bens que seriam utilizados para pagamento das missas e ofícios, esmolas e dotes para moças órfãs. As disposições presentes nos testamentos são em geral precisas. Discriminava-se o número de missas a serem ditas, o local e capela onde deveriam rezar as missas. Essa preocupação foi percebida nos testamentos de Vila do Carmo que foram analisados.

A negra Antônia, moradora de Vila do Carmo, recebera sua alforria de sua antiga senhora Izabel de Aguiar. Talvez a gratidão sentida por sua senhora que a tratara com apressado e lhe concederá a liberdade de sua condição de cativa explique o fato de ter deixado disposto em seu testamento que se passasse a “terça parte de seus bens a dita Isabel”. Também, talvez por ato de caridade visando a sua salvação, deixou ainda o restante de seus bens “a sua escrava de nome Rosa.”²⁷

A esposa do Sargento mor Lourenço Pereira, Dona Maria Cardoza ao que parece também estava preocupada com o julgamento individual e por isso deixou encomendado o pagamento de esmolas e ainda que fosse dita missa de corpo presente.²⁸

Antônia da Silva parecia estar muito preocupada com o destino de sua alma deixando ao seu marido o Mestre de Campo João de Castro Souto Maior a missão de garantir o cumprimento dos sufrágios por sua alma: “por minha alma se diga seiscentas missas, pelas almas do purgatório cem missas e pelas almas dos pais três missas”. Deixou ainda a Tereza de Mendonça sobrinha do Reverendo Padre Jerônimo da Conceição, “religioso monge do patriarca de São Bento”, seis mil contos de réis, pois ela iria se tornar

²⁶ ALMEIDA, Joseph C.F.de. O testamento no âmbito da herança: uma análise demográfica. *Anais do XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais*. Ouro Preto, 2002. p.21

²⁷ ACM. Óbitos. Prat. Q n°10 Testamento. Ano 1723.

²⁸ ACM. Óbitos. Prat. Q n°10 Testamento. Ano 1724.

religiosa. Esta seria uma boa estratégia para Dona Antônia da Silva para garantir a salvação de sua alma, pois teria a intercessão de dois religiosos, que em tese estariam mais próximos do divino. Deixou também “duzentos mil réis de esmola a uma santinha por nome Catarina filha de Antônio Gomes da Silva, morador do Rio das Mortes.”²⁹

Os sufrágios vão variar conforme a condição social e econômica da testadora. No caso da forra Antônia seu sufrágio será um pouco mais modesto em relação a senhora Antônia da Silva que deixou encomendada várias missas. Portanto, apesar da morte ser igual para todos e o julgamento individual também, a condição econômico será determinante para a negociação da fé.

O medo da morte e a incerteza da salvação eram suavizados com a crença “de que as missas seriam rezadas e de que a caridade, no final da vida compensaria todos os pecados do passado”.³⁰ Por isso, a grande preocupação de homens e mulheres dos setecentos deixarem dispostos em seus testamentos as missas a serem rezadas e as obras de caridade a serem feitas pelos menos desfavorecidos. A preocupação aumentava diante da eminência da morte e então, investindo na salvação eterna, garantiam a feitura do testamento.

A pompa fúnebre rumo à morada eterna

A pompa fúnebre pode ser entendida como toda a cerimônia do enterro que envolvia o cortejo do morto, acompanhado de padres, irmandades com cruz alçada, as missas de corpo presente e ofícios. Nos testamentos fica evidenciada a preocupação das mulheres setecentistas com a pompa fúnebre. Essas deixavam registradas várias disposições sobre como deveria ser o cortejo de seu corpo e ainda discriminavam o local onde deveriam ser enterradas.

Para garantir a boa morte homens e mulheres setecentistas deixavam testadas as disposições necessárias, mas também era preciso, segundo as regras da Igreja, que fossem ministrados ao moribundo os sacramentos da comunhão e da extrema-unção. Conforme as Constituições Primeiras, os sacramentos dariam “especial ajuda, conforto, e auxílio na hora

²⁹ CSM. *Inventários*. 2º Ofício. Caixa 141 Auto 2860. Com testamento. Ano 1722.

³⁰ FONSECA, Humberto J. *Vida e morte na Bahia colonial: sociabilidade, festa e rituais fúnebres*. (Tese de Doutorado) FAFICH/UFMG. Belo Horizonte, 2006, p.134.

da morte”.³¹ O padre se dirigia à casa do doente, acompanhado de ajudantes que carregavam uma cruz, caldeira de água benta e o livro do ritual romano.³²

O conceito de esfera privada no momento da morte se confundira com a esfera pública, o quarto do moribundo torna-se um lugar público. Conforme Humberto José Fonseca a morte não poderia acontecer solitária. Durante a agonia, o moribundo precisava contar com a presença de muita gente em volta, “era uma morte solidária, espetacular”.³³ Da agonia a morte. Da administração do último sacramento até a sepultura contava-se com a presença de parentes, amigos, irmãos e clero para garantir as orações pela alma dos mortos. Havia preocupação desde a roupa com qual o defunto seria enterrado até o local de sepultamento. Fonseca caracteriza os ritos fúnebres da América portuguesa de “*morte barroca*” rica em detalhes místicos e simbólicos.³⁴

Em alguns testamentos terão discriminado a roupa mortuária. Dona Felipa Cabral deixou em seu testamento expresso o desejo de ser sepultada na capela de Nossa Senhora da Glória, Passagem de Vila do Carmo amortalhada com o hábito de São Francisco.³⁵ A moradora de Catas Altas, Dona Inocência também pediu para ser amortalhada com o hábito de São Francisco.³⁶ O uso da mortalha franciscana foi costume herdado dos ibéricos. “A iconografia franciscana indica que o santo tinha lugar destacado na escatologia cristã.”³⁷

Havia outras variações de mortalha, por exemplo, a parda Maria Rodrigues Romana deixou expresso em seu testamento que seu corpo fosse amortalhado com o hábito de Santo Antônio. Dona Maria Cardoza, além de deixar encomendada a missa de corpo presente pediu que seu corpo fosse enterrado com a mortalha do hábito de São Pedro.

O uso da mortalha de determinado santo significava um apelo em favor de suas almas. Portanto seu uso era de fundamental importância, exprimia “integração do morto ao

³¹ *Primeiras Ordenações*. Livro I Título XLVII.

³² REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p.103.

³³ FONSECA, Humberto J. *Vida e morte na Bahia colonial: sociabilidade, festa e rituais fúnebres*. (Tese de Doutorado) FAFICH/UFMG. Belo Horizonte, 2006. p.28.

³⁴ FONSECA, Humberto J. *Vida e morte na Bahia colonial: sociabilidade, festa e rituais fúnebres*. (Tese de Doutorado) FAFICH/UFMG. Belo Horizonte, 2006. p.28.

³⁵ ACM. Listas de Óbitos. Livro. Prat.R nº5 folha 12.

³⁶ ACM. Listas de Óbitos. Livro. Prat.W nº20 folha 36.

³⁷ REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p.117.

outro mundo”. A mortalha protegia e “servia de salvo-conduto na viagem rumo ao paraíso.”³⁸

Como observa Júnia Furtado “os ritos fúnebres refletiam os mesmos paradoxos que se defronta a sociedade da época”.³⁹ Além do mais nem todos tinham o privilégio de dispor seus desejos por meio do testamento, este era uma fonte socialmente seletiva já que só uma minoria tinha capacidade de testar.⁴⁰ As pessoas pobres não testavam, pois não tinham bens relevantes para isso.

No acervo da Freguesia de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto, dos 120 testamentos encontrados 84,2% são de livres, 13,3% de forros e 1,7% de escravos.⁴¹ Consultando a lista de óbitos de Vila do Carmo do período de 1713 e 1750 das 23 mulheres com testamento sendo que 61,5% eram livres e 38,5% eram forras. Na Casa Setecentista de Mariana encontramos 16 testamentos, sendo 68,8% de livres e 31,2% de forras.

O historiador Humberto José Fonseca debruçando-se sobre os testamentos observa também que estes revelavam “a preocupação com a manutenção do poder” e “a preservação do status quo e os preceitos estamentais”.⁴²

A moradora de Furquim Ângela da Cruz de Santa Rita, mulher branca e de posse pediu em seu testamento que seu funeral fosse acompanhado por todos *os sacerdotes que se acham* na freguesia e pelos membros da Irmandade das Almas. Pediu ainda uma procissão com cantos pela sua alma. Registrou ainda que fosse dita uma missa de corpo presente, além das missas que deveriam ser celebradas em Portugal, sendo sete por sua alma e uma para seus sogros e seus pais.

Ao contrário, da forra Antônia que teve um funeral mais modesto. Deixou em seu testamento registrado “que seu corpo fosse amortalhado em um lençol branco e sepultado na Matriz desta Vila” e encomendou que fossem rezadas apenas 10 missas por sua alma.⁴³

³⁸ REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p.124.

³⁹ FURTADO, Júnia Ferreira. Transitoriedade da vida, eternidade da morte: Ritos fúnebres de forros e livres nas Minas setecentistas. In: JANCSÓ, Istvan e KANTOR, Íris (orgs). *Festa: Cultura e sociabilidade na América portuguesa*. Volume I. 397-416. São Paulo: Hucitec: Edusp: Fapesp: Imprensa Oficial, 2001, p.398.

⁴⁰ DURÃES, Margarida. Estratégias de sobrevivência econômica nas famílias camponesas minhotas: os padrões hereditários (sécs.XVIII – XIX). *Anais XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. Caxambu, 2004, p.8

⁴¹ AEPNSP. Ver: CAMPOS, Adalgisa A. Et.all. O banco de dados relativo ao acervo da Freguesia de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto, Registro paroquiais e as possibilidades de pesquisas. *Anais X Seminário sobre Economia Mineira*. Diamantina, 2002. CD Rom, v. 1. p.16.

⁴² FONSECA, Humberto J. *Vida e morte na Bahia colonial: sociabilidade, festa e rituais fúnebres*. (Tese de Doutorado) FAFICH/UFMG. Belo Horizonte, 2006.

⁴³ ACM. Óbitos. Prat. Q nº10 Testamento. Ano 1723.

Já a preta forra Mônica Camilo Corrêa deixou disposto em seu testamento como seria o cortejo de seu corpo até a tumba das almas na Matriz de Nossa Senhora do Carmo. Seu funeral deveria ser acompanhado pelo vigário mais 9 sacerdotes e dos irmãos da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos e São Benedito.

Entre os funerais das forras Mônica e Antônia também percebemos diferenças. Enquanto no da última estava presente a simplicidade que refletia seu baixo poder econômico, no caso de Mônica que declarava possuir vários bens incluindo 3 escravos, já se percebe uma maior pompa do funeral. Porém, quando comparadas com as recomendações de Dona Ângela que apresentava uma melhor situação econômica, o funeral da forra Mônica perdia seu brilho.

Portanto, a preocupação com a morte estava presente na América Portuguesa apresentando variações conforme a condição social e econômica. O “*parecer*” e o “*ser*” presente na sociedade setecentista também mostrava seus traços no momento da morte por meio da pompa fúnebre.

A Igreja e a Boa Morte

97

O templo religioso era entendido como a morada de Deus, por isso, os indivíduos ao testarem manifestavam a necessidade de serem enterrados em solo sagrado. Entre o século XIV e XVIII para a escolha da sepultura era considerada a piedade religiosa pela paróquia, ordem religiosa ou por um santo, além da piedade familiar.⁴⁴

Nos testamentos era indicada a Igreja e em que local dela deveria ser sepultado o corpo. Por exemplo, Dona Francisca Luiz pedia que seu corpo fosse sepultado na Igreja do distrito de Guarapiranga, debaixo da pia de água benta.⁴⁵ A preta forra Maria da Silva pedia que fosse enterrada na tumba da Irmandade de São Benedito que ficava na Igreja do Rosário na freguesia de Guarapiranga.⁴⁶

Antônia da Silva foi batizada na Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Vila do Carmo e desejava também ser enterrada nela, portanto, além de deixar disposto que fosse celebrada uma missa de corpo presente com a presença de todos os “padres que se

⁴⁴ ARIÉS, Philippe. *História da morte no ocidente: da idade média aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982, p.119.

⁴⁵ CSM. *Inventário*. 1º Ofício Códice 89 Auto 1870. Ano 1715. c/ testamento.

⁴⁶ CM. Óbitos. Prat.Q. nº10 folha 24. Ano 1747.

encontrassem”, pediu ainda que fosse enterrada nessa mesma igreja embaixo da imagem de Santo Antônio.⁴⁷

Na hora de sepultar o corpo a posição econômica e social também era determinante. Havia uma hierarquização dentro da própria igreja. Os que gozavam de prestígio teriam lugar reservado no interior da igreja. Provavelmente era o caso de dona Antonia da Silva, senhora de posse que deixara dois livros de ouro para a Irmandade do Senhor dos Passos para ajudar nas obras da capela.

Havia uma hierarquização do recinto religioso, pois os mais abastados eram sepultados mais próximos da capela-mor e os menos ricos na nave. Aos forros, livres pobres e escravos restavam o adro, parte que circunda a igreja.⁴⁸ Nos adros das igrejas se realizavam um “conjunto vasto e variado de atividades mundanas”.⁴⁹

É possível perceber essa diferenciação por meio dos dados relativos aos enterros dentro e fora da Matriz do Pilar considerando a condição social.⁵⁰

TABELA 1
Locais de enterramento por condição social

Condição	Adro	Nave ou corpo (Indeterminado)	Nave
Livres	2	106	12
Forros	1	7	0
Escravos	515	10	0
Não consta	1	2	0
Coartados	1	0	0
Total	522	125	12

Fonte: Arquivo Eclesiástico da Paróquia Nossa Senhora do Pilar⁵¹.

Dos 659 enterros que ocorreram na matriz do Pilar, 522 indivíduos foram sepultados no adro da igreja, ou seja, do lado de fora da igreja, sendo a grande maioria de escravos. Apesar de o adro fazer parte do espaço sagrado, por estar no lado exterior estava mais propício a atos de profanação. Os que foram enterrados na nave ou corpo da igreja

⁴⁷ CSM. *Inventário*. 2º Ofício Códice 141 Auto 2860. Ano 1722. c/ testamento

⁴⁸ CAMPOS, A.A. A Idéia do Barroco e os desígnios de uma nova mentalidade: a misericórdia através dos sepultamentos pelo amor de Deus na Paróquia do Pilar de Vila Rica (1712-1750). *Revista Barroco*, Belo Horizonte, v. 19, 2000.

⁴⁹ ARAÚJO, Ana Cristina. *A morte em Lisboa: atitudes e representações 1700-1830*. Lisboa: Editorial Notícias, 1997. p.361

⁵⁰ CAMPOS, Adalgisa A, Et.all. O banco de dados relativo ao acervo da Freguesia de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto, Registro paroquiais e as possibilidades de pesquisas. *Anais X Seminário sobre Economia Mineira*. Diamantina, 2002. CD Rom, v. 1. p.17.

⁵¹ Retirado de CAMPOS, Adalgisa A, Et.all. O banco de dados relativo ao acervo da Freguesia de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto, Registro paroquiais e as possibilidades de pesquisas. *Anais X Seminário sobre Economia Mineira*. Diamantina, 2002. CD Rom, v. 1. p.17.

correspondem a 125 indivíduos, sendo que 106 eram livres provavelmente com uma condição social e econômica superior, e provavelmente deixaram alguma doação para a capela. (Tabela 1).

O local do descanso eterno era pensado também com o propósito de garantir a salvação, pois a aspiração do túmulo nos locais de culto tinha o objetivo de garantir a proteção do santo venerado e assegurar o repouso em paz do morto até o dia do Juízo Final.

⁵² Conforme as *Primeiras Ordenações*:

É costume pio, antigo e louvável na Igreja Católica, enterrarem-se os corpos dos fieis cristãos defuntos nas Igrejas e cemitérios delas porque como são lugares, a que todos os fiéis concorrem para ouvir e assistir às missas, e ofícios divinos e orações, tendo à visita às sepulturas, se lembrarão de encomendar a Deus nosso senhor as almas dos ditos defuntos, especialmente dos seus, para que mais cedo sejam livres das penas do Purgatório, e não esquecerão da morte, antes lhes será aos vivos mui proveitosos ter memória dela nas sepulturas.⁵³

As sepulturas dentro da igreja serviam para acolher os corpos para esperar o Juízo Final, mas também servia à pedagogia do bem morrer, fazendo os vivos se lembrarem que aquele também seria seu fim assim como os que estavam enterrados no templo. A igreja então valorizava o momento da morte e se beneficiava disso também.

Na região aurífera, conforme Adalgisa Arantes Campos a vivência religiosa leiga foi marcada pelo aspecto devocional, porém não com uma religiosidade marcada por práticas penitenciais excessivas. O homem barroco apresentava-se como um indivíduo que “quer se salvar, mas salienta-se dentro de uma perspectiva bastante aclimatada às exigências temporais”.⁵⁴

Os fieis das Minas buscavam a salvação e o “*bem morrer*”, no entanto, viviam cotidianamente segundo as regras e preceitos da fé que professavam, então “para compensarem a vida desregrada” se dedicavam “ao culto santoral com apreço e pompa”.⁵⁵

⁵² CAMPOS, Adalgisa A, Et.all. O banco de dados relativo ao acervo da Freguesia de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto, Registro paroquiais e as possibilidades de pesquisas. *Anais X Seminário sobre Economia Mineira*. Diamantina, 2002. CD Rom, v. 1. p.17.

⁵³ *Primeiras Ordenações*. Livro IV Título LIII nº 843.

⁵⁴ CAMPOS, Adalgisa *A Terceira Devoção do Setecentos Mineiro: o culto a São Miguel e Almas*. (Doutorado em História) – FFLCH/ USP. São Paulo, 1994. p. 32.

⁵⁵ SANT’ Anna, Sabrina Mara. *A boa morte e o bem morrer: culto, doutrina, iconografia e irmandades mineiras (1721 a 1822)*. (Dissertação de mestrado). FAFICH/UFMG, Belo Horizonte, 2006, p.72

As pessoas se associavam às confrarias e irmandades leigas buscando honrar seus padroeiros, contribuindo para a construção de templos, realização de festas religiosas e fazendo caridade. Essas associações leigas desempenhavam papel importantíssimo no sentido de garantir a “Boa Morte”.

As irmandades também estariam presentes para acompanhar essas mulheres ao seu leito de morte. Portanto, agora trataremos das irmandades nas Minas e a presença das mulheres de Vila do Carmo e seu termo nessas associações.

As Irmandades

As irmandades terão papel fundamental para garantir a “boa morte”, pois os irmãos acompanharam os moribundos em seu leito de morte e garantiram que as disposições testamentárias fossem cumpridas.

Essas associações legais surgiram na Europa Medieval, difundindo no contexto das reformas religiosas tridentinas. Essencialmente, essas organizações prestavam culto a um santo e se dedicavam a obras de caridade voltada para os próprios membros ou para pessoas carentes não associadas.⁵⁶ Em Portugal as origens das irmandades se encontram por volta do século XVI e eram formadas predominantemente por leigos. Essas associações religiosas estiveram presentes na América portuguesa e representaram importante espaço de sociabilidade na colônia.⁵⁷ Elas zelavam pelo culto religioso, assistência espiritual, auxiliavam em caso de doença e falecimento. Cada irmandade tinha um santo de devoção e era necessário ao funcionamento desta que uma igreja a acolhesse, ou que se construísse seu templo próprio. Era preciso também, um estatuto aprovado pelas autoridades eclesiásticas.⁵⁸

Geralmente, um templo acomodava várias irmandades que construía altares laterais em honra ao santo patrono. As irmandades e confrarias que conseguissem recurso suficiente construía sua capela ou Igreja própria. Elas eram administradas por uma mesa, composta por escrivões, tesoureiros, procuradores que desempenhavam várias tarefas,

⁵⁶ VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário Brasil Colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000, p.316.

⁵⁷ Conf. BOSCHI, Caio C. *Os leigos no poder: irmandades legais e política colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: Ática, 1986.

⁵⁸ *Constituições Primeiras* Título LX. Parágrafo 867 apud. REIS, J.J. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

dentre elas: arrecadação de fundos, guarda de livros e bens, visita de irmãos necessitados, organização de funerais, etc.⁵⁹

Nos regulamentos dessas associações estavam estabelecidos a condição social ou racial exigida dos sócios, os seus deveres e direitos.⁶⁰ Os irmãos deveriam ter bom comportamento e respeito à devoção católica. Tinham ainda que pagar anuidades, participar das cerimônias civis e religiosas. Em contra partida, os membros das irmandades tinham o direito à assistência médica e jurídica, socorro no momento de crise financeira, direito a um enterro descente com acompanhamento dos irmãos no cortejo e sepultura na capela da irmandade. Os associados das irmandades acreditavam também que a participação deles garantiria atenção espiritual em favor de suas almas.⁶¹ Caio Boschi defende que as irmandades eram “agentes de solidariedade grupal, congregando, simultaneamente, anseios comuns frente à religião e perplexidade frente à realidade social”.⁶²

João José Reis pontua que as irmandades eram “associações corporativas, no interior das quais se teciam solidariedades fundadas nas hierarquias sociais”.⁶³ No caso da Bahia, por exemplo, havia irmandades poderosas pertencentes a elite branca colonial. Destacavam-se as Santas Casas de Misericórdia, Irmandades do Santíssimo Sacramento e as Ordens Terceiras de São Francisco, do Carmo e de São Bento. Poderia haver irmandades de brancos, pardos e negros. As mais numerosas eram as Irmandades de “homem de cor” e tradicionalmente dividiam-se em crioulos, mulatos e negros africanos.⁶⁴ As irmandades de pretos tiveram suas funções ampliadas, algumas *delas* “funcionavam como veículo de libertação de seus integrantes, ao alforriá-los.”⁶⁵

Por meio das quantias advindas das mesadas, esmolos e doações testamentárias essas entidades garantiam o seu auto-sustento. O saldo positivo entre as receitas e despesas

⁵⁹ REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

⁶⁰ REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p.50.

⁶¹ REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

⁶² BOSCHI, Caio C. *Os leigos no poder: irmandades legais e política colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: Ática, 1986, p.14

⁶³ REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p.51.

⁶⁴ REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p.53-4.

⁶⁵ BOSCHI, Caio C. *Os leigos no poder: irmandades legais e política colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: Ática, 1986, p.26.

garantia o cumprimento das obrigações e atividades litúrgicas, como socorrer os filiados, sepultar os irmãos, realizar os ofícios, construir e ornamentar capelas próprias.

Nas Minas setecentistas as irmandades também tiveram importante papel, a história delas se confunde com a própria história social da região mineradora.⁶⁶ O estado português impôs às Minas uma política religiosa que não permitia a fixação de ordens religiosas conventuais, sob a alegação que os religiosos eram os responsáveis pelo extravio do ouro e por incentivar o não pagamento de impostos. Nas palavras do Guarda-mor Domingos da Silva Bueno:

Primeiramente os mosteiros religiosos, causam a V. Majestade muito considerável perda, por serem os que assistem nestas Minas com o subterfúgio de adquirir para a comunidade ou amparar suas obrigações pobres, e trazem licença de seus prelados por poucos tempos, mas gastam anos. Estes negociam comprando e vendendo, os mais modestos por terceira via, outras escandalosamente e costumam levar arroubas de ouro, e não consta quintarem mais de umas poucas oitavas, e muitos seculares costumam por via deles passarem o seu ouro em pó.⁶⁷

Esse contexto contribuiu para que nas Minas Gerais nascessem as Irmandades Leigas. Essas associações religiosas desenvolveram diversas tarefas e se afirmaram como uma das principais forças sociais presente nas Minas colonial.⁶⁸

O catolicismo nas Minas caracterizou-se por manifestações externas de fé, como procissões, culto de imagens, louvor aos santos e templos. Esse tipo de manifestação religiosa, conforme José F.Carrato foi herdada de Portugal, no qual as cerimônias eram marcadas pela magnificência, além do culto às imagens constituírem um fundo de divertimento popular.⁶⁹

Nesse sentido, as irmandades atuaram para o desenvolvimento do catolicismo popular nas Minas. Conforme observa João José Reis, “as irmandades eram organizadas como um gesto de devoção a santos específicos, que em troca de proteção aos devotos recebiam homenagens em exuberantes festas”.⁷⁰

⁶⁶ BOSCHI, Caio C. *Os leigos no poder: irmandades legais e política colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: Ática, 1986. p.1.

⁶⁷ AHU. Carta de Domingos da Silva Bueno, Guarda-Mor das Minas Gerais para D. Pedro II. 20 de Agosto de 1704. Caixa 1 Doc. 07 Código 247.

⁶⁸ BOSCHI, Caio C. *Os leigos no poder: irmandades legais e política colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: Ática, 1986, p.21-29.

⁶⁹ CARRATO, José F. *Igreja, iluminismo e escolas mineiras coloniais*. São Paulo: Campanha: Ed.Nacional, 1968, p.48.

⁷⁰ REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo:

Fazer parte de uma irmandade significava uma importante forma de sociabilidade, pois os membros se reuniam para organizar festas religiosas, procissões e acabavam por se fazerem presentes na esfera pública. A irmandade, portanto, acabava sendo um cartão de visita, significava ter acesso a toda sorte de facilidades, benefícios e créditos.⁷¹

É possível afirmar que fazer parte de uma irmandade garantia a possibilidade das mulheres de Vila do Carmo transitar pelo espaço público por meio da participação em procissões, ofícios, missas e festas religiosas. Pois entre as obrigações dos filiados estavam acompanhar os funerais dos irmãos e participar dos festejos e procissões realizadas em honra ao santo de devoção.

Os rituais católicos eram ocasiões ideais para senhoras se mostrarem à sociedade. Elas se apresentavam em número considerável nas irmandades e sua participação estava geralmente ligada à função de pedir donativos.⁷²

Toda irmandade tinha um conjunto de normas que regulavam o seu funcionamento proporcionando uma maior ordenação interna. Tinham também diversas funções como garantir a construção de igrejas e a realização de festas.⁷³ Tinha também a função de garantir a pompa fúnebre, talvez uma de suas mais importantes obrigações. Por isso, homens e mulheres das Minas deixaram registradas consideráveis doações em testamento garantindo tanto as orações pelas almas como a pomba fúnebre.

Dona Antônia da Silva, moradora de Vila do Carmo, deixou à irmandade do Senhor dos Passos dois livros de ouro para obras da capela.⁷⁴ A forra Mônica Gomes Correa, irmã da irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos e de São Benedito deixou de doação um contos de réis.⁷⁵

A também preta forra Josefa Correia, moradora da Freguesia de Antônio Dias fazia parte da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, Irmandade de São Benedito e de Santa Efigênia. A cada uma deixou 12\$000. Josefa deixou disposto em seu testamento que queria ser enterrada na matriz de Nossa Senhora do Rosário, pedindo ainda que seu corpo fosse

Companhia das Letras, 1991, p.59.

⁷¹ SANTOS, Raphael Freitas. “*Devo que pagarei*”: sociedade, mercado e práticas creditícias na Comarca do Rio das Velhas – 1713-1773. (Dissertação de Mestrado)FAFICH/ UFMG: Belo Horizonte, 2002, p.164

⁷² SANTOS, Raphael Freitas. “*Devo que pagarei*”: sociedade, mercado e práticas creditícias na Comarca do Rio das Velhas – 1713-1773. (Dissertação de Mestrado)FAFICH/ UFMG: Belo Horizonte, 2002.

⁷³ BOSCHI.C.C. *Os leigos no poder: irmandades legais e política colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: Ática, 1986.

⁷⁴ ACSM. *Inventários*. 2º Ofício. Caixa 141 Auto 2860. Ano 1722. c/ Testamento.

⁷⁵ AEAM. *Testamento*. Livro R-15 fls. 51-54V. Ano 1738.

levado no esquife da irmandade. Para isso deixou de esmola à irmandade de Nossa Senhora do Rosário 28\$800.⁷⁶

No auto de inventário de Dona Ana Francisca Rider, mulher do capitão-mor João Nogueira Ferreira, aparecem registros de pagamentos de 11\$400 à Irmandade de Santa Ana e de 15\$075 à Irmandade de São Gonçalo.⁷⁷

Fazer parte de uma irmandade conferia status e, poder contar com as orações destas no momento da morte, não era privilégio de todos. Essas associações leigas, como observa Caio Boschi, retratavam o processo de estratificação social, aglutinando grupos e reforçando a diferenciação social.⁷⁸ A participação em uma irmandade tornava-se fundamental para garantir a pomba fúnebre e, por conseguinte, a afirmação da posição social. Além do reconhecimento do indivíduo dentro de sua comunidade, desfrutava ainda de um funeral digno.

Portanto, pertencer a uma irmandade era fator essencial para a identificação dos indivíduos dentro dos núcleos urbanos. “Nas sociedades das Minas Gerais era quase impossível não participar dessas irmandades. Eram locais para o exercício dos ritos católicos – batismo, extrema-unção e enterro”.⁷⁹

Essas irmandades refletiam a hierarquização da sociedade setecentista. As mulheres das Minas se fizeram presentes nas irmandades por suas devoções, mas também por suas preocupações com a elevação da alma após a morte ao paraíso. Além disso, motivava-as o desejo de conseguirem bom trânsito social e o reconhecimento público de sua condição. É possível pensar que, para as brancas da elite, as irmandades representavam mais uma possibilidade de transitar além do lar. Para as forras, significaram uma forma de conseguir e tornar pública sua aceitação e de seus descendentes dentro do espaço social das Minas.

Considerações Finais

O estudo do culto aos mortos de uma sociedade nos revela traços culturais e sociais inerentes a ela que podem refletir questões religiosas e até transparecer uma hierarquia

⁷⁶ ACSM. *Inventários*. 1º Ofício. Caixa 150 Auto 3147. Ano 1739. c/ testamento.

⁷⁷ CSM. *Inventários*. 1º Ofício. Caixa 87 Auto 1846. Ano 1739.

⁷⁸ BOSCHI, C. C. *Os leigos no poder: irmandades legais e política colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: Ática, 1986, p.150

⁷⁹ FURTADO, Julia F. *Chica da Silva e o contratador dos diamantes: o outro lado do mito*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p.168

social. Conforme Maria Ângela Vilhena, a morte é um acontecimento social que uni ou dispersa pessoas, fortalece ou dissolve famílias, promove a solidariedade entre os vivos.⁸⁰

O presente artigo buscando perceber a morte dentro da sociedade setecentista de Vila do Carmo lançou luz sobre os testamentos. Os testamentos são ricas fontes de informação, pois apresentam informações sobre os herdeiros e a partilha dos bens. Há também os aspectos espirituais, a natureza da cerimônia fúnebre, se o testador pertencia ou não a alguma irmandade ou associações piás, etc. Por sua vez, os inventários *post mortem* consistem em uma descrição pormenorizada de todos os bens móveis e imóveis, posse de escravos e identificação de dívidas e créditos.⁸¹ Lançando o olhar sobre essa documentação é possível revelar traços dos costumes e do pensamento das testadoras. É possível traçar o perfil social e econômico das mulheres considerando a declaração dos escravos e bens. Portanto, é uma documentação rica que precisa ser mais explorada.

Ao debruçarmos sobre os testamentos dessas mulheres para tentou-se dar-lhes mais ouvidos, e ainda perceber os traços da sociedade barroca que se apresentam por meio dos ritos e crenças apresentados nessa documentação.

As mulheres livres ao testarem, manifestavam seu desejo deixando disposições sobre como o corpo deveria ser amortalhado, o número de missas a serem rezadas, o local onde deveriam ser enterradas, quem acompanharia o cortejo fúnebre, a quem fariam doações de esmolas e que moças solteiras seriam beneficiadas com algum pecúlio para o dote.

As negras forras também estavam preocupadas com as pompas fúnebres. Os ritos fúnebre diferenciavam pobres de ricos refletindo os paradoxos presentes na sociedade setecentista. As esposas dos homens da elite colonial, assim como as forras com condição econômica superior deixavam recomendações detalhadas para garantir funerais cheios de pompa.

A presença da irmandade era fundamental para os momentos últimos. Além das questões mais diretamente relacionadas à religiosidade, a presença das irmandades nos ritos fúnebres demonstrava o lugar social do indivíduo. Mesmo nestes momentos finais, a demonstração pública da ligação a estas associações demonstrava e reforçava o status social

⁸⁰ VILHENA, Maria Ângela. Os mortos estão vivos: traços da religiosidade brasileira. In: *Revista de Estudo da Religião*. PUC-SP. N. 3, Ano 4, 2004, p.1.

⁸¹ DAUMARD, Adeline et.al. *História social do Brasil: teoria e metodologia*. Curitiba. Editora da Universidade do Paraná, 1984, p.197.

não só da falecida, mas de toda a família. Para as livres brancas, essas organizações religiosas além de status e privilégios representavam a possibilidade de transitarem além do lar. Para as negras forras o pertencimento a uma irmandade foi uma forma de conseguir aceitação social e distanciamento da sua antiga condição.

O Antigo Regime foi demarcado por características relacionadas à aparência e aos aspectos exteriores de conduta. Ser homem bom na América portuguesa exigia ter estilo de vida nobre. As senhoras por meio de roupas, jóias e mesmo utensílios domésticos buscavam fazer valer o estilo nobre que sua posição de casadas lhes conferia. Essa preocupação também estar presente nos rituais fúnebres, sendo tendência também entre as negras forras que, ao conseguirem alguma ascensão econômica, buscavam vestir e se impor dentro daquela sociedade tanto para distinguir como para transgredir. Abusavam do brilho e da cor buscando manter um diálogo entre aspectos da cultura africana e euro-ocidental, e deixaram disposições nos testamentos para garantir a boa morte.

Artigo recebido em 23/12/2008 e aprovado em 08/05/2009.

POLÍTICOS, MILITARES OU MONOPOLISTAS? UM OLHAR SOBRE O ABASTECIMENTO DE CARNE VERDE NA BAHIA OITOCENTISTA

Rodrigo F. Lopes

Mestrando em História pela Universidade
Federal da Bahia
rodrigolopes28@hotmail.com



Resumo

No século XIX, o abastecimento de carne verde para a capital da Província da Bahia era uma atividade de interesse primordial para o poder público, por se tratar de um gênero de primeira necessidade na dieta alimentar da sociedade baiana. Sua importância gerou a criação de uma série de leis e posturas que pretendiam controlar o abastecimento de carne, desde a quantidade de animais abatidos para consumo quanto o seu preço e distribuição nos pontos de venda espalhados pela Cidade da Bahia, com o objetivo de evitar a atividade dos monopolistas, que dificultavam o acesso da população da cidade ao vívere através da alta dos preços e da qualidade do produto oferecido. Porém, ao mesmo tempo em que o poder público tentava combater os monopolistas, criava condições para que eles estivessem inseridos dentro de seu próprio corpo administrativo.

Palavras-chave: Abastecimento, Bahia, Economia.

Abstrat

In the century XIX, the supply of fresh meat for the capital of the Province of the Bahia was an activity of primordial interest for the government, because of treating a type of first necessity in the food diet of the Bahian society. His importance produced the creation of a series of laws and postures that were intending to control the supply of meat, from the quantity of animals knocked down for consumption how much his price and distribution in the points of sale spread by the City of the Bahia, with the objective to avoid the activity of the monopolists, who were making difficult the access of the population of the city to a product through the rise of the prices and of the quality of the offered product. However, at the same time in which the public power was trying to fight the monopolists, it was creating conditions so that they were inserted inside his administrative body itself.

Keywords: Supply, Bahia, Economy.

O Abastecimento da cidade de Salvador no século XIX foi marcado por diversos fatores conjunturais que ora dificultavam, ora regularizavam essa atividade que garantia à população da capital da Província o suprimento de víveres necessários à sua sobrevivência, entre eles, a carne verde.

Dentre esses fatores, percebe-se alguns exteriores ao controle social, como durante os períodos de secas, pois os anos oitocentos sofreram estiagens que se prolongaram por longos períodos seguidos¹, definhando os pastos e o gado, como mostram os testemunhos variados presentes em correspondências diversas trocadas entre proprietários de gado ou dirigentes das comarcas com o governo provincial, “(...) Ainda assim, quando a estação não corre regular, estes mesmos gados morrem ou ficam em estado de não poderem vir para a Capital, e é neste caso que aparece a escacez, e as carnes sobem a um preço fabuloso (...)”².

Juntam-se a este, tantos outros de origem infraestrutural e política, quais sejam a falta de estradas para o transporte das boiadas destinadas ao consumo soteropolitano, as longas distâncias percorridas do alto sertão da província até sua capital e até mesmo as dificuldades administrativas experimentadas pela Câmara Municipal e pela Presidência da Província para regular a contento, o abate e a distribuição das carnes verdes para os talhos municipais, de onde a população de Salvador se abastecia dos cortes do produto para seu consumo.

A distribuição de carne verde na Província da Bahia no decorrer do século XIX foi marcada por irregularidades, que geravam constantes convulsões sociais e embates políticos entre o governo provincial e a população baiana, que tinha na carne verde um dos gêneros de primeira necessidade para sua alimentação. A historiografia sobre o século XIX na Bahia já se deteve em algumas análises referentes a essas crises de abastecimento, vide os trabalhos de Márcia Gabriela Aguiar e João José Reis sobre a revolta da *Carne sem osso, farinha sem caroço*³ e os trabalhos de Kátia Mattoso sobre o comércio baiano no século XIX⁴.

Kátia Mattoso em sua análise sobre os preços de produtos na Bahia do século XIX, pontua que a carne verde sempre teve sua distribuição e preço tabelado pelos poderes públicos desde a época colonial, motivo pelo qual a flutuação de preços manteve-se relativamente

¹ GONÇALVES, Graciela Rodrigues. *As secas na Bahia do século XIX*. Programa de Mestrado em Ciências Sociais da UFBA. Salvador: UFBA, 2000.

² Carta do Sr. José de Azevedo Almeida, marchante, ao Presidente da Província, dando conta das regiões produtoras de gado para o abastecimento da capital. APEB. Seção colonial - provincial. Presidência da Província/ Abastecimento – carne/1865/ maço 4630.

³ AGUIAR, Márcia Gabriela D.; e REIS, João José. “Carne sem osso, farinha sem caroço”: O motim de 1858 contra carestia na Bahia. IN: *Revista de História*. São Paulo: FFCH-USP, 1996.

⁴ MATTOSO, Kátia M. de Queiroz. *Bahia: A cidade do Salvador e seu comércio o século XIX*. São Paulo: Hucitec, 1978.

estável⁵. É variada em documentação sobre o abastecimento de gado em Salvador nos oitocentos, a preocupação do Governo Provincial e da Câmara Municipal com a regulamentação do abate e distribuição de carne verde tanto para a capital quanto para as comarcas do interior da Bahia. Em 1828, na comarca de Jacobina, por exemplo, criadores recorriam ao Art. 6618 da Lei de 1 de Abril que versava sobre a necessidade de proteger os criadores de gado nas comarcas da província na tentativa de se evitar a matança desnecessária e a perda de carne verde que sobrava do abate sem controle. “Nunca na Jacobina se matou gado senão huma vez por semana, três bois, e só em occasião de festividade quatro rezes. Como pois dar consumo a huma por dia? Se não há esse consumo que se obriga a pagar ao criador a perda d’ametade⁶”.

O desperdício de carne verde certamente era muito freqüente em uma época onde não havia técnicas maiores que o salgamento e transformação da carne fresca em “carne seca”, processo que demorava alguns dias de secagem ao relento até que o produto estivesse pronto para ser estocado; desta forma, a matança diária de reses em Jacobina faria crescer a quantidade do gênero sem aproveitamento ao final do dia, quando pela ação da temperatura e da falta de meios de conservação, as carnes já estariam imprestáveis para o consumo.

Em Salvador, sobre as carnes que chegavam aos talhos, locais onde eram postas à venda, já se faziam muitas menções em relação às sobras que existiam ao fim de um dia de vendas, tendo que se jogar no mar caso as Santas Casas Pias não as quisessem; o próprio Regulamento do Matadouro Público de 1866 reiterou essa prática,⁷ um cuidado com a salubridade que os anos de epidemias de cólera na Província, dos quais se ocupou Onildo David⁸, ensinaram a ter.

As políticas de fiscalização e controle do gado criado nas praças que abasteciam a capital tinham formas variadas, passavam por solicitações de dados quantitativos requeridos pela Presidência da Província aos administradores das vilas e comarcas do interior, como também leis e ordens expedidas pela Câmara Municipal de Salvador com a finalidade de controlar a entrada de boiadas nas terras da Cidade da Bahia, provenientes das mais diferentes regiões da Província da Bahia e de outras províncias também. Através dessas solicitações, o

⁵ MATTOSO, Kátia M. de Queiroz. *Da Revolução dos Alfaiates à riqueza dos Baianos no século XIX*. Salvador: Corrupio, 2004. p. 89.

⁶ APEB. Seção Colonial e provincial. Presidência da Província/ Abastecimento- gado- carne- currais/ 1830/ maço 4630.

⁷ APEB. Seção colonial e provincial. Regulamento do Matadouro Público, 1866. pg. 22. Art. 35. § 5º.

⁸ DAVID, Onildo Reis. *O inimigo invisível: epidemia na Bahia no século XIX*. Salvador: EDUFBA/ Sarah Letras, 1996.

Governo Provincial conseguia ter o controle sobre a quantidade aproximada dos rebanhos bovinos por comarca, assim, ficava mais fácil o controle do número de cabeças de gado disponíveis para o abastecimento de Salvador; as solicitações de gado eram regulares para abastecer a capital, ainda mais se houvesse dificuldade de abastecimento seja por epidemias, seja por crises políticas entre o poder público e os criadores; mas de posse desses dados, a Presidência da Província sabia onde e a quem pedir uma maior ou menor quantidade de rezes caso houvesse necessidade.

O controle governamental do abastecimento era diferente em duas situações; em épocas de crise de abastecimento, - entendendo crise aqui segundo o conceito formulado por Francisco Carlos Teixeira da Silva, para o qual crise é um processo onde se sucedem três situações; falta, carestia e fome⁹ - como durante a epidemia de cólera nos anos 1850, quando o número de boiadas transportadas do sertão para o recôncavo baiano diminuía por causa da doença. A Presidência da Província era responsável por viabilizar o abastecimento, nomeando encarregados no interior para comprar gados que eram levados do sertão até o Registro de Feira de Santana¹⁰, onde a negociação de preços era concluída, e garantindo recursos públicos para que não faltasse carne para abastecer Salvador.

Uma segunda situação ocorria em tempos de regularidade de abastecimento, quando a Câmara Municipal assumia a administração e a fiscalização do Matadouro Público, assegurando aos criadores a liberdade de comércio e de preços, tomando o cuidado apenas de estabelecer um limite máximo de preço considerado tolerável.

Nestas condições, os gados não eram comercializados no Registro de Feira de Santana, eles eram registrados naquela localidade e seguiam pela Estrada das Boiadas - também conhecida como Estrada Real dos Gados¹¹ - até os Pastos do Conselho ou pastos da Campina de Pirajá, onde aguardavam por ordem de chegada por dois ou três dias até serem encaminhados aos Currais do Matadouro Público nas imediações do Forte do Barbalho e,

⁹ SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. A morfologia da escassez: crises de subsistência e política econômica no Brasil Colônia (Salvador e Rio de Janeiro, 1680-1790) Tese (*Doutorado em História*) –UFF. Niterói, 1990.

¹⁰ Registros eram os locais onde os gados provenientes do interior da Província ou de Províncias vizinhas eram reunidos pelos boiadeiros para serem contados antes de se encaminharem para a Estrada Real do Gado que ligava Feira de Santana a Salvador ao longo do século XIX.

¹¹ As “*estradas reais do gado*” eram todas as rotas por onde, no século XVIII, passavam boiadas pelos registros coloniais. A principal delas existente desde o século XVII, partia dos sertões do Piauí, encontrava-se com a rota de Juazeiro, desviava por Coité, Serrinha e Alagoinhas até Salvador. Ver SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Pecuária, agricultura de alimentos e recursos naturais no Brasil-colônia. IN: SZMRECSÁNYI, Tamás (org). *História Econômica do período colonial*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 1996, p. 149. No século XIX, as alusões à Estrada Real do Gado referem-se à estrada que ligava o Registro de Feira de Santana à Salvador, passando pelas imediações de Capoeame, então já conhecida como Feira Velha.

segundo consta no trabalho de Pedro de Almeida Vasconcelos¹², onde eram acertados os preços da carne a ser vendida com os donos ou seus Agentes (antes do abate), até serem abatidos na manhã do dia seguinte e seguirem para os talhos previamente estabelecidos para serem comercializadas.

Ilustração 1: Estrada das Boiadas¹³



111

O corpo burocrático criado para a administração do abastecimento de Salvador era formado desde o início do século XIX pela Administração dos Pastos do Conselho, que tinha sob sua tutela a administração da Fazenda Campina, onde os rebanhos que chegavam à Salvador eram novamente contados antes de serem enviados para o abate no Matadouro.

Observando-se os livros de registros das atividades do Matadouro, até o ano de 1850, com poucas variações, a abertura dos Termos e das Portarias da Câmara refere-se ao “Administrador dos Curraes”¹⁴. A partir de 1850, o Administrador dos Currais passa a ser referido como “Administrador do Matadouro Público”. A mudança no tratamento não significa que a ocupação administrativa sofreu grandes modificações em suas competências,

¹²VASCONCELOS, Pedro de Almeida. *Salvador: Transformações e permanências (1549-1999)*. Ilhéus: Editus, 2002. p.171.

¹³ Adaptação sobre mapa disponível em < <http://www.urbanrail.net/am/salv/salvador-map.gif>>

¹⁴ APEB. Seção colonial e Provincial /Presidência da Província/ Abastecimento – gado/ 1831/ maço 4630.

mas indica que foi neste período que o Matadouro Público teria deixado de ser apenas um local de matança de gados localizado nas Hortas de São Bento desde o século XVIII¹⁵, e passado a ser uma repartição administrativa da municipalidade, uma Superintendência com sede própria e com importância maior que o simples abate do gado, passando a concentrar a administração dos Registros de gado, controle das vendas de carne, coleta de impostos relativos aos bois e criadores, fiscalização e apreensão de animais criados soltos em áreas urbanas da capital, e localizado na antiga “Matança Pequena” próximo ao Forte do Barbalho¹⁶.

Os Atravessadores e Monopolistas

Ciente dos locais e a quantidade de gados que a capital poderia contar para seu abastecimento em épocas de crise, o Governo da Província procedia às solicitações de animais destinados ao abate no Matadouro Público da Bahia, em Salvador. Para essa atividade, eram contratadas pessoas que tinham por função comprar gados no sertão e cobrar impostos dos fazendeiros e criadores. Um exemplo desse tipo de serviço pode ser percebido na transcrição a seguir:

(...) o presidente da província em virtude do artigo 5º da lei do Orçamento Provincial nº 130 do corrente anno financeiro, nomeia o cidadão Gonçalo Gomes da Cruz, para promover, depois de se entender com a Thezouraria, afim de lhe dar os precisos esclarecimentos, a cobrança do dízimo da gado Vacum e Cavallar, e da dívida publica atrasada nas Freguesias do Camisão, e Stº Antônio da Jacobina; vencendo a gratificação de 15 por cento, do seu effectivamente arrecador, conforme se acha estabelecida no citado artigo 5º da Lei referida. Essa, que vai sob o Sello das Armas Imperiais, por mim assignados, se registrará na Secretaria desta Presidência, na mencionada Thezouraria, e onde mais locar.

Palácio do Governo da Bahia, 22 de agosto de 1839
Thomaz Menezes Garcia d’ Souza.¹⁷

Esses funcionários eram pessoas de confiança do Governo, quase sempre ligados também à atividade de criação, compra e venda de animais. Algumas vezes, como foi possível

¹⁵ As Hortas de São Bento ocupavam toda a região contígua à área do Mosteiro de São Bento, onde desde o século XVIII funcionava o primeiro Matadouro de gado para o abastecimento de Salvador.

¹⁶ O nome “Matança Pequena” já sugere que em outras localidades que não as Hortas de São Bento, já se fazia a atividade de abate de gados em menor quantidade. IN: VASCONCELOS, Pedro de Almeida. *Salvador: Transformações e permanências (1549-1999)*. p.171.

¹⁷ APEB. Seção Colonial e Provincial/ Presidência da Província/ Abastecimento – gado/ 1839/ maço 4630.

observar através da farta documentação enviada à Presidência da Província, em ocasiões de baixa produção ou de dificuldades extremas (como no caso da epidemia de cólera), cidadãos que residiam em Salvador e possuíam fazendas no sertão eram também encarregados de encontrar criadores que pudessem fornecer animais para a capital¹⁸. Na impossibilidade de cumprir aos pedidos do Presidente da Província, os encarregados enviavam procuradores (agentes) para levar a contento a compra dos bois.

Em meio a este processo de compra de gados nas fazendas do sertão baiano, dois nomes se destacam entre os mais freqüentes fornecedores de rebanhos para o abastecimento de Salvador, o Senador da Província Manoel Teixeira Soares e o Tenente Coronel Ildefonso Moreira Sérgio.

Entre os anos cobertos por este trabalho, 1850 a 1868, o Senador Teixeira Soares era encarregado da compra de gados no sertão de Jacobina, onde também possuía fazendas e para onde se mudou durante o tempo em que a epidemia colérica atingiu o recôncavo baiano e a capital. Até 1855, seus ofícios ao Presidente da Província aparecem com regularidade dando conta das boiadas negociadas na região de Jacobina e enviadas para Salvador. O curioso em relação ao Senador Teixeira Soares, é que a partir da análise de seus bens inventariados em 1894 por ocasião de seu falecimento, a maior parte de seus negócios e bens estavam em Salvador, diversos imóveis, bem como ações das Cia. de Transporte Urbano de Salvador e Cia. de Iluminação Pública¹⁹.

O que levou o Senador a permanecer tanto tempo em sua propriedade na Vila de Jacobina, uma vez que a quase totalidade de seus negócios estavam na capital da província? A priori, pode parecer que por certo o Senador Teixeira Soares estava fugindo da epidemia, mas por outro lado, analisando o alcance territorial de sua procura por gado, referendado pelas cartas de várias origens dirigidas ao Senador pelos criadores do sertão prestando conta da existência ou não de boiadas disponíveis, parece possível que o Senador estivesse inteiramente dedicado a comprar gado em quantidade e a baixo custo, para vendê-los à capital da província a um custo maior, aproveitando-se da urgência, da necessidade e da garantia de

¹⁸ As fazendas sertanejas eram unidades de produção que se dedicavam à criação bovina, mas em um nível menor também produziam gêneros agrícolas e criações de animais menores para subsistência ou para o pequeno comércio com vilas próximas. Em se tratando do comércio provincial, essas fazendas faziam do sertão baiano uma zona de produção de rebanhos bovinos. Alguns autores se referem por vezes a essas unidades produtoras sertanejas como Fazendas ou Currais, outras vezes usam as duas expressões juntas. Pra melhor esclarecer a diferença entre esses dois conceitos ver SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Pecuária, agricultura de alimentos e recursos naturais no Brasil-colônia. IN: SZMRECSÁNYI, Tamás (org). *História Econômica do período colonial*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 1996.

¹⁹ APEB. Tribunal de Apelação e Revista. Seção Judiciário. Inventário/ 1894-95.

compra dos bois com recursos do governo provincial. Por esta época, segundo dados apresentados por Valter Fraga Filho, o preço de gêneros como a carne verde aumentou cerca de 11,6%, gerando uma diminuição do poder de compra dos baianos; para essa alta de preços contribuíam a epidemia de cólera e a seca, ocasionando a falta de carne no mercado soteropolitano²⁰. A seguir, um exemplo de correspondência enviada ao Senador por um criador de gado da Vila de Mundo Novo, distante 100 km da Comarca de Jacobina:

Ilmº. Sr. Dr. Manoel Teixeira Soares

Mundo Novo, 24 de Abril de 1855,

Com muito prazer recebi hontem anoite sua mui estimada carta datada de 19 do corrente , na qual manda V. Sr. Saber se eu quero vender-lhe o gadinho que tenho e ao conselho da dita sua carta respondo, que prezentemente, não vendo mesmo por eu precisar para alguma matalotagem. Se eu algum dia tiver intenção de o vender a V. S^a me dirigirei dando-lhe preferência(...)

De V. S^a.
Ilmo. Amº e Respº ,
Custódio A. Serra.²¹

A busca incessante do Senador por gado para abastecer a capital sugere bem mais do que o dever cívico de não deixar faltar carne para a população de Salvador; não seria estranho que os encarregados de compra de gado no sertão lucrassem com esta atividade, para justificar seu empenho em cumpri-la a contento. Onildo Reis David, em seus estudos sobre a epidemia de cólera na Bahia, informa que o preço da carne verde subiu a níveis altíssimos devido à dificuldade de transporte, segundo ele, por esta época a carne verde era vendida no mercado da capital por 3\$400 a arroba²². Era o tipo de comércio rentável o bastante para que o Senador Manoel Teixeira Soares empenhasse seus esforços enquanto a situação da província permanecesse insalubre.

Outro nome influente no abastecimento de Salvador, o Tenente Coronel Ildefonso Moreira Sérgio tornou-se representante dos criadores de gado que forneciam reses para o Matadouro Público, bem como considerado um dos maiores fornecedores de gado para a Capital no ano de 1868, no documento a seguir, a condição e importância do Tenente Coronel, fica bastante evidente:

²⁰ FRAGA FILHO, Valter. *Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX*. São Paulo/ Salvador: Hucitec/ Edufba, 1996, pp. 30-31.

²¹ APEB. Seção Colonial e Provincial/ Presidência da Província/ Agricultura – Indústria e Comércio/ Abastecimento – compra de gado/ 1855/ maço 4630.

²² DAVID, Onildo Reis. *O inimigo invisível: epidemia na Bahia no século XIX*. Salvador: EDUFBA/ Sarah Letras, 1996. p.113.

Ilmo. e Exmo. Snr.

O Tenente Coronel Ildefonso Moreira Sérgio, peticionário do requerimento junto, é segundo consta dos livros desta Repartição, o creador e soldador que por si e sua família fornece, senão mais, pelo menos a metade do gado para consumo annual d'esta Capital..²³

O fato de ser um dos maiores fornecedores de gado para a Cidade da Bahia, credenciava o Tenente Moreira Sérgio a solicitar algumas regalias ao poder público, no mesmo documento citado anteriormente, o próprio Superintendente do Matadouro Público sugere ao Presidente da Província que ceda ao Tenente, o direito de abrir quantos talhos quisesse e nas Freguesias que escolhesse para vender carne verde; “(...) Assim, pois, me parece que o Supplicante pode com toda justiça ser atendido para abrir os talhos que pede, independente de qualquer outra razão, se V. Ex^a em sua sabedoria não entender o contrário.²⁴”

Além dos lucros auferidos pela venda de seus rebanhos para o abastecimento da capital nas épocas de crise econômica, os principais criadores de Salvador garantiam para si o direito de abrir talhos para vender carne na cidade. Talhos eram os locais onde se comercializava diretamente para a população a carne verde proveniente dos bois abatidos no Matadouro Público. Era responsabilidade do Superintendente do Matadouro aconselhar o Presidente da Província no deferimento ou não da abertura de talhos em várias Freguesias da capital, uma vez que o talhador era um funcionário público e recebia salário do governo para talhar a carne posta à venda.

O processo de abertura de talhos para venda de carne verde em Salvador era regulamentado pela Presidência da Província e estava explicitado no Regulamento do Matadouro Público de 1866; vários pedidos de cidadãos eram continuamente indeferidos pelo Superintendente do Matadouro ou pela Presidência da Província, evitando um crescimento desordenado dos locais de venda, que poderiam interferir negativamente nos preços e na qualidade da carne, como se percebe no fragmento a seguir:

(...) cabe-me informar a V. Ex^a que me parece não deve ser deferido o Suplicante – 1º porque o numero de talhos não deve ser augmentado em benefício de qualquer indivíduo, e somente à bem de commodidade pública (§ 3º art. 13º do Regulamento

²³ APEB. Seção Colonial e Provincial/ Presidência da Província/ Correspondência recebida do Matadouro Público/ 1868/ maço 4628.

²⁴ APEB. Seção Colonial e Provincial/ Presidência da Província/ Correspondência recebida do Matadouro Público/ 1868/ maço 4628.

de 3 de julho d'este anno) – 2º porque já por determinação da Presidência se abriram 9 açougues no Cabeça, os quais são mais que suficientes ao consumo de carne verde procurada n'aquella localidade; e tanto que talvez eu tenha que propor à V. Ex^a a supressão de algum, se continuarem as sobras de carnes, que n'elles se dão(...).²⁵

A abertura de talhos sempre foi rigorosamente controlada pela Municipalidade desde o início do século, estabelecendo-se inclusive os locais e quantidade de talhos legalmente existentes na cidade: “Edital de 11 de abril de 1810. Artº 3º. Haverão 33 talhos do anno passado, e além destes hum nos Bulhões, ou Brotas, outro no Cabula no lugar antigo, e hum nos Mares.²⁶”

Essa preocupação da Municipalidade com relação ao número de talhos abertos tinha a finalidade de controlar o abuso de preços e evitar a ação dos monopolistas e atravessadores. Em 1842, a Câmara Municipal decidiu por não permitir mais a abertura de talhos em outras Freguezias da cidade, recomendando à população que comprasse carne apenas no Mercado Público afim de garantir o preço estabelecido.²⁷

O indeferimento sistemático de vários pedidos para abertura de talhos é estranho, não obstante o fato de admitir-se que grandes criadores de gado, tal qual o Tenente Coronel Ildefonso Moreira Sérgio, tivessem o número de talhos que quisessem abrir na cidade, seria a atividade de comércio de carne verde um monopólio já a partir do direito de abrir talhos para a vendagem.

A situação é reveladora na medida em que envolve diretamente a participação do Superintendente do Matadouro Público justificando os indeferimentos para cidadãos comuns com base nos regulamentos e posturas municipais que não eram observados quando se tratava de um grande criador como o Tenente Coronel Moreira Sérgio. Talvez esse seja o fio do novelo que envolve a própria repartição do Matadouro Público no esquema de monopólio e carestia de preços de carne em Salvador ao longo dos anos oitocentos. Considerações a esse respeito serão analisadas adiante.

²⁵ APEB. Seção Colonial e Provincial/ Presidência da Província/ Correspondência recebida do Matadouro Público/ 1866/ maço 4628. Neste mesmo maço, encontram-se documentos pedindo a abertura de diversos talhos nas mais diferentes Freguezias de Salvador, como a Ladeira da Preguiça, Mercado de Santa Bárbara e Soledade. A maioria deles indeferidos pelo Presidente da Província aconselhado pelo Superintendente do Matadouro Público, o Sr. Ygnácio José Pereira.

²⁶ FGM. Arquivo da Câmara Municipal/ Seção Tesouro/ Matadouro. Registro das ordens e portarias do Curral do Conselho (1802-1874).

²⁷ FGM. Arquivo da Câmara Municipal/ Seção Tesouro/ Matadouro. Registro das ordens e portarias do Curral do Conselho (1802-1874)/ postura de 22 de setembro de 1842.

Mais uma vez as fontes nos fornecem pistas importantes para descobrir a origem do problema dos atravessadores e monopolistas que tanto gerava reclamações por parte dos cidadãos e consumidores de Salvador.

Ao mesmo tempo em que o Tenente Coronel Moreira Sérgio era um grande vendedor de gado, era também dono dos talhos que quisesse abrir para venda de carne à população da capital, controlando desta forma todo o processo de abastecimento de carne verde na Cidade da Bahia. Se fosse o proprietário dos talhos, receberia aluguel da municipalidade, se não fosse, teria alguém que trabalhasse para si a fim de vender sua carne pelo preço que estipulasse, tudo isso regulamentado em Lei: “§2º Além dos talhos da câmara municipal, o governo contractará os que forem de domínio particular, e se fizerem necessários para completar o numero marcado neste artigo. Aos respectivos donos incumbe a obrigação de que trata a segunda parte do parágrafo antecedente.”²⁸

O preço da carne vendida em Salvador era comunicado pelo dono das rezes antes da matança, inclusive sendo determinante para a escolha das boiadas que tinham preferência para o abate. Desde o início do século XIX, os menores preços garantiam para os donos a preferência do abate, e a distribuição primeira de suas carnes para os talhos, com maiores chances de serem compradas na totalidade, por chegar primeiro ao mercado.

Essa prática continuou ao longo das décadas seguintes e ainda estava presente no Regulamento do Matadouro Público publicado em 1866. Se o Tenente Coronel Moreira Sérgio era o dono da maior parte dos bois que eram abatidos no Matadouro, logo, levava uma considerável vantagem em relação à distribuição de sua carne para os talhos, visto que poderia oferecer seu produto por preços menores e ter a preferência.

Nos documentos sobre abastecimento de carne verde na Província da Bahia no século XIX, é recorrente referências aos monopolistas como um dos maiores problemas a serem resolvidos pelo poder público, afim de que a carestia dos preços da carne verde comercializada no mercado de Salvador acabasse, assim como também as reclamações acerca da má qualidade da carne vendida à população da capital.

(...) [A Bahia] dentre todas as Províncias, é a que consome mais caro esse gênero, causando também grandes prejuízos aos creadores e negociantes de gados do centro, e mais grave a resolver-se do que talvez se pense.

Essa causa é pública, pois nem ao menos procura occultar-se existir em Feira de Sant’Anna uma companhia que abrange todos os marchantes de gados (...) da qual está um dos maiores capitalistas da província, o Sr. Coronel Pedro(...) . Essa

²⁸ APEB. Seção Colonial e Provincial/ Regulamento do Matadouro Público/ 1866/ maço 4628.

companhia servia, decerto, para impor o preço aos negociantes e criadores de gados, se porventura os agentes dos curraes da Capital não forem também sócios...²⁹

Contudo, apesar da recorrente referência ao monopólio no comércio da carne que abastecia Salvador e o seu recôncavo, não se faz referência alguma á forma direta de ação dos monopolistas nem os seus nomes. A transcrição anterior seria uma fonte preciosa para saber mais sobre esses personagens, uma vez que cita o nome de um deles de forma direta, mas pelo seu péssimo estado de conservação, foi impossível recuperar seu sobrenome, mas existe a referência “Coronel”, e àquela altura, o título era empregado a todo proprietário de terras de algum prestígio econômico ou social no sertão.

O esquema do monopólio funcionava com a participação dos Agentes dos Currais, empregados do Matadouro que tinham por função transportar as boiadas depois de registradas em Feira de Santana até os pastos do Conselho, na Estrada das Boiadas, já bem próximo à Salvador, imediações das Campinas de Pirajá, onde o gado aguardava por oito e até três dias na Fazenda da Campina antes de ser enviado para o abate no Matadouro Público.

A companhia de marchantes a que se refere a transcrição anterior endereçado à Presidência da Província, encabeçada pelo “Coronel Pedro...(?)”, funcionou como uma associação de monopolistas que comprava os gados que chegavam ao Registro de Feira de Santana vindos de várias direções em épocas de abastecimento regular, quando não eram solicitados diretamente pelo Matadouro Público. Os criadores que entravam em Feira de Santana para registrar suas boiadas eram interceptados pelos membros da companhia - muitos deles deveriam ser os próprios encarregados do governo para compra de gado ou mesmo seus procuradores - que lançavam preços no “gado sem registro” bem abaixo do mercado, como esse rebanhos não haviam sido solicitados pela Presidência, nem enviados pelos encarregados do Governo, não havia certeza de sua compra imediata ou pelo menos, de um preço bom pelos animais quando chegassem ao Registro.

(...) No comércio de gados há uma classe de indivíduos intermediária entre o criador e o consumidor, a qual tira todo o seu lucro da especulação e monopólio, que pode fazer desse gênero de primeira necessidade, comprando barato àquelle para vender caro à este. Semelhantes indivíduos forão, por muitos annos como é sabido, o flagelo do mercado de carne verde nesta terra, os déspotas das estradas

²⁹ APEB. Seção Colonial e Provincial/ Presidência da Província/ correspondência recebida do Superintendente do Matadouro Público/ 1865/ maço 4628. Esse documento não está assinado e se revela uma ótima fonte para perceber o alcance do problema da carestia da carne em Salvador, porém, encontra-se em péssimo estado de conservação, o que explica tantas falhas na transcrição.

que interceptavam a imediata comunicação das fazendas dos criadores de gado com o Matadouro Público (...) ³⁰

Diante da possibilidade de vender o gado magro e cansado antes de serem pesados e registrados, quando deveriam aceitar o preço fixo que o governo se dispunha a pagar pelos animais, os criadores e vaqueiros negociavam os rebanhos inteiros ou em partes, diretamente com esses donos de invernadas, também chamados de “*marchantes*”; a partir de então, os gados descansariam algumas semanas pastando nas invernadas, para ganharem peso e serem registrados gordos e saudáveis, alcançando um lucro muito maior para os que os compraram dos sertanejos, para somente depois seguirem o percurso até Salvador.

Esse tipo de negociação foi por muito tempo alvo de controvérsias entre o poder público, os criadores e a população de Salvador, pois configura uma prática condenada pela tradição popular, o atravessamento. Em seu livro “*Subsistência e Poder: A política de abastecimento alimentar nas Minas setecentistas*”, o historiador Flávio Marcus da Silva analisa o conceito de economia moral, no qual a sociedade baseia sua noção de normalidade econômica e preço através da percepção de que o poder público está zelando pelo controle da oferta e dos preços dos víveres. Sendo o atravessamento uma atividade que foge ao controle das autoridades, fica evidente a realidade que provocou na Cidade da Bahia a insatisfação popular com o abastecimento de carne verde seja pelo seu preço, seja pela sua qualidade. ³¹

Nestas situações, os criadores preferiam vender seus gados aos atravessadores por um preço abaixo do que desejavam a ter que esperar os animais definharem mais ainda por conta do pouco pasto e da viagem e serem obrigados a vendê-los mais barato ainda. De posse desses animais e engordando-os nas invernadas, os monopolistas vendiam-nos depois ao preço de mercado, tirando um bom lucro pelos rebanhos recém adquiridos.

Era proibido pela Câmara Municipal de Salvador, desde 1801, comprarem-se gados no meio da Estrada das Boiadas, depois que os animais eram registrados na feira do gado, para que o controle de animais entrados nos pastos da Campina fosse mais eficiente. “Artº 2º. O mesmo Senado reputará Transgressor, Formina ou Atravessador a todo aquelle que pelas estradas do

³⁰ APEB. Seção Colonial e Provincial/ Presidência da Província/ Correspondência recebida do Superintendente do Matadouro Público/ 1868/ maço 4628.

³¹ Essa tradição popular pode ser identificada entre a sociedade soteropolitana através da mobilização diante das autoridades para reclamar da alta do preço e da baixa qualidade da carne comercializada. A população de Salvador chega a apontar em vários ofícios para as autoridades públicas, o modo como funcionava o esquema de atravessamento e sua responsabilidade na carestia dos preços. Essa noção popular do ilícito ou desonesto na atividade de atravessamento ou monopólio, assemelha-se ao que foi chamado por E. P. Thompson de “economia moral”. SILVA, Flávio Marcus da. *Subsistência e poder: a política de abastecimento alimentar nas Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. p. 26. Ver também THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa: A árvore da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

Registro à dentro, comprar boys para os revender, seja na Feira ou fora d'ella, por ser a soltura do preço só relativa ao Creador, e ao que comprar em sua mão, ou Fazenda, para o conduzir à Feira.”³²

Diante dessa proibição, a atividade dos atravessadores se dava mais constantemente antes do gado ser Registrado na antiga Feira do Capoeame (principal registro e feira de gados desde o século XVIII e até meados do século XIX, já que existem documentos relativos ao funcionamento do registro na Feira do Capoeame até 1837) ou depois do registro ser transferido para a Vila de Feira de Santana em meados de 1840.³³

*Ilustração 2: Feira do gado em Feira de Santana.*³⁴



120

Os Agentes dos Currais transportavam então o gado registrado até os Currais do Conselho e aceitavam os animais comprados pelos atravessadores da Companhia, recebendo mais, já que ganhavam 6\$200 por cabeça que fosse para o abate. Ainda cobravam para aceitar

³² FGM. Arquivo da Câmara Municipal/ Seção Tesouro/ Matadouro. Registro das ordens e portarias do Curral do Conselho (1802-1874). A Feira referida no documento em 1801 ainda era a Feira do Capoeame, nas imediações da atual Dias D'Ávila, e não a Villa de Feira de Santana.

³³ Alguns estudos apontam Feira de Santana como principal feira de gado do interior já na primeira década do século XIX, mas ao examinar os documentos de entrada de gados nos Arquivos da Câmara Municipal de Salvador, a maior parte do gado provinha ainda da Feira do Capoeame até 1837. Para maior aprofundamento sobre essas datas diversas, ver o trabalho de SILVA, Aldo José Morais. Instituto Geográfico e Histórico da Bahia: Origem e estratégias de Consolidação Institucional. 1894-1930. (*Dissertação de mestrado*). UFBA. Cap. 1, p. 35 a 70. Aparecem referências á década de 1830 como o início do reconhecimento de Feira de Santana como maior feira de gado do interior em ZORZO, Francisco Antônio. O movimento de tráfego da empresada Estrada de Fero Central da Bahia e seu impacto comercial. In. *Revista Sitientibus*. N° 26. Feira de Santana, p. 70 -71.

³⁴ Arquivo da Prefeitura Municipal de Feira de Santana.

o transporte de gados extras dos criadores que não aceitaram vender para os atravessadores da Companhia o valor de 2\$, que iam direto para as mãos dos monopolistas, era um acordo lucrativo para ambas as partes.³⁵

Mas este foi só um dos meios usados pelos monopolistas para auferirem algum lucro com a venda de gados para o poder público municipal³⁶. Em tempos de regularidade no abastecimento, a responsabilidade do Governo da Província em providenciar gados para abastecer a cidade deixava de existir, e o abastecimento se dava diretamente através dos criadores que traziam suas boiadas eles mesmos aos Pastos do Conselho.

Analisando a prática do monopólio em tempos de abastecimento regular, volto à situação do Tenente Coronel Ildefonso Moreira Sérgio e sua solicitação ao Superintendente do Matadouro Público para a abertura de talhos na capital.

A abertura dos talhos obedecia a critérios como quantidade de talhos já existente e tamanho da população residente em cada Freguesia, não excedendo ao limite de 40 talhos espalhados pela cidade de acordo com o artº 13º do Regulamento de 1866.³⁷

Logicamente a localização dos talhos interferia positiva ou negativamente nos lucros que o criador e o talhador teriam com a vendagem da carne, pois quanto mais carne era vendida, maior era o pagamento recebido pelos talhadores; isso deve ser levado em conta para situar melhor algumas informações pertinentes sobre a solicitação do Tenente Coronel Moreira Sérgio ao Superintendente do Matadouro.

Ao relatar a petição ao Presidente da Província, o Superintendente frisou que o Tenente Coronel Moreira Sérgio era um dos maiores fornecedores de gado para Salvador, aliás, “por si e sua família fornece, senão mais, pelo menos a metade do gado para consumo annual d’esta Capital...³⁸”, exatamente por este motivo, teve o Capitão o direito de abrir os talhos que solicitou “ independente de qualquer outra razão”.

Se o Tenente Coronel Moreira Sérgio era, junto com seus familiares, o fornecedor de metade do gado que Salvador consumia anualmente, isso por si só já o coloca no mesmo

³⁵ APEB. Seção Colonial e Provincial/ Presidência da Província/ correspondência recebida do Superintendente do Matadouro Público/ 1865/ maço 4628.

³⁶ Refiro-me ao poder público municipal porque em tempos de falta de carne para abastecimento, como na época da epidemia de cólera, quem providenciava a compra de gado no interior era a Presidência da Província, mas em épocas de abastecimento regular, a Câmara Municipal também regulava os preços e a distribuição de carne na Capital.

³⁷ A quantidade e distribuição dos talhos variou ao longo do século, por exemplo, em 1810, existiam 33 talhos em Salvador, em 1866, eram 40. Além dos talhos particulares, que tinham sua atividade franqueada aos maiores fornecedores de carne verde na Capital.

³⁸ APEB. Seção Colonial e Provincial/ Presidência da província/ Correspondência recebida do Matadouro Público/ 1868/ maço 4628.

patamar que o Coronel Pedro (?), o líder da Companhia de Marchantes de Feira de Santana³⁹ e o Senador Manoel Teixeira Soares, em que pese que a glória deste último como grande monopolista já se ia há 14 anos, visto que estamos falando em uma informação de 1868 e não mais de 1855.

Mas o Tenente Coronel Moreira Sérgio vai além dos outros dois monopolistas, ele também era dono de talhos para venda de carne verde em Salvador, e pelo que se pode inferir do aconselhamento do Superintendente do Matadouro ao Presidente da Província, poderia abrir outros talhos onde solicitasse tamanho o seu prestígio junto ao poder público.

Estava configurado na atuação do Tenente Coronel Moreira Sérgio um monopólio do início ao fim, no processo de abastecimento de carne verde para Salvador. Um grande criador e fornecedor de gados, que lucra abastecendo a Capital da Província da Bahia com metade do que ela consome por ano - e em 1866, a cidade de Salvador possuía uma população de aproximadamente 180 mil almas e consumia aproximadamente 500 reses por semana abatidas no Matadouro Público⁴⁰ - que também detém o controle de importantes pontos de venda uma vez contratado pelo Superintendente do Matadouro, conforme o Artº 8º “(...) Os cortadores receberão o salário de 2\$ por casa rez que talharem e venderem nos açougues (...)”⁴¹ pago pela Municipalidade, além do lucro auferido pela venda de seu próprio gado.

122

Segundo as informações prestadas pelo Superintendente do Matadouro Público, e levando-se em conta que o abastecimento de carne não era regular todos os meses do ano devido a vários fatores como estradas e clima, tem-se um número aproximado de 20.000 animais abatidos por ano no Matadouro Público, sendo aproximadamente 10.000 cabeças fornecidas pelo Tenente Coronel Moreira Sérgio em 1866.

Nos talhos, os talhadores pagavam aos criadores, donos das reses, o valor total do seu peso depois de abatida, mesmo que não vendessem toda a carne, arcando nesta situação com os prejuízos advindos da negociação. Era comum, por este motivo, que os talhadores aumentassem o preço da carne, em acordo com os criadores e até com os Agentes Fiscais, que deveriam observar o cumprimento dos preços estabelecidos na negociação do dia anterior

³⁹ Ver citação 24.

⁴⁰ Segundo informações prestadas pelo Superintendente do Matadouro Público, Sr. Ygnácio José Ferreira ao Presidente da Província da Bahia em documento datado de 17 de dezembro de 1866, não pude transcrever o texto porque o documento encontra-se em péssimo estado de conservação exatamente na parte em que fornece esses dados. APEB. Seção Colonial e Provincial/ Presidência da Província/ Correspondência recebida do Superintendente do Matadouro Público/ 1866/ maço 4628.

⁴¹ APEB. Seção Colonial e Provincial/ Regulamento do Matadouro Público/ 1866/ maço 4628.

antes do abate, repassando o ônus dos talhadores à população, daí um dos motivos para as reclamações freqüentes da população contra o alto preço do gênero em Salvador.

João Luis Soares Martins, Superintendente do Matadouro Público, em ofício à Presidência da Província no ano de 1868, informa o seguinte sobre essa situação:

O preço das carnes que n'estes últimos dous mezes se tem alteado consideravelmente, tem tido por causas, segundo meo parecer a sahida das mesmas carne para o mercado debaixo do nome de garantidas pelos talhadores, isto é, vendidas por sua conta quando na forma do Regulamento desta Repartição, toda vendagem de Carne deve ser feita no mercado por conta dos donos das rezes. A garantia aqui contractada entre o dono da rêz e o talhador, em segredo de ambos, e a vendagem feita por este e sua conta no mercado, não importa em outra cousa que na fatal revendagem, por quanto o dono da rêz só dá ao talhador carne com a condição de pagar este todo o preço da vendagem, embora haja sobras, e o talhador sujeitando-se a esse ônus, pois que de outro modo não terá carne para o seo talho, levanta o preço no mercado, para cobrir os prejuízos das sobras e viradas, e salvar o seo salário (...)⁴²

O Tenente Coronel Moreira Sérgio, criador e talhador de seu próprio gado em seus talhos particulares, além de receber do poder público salário pela carne vendida nos talhos da municipalidade, ainda ficava com todo o lucro do seu próprio gado talhado, e podia se dar ao luxo de vender sua carne pelo preço que quisesse, uma vez que os preços eram determinados pelos criadores antes das reses abatidas no Matadouro Público serem encaminhadas aos talhos, para onde seguiam com o acompanhamento de um agente fiscal, como consta no Regulamento de 1866, “§ 9º Exigir dos donos das rezes, ou de seus procuradores, a declaração – por escripto – do preço que fixarem para cada libra de carne; o que ser-lhes-há permittido fazer até o dia da matança. Na falta desta declaração, o Superintendente mandará vender a carne pelo preço que julgar conveniente⁴³”.

A importância do Coronel Moreira Sérgio em meio às atividades do Matadouro Público continuou crescendo ao longo do tempo, tanto que ainda em 1868, o Tenente Coronel, representante dos interesses dos maiores criadores de gado da Província e dos seus próprios interesses enquanto monopolista tornou-se chefe da capatazia no Matadouro.

Os pagamentos dos funcionários diretamente ligados à atividade de matança do gado no Matadouro estavam desde então totalmente sob responsabilidade do Coronel Moreira Sérgio, um “chefe de confiança” da Superintendência. “(...) e além disso um serviço também hoje

⁴² APEB. Seção Colonial e Provincial. Presidência da Província/ Correspondências recebidas do Matadouro Público/ 1868/ maço 4628.

⁴³ APEB. Seção Colonial e Provincial/ Regulamento do Matadouro Público/ 1866/ maço 4628.

organizado sob a inspeção e responsabilidade de um chefe de confiança, não só dos interessados, como desta Repartição, o Sr, Tenente Coronel Ildefonso Moreira Sérgio, creador e soltador em maior escala n'esta Província.”⁴⁴

Usando do argumento de fiscalizar o trabalho dos magarefes (funcionários que abatiam o gado), e evitar a prática de roubo de furminas (pedaços de carne das rezes abatidas) protegendo os interesses dos criadores, Moreira Sérgio aproximou-se mais ainda da administração do Matadouro Público. Para tornar-se Capataz no Matadouro Público, Moreira Sérgio e outros grandes criadores pagaram o valor de 500\$ sobre cada boi entrado no Matadouro, quantia que, adicionada aos 320\$ que a municipalidade pagava de salário aos cortadores, servia para proibir os funcionários encarregados da matança do direito a qualquer furmina.

Mas a influência dos monopolistas infiltrados no Matadouro Público não passava despercebida pelo jornal “*O Alabama*” que, em 1867, ano anterior à assinatura do contrato da Capatazia, já trazia a seguinte notícia.

Cidade de Latronópolis, bordo de Alabama, 23 de dezembro de 1867.

Offício ao Exmo. Sr. Presidente da Província, ponderando-lhe que nesta ephoca, em que há tanta carência de meios de subsistência para o cidadão brasileiro, em que milhares de famílias lutam com os terrores da necessidade e miséria pela falta de recursos de seus chefes, é grave injustiça, que no matadouro público sejam empregados africanos, escravos e libertos, com preterição aos nacionaes, que são dalli despedidos para darem entrada a essa gente “bem quista”.

Para melhor orientar a S. Ex. aqui se lhe offerece os nomes desses africanos (...).⁴⁵

Os primeiros nove escravos que são listados pelo “*O Alabama*” são escravos do Sr. Ildefonso Moreira Sérgio, e seguem-se citações de mais seis escravos e sete africanos libertos, além de “outros cujos nomes são ignorados⁴⁶”. Sendo escravos do Tenente Coronel Moreira Sérgio, possivelmente não recebiam o total do pagamento a que teriam direito, que era o valor de 820\$ por cada rez abatida, segundo o que rezava o contrato de Capatazia, ou seja, até com

⁴⁴ APEB. Seção Colonial e Provincial/ Presidência da Província/ Correspondências recebidas do Matadouro Público/ 1868/ maço 4628.

⁴⁵ APEB. Seção Colonial e provincial/ Presidência da Província/ Correspondência recebida do Matadouro Público/ Jornal *O Alabama*/ 1867/ maço 4628.

⁴⁶ APEB. Seção Colonial e provincial/ Presidência da Província/ Correspondência recebida do Matadouro Público/ Jornal *O Alabama*/ 1867/ maço 4628.

a remuneração dos trabalhadores sob sua responsabilidade, o Tenente Coronel Moreira Sérgio tinha possibilidade de lucrar.

Pelo visto, em todas as atividades desempenhadas pelo Matadouro Público durante a Capatazia do Tenente Moreira Sérgio, havia oportunidades de ganhar influência ou mais lucros monopolizando todas as etapas de recebimento, abate e distribuição de carne verde nos talhos municipais.

O monopólio, portanto, criava uma rede de influência que envolvia desde os criadores de gado e agentes dos Curraes do Conselho, até os talhadores, e certamente os agentes fiscais responsáveis por fazer cumprir os preços de venda da carne, estabelecidos com antecedência ao abate; e em uma instância maior como se pode verificar no caso específico do Tenente Coronel Moreira Sérgio, o monopólio estava infiltrado com anuência legal da Presidência da Província e da Câmara Municipal, através da Superintendência do Matadouro Público, no próprio Matadouro, uma vez que o contrato de Capatazia colocou legalmente um monopolista naquela repartição.

LEITURAS DE UM MANUAL AGRÍCOLA OITOCENTISTA: SABERES E PRECONIZAÇÕES DE UM ILUSTRADO NO NASCIMENTO DA NAÇÃO BRASILEIRA

Cássio Bruno de Araujo Rocha

Graduando em História da Universidade
Federal de Minas Gerais
kkcio13@yahoo.com.br

Resumo

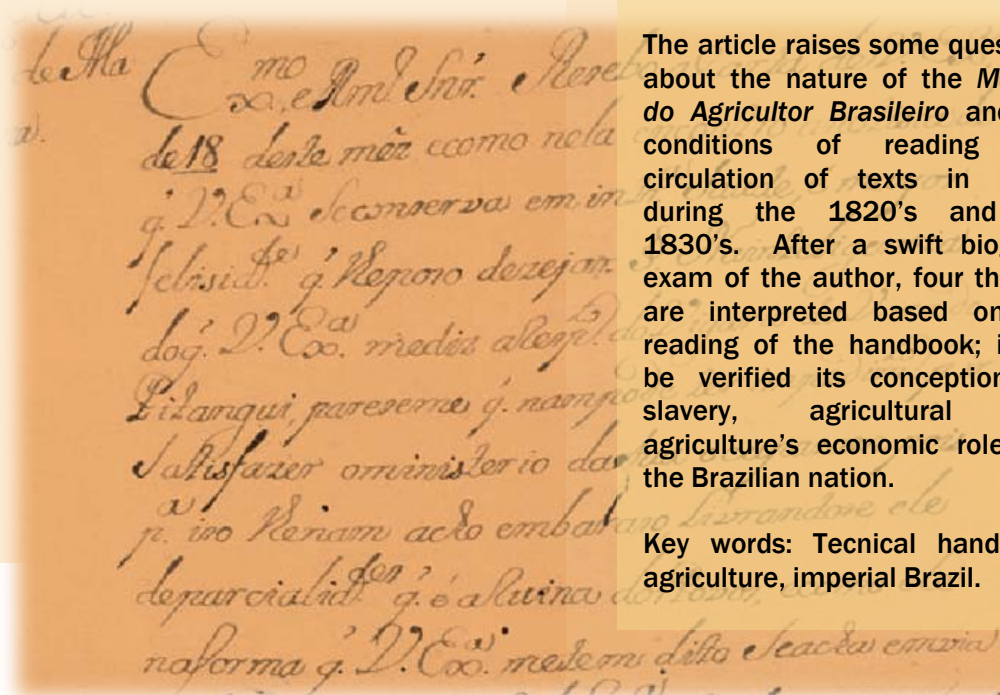
O artigo levanta alguns questionamentos sobre a natureza do *Manual do Agricultor Brasileiro* e as condições de leitura e circulação de textos no Brasil das décadas de 1820 e 1830. Após um rápido exame biográfico do autor, quatro temas são interpretados a partir da leitura do manual; procurar-se-á esclarecer quais são suas concepções sobre a escravidão, a elite agrária, o papel econômico da agricultura e a nação brasileira.

Palavras-chaves: Manual técnico, agricultura, Brasil império.

Abstract

The article raises some questions about the nature of the *Manual do Agricultor Brasileiro* and the conditions of reading and circulation of texts in Brazil during the 1820's and the 1830's. After a swift biographic exam of the author, four themes are interpreted based on the reading of the handbook; it will be verified its conceptions of slavery, agricultural elit, agriculture's economic role and the Brazilian nation.

Key words: Technical handbook, agriculture, imperial Brazil.



Este artigo consiste em uma exposição dos resultados preliminares de meu trabalho de introdução à pesquisa iniciado no primeiro semestre de 2008. Tal pesquisa aborda os manuais técnicos para o mundo rural que circularam em Minas Gerais entre 1750 e 1950.¹ Estes escritos científicos são analisados pelo ponto de vista de uma história cultural da ciência, ou seja, procurando-se penetrar as relações sociais que eles pressupõem e as relações que eles mantêm com a realidade histórica em que foram produzidos e para a qual foram dirigidos.

Ainda que a pesquisa procure ler uma ampla gama destes manuais, no momento estamos concentrados na leitura de um manual específico, e é a sua análise que este artigo dedicar-se-á. Foi escolhido o *Manual do Agricultor Brasileiro*, escrito por Charles Auguste Taunay, publicado em 1839 na cidade do Rio de Janeiro. Esta obra está profundamente relacionada com a sociedade escravista na qual foi gerada, e a sua leitura permite, ao mesmo tempo, proceder a uma descrição deste meio social, que emerge das entrelinhas do texto, e ressaltar as críticas e concepções do autor a respeito dela.

Desse modo, algumas perguntas básicas podem ser feitas ao manual. Ele pode ser interrogado enquanto um produto técnico, composto a partir do mais recente saber científico sobre a agricultura e a pecuária, produzido nas nações da Europa, notadamente Inglaterra e França, e também dos Estados Unidos da América. É um texto que preconiza preceitos para as relações escravistas, critica-as e apresenta proposições, demonstra sua posição a respeito das práticas sociais das elites agrárias do oitocentos, tanto no modo como elas administravam suas propriedades quanto como elas se portavam em seus ambientes específicos de sociabilidade nas cidades do império. Analisa, ainda, a posição da agricultura na economia geral do país e, finalmente, busca construir uma concepção de nação. As questões postas ao texto serão aqui pensadas no âmbito dessas inquirições.

Este artigo pretende estudar o *Manual do Agricultor Brasileiro* enquanto um documento científico específico do período de formação e consolidação do Estado nacional brasileiro, a saber o fim do primeiro reinado e o período regencial, pois, embora tenha sido publicado em 1839, o livro foi escrito na segunda metade da década de 1820. De modo que as tensões e contradições políticas e sociais que marcaram essa fase da história do país também atravessam a trama aparentemente neutra e objetiva deste manual científico.

Ao texto do manual, foram colocadas algumas questões que procuraram o interrogar de um modo profundo, de modo a colocar-nos, nós leitores do presente, em uma perspectiva a

¹ O projeto de pesquisa “Manuais Técnicos para o mundo rural” do Professor José Newton Coelho Meneses (EV-UFGM), do qual sou orientando e bolsista tem financiamento da FAPEMIG desde janeiro de 2008. Ele busca investigar sobre a instrução técnica agropecuária em um longo percurso histórico de nossa produção rural.

mais próxima possível daquela do texto do documento. O processo interrogativo foi pensado como uma tentativa de compreensão hermenêutica do texto do manual, de modo a apreender o sentido, o significado e a perspectiva das idéias que ele transmite, captando o valor intrínseco dos argumentos apresentados.² Para esta compreensão ser possível, é preciso partir-se de uma idéia do passado como algo não morto, mas sim como o solo que mantém o devir, e onde o presente cria raízes. A tarefa primeira, permanente e última da compreensão hermenêutica é não deixar que os conhecimentos e conceitos prévios do leitor se imponham sobre aqueles apresentados pelo texto. E tal só pode acontecer na medida em que os pré-conceitos daquele que lê são revelados em sua natureza de propulsor da leitura e obstáculo à compreensão, e em que as teses, argumentos e conceitos do texto são revelados como um outro verdadeiro em relação à opinião do intérprete.³ Atingido este ponto, torna-se realizável o ato (hermenêutico) de colocar-se em uma perspectiva comum com o diferente.

Feitas estas considerações, as quais considero o norte teórico do trabalho, é necessário refletir sobre a natureza mesma de um manual técnico-científico do século XIX. Em primeiro lugar, técnica e ciência ocuparam lugares sociais diversos até idade moderna, quando a revolução científica do século XVII, cujos antecedentes remontam ao renascimento e à difusão do humanismo, além da crítica ao saber escolástico, renovou o conceito de ciência, rachando a divisão que a separava do mundo da técnica. A tradição grega, apropriada pelo cristianismo romano, distinguia a ciência (episteme), da técnica, o saber prático (techné), alegando ser o primeiro o conhecimento real e válido acerca do mundo, e o segundo um saber menor, que não diz da essência das coisas, apenas de aplicações na realidade passageira do mundo. O saber fazer da techné só começou a ser reabilitado no século XVII, com as revoluções científicas que postularam o valor da experiência para o conhecimento, ligando a ciência permanentemente a aplicações práticas na sociedade.⁴

Bacon foi um dos autores que melhor teorizou essa nova postura do conhecimento científico, aproximando saber e poder. O conhecimento teria a função de melhorar o mundo social, sendo uma amálgama entre técnica e saber contemplativo ou especulativo.⁵

² GARDAMER, Hans-Georg. *O problema da consciência histórica*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998, p.59.

³ GARDAMER, Hans-Georg. *O problema da consciência histórica*, p.61-71.

⁴ ROSSI, Paolo. Artes mecânicas e filosofia no século XVI. In: *Os filósofos e as máquinas 1400-1700*. Companhia das letras, p.21-61.

⁵ BACON, Francis. *Novum Organum: Verdadeiras indicações acerca da interpretação da natureza*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1973. (Os Pensadores, vol. 13).

Ao mesmo tempo, o desenvolver das mais variadas técnicas dava, progressivamente, novo status social aos artesãos, tradicionalmente excluídos das instâncias do poder nas sociedades do Antigo Regime. Com a diferenciação de arte, artesanato e artes mecânicas, a técnica foi resgatada e carregada de positividade.⁶ O desenvolver da revolução industrial na Inglaterra do século XVIII acelerou e confirmou essa lenta tendência da modernidade, de modo que novas ciências, com caráter expressamente técnico, puderam se afirmar em meio às classes intelectuais, como a química e a agronomia, ambas diretamente relacionadas com atividades produtivas.

Foi neste contexto amplo que pôde se pensar em manuais técnicos e científicos para a agricultura. Uma outra característica da ciência do século XIX que informou os manuais técnicos agrícolas, como o *Manual do Agricultor Brasileiro*, foi a crença no seu próprio poder de acelerar o desenvolvimento material e social dos homens. O iluminismo, corrente filosófico-científica que englobava a nova concepção de ciência, postulou que o homem caminhava infalivelmente em direção a uma era de maior prosperidade, liberdade e felicidade, que seria atingida pela utilização da ciência racional. Assim, todos os problemas sociais, como a má produção da agricultura de uma nação ou as crises de fome de um povo, poderiam ser solucionados pela aplicação racional de práticas científicas. Por isso, os manuais, bem como os demais textos de divulgação científica, tinham também uma função pedagógica de instruir grandes populações no conhecimento racional para que todo o país, ou toda a humanidade, pudesse progredir rumo a formas sociais de maiores liberdade e felicidade.⁷

129

Tais manuais técnico-científicos podem, portanto, ser analisados por duas perspectivas. Por um lado, constituem repositórios informativos resultantes de um conjunto de leituras feitas pelos seus respectivos autores. Estes, pelo poder cultural de que estavam imbuídos, podiam determinar qual parcela deste conjunto de escritos lidos, através da condensação deles em seu texto aparentemente monolítico, poderiam atingir as diferentes camadas da opinião pública, de acordo com o seu consumo de textos científicos.⁸

Os manuais muitas vezes não eram textos inteiramente originais de seus autores; o contato com leituras oriundas da cultura científica europeia, explicitamente francesa e inglesa, foi comum aos vários escritos científicos produzidos em Portugal e Brasil desde o século

⁶ ROSSI, Paolo. Artes mecânicas e filosofia no século XVI. In: *Os filósofos e as máquinas 1400-1700*, p.32-47.

⁷ NUNES, Maria de Fátima. *Imprensa periódica científica (1772-1852): leituras de “sciencia agricola” em Portugal*. Lisboa: Estar editora, 2001, p.33-151.

⁸ NUNES, Maria de Fátima. *Imprensa periódica científica (1772-1852): leituras de “sciencia agricola” em Portugal*, p.6-29.

XVIII e ao longo do XIX. As traduções e adaptações feitas de Dicionários, de Tratados, de Memórias, de artigos da imprensa científica especializada e mesmo de outros manuais constituem um claro indicador das possibilidades de seleção de leituras como uma parte do trabalho de composição dos textos que atingiriam um público leitor diverso.⁹

No *Manual do Agricultor Brasileiro*, o autor ocasionalmente explicita suas leituras de outras publicações científicas, que cobriam um vasto universo, desde a literatura clássica (Xenofante, Catão, Varrão, Columela), os autores renascentistas diretamente tributários dos antigos, os escritores da escola da economia política, cujas concepções de agricultura foram diretamente influenciadas pelas categorias analíticas de “trabalho” e “produção”, autores antilhanos, os primeiros a adaptar o pensamento europeu da agricultura às especificidades americanas, e manuais traduzidos ou escritos em português, especialmente o *Fazendeiro do Brasil*, editado em Lisboa entre 1800 a 1806, sob a coordenação de Frei José Mariano da Conceição Veloso, obra composta de traduções de vários países com comentários indicativos do clérigo, visando instruir para modernizar a agricultura na América portuguesa.¹⁰ Sendo membro da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional desde 1833, Taunay teria tido acesso a alguns desses livros através da biblioteca da instituição e de seu órgão de divulgação, o *Auxiliador da Indústria Nacional*,¹¹ que publicou traduções de textos sobre a agricultura colonial inglesa e francesa. Um dos momentos em que Taunay explicitou suas leituras foi a respeito dos tipos de arados – tecnologia que ele muito desejava ver importada para o Brasil e a cuja inexistência ele creditava parte do atraso da agricultura brasileira -, ao citar o *Cours d’agriculture* de Rozier, em edição de 1785.¹²

Rafael de Bivar Marquese, organizador da recente edição do *Manual do Agricultor Brasileiro* lida nesta pesquisa, analisou profundamente, em seus estudos de mestrado e doutorado, a literatura científica, do século XVI ao XIX, voltada para a administração de propriedades escravistas, e não só na América Portuguesa, depois Império do Brasil, mas também no Caribe espanhol, francês e britânico e nos Estados Unidos da América. Assim, a leitura de suas obras permite o entendimento do texto de Taunay como pertencente a uma

⁹ NUNES, Maria de Fátima. *Imprensa periódica científica (1772-1852): leituras de “sciencia agricola” em Portugal*, p.4-7.

¹⁰ *A Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801). Bicentenário: “Sem livros não há instrução”*. Org. Fernanda Maria Guedes de Campos et al. Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1999.

¹¹ VAINFAS, R. *Dicionário do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva: 2002, p.679-680.

¹² TAUNAY, C.A. *Manual do Agricultor Brasileiro*. (Org.). Rafael de Bivar Marquese. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 101.

tradição literário-científica com críticas, preconizações e conceitos articulados em relação à agricultura escravista.

Segundo o autor, o *Manual do Agricultor Brasileiro* insere-se em um conjunto de obras relativas a normatização da escravidão nos estados nacionais nascentes, como o Brasil e os Estados Unidos. Tais textos foram analisados a partir do eixo da relação entre as nações e o sistema escravista. Algumas proposições foram comuns a todos eles, como a idéia de que a escravidão humanizava o cativo, removendo-o da animalidade das selvas africanas, a defesa de um melhor tratamento para os escravos, e, no caso brasileiro, a recuperação da experiência jesuítica como modelo de administração racional e eficiente das grandes escravarias, por meio de uma correta combinação entre concessão e disciplina.¹³

Uma vez que todas essas proposições podem ser encontradas no manual de Taunay, percebe-se que ele estava articulado a diversos outros autores brasileiros e estrangeiros, contemporâneos seus ou não, formando uma corrente de leitores-autores que se influenciavam mutuamente e que procuravam responder racionalmente às questões que consideravam mais prementes para a suas nações. Assimilar a dimensão da tradição circundante e embasadora enriquece e torna mais complexa a análise do documento, pois aumenta a diversidade da realidade histórica em que foi gestado.

131

A segunda perspectiva de análise dos manuais é tratá-los como veículos de difusão de idéias, consistindo em um suporte de leituras para um determinado público. Estes leitores em potencial formavam um conjunto de população alfabetizada e com núcleos de interesses focalizados, no caso deste trabalho, no desenvolvimento da agricultura, fosse de suas próprias unidades de produção agrícola, fosse da economia nacional como um todo.

Os manuais, enquanto veículos de difusão de certa vertente da cultura científica oitocentista, no caso, os saberes sobre a agricultura, estão relacionados a outros mecanismos culturais de produção e difusão da ciência, como as instituições (academias, sociedades e clubes), as edições livreiras, a imprensa periódica e o papel cultural e social exercido pelo desempenho individual de cada uma das personalidades científicas ligadas a este hemisfério cultural.

Assim, a interpretação de um manual precisa passar pela análise dos saberes científicos e das idéias sobre a sociedade (uma certa visão de mundo). Precisa igualmente passar pela descoberta do rosto humanizado que dava concretude à existência deste gênero de

¹³ MARQUESE, Rafael de Bivar. *Feitores do corpo, missionários da mente: senhores, letrados e o controle de escravos nas Américas, 1680-1880*. São Paulo: Companhia das Letras. 2004.

veículos culturais. Somente pela análise dessas três perspectivas, pode-se atingir uma compreensão hermenêutica do documento, uma vez que ele terá sido destrinchado em suas posições mais íntimas e sucessivamente confrontado com os pré-conceitos nossos, leitores modernos.¹⁴ Dessa forma, poder-se-á começar a visualizar a sociedade histórica em que ele se produziu.

O estudo de um material como o *Manual do Agricultor Brasileiro* requer o levantamento de algumas questões a respeito das condições de leitura de uma publicação técnica e científica no Brasil do século XIX. De acordo com Chartier¹⁵, uma história da leitura pode se centrar nas relações entre impressão, publicação e leitura dadas pelos padrões da imprensa inventada por Gutenberg ou em processos e relações que exploram formas alternativas de publicação, circulação e leitura dos textos.

Segundo este autor, o século XVIII foi palco de uma revolução na leitura, anterior à industrialização da produção do livro. Ela apoiou-se no crescimento da produção do livro, na multiplicação e transformação dos jornais, no triunfo dos livros de pequeno formato e na proliferação de instituições (sociedades de leitura, clubes do livro, bibliotecas de empréstimos) que tornaram possível ler livros e periódicos sem ter que comprá-los. Vê-se que tais transformações não exigiram mudanças na tecnologia de impressão. Com isso, foram desenvolvidos novos gêneros textuais e novas práticas de leitura. Os novos leitores liam livros mais variados e em maior quantidade. A leitura era rápida e ávida, e todos os textos eram submetidos a um julgamento crítico imediato. Essa nova forma de ler era irreverente e desprezada.

O autor, porém, coloca algumas ressalvas a essa transformação da forma de leitura, mostrando, em primeiro lugar, como uma leitura numerosa não significa necessariamente a aplicação de crítica a todas elas (como no caso dos leitores humanistas). Além disso, ele mostrou como essa revolução conviveu com o desenvolvimento de uma outra prática, mais intensa, de leitura, em que os romances de autores como Richardson, Rousseau e Goethe tomavam conta dos leitores, absorvendo-os em uma prática de leitura bastante similar à leitura tradicional dos textos religiosos.

Uma outra exceção se refere aos hábitos de leitura dos leitores mais populares e numerosos, que continuaram direcionados pelos modos antigos de ler ainda por longo tempo.

¹⁴ GARDAMER, Hans-Georg. *O problema da consciência histórica*, p.57-71.

¹⁵ CHARTIER, R. As Revoluções da Leitura no Ocidente. IN: Abreu, Márcia (Org.). *Leitura, história e história da leitura*. São Paulo: ALB/FAPESP/Mercado Letras, 1999, p.19-31.

Estes leitores tinham dificuldades em ler mesmo os livretos mais baratos vendidos por mascates e dependiam da audição e da memorização para conseguir lê-los. Assim, eles liam baseando-se muito mais em um reconhecimento (de gêneros, temas e formas) que na descoberta de novidades.¹⁶

Essas descrições de tipos de leitores e correspondentes práticas de leituras permitem concluir que o novo tipo de leitores era aquele que consumia em maior número as novas obras científicas, pois elas exigiam esse tipo de leitura, mais rápida, dinâmica, volumosa e crítica. Desse modo, eles compunham boa parte do público alvo de obras como os manuais técnicos que, em particular, pressupunham uma familiaridade com a linguagem e o universo cultural científicos e a capacidade de analisar criticamente os textos para sua melhor aplicação à realidade de cada leitor.

Durante o Império, a capacidade de ler – não a assimilando à de escrever ou a de contar, que, como mostrou Jean Hébrard, requerem raciocínios e processos mentais específicos e foram desenvolvidas como partes primordiais da alfabetização ao longo de um processo histórico peculiar da história da educação no Ocidente e não precisam, necessariamente coexistir¹⁷ - foi restringida a uma pequena minoria da população, em grande parte coincidente com a mesma minoria que detinha o poder econômico e político, mas não somente a ela. A existência de bibliotecas públicas e privadas desde o século XVIII e de sociedades e academias que também propiciavam a leitura sem que o leitor tivesse que comprar o livro aumentam a área social que a divulgação de idéias poderia atingir.

Essa afirmativa é reforçada pela consideração de alguns outros modos de circulação de livros. Bem como a posse de livros não significa a sua leitura, o não ter também não quer dizer que eles não fossem lidos. O espectro de leitores, ou de pessoas influenciadas pelo texto, inclui aqueles que os tomam por empréstimos, seja de bibliotecas mais organizadas, seja de pessoas de seu relacionamento, aqueles que tinham acesso a cópias manuscritas das obras – ainda no século XIX existia a prática de copiar à mão senão livros inteiros, pelos menos alguns trechos, algumas vezes sem tradução, no caso de livros estrangeiros – e aqueles que recebiam os conteúdos dos livros por via oral. Desde o período colonial, existiam, nos grandes centros urbanos do Brasil, locais de sociabilidade distinguidos pela difusão das obras

¹⁶ CHARTIER, R. As Revoluções da Leitura no Ocidente. IN: Abreu, Márcia (Org.). *Leitura, história e história da leitura*, p.24-26.

¹⁷ HÉBRARD, J. Três figuras de jovens leitores: alfabetização e escolarização do ponto de vista da história cultural. IN: Abreu, Márcia (Org.). *Leitura, história e história da leitura*. São Paulo: ALB/FAPESP/Mercado Letras, 1999, p.33-77.

mais em voga no momento, fossem elas políticas ou científicas, tais como boticas, botiquins e salões das sociedades.¹⁸

Dessa maneira, o *Manual do Agricultor Brasileiro* tinha um público em potencial maior que o esperado se pensarmos apenas na parcela da população com condições econômicas de adquirir o livro. E ainda que fosse uma obra por concepção destinada aos proprietários de terras e escravos – uma minoria social e econômica -, não se destinava apenas aos maiores produtores, pois em muitos trechos ele se dirige ao pequeno produtor, aconselhando-o na direção da maior prosperidade material, como no seguinte excerto:

Estas observações a respeito da destilação das cachaças aplicam-se igualmente às aguardentes de cana, muito mais finas e de preço mais subido no mercado. Este emprego da cana convém a quem tem posses medíocres, porque pode principiar com uma engenhoca e dez pretos, e não existe gênero algum de cultura capaz de oferecer lucros tão avultados...¹⁹

Como foi dito acima, uma compreensão mais profunda do documento exige, entre outras coisas, uma análise, ainda que breve, da pessoa por trás de sua fatura, pois ela transmite ao texto não só seus conhecimentos sobre o assunto específico, mas também suas idéias sobre a sociedade em que vive, sobre diversas práticas sociais e seus valores. Em suma, um texto está marcado de modo indelével pela visão de mundo de seu autor.

Charles Auguste Taunay nasceu em Paris a 17 de agosto de 1791, fruto de uma família com forte tradição artesã e artística. Os Taunay, originários de Poitou na Normandia, associaram trabalho manual e artístico. Seu bisavô, Salomão, fora ourives e químico, e adquiriu certo renome ao descobrir um tom de vermelho muito apreciado na pintura decorativa patrocinada pela monarquia e aristocracia francesas. Seu avô, Pierre-Antoine Henry Taunay (1728-87) seria químico, ourives-comerciante e pintor da manufatura real de porcelanas de Sèvres. Seu pai, Nicolas-Antoine Taunay foi importante pintor de paisagens e cenas históricas no período da França revolucionária e especialmente durante o governo de Napoleão Bonaparte. Ainda que não se enquadrasse totalmente no estilo neoclássico que dominava a pintura na época, Taunay conseguiu consolidar sua carreira através da perseverança na escalada dos degraus da Academia Real de Pintura e Escultura. Por não se curvar totalmente aos parâmetros neoclássicos, mantendo um estilo próprio, Nicolas-Antoine Taunay demorou a se consolidar, e mesmo quando conseguiu se aproximar do centro do

¹⁸ SILVA, M.B.N. História da leitura luso-brasileira: balanços e perspectivas. In: ABREU, Márcia (org.). *Leitura, história e história da leitura*. São Paulo: ALB/FAPESP/Mercado Letras, 1999, p.147-164.

¹⁹ TAUNAY, C.A. *Manual do Agricultor Brasileiro*, p.116.

poder, suas obras continuaram recebendo críticas no meio artístico parisiense. Durante o governo de Bonaparte, o casal consular, e depois imperial, formado por Napoleão e Josefina, tornou-se o maior mecenas das artes francesas, pois o Estado imperial precisava de obras artísticas monumentais que ressaltassem a grandeza do Império e do imperador. Assim, por compor a *entourage* da imperatriz Josefina, Nicolas-Antoine consolidou sua carreira como um dos pintores que construiu a representação grandiosa do Estado napoleônico.²⁰

Por essa razão, a queda do Império e a restauração dos Bourbon trouxeram conseqüências graves para a vida do pintor e da sua família. Charles-Auguste, autor do *Manual do Agricultor Brasileiro*, já fazia parte do exército francês desde o início da década, tendo participado inclusive da campanha da Rússia de 1812, ocasião em que foi ferido na cidade de Leipzig. O jovem militar era um ferrenho partidário de Bonaparte, tendo inclusive participado de seu exército durante a Campanha dos Cem Dias.²¹

Com a queda definitiva de Napoleão, rapidamente os artistas ligados a ele foram excluídos da Academia francesa. A situação de Nicolas-Antoine era particularmente ruim devido a seu filho bonapartista. Charles-Auguste provocou um escândalo na sessão solene do Instituto de França de 1º de outubro de 1814, quando reagiu à não inclusão do nome de seu pai à lista dos indicados ao prêmio de Roma. Ele, fardado, avançou contra os duques de Angoulême e Wellington gritando que a Legião de Honra fosse concedida ao pai. Pensou-se que se tratava de um atentado bonapartista e, em conseqüência, Charles-Auguste foi preso e expulso do exército. Seu pai continuou sem a medalha.²²

Assim, a viagem para o Brasil teve diversos benefícios para os Taunay, a oportunidade de recompor sua família, uma saída política para o bonapartismo de Charles-Auguste, a possibilidade de viver isoladamente e distante das guerras européias, afastando-se das intrigas do Instituto de França e uma chance do pai poder praticar o seu gênero preferido de pintura paisagista, valendo-se da celebrada natureza brasileira para conseguir uma nova clientela tanto na antiga pátria, quanto na nova.

No Brasil, Charles-Auguste deu continuidade à carreira militar iniciada em 1810 na campanha da Espanha. Tornou-se oficial superior do exército brasileiro e lutou nas guerras de independência na Bahia, Piauí e Maranhão. Antes disso, juntamente ao irmão Théodore-

²⁰ SCHWARCZ, L.M. *O sol do Brasil: Nicolas-Antoine Taunay e as desventuras dos artistas franceses no corte de d. João*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p.146-153.

²¹ SCHWARCZ, L.M. *O sol do Brasil: Nicolas-Antoine Taunay e as desventuras dos artistas franceses na corte de d. João*, p.153.

²² SCHWARCZ, L.M. *O sol do Brasil: Nicolas-Antoine Taunay e as desventuras dos artistas franceses na corte de d. João*, p. 133-154, 311-313.

Marie, dedicara-se à propriedade que o pai adquirira no maciço da Tijuca próxima à cascata Boavista (depois conhecida como cascatinha Taunay), cultivando o café com o uso de trabalho escravo – um fato talvez notável, pois Charles-Auguste mostrou-se, mais tarde, contrário à escravidão, ainda que a defendesse em certas ocasiões.²³

Ao contrário do pai, que regressaria à França em 1821, Charles-Auguste criaria sólidos vínculos com o Brasil. Após participar das guerras de independência, ele pediu baixa do exército e se dedicou à gestão da propriedade da família e a atividades intelectuais. Realizou uma série de traduções, inclusive de versos franceses, escreveu monografias agrícolas e vários opúsculos, como o *Guia de Viagem a Petrópolis*. É da década de 1820 a redação do *Manual do Agricultor Brasileiro*, que só seria publicado em 1839. Foi fundador do *Messenger du Brésil* e da Sociedade Imperial de Agricultura, além de ter colaborado intensamente no *Jornal do Comércio*.²⁴

Taunay também se destacou como denunciante da destruição das florestas da cercania do Rio de Janeiro. Essa preocupação com a natureza não pode ser considerada ecológica no sentido moderno do tempo, pois as relações entre homem e natureza neste tempo seguiam a linha colocada por Bacon, de que ela deveria ser dominada pelo homem e forçada a lhe conceder seus frutos. A atuação de Taunay era motivada por preocupações apenas econômicas, pois ele tinha a percepção dos benéficos que a conservação de certas áreas florestais poderia ter para a produção agrícola, aumentando os lucros do agricultor. No trecho seguinte do *Manual do Agricultor Brasileiro* ele expressou essa preocupação:

As matas não só embelezam o chão, e dão madeira, frutas e sombra, senão que são também a origem do húmus ou terra vegetal, produzem e conservam as nascentes e fontes, rompem a violência dos furacões e entretêm a salubridade da atmosfera. Nos declives, as chuvas e trovoadas tendem a lavar a terra, e a carregar a porção mais fecunda e fina. Portanto, a coroa de matos, suprimindo com nova porção de húmus, ao mesmo tempo que abriga dos meteoros as zonas inferiores em estado de cultura e lhes conserva a umidade, é de primeira utilidade.²⁵

Tendo permanecido no Brasil até o ano de 1864, Charles-Auguste Taunay dificilmente pode ser considerado apenas como um francês que escreveu sobre a realidade brasileira. Seu olhar não é simplesmente o do estrangeiro. O contato com diversas partes do país em viagens

²³ MARQUESE, R. B. Introdução. IN: TAUNAY, C.A. *Manual do Agricultor Brasileiro*. (Org.). Rafael de Bivar Marquese. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p.10-19.

²⁴ SCHWARCZ, L.M. *O sol do Brasil: Nicolas-Antoine Taunay e as desventuras dos artistas franceses na corte de d. João*, p.313.

²⁵ TAUNAY, C.A. *Manual do Agricultor Brasileiro*, p.. 103.

pelo interior, a prática diária da produção agrícola nas condições próprias do país – com pouquíssima tecnologia e com o uso do trabalho escravo - e a leitura de variadas obras sobre a realidade e as perspectivas da agricultura brasileira aproximaram sua análise da visão brasileira, com profunda compreensão de sua realidade, ainda que de uma forma idealizada, provocada pelo momento de consolidação da nação brasileira, de que o próprio manual foi partícipe, à sua maneira. Como disse Marquese em sua introdução ao *Manual do Agricultor Brasileiro*, Taunay exerceu um “olhar estrangeiro que se naturaliza brasileiro”²⁶.

Desse modo, podemos passar à análise aprofundada das idéias a respeito da realidade brasileira de que o autor impregnou o seu texto. Muitas são as possibilidades de abordagem nessa perspectiva, mas para os fins desse artigo, foram escolhidas aquelas que mais nitidamente mostrassem as relações do Manual com a sociedade escravista do Império do Brasil. Destarte, quatro foram as temáticas selecionadas para serem abordadas através do *Manual do Agricultor Brasileiro*, a saber: qual era a concepção do autor sobre a escravidão e quais críticas ele fazia a ela? Que papel ele prescrevia à elite produtora da sociedade brasileira? Que posição teria, para o autor, a economia rural dentro do todo da economia produtiva brasileira? Por fim, qual era a idéia de nação que se depreende das páginas do texto?

137

A temática da escravidão é com certeza a mais importante da obra, fato evidente por ter o autor dedicado dois capítulos exclusivamente a este tema. Sem dúvida, ele não era insensível às grandes contradições sociais que a continuidade do sistema escravocrata acarretava para a sociedade brasileira, pois o autor explicitamente assumiu uma postura ambígua e pragmática quanto ao assunto. Ao mesmo tempo em que condenava a escravidão, considerando-a um “contrato entre a violência e a não-resistência, que tira ao trabalho a sua recompensa, e às ações o arbítrio moral, ataca igualmente as leis da humanidade e da religião, e os povos que o têm admitido na sua organização têm pago bem caro esta violação do direito natural”²⁷, ele defendia a sua manutenção no país, porque considerava que a sua súbita extinção desorganizaria todo o sistema produtivo brasileiro, trazendo mais prejuízos aos agricultores que a sua manutenção, como se vê no trecho a seguir:

Porém, a geração que acha o mal estabelecido não fica solidária da culpabilidade daquilo que, pela razão que existe, possui uma força muitas vezes irresistível, e certos abusos radicais têm uma conexão tão estreita com o princípio vital de uma

²⁶ MARQUESE, R. B. Introdução. IN: TAUNAY, C.A. *Manual do Agricultor Brasileiro*. (Org.). Rafael de Bivar Marquese. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 24.

²⁷ TAUNAY, C.A. *Manual do Agricultor Brasileiro*, p.50.

nação, que seria mais fácil acabar com a existência nacional, do que com estes mesmos abusos.²⁸

O autor acreditava que a escravidão violava as leis da natureza e da religião, pois não proporcionava ao homem os frutos de seu trabalho. Além disso, ela arruinava moralmente os entes escravizados, tornando-os seres repletos de vícios e faltas de caráter. Explica o autor:

Não se apresente como argumento em contrário o que agora acontece com os crioulos, cuja mor parte morre, e o resto se apresenta na idade adulta cheios de vícios e maldades, pois que as crianças, ou são tratadas com desumanidade e desleixo, e murcham como plantas em solo estéril, ou com demasiado mimo e indulgência nos braços da família, com mil esquisitices; e quando ao depois se acham crescidos e robustos, não querem nem podem voltar à vida rigorosa e desprezível que fazem seus parceiros, e ficam inteiramente perdidos.²⁹

Mesmo assim, ele apresentou diversas justificativas para a manutenção temporária da escravidão, sendo a principal dela o risco de desorganização completa da produção que a abolição repentina do sistema escravista poderia acarretar. Outros argumentos seus foram a condição naturalmente inferior dos negros africanos em relação aos europeus, que estariam cumprindo uma missão civilizatória, e também cristã no concernente à catequese destas populações, ao escravizar os negros e infundir-lhes os valores da cultura européia. Os negros são apresentados como cientificamente inferiores aos brancos e capazes apenas de realizar trabalhos braçais, não tendo capacidade intelectual superior à de uma criança branca. Uma justificativa diferente apresentada para a escravidão era que o negro devia o trabalho ao seu senhor, pois este havia quitado parte do salário correspondente a uma vida de servidão ao traficante que lhe vendera o escravo e a parte restante ele pagava ao próprio escravo na forma de comida, roupa e habitação. Na passagem seguinte este raciocínio é explicitado por Taunay:

Os pretos não se compram para se ter o gosto de os sustentar e de os ver folgar, mas sim para tirar do seu trabalho os meios de subsistir e lucrar. O salário deste trabalho foi pago em parte por uma só vez pelo dinheiro da compra, e a outra parte paga-se diariamente com o sustento. Mas o preto, parte passiva em toda esta transação, é por natureza inimigo de toda ocupação regular, pois que muitas vezes prefere o jejum e a privação de todas as comodidades ao trabalho que é justo que dê para o cumprimento do contrato, e só a coação e o medo o poderão obrigar a dar conta da sua tarefa.³⁰

Esse trecho faz referência ao modo como Taunay concebia o tratamento que deveria ser dispensado pelos senhores aos seus escravos. Por ser ele próprio fazendeiro e senhor de

²⁸ TAUNAY, C.A. *Manual do Agricultor Brasileiro*, p.50.

²⁹ TAUNAY, C.A. *Manual do Agricultor Brasileiro*, p.81.

³⁰ TAUNAY, C.A. *Manual do Agricultor Brasileiro*, p.64.

escravos, o autor sabia das diversas artimanhas arquitetadas pelos cativos para resistir, ainda que passivamente, à exploração. Portanto, ele entendia que os escravos deveriam ser submetidos a uma rígida disciplina, que regulasse todos os instantes de sua vida, não só os momentos de trabalho, mas também como eles aproveitariam suas horas livres, de modo que o senhor pudesse controlar a religião, o lazer, qualquer outra forma de trabalho, as relações afetivas e as famílias de seus escravos. Em suma, “(...) é preciso sujeitá-los a uma rigorosa disciplina, e mostrar-lhes o castigo inevitável. (...) um preto se não sujeitaria nunca à regularidade de trabalhos que a cultura da terra requer (...) somente a mais rigorosa disciplina valerá para aplicar os negros a um trabalho real e regular...”³¹.

O castigo seria a grande arma do senhor para manter efetiva a disciplina em sua propriedade. Deveria ser cultivada no escravo a consciência de que a infração de qualquer uma das regras impostas pelo senhor acarretaria em um castigo, cada vez mais duro conforme o escravo se mostrasse mais incorrigível, “O medo, e somente o medo, aliás empregado com muito sistema e arte, porque o excesso obraria contra o fim que se tem em vista”³².

Os castigos deveriam ser duros e exemplares, para garantir que as infrações dos escravos não se repetissem e para criar uma tradição de respeito à ordem e à hierarquia social do estabelecimento agrário – que reproduzia a hierarquização da sociedade em geral – entre a escravatura. O grande objetivo de um senhor de escravos deveria ser, segundo Taunay, estabelecer uma tradição de respeito às normas e às regras, tão forte entre os escravos, que eles próprios vigiassem uns aos outros para evitar qualquer crime que prejudicasse o andamento normal da fazenda. Sobre os castigos, o autor chegava a ser bastante detalhista sobre como e em qual quantidade ele deveria ser aplicado e em relação a quais crimes, como se pode notar abaixo:

O chicote de uma só perna, vulgarmente chamado de bacalhau, parece-nos conveniente, e cinquenta pancadas desse instrumento são, ao nosso ver, suficientes para castigar todo o crime cujo conhecimento for confiado aos senhores. Os crimes que exigissem penas maiores, como fugas repetidas, furtos consideráveis, desobediências e bebedeira incorrigíveis, revolta contra o castigo e outros da mesma natureza, deveriam ser castigados na cadeia dos respectivos distritos, a requerimento dos senhores e deferimento dos juízes de paz, que decidirão sumariamente.³³

Ao mesmo tempo em que apresentava suas concepções sobre como deveria ser o tratamento dos escravos pelos senhores, Taunay, em certas passagens, apresentou algumas cenas do cotidiano dos cativos. Não se deve tomar as afirmações do autor como a verdade

³¹ TAUNAY, C.A. *Manual do Agricultor Brasileiro*, p.55.

³² TAUNAY, C.A. *Manual do Agricultor Brasileiro*, p.54.

³³ TAUNAY, C.A. *Manual do Agricultor Brasileiro*, p.68.

histórica, uma vez que o seu olhar era condicionado pelo seu modo de ver o negro (um ser naturalmente inferior ao branco e vicioso, amoral) e o senhor (ser também naturalmente superior ao escravo e dotado de qualidades quase sobre-humanas, como se verá abaixo). Considerando-se a perspectiva do autor, pode-se vislumbrar alguns momentos do cotidiano capturados em seu texto.

O autor destacou principalmente aspectos da alimentação dos escravos, pois ela estava diretamente ligada ao modo como a fazenda seria gerida, com eficiente produção para a subsistência convivendo com a cultura mais larga voltada para o comércio externo. Assim, diz o autor:

Seja qual for o gênero de lavoura adotado, daremos como primeira regra de economia o procurar antes de tudo tirar o mantimento da escravatura da mesma fazenda, pois destarte o proprietário evita a maior despesa. Para não se ver na precisão de comprar carne-seca, a criação de suficiente porção de carneiros e porcos ser-lhe-á proveitosa, assim como o mandar fiar e tecer em casa o algodão necessário para vestir os escravos.³⁴

Semelhantemente, o autor recomenda a distribuição regular de cachaça aos negros com a função dupla de incentivá-los ao trabalho pesado e evitar que eles freqüentassem as vendas e tavernas – “com as tavernas, peste do Brasil e perdição da escravatura, deve ser proibida debaixo dos mais severos castigos”.³⁵ Porém, também aqui a rígida disciplina deveria se manter, e a bebida alcoólica deveria ter momentos certos para ser distribuída, preferencialmente “(...)um copinho de manhã e outro nos domingos de tarde, produzirá muito bons efeitos...”.³⁶ Como na referência ao gosto pela cachaça, o autor destacou a apreciação dos negros pelo fumo – aqui novamente se faz perceber o seu olhar racialista e racista, pois afirma que os escravos são mais propensos que os brancos a viciarem-se pelo uso do fumo. Portanto, mais uma vez o bom juízo do senhor é requerido para promover uma distribuição gratuita de fumo aos escravos, de modo a evitar alterações e conflitos, “Os negros de ambos os sexos gostam imoderadamente do fumo, e, para o obterem, são capazes de cometer excessos que os senhores de juízo prevêm, fazendo dele uma distribuição regular à sua escravatura”.³⁷

A respeito da alimentação, o autor apontou os componentes mais comuns da ração dada aos escravos. Eram eles o feijão, a carne-seca, a abóbora, o cará, a batata-doce, os

³⁴ TAUNAY, C.A. *Manual do Agricultor Brasileiro*, p.84.

³⁵ TAUNAY, C.A. *Manual do Agricultor Brasileiro*, p.75.

³⁶ TAUNAY, C.A. *Manual do Agricultor Brasileiro*, p.61.

³⁷ TAUNAY, C.A. *Manual do Agricultor Brasileiro*, p.147.

carurus (nome que reunia diversos vegetais),³⁸ a farinha de mandioca. O cultivo de todas essas plantas seria imprescindível para a obtenção de lucros com a agricultura, sobretudo porque o preço do escravo estava em alta e o dos produtos agrícolas, em baixa, pois evitaria que o proprietário tivesse que gastar seu capital com a alimentação da população de seu estabelecimento.

A tarefa de evangelização dos cativos foi tratada por Taunay como uma das formas de manutenção da disciplina férrea entre os negros, como diz ele no trecho seguinte: “ (...) de lhes [os escravos] mandar ensinar e praticar a religião, sendo aliás o meio mais eficaz de os conservar obedientes, laboriosos, satisfeitos da sua condição e de ocupar inocentemente as horas de domingo”.³⁹ O ensino da religião católica era também um dever moral e religioso dos senhores, que a ele não poderiam faltar, “(...) os senhores têm portanto obrigação, não menos como cidadãos do que como cristãos, de lhes mandar ensinar e praticar a religião...”. A conversão dos negros ao catolicismo não apresentaria grandes problemas ao senhor, pois, segundo Taunay, “A religião católica romana, como se ensina e pratica em Portugal e no Brasil (...) e sua tendência para a superstição a torna ainda mais apropriada ao gênio dos pretos, crédulos e supersticiosos por natureza”.⁴⁰

141

A aplicação de estrita, rígida e constante disciplina combinada ao ensino e prática da religião católica aos escravos teria o poder de criar uma tradição de obediência, como foi dito acima, que, afinal, se manteria em uso por si só, com intervenções progressivamente mais raras do senhor, desde que este tomasse o cuidado de não permitir à disciplina esmorecer e de retirar os elementos incorrigíveis do contato com os demais escravos.

Segundo Marquese, em vários momentos Taunay usou imagens de um regime de vida militar para ilustrar a importância da rígida disciplina de controle do trabalho escravo⁴¹. Visto que algo similar também se faz presente no manual em relação a um modo ideal de educação da elite, como se verá abaixo, pode-se ter certeza de que a sua carreira militar, encerrada após as guerras de independência do Brasil, marcara de forma indelével sua concepção de mundo e das relações sociais.

De acordo com este autor, Taunay inaugurou um novo modo de se pensar a administração do trabalho escravo nas propriedades rurais brasileiras, sem, no entanto, deixar

³⁸ TAUNAY, C.A. *Manual do Agricultor Brasileiro*, p.167.

³⁹ TAUNAY, C.A. *Manual do Agricultor Brasileiro*, p.72.

⁴⁰ TAUNAY, C.A. *Manual do Agricultor Brasileiro*, p.73.

⁴¹ MARQUESE, Rafael de Bivar. *Administração & Escravidão: idéias sobre a gestão da agricultura escravista brasileira*. São Paulo: HUCITEC/FAPESP, 1999. p. 210, 212, 218.

de resgatar algumas práticas dos jesuítas. Construindo a “reflexão mais sistemática sobre a administração do trabalho escravo que apareceu na primeira metade do século XIX”⁴², Taunay analisou minuciosamente todos os aspectos da vida da escravaria, elaborando um modelo de administração dos escravos que poderia ser utilizado por qualquer agricultor, sem importar o tipo de lavoura a que se dedicasse. Como foi dito, os pilares de tal modelo seriam a disciplina severa e o paternalismo de fundo católico.

Como se viu, cabia ao senhor a tarefa de estabelecer as leis da escravatura em sua propriedade, condição que conferia à elite rural brasileira uma característica muito específica segundo a visão do autor. Ele acreditava que o senhor de um estabelecimento agrícola equivalia, nos limites de sua propriedade, a um rei, que tinha nas mãos os destinos de todos os seus dependentes, fossem escravos, empregados, agregados ou sua família. Taunay idealizou uma figura do proprietário de terras e escravos bastante paternalista. Somente ele, por meio de sua profunda sabedoria, teria a capacidade de guiar a produção da fazenda e o desenvolvimento moral de seus dependentes, como se infere pelo trecho abaixo:

(...) porque o dono de certo número de escravos rústicos, sendo bom agricultor, preenche somente a metade de sua tarefa, devendo juntamente possuir e exercer as partes que constituem o bom chefe de um pequeno reinado, no qual, por governar despoticamente, e acumular as atribuições de legislador, magistrado, comandante, juiz e algumas vezes verdugo, nem por isso é menos responsável do seu bom governo, do qual depende a prosperidade da família.⁴³

142

As qualidades superiores do senhor também se expressariam pela sua capacidade de gestão da fazenda, pois ele deveria ter conhecimentos práticos acerca de cada uma das diversas áreas envolvidas na produção, desde a escolha do local mais apropriado para se estabelecer, até noções de engenharia para construção de estradas e canais para o escoamento da produção, passando pelas várias etapas do cultivo, tanto da grande produção comercial, quanto da de subsistência. Sobre os atributos extraordinários que um agricultor deveria possuir, Taunay diz:

Pelo que precede, podemos concluir que o chefe de um estabelecimento de agricultura no Brasil carecia ser homem quase universal. Legislador e magistrado com a escravatura, arquiteto para edificar as casas, engenheiro e maquinista para os diferentes serviços que pertencem às mesmas artes, naturalista para conhecer os vegetais, deve a tantas partes unir ainda luzes da arte médica, veterinária e outras muitas....⁴⁴

⁴² MARQUESE, Rafael de Bivar. *Administração & Escravidão: idéias sobre a gestão da agricultura escravista brasileira*, p. 206.

⁴³ TAUNAY, C.A. *Manual do Agricultor Brasileiro*, p.48.

⁴⁴ TAUNAY, C.A. *Manual do Agricultor Brasileiro*, p.105.

É provável que o autor percebesse que a sua idealização do agricultor brasileiro estivesse muito distante da realidade, e para contornar essa situação, ele propôs, no penúltimo capítulo de sua obra, a criação pelo Estado de fazendas-modelos que sediariam cursos agrônômicos, cujo principal objetivo seria formar o homem de elite com as habilidades necessárias para a prática da agricultura de modo a retirar essa atividade do estado de decadência em que se encontrava no período de composição do manual. Sua intenção é explícita: “(...) as Câmaras instituíssem cursos agrônômicos, aonde os filhos dos habitantes mais abastados, destinados a serem algum dia senhores de grande número de escravos em engenhos e fazendas...”.⁴⁵ Embora também previsse a entrada de alunos desprovidos de fortuna, o objetivo da formação destes seria servir aos filhos da elite, ou como administradores de suas propriedades ou como novos professores das fazendas-modelos.

O curso procuraria abranger todas as atividades que poderiam ser úteis na administração de uma fazenda, tais como agronomia, botânica, zoologia e arte veterinária (note-se que a veterinária ainda não tinha o status de ciência, era considerada uma arte, ligada mais fortemente à técnica que ao conhecimento científico), medicina doméstica, química aplicada à agricultura, mineralogia e montanística, direito constitucional e economia política. Essas seriam as disciplinas de primeira classe, as mais importantes para a formação do agricultor. Mas não seriam as únicas. Outras matérias, com teor introdutório, seriam ensinadas aos alunos em seus primeiros anos na escola: a aritmética, a geometria, a álgebra elementar, mecânica dinâmica e hidrodinâmica aplicadas à agricultura, aritmética rural, corte de pedras, fatura de estradas, desenho aplicado à botânica, história natural, elementos de geografia e história universais, poesia e literatura nacionais, música e dança. Percebe-se a articulação do plano de ensino com a figura idealizada do agricultor. Este, um homem que lida cotidianamente com atividades muito diversas, precisa de uma formação igualmente variada e ampla, que lhe dê o arcabouço de conhecimentos necessários para a boa gestão de seus interesses. E não só de conhecimentos práticos deveria ser constituída a educação dos filhos da elite. Como eles desempenhariam também funções de juízes e legisladores (quase soberanos em suas terras), conhecimentos mais humanísticos eram da mesma forma úteis. Daí o ensino de história, geografia, poesia, literatura, música, dança, primeiras letras e latim.

O modo de se lidar com a escravatura seria também parte importante da formação dos alunos, contando com aulas específicas para tal, com primazia para os alunos mais velhos.

⁴⁵ TAUNAY, C.A. *Manual do Agricultor Brasileiro*, p.282.

Elas seriam dadas pessoalmente pelo administrador geral, que deveria ensinar, metodicamente, aos alunos a arte de governar os escravos. A estrita disciplina a que os negros deveriam ser submetidos teria sua correspondência no modelo da formação dos senhores, pois, pensava Taunay, somente sendo acostumados desde a infância a viverem sob um regulamento militar, os futuros agricultores poderiam submeter todos os seus dependentes aos seus desígnios de justiça. Portanto, compunham o programa das fazendas-modelos atividades como manejos e manobras militares, caçadas e instruções para o uso de armas. A militarização se faria presente em todos os momentos da vida escolar dos alunos, desde a sua rotina espartana, até a sua organização em grupos hierarquizados segundo o modelo do exército. Aqui percebemos claramente a influência da formação e do exercício militar de Taunay.

Ao mesmo tempo em que idealizava uma figura de senhor, Taunay criticava duramente o comportamento de parte da elite agrária brasileira, especialmente aquela que abandonava a vida no campo para se estabelecer nas grandes cidades do Império, especialmente na Corte. Os ambientes urbanos seriam corruptores dos valores elevados que a vida ligada diretamente à agricultura produziria, e não só para o senhor, também sua esposa, filhas e filhos teriam a moral corrompida por uma prolongada vida na cidade, caracterizada por frivolidades. O trecho seguinte é exemplar dessa visão depreciativa da vida nos centros urbanos:

Enquanto se conservam a pureza dos costumes, e a singeleza patriarcal, este sistema tem poucos inconvenientes; mas quando a existência social se complica, quando o luxo e cobiça se apoderam das almas, quando os ricos proprietários se concentram nas cidades para brilhar na Corte, ou exercitar os direitos políticos; quando a sede das honras, das delícias e do lucro que as procura se exaltam, então os abusos que resultam do absolutismo paterno e de tantos tribunais caseiros que não têm regra nem responsabilidade sobrepõem por toda a parte: então os tratos, cruzes e fogueiras inventam-se e empregam-se no segredo das famílias; então as murenas e os peixes dos viveiros cevam-se com a carne dos escravos; (...) então põe-se em prática tudo o que a lascívia e crueldade podem inspirar de horrores e monstruosidades e imaginações depravadas pelo abuso das delícias.⁴⁶

O *Manual do Agricultor Brasileiro* pode ser considerado um longo elogio à vida rural e àquele a que ela se dedica. Tal existência seria marcada pelo intenso labor, do trabalho de todos os habitantes da fazenda, mesmo das mulheres, sinhás ou escravas. Daí surgiriam, praticamente, todos os bens de que o estabelecimento poderia precisar. Além de evidentes vantagens para a economia da propriedade, este modo de viver seria definidor da própria elite,

⁴⁶ TAUNAY, C.A. *Manual do Agricultor Brasileiro*, p.70.

que não se tornaria, assim, parasitária, mas intimamente ligada aos processos produtivos, pois deles participariam. Famílias com tal tradição de trabalho seriam, além de mais elevadas moralmente, mais propensas a enriquecer. Um exemplo é apresentado pelo próprio autor:

Temos visto nos sertões várias famílias que fiavam e teciam em casa todo o pano do uso doméstico, redes, cobertores, toalhas, lençóis, pano chamado de Minas para sacos, capas e vestidos dos negros; tudo se fabricava pelas pretas debaixo dos olhos das senhoras, que se não desdenhavam de pôr elas mesmas mãos à obra. (...) e como todo o mantimento se colhia igualmente da fazenda, podemos asseverar que todas estas famílias viviam mui pacíficas, bem morigeradas, fartíssimas...⁴⁷

Uma fazenda deveria tender à auto-suficiência segundo as considerações de Taunay também por um aspecto prático. Ao produzir quase tudo que precisasse, diminuía-se a necessidade de o senhor gastar seu capital com produtos não relacionados com a produção comercial da fazenda. Essa exigência era ainda mais premente no caso de cultivos que demorassem alguns anos para iniciarem uma produção lucrativa ao agricultor, como era o caso do café, por exemplo. As vantagens da convivência de uma cultura de subsistência com uma cultura de exportação são exemplificadas pelas diferenças entre os produtores de café dos arredores do Rio de Janeiro e os da região serrana da província, durante a década de 1820:

(..) bem como os que dizem respeito à cultura dos gêneros de consumo, artigo tanto mais importante que, sendo preciso esperar ao menos cinco anos para tirar o lucro de uma fazenda de café, a compra dos gêneros seria ruínosa durante tão longo espaço; e podemos considerar esta circunstância como a causa mais preponderante da pouca fortuna que os lavradores de café têm feito nas proximidades do Rio de Janeiro, ao passo que os da serra acima estão bem longe de se queixar, apesar da maior despesa com o seu transporte.⁴⁸

A agricultura era tida por Taunay como a mais elevada moralmente e importante atividade desenvolvida pelo gênero humano, sendo a base de toda a civilização (“A agricultura é sem dúvida a ocupação mais útil, a mais nobre, e a mais chegada à natureza, de quantas o estado de civilização tem proporcionado aos homens”).⁴⁹ Por essa razão, ele muito lamentava o que considerava um estado de decadência da agricultura do Império. Os diversos cultivos, se comparados com outras regiões de produção no planeta, estariam em um crítico estado de infantilidade, pois a tecnologia usada era bastante arcaica.

Um tal estado de infância, quando, em todas as regiões onde se cultivam os mesmos gêneros de exportação que nós cultivamos, o espírito de invenção e de aperfeiçoamento, poupando braços e despesas ao mesmo passo que amplia os produtos, permite dar mais em conta esses mesmos gêneros, pode não somente vir a

⁴⁷ TAUNAY, C.A. *Manual do Agricultor Brasileiro*, p.139.

⁴⁸ TAUNAY, C.A. *Manual do Agricultor Brasileiro*, p.127.

⁴⁹ TAUNAY, C.A. *Manual do Agricultor Brasileiro*, p.300.

aniquilar em breve tempo a nossa exportação, mas até fazer que no-los venham trazer de fora a muito melhor preço e qualidade para o nosso consumo (...).⁵⁰

Para o autor era preciso que se introduzissem inovações tecnológicas nas práticas agrícolas (“O emprego das máquinas que multiplicam as forças do homem é a base de todo o produto avultado da agricultura.”),⁵¹ das quais o uso do arado seria a mais importante.

(...) a mais proveitosa operação para sustentar a nossa agricultura decadente, a única que pode fazer frente à carestia dos pretos, e para o futuro subministrar ao Brasil a faculdade de se livrar da praga da escravidão, é, sem dúvida, a geral adoção do arado, e o governo deveria por todos os meios ao seu alcance apregoar e propagar esta inovação.⁵²

Para Taunay, a decadência da agricultura do Império era devida, também, à intensa alta do preço do escravo e à queda dos preços dos produtos agrícolas nos mercados internacionais a que era dirigida o grosso da produção agrícola brasileira. O autor adverte que as possibilidades de prodigioso enriquecimento pela agricultura eram pequenas, e mais próprias de um tempo passado em que as condições econômicas eram mais favoráveis aos agricultores (“Verdade é que estes milagres de indústria pertencem à época da barateza dos escravos e carestia dos produtos; hoje temos o revés desta prosperidade, e, portanto, duplicada obrigação de nos cingir às virtudes que podem salvar a agricultura da ruína que a ameaça”).⁵³

A péssima condição em que Taunay julgava estar a agricultura brasileira contrastava muito com a idéia de nação que ele tinha do país em que se estabelecera e deixava transparecer em seu texto. O Brasil imaginado por Taunay é um Éden da agricultura, uma vez que possui condições de abrigar quaisquer vegetais e quaisquer animais existentes no mundo, pois dispõe de climas e solos variados e propícios aos mais diversos cultivos. O autor resgata uma tradição de glorificação da paisagem natural brasileira que, em última instância, vem desde a carta de Caminha ao rei de Portugal. Mais de trezentos anos depois, o Brasil era ainda o lugar onde tudo o que se plantasse dava. O trecho seguinte é muito ilustrativo da representação do Brasil construída por Taunay:

Entre todas as regiões do globo, talvez a mais apropriada à agricultura seja o Brasil, pois que na sua vasta extensão acham-se climas, terrenos e exposições de quantas qualidades é possível imaginar, de forma que dificilmente nos poderemos lembrar de uma espécie vegetal, ou de uma sorte de cultura, que não exista já, ou que não possa, para o futuro, introduzir-se neste abençoado país, tão fecundo e variado em produções, ameno em aspectos e ares, tão regado de águas, revestido de matas, e

⁵⁰ TAUNAY, C.A. *Manual do Agricultor Brasileiro*, p.36.

⁵¹ TAUNAY, C.A. *Manual do Agricultor Brasileiro*, p.35.

⁵² TAUNAY, C.A. *Manual do Agricultor Brasileiro*, p.99.

⁵³ TAUNAY, C.A. *Manual do Agricultor Brasileiro*, p.85.

aprazível às vista, que os primeiros descobridores não duvidaram avançar que tinham por fim deparado com o paraíso terrestre.⁵⁴

Contudo, era justamente essa idealização do potencial agrícola brasileiro que motivava o autor a ser bastante otimista quanto às chances do país em recuperar a sua agricultura e se tornar uma potência comercial mundial. Este era o lugar de direito da nação para o autor, pois o “(...) o Brasil é, por sua natureza, destinado a servir de empório a todos os povos, e, por conseqüência, a possuir o cetro do comércio.”⁵⁵ O elogio ao país não se dirigia somente às suas possibilidades agrícolas, embora estas fossem as raízes de sua possível grandeza, mas também ao seu sistema de governo e à sua população, qualificados como plenamente capazes de solucionar todos os problemas econômicos nacionais e conduzir o Brasil a uma nova era de prosperidade, fato, aliás, que não estaria muito distante no tempo:

Os meios mais eficazes para que semelhante estado de coisas jamais se realize, e para nos remir do atual atrasamento, tão prejudicial como vergonhoso, estão ao nosso alcance, e são mesmo bem singelos e baratos; e como com as formas do governo representativo não há, para uma nação, males incuráveis, nem melhoramentos impossíveis, devemos esperar que não passarão duas legislaturas sem que os legisladores tomem em séria atenção estes meios, e os adotem no seu todo, ou ao menos em grande parte.⁵⁶

147

Não se pode perder de vista que o *Manual do Agricultor Brasileiro* foi composto em um período de consolidação do Estado Nacional brasileiro, portanto eram estimuladas pelo governo a produção e circulação de obras que fizessem o elogio da nação, enaltecendo suas qualidades e indicando sua grandeza futura. Se a primeira edição do manual foi uma iniciativa de Júlio Villeneuve, proprietário do *Jornal do Comércio*, a segunda foi feita sob os bons auspícios do governo regencial, que, através da ação do Ministro da Justiça e do Império Bernardo Pereira de Vasconcelos, recomendou o livro para uma distribuição por todo o território imperial e para ser reimpresso pela Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. Assim, também a literatura técnico-científica teve um papel a desempenhar no enaltecimento da nação que o Estado exigia para se consolidar.

Portanto, as paginas do *Manual do Agricultor Brasileiro* continham muito mais que recomendações técnicas para agricultura. De sua leitura desprende-se uma representação da nação brasileira, que estava em pleno processo de formação quando de sua composição, e da sua elite, a qual teria um papel primordial na recuperação da decadente agricultura brasileira e na ascensão do Brasil à posição de potência comercial global. Neste processo, a convivência

⁵⁴ TAUNAY, C.A. *Manual do Agricultor Brasileiro*, p.33.

⁵⁵ TAUNAY, C.A. *Manual do Agricultor Brasileiro*, p.34.

⁵⁶ TAUNAY, C.A. *Manual do Agricultor Brasileiro*, p.37.

com a escravidão, ainda que duramente criticada, deixava uma importante marca, visto que era a necessidade de legislar sobre os escravos que transformava o caráter e os valores da elite agrária, elevando-a a uma posição de distribuidora da justiça e do bem estar social na sociedade escravista.

Este artigo não pretendeu esgotar as questões que podem ser colocadas à leitura do *Manual do Agricultor Brasileiro*, apenas a mostrar caminhos para uma compreensão profunda do texto e do contexto que o conformou e que se deixa ver pelas entrelinhas, segundo uma concepção hermenêutica do ato de compreender. Assim como outras questões, de diversas ordens, podem, e devem, ser levantadas; algumas já feitas devem ser refinadas e aprofundadas em busca de uma maior proximidade com a realidade brasileira conformadora do documento.

Inicialmente, as próprias técnicas preconizadas pelo manual devem ser historicizadas para uma compreensão mais ampla da história da agricultura brasileira. Na dimensão da circulação do texto em si, ainda não está claro quais pessoas ou grupos sociais realmente tinham contato com a obra, nem até que ponto a sua leitura refletia em aplicações concretas das práticas recomendadas. Portanto, é necessário buscar casos específicos e documentados da leitura do manual, o que conduz a interrogar sobre como cada pessoa entrava em contato com ele e, conseqüentemente, como se deu a distribuição do livro pelo território do império, sendo plausível a hipótese de intensa participação do Estado nesse processo, por mecanismos ainda a serem pesquisados. Já no plano das idéias contidas no texto, pode-se interrogá-lo a respeito de quais influências das correntes de pensamento européias ele sofreu (liberalismo, iluminismo, fisiocracia inglesa) e quais as concepções de trabalho e de agricultura em que ele se baseia. Nesse aspecto, será fundamental refletir sobre os modos como tais escolas filosóficas influenciaram a produção do texto, se é que o fizeram de fato, tentando precisar em quais partes elas se fazem mais presentes e em quais não; por exemplo, é relevante questionar como a formação ilustrada do autor condicionou as suas críticas à escravidão.

Uma outra dimensão do *Manual do Agricultor Brasileiro* que merece uma investigação mais detida se faz presente nos diversos comentários de Taunay acerca da necessidade de preservação de matas e florestas nos estabelecimentos agrícolas em geral. Como foi dito acima, seria um anacronismo considerar que Taunay fora um defensor da ecologia ou mesmo do conceito de desenvolvimento sustentável. No entanto, os constantes comentários feitos pelo autor sobre a importância das florestas para a agricultura e sobre as inter-relações entre fenômenos atmosféricos, vegetais, animais e minerais sugerem uma

compreensão complexa da natureza, contrastante com a instrumentalização dos recursos naturais típica da ciência oitocentista. Destarte, é preciso investigar quais podem ter sido as raízes dessa compreensão do mundo natural (quais outros autores a partilhavam, como suas obras circularam e eram recebidas pelo público) e até que ponto existia, ou não, um conflito entre tal modo de entender a natureza e o modelo dominante de ciência baconiano.

Artigo recebido em 21/12/2008 e aprovado em 09/04/2009.

FORMAS DE REPRESENTAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA NAS MINAS GERAIS SETECENTISTAS

Karina Paranhos da Mata

Mestre em História pela UFMG
kaparanhos@yahoo.com.br

Resumo

O presente artigo tem como objetivo analisar algumas formas de representação social e política nas Minas Gerais setecentistas. Primeiramente, buscar-se-á elucidar algumas das práticas da sociedade portuguesa de Antigo Regime, para depois procurar por evidências que indiquem a influência destas nas Minas Gerais. Identificadas determinadas práticas, observou-se de que maneira estavam presentes na sociedade.

Palavras-chave: sociedade, mercês, redes clientelares

Abstract

The present article has as objective to analyze some forms of social representation and politics in the Minas Gerais setecentistas. First, one will search to elucidate some of the practical ones of the Portuguese society of Old Regimen, stops later looking for for evidences that indicate the influence of these in the Minas Gerais. Identified certain practices, it was found that way were present in society.

Keywords: society, mercy, networks clientelares



Em 1728, falecia nos arredores da freguesia de Nossa Senhora da Conceição, a principal da Vila do Ribeirão do Carmo, o português Antônio Borges Mesquita. Nascido na freguesia de Santa Maria do Conedo, no Concelho de Bastos, passou grande parte de sua vida nas Minas, lugar onde acumulou considerável cabedal. Solteiro e sem filhos, declarou sua alma como herdeira universal dos bens que somavam, de acordo com inventário *post mortem*, 11:506\$800 (onze contos, quinhentos e seis mil e oitocentos réis).¹ Com uma situação econômica favorável, na hora da morte legou a uma sobrinha além de uma fazenda, um dos valores mais cobiçados nas Minas Gerais do século XVIII: o rol dos serviços prestados à Coroa na Nova Colônia. Natária Leite vivia em Portugal, na freguesia de naturalidade de seu tio, e era filha da irmã do falecido, Ana, com Jacinto Ribo Leite. Antônio Borges Mesquita deixou expressa no testamento a forma com que os serviços prestados à Sua Majestade deveriam ser usados em benefício da sobrinha.

(...) estes serviços os deixo a minha sobrinha Natária Leite, filha legítima de Jacinto Ribo Leite e de minha irmã Ana que por sobrenome não me lembro, moradores na Freguesia de Santa Maria de Conedo, Conselho de Bastos, a ela deixo para dote ou para se dar o prêmio deles ao marido com quem casar ou por melhor modo que pode ser em ordem que está doação ou legado seja valioso que tudo aqui hei por expresso.²

151

O tio de Natária acrescentou que os serviços prestados à Sua Majestade e deixados como herança a ela tinham sido lançados nas notas pelo tabelião Manuel Rodrigues de Moraes na cidade do Rio de Janeiro, observando que outros documentos se encontravam na Secretária do governo com Antônio da Rocha Guimarães, morador na cidade de Lisboa. Os detalhes sobre os tipos de serviços prestados a Coroa portuguesa na Nova Colônia, não foram mencionados no testamento. Em nome de Antônio Borges Mesquita, não foi encontrada nenhuma carta patente, provisão ou carta de sesmaria, documentos que poderiam revelar mais sobre sua trajetória social nas Minas. Na lista de cobrança do *Quinto Real* do ano de 1718, referente à freguesia de Nossa Senhora da Conceição, Antônio Borges Mesquita foi listado como proprietário de vinte e três escravos, não sendo identificado com uma denominação honorífica.³ O seu nome foi mencionado também em dois inventários *post mortem* do termo

¹ Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana (doravante AHCSM), inventário *post mortem* de Antônio Borges Mesquita, caixa 136, auto 2837, 1º ofício, ano 1728.

² Testamento anexo a inventário *post mortem*. Cf. AHCSM, inventário *post mortem* de Antônio Borges Mesquita, caixa 136, auto 2837, 1º ofício, ano 1728.

³ Arquivo Público Mineiro (doravante APM), Lista do Quinto real, Coleção Casa dos Contos, código 1036.

da Vila do Ribeirão do Carmo: como testamenteiro do carioca Pascoal da Gama, residente no Morro de São Domingos e falecido em 1719 e como credor do português Francisco Ribeiro de Andrade, morador em Mata Cavalos e falecido em 1722.⁴

Apesar das poucas informações sobre a inserção social e os serviços prestados à Coroa, o fato de ter deixado como herança a uma sobrinha os serviços prestados na Nova Colônia, põe em cena o problema da existência das práticas de Antigo Regime na América Portuguesa. Tratava-se afinal de uma sociedade constituída a partir dos valores sociais portugueses, ou de uma sociedade original e específica, marcada pela força do escravismo e pelo caráter colonial? Para buscar respostas a esta questão, vamos primeiramente procurar elucidar que práticas regiam a sociedade de Antigo Regime em Portugal. Num segundo momento é importante notar de que forma a historiografia que estuda a extensão das práticas políticas e sociais na América portuguesa avalia a extensão destas nas Minas Gerais setecentistas.

Segundo Antônio Manuel Hespanha e Ângela Xavier a chamada *economia moral do dom* constituía uma importante prática da sociedade portuguesa dos séculos XVII e XVIII. Para os autores o dom, na sociedade de Antigo Regime, fazia parte de um universo preciso de normas e preceitos “que lhe retirava toda a espontaneidade e o transformava em unidade de uma cadeia infinita de atos benéficiais, que constituíam as principais fontes de estruturação das relações políticas.”⁵

A economia do dom tinha como importante categoria as redes de clientela, consideradas umas das bases das práticas informais de poder. Essas redes funcionavam como instrumento de reprodução do poder, estabelecendo hierarquias e definindo lugares sociais. Para os autores, a lógica clientelar era vista como uma norma, misturando-se e coexistindo com as relações de natureza institucional ou jurídica. O rei era o principal sustentáculo destas redes, pois dele emanava todo o poder que se estendia ao território português. Ao monarca cabia a obrigatoriedade de conceder mercês aos mais amigos, de acordo com “critérios de amizade, parentesco, fidelidade, honra e serviço.”

O caráter devido de certas retribuições régias aos serviços prestados à Coroa parece introduzir uma obrigatoriedade nos atos de benefícios reais, assim não apenas dependentes da sua vontade ou da sua *ratio*, mas muito claramente de uma tradição e de uma ligação muito forte ao costume de retribuição.⁶

⁴ AHCSM, inventário *post mortem* de Pascoal da Gama, caixa 139, auto 2809, 2º ofício, ano 1719. Inventário *post mortem* de Francisco Ribeiro de Andrade, caixa 88, auto 1854, 1º ofício, ano 1722.

⁵ HESPANHA, Antônio Manuel, XAVIER, Ângela. As redes clientelares. In. MATTOSO, José (org.). *História de Portugal: Antigo Regime (1620-1807)*, v.4. Lisboa: Editorial Estampa, 1993. p. 382

⁶ HESPANHA, Antônio Manuel, XAVIER, Ângela. As redes clientelares, p. 391.

Antônio Manuel Hespanha afirma que o ato de dar era uma prerrogativa extraordinária do rei. Como *senhor da graça* o soberano introduzia uma flexibilidade divina à ordem humana: criava novas normas e tornava ineficazes as existentes, redefinía o seu a cada um e “modificava a natureza das coisas humanas”. Constituía por um lado um ato livre e absoluto do monarca e, por outro, uma decisão que não era arbitrária, em virtude de se basear em uma causa justa e elevada. Configurava um nível superior da ordem, era uma “forma última e eminentemente real de realizar a Justiça.”⁷

Segundo Ângela Xavier e Antônio Manuel Hespanha, o ato de dar envolvia uma tríade de obrigações: dar, receber e restituir. Tais obrigações, “cimentavam a natureza das relações sociais e, a partir destas, das próprias relações políticas.” Instituíam uma relação desigual entre benfeitor e beneficiado criando o chamado “dever vazio”, uma vez que a mercê recebida não precisava ser retribuída imediatamente, e nem de uma única forma. O benefício adquirido não tinha uma dimensão puramente econômica. Desta maneira era difícil definir os limites exatos do seu “montante”, sendo várias as possibilidades de retribuição.⁸

Para os autores, o ato de dar “podia corresponder a um importante investimento de poder, de consolidação de certas posições sociais, ou a uma estratégia de diferenciação social.” Expressava bem os traços do que era apresentado como reputação ou honra. Envolvia escolher os bens a dar, cultivar uma relação recíproca de modo a manter uma ligação de retribuição interminável e investir na composição de uma dada reputação. A honra de uma pessoa era decisiva na representação do Antigo Regime, pois estava ligada, por exemplo, à capacidade de dispensar um benefício, “bem como à sua fiabilidade no modo de retribuição dos benefícios recebidos.”⁹

Segundo Raphael Bluteau, autor do *Vocabulário Português e Latino* escrito em 1712, honra podia ter muitos significados. “Umás vezes é o respeito e reverência com que tratamos as pessoas em razão da sua nobreza, dignidade, virtude ou outra excelência. Outras vezes é o crédito e boa fama adquirida com boas ações. Outras vezes é a dignidade e preeminência de

⁶ HESPANHA, Antônio Manuel. Porque é que existe e em que é que consiste um direito colonial brasileiro. In: PAIVA, Eduardo França. *Brasil – Portugal: sociedades, culturas e formas de governar no mundo português (século XVI-XVIII)*. São Paulo: Annablume, 2006. p. 32-34.

⁸ HESPANHA, Antônio Manuel, XAVIER, Ângela. As redes clientelares, p. 382.

⁹ HESPANHA, Antônio Manuel, XAVIER, Ângela. As redes clientelares, p. 382-388.

algum cargo na República.”¹⁰ Para Julian Pitt-Rivers a honra funcionava como um guia de consciência, de regra de conduta ou medida de *status* social.

(...) de um lado, um estado moral que provém da imagem que cada um tem de si e que inspira ações as mais temerárias ou a recusa de agir de uma maneira vergonhosa, seja qual for a tentação material – e ao mesmo tempo um meio de representar o valor moral do outro; sua virtude, seu prestígio, seu status e, assim, seu direito à precedência.¹¹

Antônio Manuel Hespanha e Ângela Xavier destacam que valores como a honra e a recompensa faziam parte da mentalidade de Antigo Regime vigente em Portugal. A economia do dom era uma prática fundamental, decisiva na estruturação das relações políticas e sociais. Valores que conviviam de maneira harmoniosa com as rígidas normas da concepção corporativa, estando naturalmente imbricados nos modos de ver, pensar e agir da época.

José Subtil reafirma o que destacam Xavier e Hespanha descrevendo a sociedade portuguesa como pautada em “poderes concorrentes”. O “mundo do governo informal” era naturalmente aceito, se relacionando diretamente ao dever de consciência ou moral do rei. A “graça” era uma das práticas que integrava esse “mundo”, ligando-se as decisões tomadas no círculo mais íntimo da atividade régia. De acordo com a concepção corporativa, na figura do rei coexistiam vários corpos que deveriam funcionar de maneira harmônica. A função suprema do rei era garantir o equilíbrio social estabelecido e tutelado pelo direito, e de forma automática a paz.¹²

Nuno Gonçalo Monteiro mostra um ponto de vista um tanto oposto à convivência harmônica entre concepção corporativa e “normas” informais de poder. Ao estudar a nobreza portuguesa na época moderna, a situação de conflito é sublinhada. Para o autor na sociedade portuguesa a visibilidade da ordenação social era difícil de ser percebida, não existindo muitas vezes uma correspondência linear entre os corpos sociais definidos pelo direito e a hierarquia social. A concessão de honra e títulos pelo rei envolvia redefinir privilégios interferindo diretamente no processo de estruturação dos grupos sociais privilegiados. Mesmo com uma classificação “oficial” trinitária (clero, nobreza e povo) a enorme ambivalência permanecia. O

¹⁰ BLUTEAU, D. Raphael. *Vocabulário português e latino*. Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712. p. 51

¹¹ CZECHOWSKY, Nicole (org.). *A Honra: imagem de si ou o dom de si – um ideal equívoco*. Porto Alegre: L e PM, 1992. p. 18.

¹² SUBTIL, José. Os poderes do centro. Paradigma de legitimação, áreas de governo, processamento burocrático e agentes da administração. In: MATTOSO, José (org.) *História de Portugal: o Antigo regime (1620-1807)*, p. 157-163. Cf. HESPANHA, Antônio Manuel. *História do Portugal moderno: político e institucional*. Lisboa: Universidade Aberta, 1995.

alargamento do limiar de nobreza a partir do século XVII não deixava de ser conflituoso, e ao mesmo tempo, um momento de transição necessário à inclusão de novos grupos privilegiados, por exemplo, a nobreza civil ou política.¹³

A historiografia sobre as práticas de Antigo Regime na América portuguesa recusa a visão dicotômica de metrópole/colônia.¹⁴ Autores como João Fragoso, Maria Fernanda Bicalho, Júnia Ferreira Furtado e Marco Antônio Silveira buscam o entendimento da América portuguesa enquanto parte do Império português, um território marcado por práticas econômicas, políticas e simbólicas oriundas do Reino. Segundo Russell-Wood, o que a historiografia recente sobre o assunto propõe é uma “reavaliação do Antigo Regime e do grau no qual o Brasil e outras partes do império encontravam-se perpassados pelas mentalidades de Antigo Regime.” Para o autor essa vertente historiográfica tem tentado demonstrar para a América portuguesa que a visão de pacto colonial com base em noções dualistas necessita ser recolocada a partir de uma perspectiva mais aberta aos relacionamentos pessoais, da sociedade, do comércio e do governo dos impérios, assim como a variedade das crenças e práticas religiosas.¹⁵

João Fragoso discutiu a idéia de Antigo Regime na sociedade do Rio de Janeiro seiscentista, na região do Recôncavo da Guanabara. Ao investigar o processo de constituição das melhores famílias da terra ou elite senhorial, concluiu que elas eram “produto das práticas e instituições – e de suas possibilidades econômicas – do Antigo Regime português”. O núcleo fundador da futura elite senhorial da região era composto pelas famílias dos primeiros conquistadores, povoadores e oficiais do rei. A maioria destas pessoas veio, sobretudo, do norte de Portugal e das ilhas do Atlântico, algumas passaram pela Vila de São Paulo antes de chegarem à região do Recôncavo da Guanabara. Para o autor “seriam esses homens que fogem da pobreza, procedentes da pequena fidalguia ou egressos da elite de uma Capitania pobre, que dariam origem às melhores famílias do Rio de Janeiro.”¹⁶

Segundo João Fragoso, a fortuna dessas famílias privilegiadas, estava baseada na combinação de três práticas/ instituições provenientes da sociedade portuguesa:

¹³ MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Poder Senhorial, estatuto nobiliárquico e aristocracia. In. MATTOSO, José(org.) *História de Portugal: O Antigo Regime(1620-1807)*, p. 333-338.

¹⁴ A visão dicotômica metrópole/colônia é referenciada por autores como Caio Prado Jr. e Fernando Novais. A historiografia contemporânea que estuda as práticas de Antigo Regime na América portuguesa nega tal visão. Alguns dos autores foram citados ao logo do presente artigo.

¹⁵ FRAGOSO, João, BICALHO, Maria Fernanda, GOUVÊA, Maria de Fátima (org.). *O Antigo Regime nos trópicos: A dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 14.

¹⁶ FRAGOSO, João, BICALHO, Maria Fernanda, GOUVÊA, Maria de Fátima (org.). *O Antigo Regime nos trópicos: A dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*, p. 37.

(...) a conquista/ guerras – prática que nos trópicos se traduzia em terras e homens, a baixos custos, porque foram apossados das populações indígenas; a administração real – fenômeno que lhes dava, além do poder em nome Del Rey, outras benesses via sistema de mercês; o domínio da câmara – instituição que lhes deu a possibilidade de intervir no dia-a-dia da nova colônia.¹⁷

Ao observar mecanismos de acumulação semelhantes aos vigentes no Reino, na sociedade da Guanabara, João Fragoso concluiu que existia na região um conjunto de práticas que chamou de *economia do bem comum*. Nessa *economia política de privilégios* o mercado era regulado pela política. A Coroa e o Senado da Câmara concediam privilégios a poucos homens de prestígio no mercado, na forma de monopólios ou semimonopólios. Era a chance dessas pessoas acumularem fortuna à margem da produção e do comércio. Para o autor tratava-se de uma economia que “surgia como pano de fundo da produção colonial. O dono de moedas, o lavrador e o negociante – mesmo o ultramarino – atuavam num mercado dominado pela política e, ao fazerem isto, fração de seus ganhos ficava com os homens do governo.”¹⁸ Não era de se espantar que os parentes dos melhores da terra fossem os principais arrematadores, por exemplo, dos contratos de dízimos.

Além de ter influência política e controlar o mercado, os que faziam parte da economia do bem comum também dominavam a Câmara e o recebimento de mercês régias. Para João Fragoso “o pano de fundo de tal economia era uma estratificação social do Antigo Regime, na qual a mobilidade passava por serviços prestados ao rei e à República. Apesar de não se restringirem à alta aristocracia, as benesses reais dependiam também da qualidade social do pretendente.”¹⁹ Formaram-se “bandos”, resultado do embate entre facções da nobreza, que estabeleciam alianças entre si e com outros grupos sociais, chegando a ultrapassar o Rio de Janeiro e se estender ao Reino. O objetivo era manter e ampliar uma hegemonia política e social, que acabava revelando-se também econômica.

Para o Recôncavo da Guanabara seiscentista, João Fragoso concluiu que nessa sociedade existiam práticas típicas do Antigo Regime e que essas práticas foram

¹⁷ FRAGOSO, João. A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e sua primeira elite senhorial (séculos XVI-XVII). In: FRAGOSO, João, BICALHO, Maria Fernanda, GOUVÊA, Maria de Fátima (org.). *O Antigo Regime nos trópicos: A dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*, p. 42-43.

¹⁸ FRAGOSO, João. A nobreza vive em bandos: a economia política das melhores famílias da terra do Rio de Janeiro, século XVII: algumas notas de pesquisa. *Revista Tempo*, n.º 15, Julho de 2003, Rio de Janeiro. p. 16.

¹⁹ FRAGOSO, João. A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e sua primeira elite senhorial (séculos XVI-XVII). In: FRAGOSO, João, BICALHO, Maria Fernanda, GOUVÊA, Maria de Fátima (org.). *O Antigo Regime nos trópicos: A dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*, p. 49.

determinantes na sua configuração política, econômica e social. Segundo o autor, semelhante à economia do dom no Reino, existia o que denominou de economia do bem comum. Poucos privilegiados, oriundos das melhores famílias da terra, dominavam o mercado, acumulando fortunas, ou seja, a qualidade política e social imperava sobre o cabedal. Formava-se uma sociedade com uma “hierarquia social excludente de Antigo Regime – e sua economia do bem comum – surge com o pecado original da sociedade colonial.”²⁰

Ao investigar práticas de Antigo Regime no Império Português, Maria Fernanda Bicalho, identificou como típica do Reino a atuação das câmaras e das redes de clientela. A autora notou que nas diferentes partes do Império, apesar da diversidade sociocultural, das inovações e readaptações, a instituição da Câmara tinha um significado social e político semelhante ao vigente em Portugal.

As diferentes câmaras espalhadas pelo Império português tinham muitos pontos em comum com suas congêneres metropolitanas. No entanto, a diversidade sociocultural que os portugueses encontraram em sua faina colonizadora criou matizes e adaptações no aparato institucional e legal trasladado do Reino, colorindo de tons específicos as mesmas instituições quando adaptadas à realidade das diferentes colônias, quer a ocidente, quer a oriente.²¹

157

A autora verificou que no Reino e na América portuguesa, obter uma função na Câmara possibilitava aos indivíduos elevar seu *status*, “era uma função que permitia o acesso a títulos, tratamentos, honra e prestígio”. Estava ligada ao princípio da visibilidade, uma característica de Antigo Regime, diretamente relacionada à aparência e aos aspectos exteriores da conduta. Por este motivo, e outros relacionados às relações políticas e econômicas, a disputa para se inserir na instituição era grande, sendo alvo de disputa entre os grupos economicamente influentes da região. Para a autora tais disputas podem ser entendidas como fatores ligados a centralidade daqueles cargos não apenas como lugares de hierarquização dos colonos e de distinção, mas, sobretudo de negociação com a Coroa.²²

²⁰FRAGOSO, João. A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e sua primeira elite senhorial (séculos XVI-XVII). In: FRAGOSO, João, BICALHO, Maria Fernanda, GOUVÊA, Maria de Fátima (org.). *O Antigo Regime nos trópicos: A dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*, p. 49

²¹ BICALHO, Maria Fernanda. As câmaras ultramarinas e o governo do Império. In: BICALHO, Maria Fernanda. As Câmaras ultramarinas e o governo do Império. In: FRAGOSO, João, BICALHO, Maria Fernanda, GOUVÊA, Maria de Fátima (org.). *O Antigo Regime nos trópicos: A dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 193.

²²BICALHO, Maria Fernanda. As câmaras ultramarinas e o governo do Império. In: BICALHO, Maria Fernanda. As Câmaras ultramarinas e o governo do Império. In: FRAGOSO, João, BICALHO, Maria Fernanda, GOUVÊA, Maria de Fátima (org.). *O Antigo Regime nos trópicos: A dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*, p.07.

De acordo com a legislação régia, a escolha dos indivíduos aptos a se inserir em uma instituição deveria recair sobre os “principais da terra”. Essa porém, parecia não ser a regra em muitas partes da América portuguesa. No Rio de Janeiro, por exemplo, no final do Seiscentos o ouvidor Manuel de Souza Lobo foi acusado pelos vereadores da Câmara de ter provocado a eleição de pessoas de “ infecta nação” ou “baixa limpeza”. A câmara enviou requerimentos ao rei relatando o acontecimento e cobrando do monarca a expulsão das pessoas eleitas em discordância com a legislação vigente. O pedido foi prontamente atendido pelo rei que anulou a dita eleição.²³ Nas Minas Gerais setecentistas, a eleição dos componentes das câmaras também esteve longe de corresponder às determinações de elegibilidade previstas pela Coroa. Segundo Russell-Wood na recém criada Vila Rica em 1711, por exemplo, a qualidade dos homens que integravam a Câmara era baixa, em virtude do teor das migrações e da escassez de candidatos.²⁴

O ato régio de conceder mercês às pessoas escolhidas para exercer uma função nas Câmaras, permitiu a constituição na América portuguesa de uma economia do dom semelhante à vigente no Reino, na qual os beneficiados “passariam a estar ligados ao monarca por uma rede baseada em relações assimétricas de troca de favores e serviços.”²⁵ O fato de o monarca conferir títulos e mercês garantia-lhe o monopólio para qualificar e graduar os indivíduos por seu próprio arbítrio, definindo linhagens, grupos, regulando ordens, decidindo sobre conflitos, motivando antagonismos ou a competitividade entre os vassalos.

Por fim, como João Fragoso, Maria Fernanda Bicalho concluiu que as práticas de Antigo Regime foram transladas para a América Portuguesa, assumindo funções semelhantes às vigentes no Reino. A Câmara tinha traços característicos de suas congêneres em Portugal, interferindo diretamente na estruturação social e nas relações políticas. Alcançar uma mercê régia para exercer uma função na Câmara dava ao indivíduo acesso a honra e prestígio, além de reforçar o princípio da visibilidade social.

²³BICALHO, Maria Fernanda. As câmaras ultramarinas e o governo do Império. In: BICALHO, Maria Fernanda. As Câmaras ultramarinas e o governo do Império. In: FRAGOSO, João, BICALHO, Maria Fernanda, GOUVÊA, Maria de Fátima (org.). *O Antigo Regime nos trópicos: A dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 213-214

²⁴RUSSELL-WOOD, A.J. R.. O Brasil Colonial: O ciclo do Ouro, C. 1690-1750. In BETHELL Leslie(org.). *História da América Latina: A América Latina Colonial*, volume II. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

²⁵ BICALHO, Maria Fernanda. As câmaras ultramarinas e o governo do Império. In: BICALHO, Maria Fernanda. As Câmaras ultramarinas e o governo do Império. In: FRAGOSO, João, BICALHO, Maria Fernanda, GOUVÊA, Maria de Fátima (org.). *O Antigo Regime nos trópicos: A dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*, p. 206

Maria Beatriz Nizza, como João Fragoso e Maria Fernanda Bicalho, também discutiu a idéia de Antigo Regime na América Portuguesa. A autora identificou nas mercês uma evidência das práticas oriundas do Reino no território. A concessão régia funcionava como uma importante moeda de troca de que o monarca dispunha para obter os resultados pretendidos sem dispêndio para a Fazenda Real. A Coroa as utilizava “para incentivar a busca e a extração de ouro, para solidificar o corpo mercantil e aumentar as transações comerciais, e para recompensar aqueles que ajudavam financeiramente os reis em ocasião de crise.”²⁶

Nas Minas Gerais setecentistas, por exemplo, as mercês faziam parte do cotidiano da região. Em abril de 1717 o rei Dom João V recomendava ao então governador, Dom Pedro de Almeida, “a favor dos moradores das Minas” que:

(...) trateis com muita afabilidade os moradores dessa capitania administrando lhes justiça com igualdade, fazendo estimação daqueles que mais se sinalarem no meu serviço e com mais zelo se empregarem no aumento e cobrança dos quintos, e das mais rendas pertencentes à minha fazenda de que me informareis particularmente individuando o serviço que se me fizer para que constando me dos seus merecimentos possa usar com eles da minha real grandeza fazendo lhes as mercês que forem dignos.²⁷

A concessão da mercê de postos militares aos vassallos, por exemplo, era de suma importância para conservar o sossego dos que habitavam as Minas, de acordo com a carta “sobre a necessidade que houve para a criação de vários postos” nas tropas de ordenança, enviada pelo governador Dom Lourenço de Almeida ao Rei em 1724.

(...) estes moradores que andam minerando por todos estes matos, costumam fazer povoações naquelas partes onde acham as suas conveniências, e atrás delas concorrem tantas gentes, que dentro em quinze dias está uma povoação formada e muito numerosa, e como esta gente é toda cheia de ambição, é preciso acudir-lhe logo com oficial que os governe e a quem eles respeitem, e a não terem o tal oficial não haveria dia em que não houvessem mortes e outras muitas desordens(...).²⁸

Por outro lado, na América portuguesa as mercês nobilitavam seus beneficiados, assumindo um importante papel na estruturação social. Para Maria Beatriz Nizza, nobreza e fortuna nem sempre se conjugavam, embora a “riqueza de alguns indivíduos lhes tenha permitido o tratamento nobre, ou seja, viverem à lei da nobreza.” Se essas pessoas tornaram-

²⁶ SILVA, Maria Beatriz Nizza. *Ser nobre na colônia*. São Paulo: Editora UNESP, 2005. p. 7 e 8.

²⁷ Carta régia enviada ao governador Dom Pedro de Almeida, Lisboa, 13 de Abril de 1717. APM, Seção colonial 04, p. 127-128.

²⁸ Carta do governador Dom Lourenço de Almeida ao rei Dom João V, Vila Rica, 06 de agosto de 1724. Revista do Arquivo Público Mineiro (doravante RAPM), volume 31, 1980, p. 190.

se nobres, “de acordo com o código honorífico da época é porque conseguiram formalizar as honras” necessárias. Tais honras podiam ser adquiridas através das mercês de foros de Fidalgo da Casa Real, hábitos de uma das três ordens militares, a ocupação de postos militares e “à pertença ao grupo dos cidadãos, ou seja, dos eleitores e dos elegíveis para os cargos municipais, à instituição de morgados, e à ocupação de ofícios que só por si nobilitavam.”²⁹

Segundo Maria Beatriz Nizza, as regras impostas pela Coroa para o registro e a seleção dos vassallos aptos a requisitar as mercês eram rígidas, de forma a evitar fraudes e excessos. Para solicitar uma mercê, o suplicante deveria comprovar que prestara serviços à Coroa por pelo menos doze anos contínuos, não cometera crime no Reino nem na colônia, além da certidão de registro de mercês para provar que não receberá nenhuma antes pelos serviços alegados. Porém, com autorização especial da Coroa, alguns conseguiam dispensa de parte destes requisitos.

Para obter, por exemplo, um hábito em uma das três ordens militares o processo a ser percorrido era longo. Inicialmente, o pedido do súdito passava pelo crivo do Conselho Ultramarino e, conforme o parecer deste, o rei podia ou não conceder a dádiva real. Em caso de concessão, iniciava-se na Mesa de Consciência e Ordens o processo de habilitação do candidato, sendo ouvidas testemunhas oriundas dos lugares de naturalidade do suplicante e seus ascendentes. Se as provanças não revelassem defeitos de qualidade, o hábito era concedido. Caso as provanças mostrassem algum impedimento do candidato, o mesmo continuava titular da mercê, porém sem poder efetivá-la.³⁰

Em 1729, o capitão-mor Sebastião Barbosa do Prado, português natural da freguesia de Santa Marinha de Oleiros, termo da Vila do Prado, Arcebispado de Braga, enviou um requerimento ao Conselho Ultramarino, solicitando ao rei de Portugal um hábito da Ordem de Cristo, em recompensa aos inúmeros serviços prestados nas Minas Gerais. O caso do capitão-mor mostra que o processo a ser percorrido para receber a tão almejada mercê era trabalhoso desde o início: na petição enviada ao Rei, ele teve de revelar suas pretensões e justificá-las, listar todos os serviços que prestara à Coroa e anexar certidões de comprovação dos mesmos. Sebastião Barbosa do Prado anexou à petição as certidões de comprovação dos serviços prestados nas Minas, expedidas pelo governador Dom Lourenço de Almeida e por vários homens prestigiosos da região. Por ter conseguido tal feito, pode-se inferir, que era homem que participava das redes de influência e poder.

²⁹ SILVA, Maria Beatriz Nizza. *Ser nobre na colônia*, p. 8.

³⁰ SILVA, Maria Beatriz Nizza. *Ser nobre na colônia*, p. 76-160.

De acordo com certidão de comprovação dos serviços prestados pelo capitão-mor, emitida em 1721 pelo governador Dom Lourenço de Almeida, Sebastião Barbosa do Prado era:

(...) das principais pessoas que mandei chamar, e lhe dei os agradecimentos da parte de El Rei Nosso Senhor por me constar que este se houve nas sublevações passadas com grande valor, honra, e fervor e zelo do Real serviço; como foi na ocasião em que apaziguou o povo inquieto, que vinha tumultuoso contra o governador o Conde de Assumar induzido por Felipe dos Santos Freire, um dos principais amotinadores e perturbadores dos povos (...) e sem dúvida que tenho alcançado ao dito capitão-mor Sebastião Barbosa do Prado se deve em muita parte o sossego destes levantamentos e mostrou mui grande fidelidade de leal e honrado vassalo de Sua Majestade (...).³¹

O rol dos serviços prestados nas Minas pelo capitão-mor Sebastião Barbosa do Prado é impressionante. O primeiro cargo exercido na região foi o de almotacé da Câmara recém instituída em Vila Rica, no ano de 1711. Em 1713, prestou serviços como provedor dos defuntos e ausentes de Vila Rica. Auxiliou na repressão ao motim de Vila Rica em 1720, prestando “bom serviço que houve na ocasião que o povo se rebelou de que era cabeça Felipe dos Santos Freire”. Arrematou o contrato do caminho do Sertão da Bahia em 1722 por “vinte e cinco arrobas de ouro no que fez um grande serviço a Vossa Majestade, devendo-se a ele o grande acréscimo que teve aquele contrato tudo levado do seu zelo, procedendo como honrado vassalo (...).” Em 1723 arrematou o contrato de dízimos da Comarca de Vila Rica e da Comarca de Sabará por vinte arrobas de ouro. No ano seguinte, arrematou o contrato do caminho do Rio de Janeiro e São Paulo por vinte e quatro arrobas de ouro. O suplicante revelou na petição enviada ao Rei em 1729, que serviu na Bahia com patente concedida pelo vice-rei o Marquês de Angeja “por espaço de treze anos e vinte dias o posto de capitão de uma companhia de infantaria da ordenança nos distritos que há nas Cabeceiras da Vila de João Amaro que a cinco lagoas do Rio São Francisco da para a Bahia”. No referido posto ficou de 1721 até 1727. Em 1724, foi nomeado pelo governador das Minas Dom Lourenço de Almeida Provedor do Registro da Passagem da Boa Vista do caminho dos Currais da Bahia. Em 1728, recebeu nova carta patente do então governador Dom Lourenço de Almeida, sendo nomeado no posto de capitão-mor dos Currais, Comarca do Rio das Velhas.³²

161

³¹Certidão emitida pelo governador Dom Lourenço de Almeida comprovando os serviços prestados por Sebastião Barbosa do Prado nas Minas, Vila Rica, 26 de outubro de 1721. AHU, MG, caixa 14, documento 67.

³²Certidão emitida pelo governador Dom Lourenço de Almeida comprovando os serviços prestados por Sebastião Barbosa do Prado nas Minas, Vila Rica, 26 de outubro de 1721. AHU, MG, caixa 14, documento 67.

O capitão-mor Sebastião Barbosa do Prado esperava mesmo ser recompensado por estes grandes serviços prestados à Coroa com o hábito da Ordem de Cristo e cem mil réis de tença.

Em cuja certeza espera o suplicante; que Vossa Majestade haja de lhe fazer as mercês condignas a sua real grandeza para que possa continuar o serviço com gosto animado na esperança de lhe fazer outros, sendo certo, que procurara merecê-las, e a lembrança de Vossa Majestade em não faltará sua obrigação, e na mesma forma a ele apresente e a seu exemplo o imitarão outros muitos, como pondera o dito governador. Dom Lourenço de Almeida fazendo-se por este motivo credor das mercês de Vossa Majestade; para as quais se acha sem impedimento, como se prova das suas folhas corridas e da certidão dos livros das mercês e seu registro se manifesta, que não teve alguma por estes serviços, em satisfação dos quais.³³

O hábito da Ordem de Cristo também foi solicitado nas Minas pelo ajudante de tenente da tropa de Dragões José Martins Figueira, como recompensa aos serviços prestados à Coroa em Portugal e nas Minas. Além de se tratar de um processo demorado e tortuoso como revela o caso de Sebastião Barbosa do Prado, fica evidente que era preciso antes de tudo estar inserido em redes de interdependência, de forma a garantir que indivíduos de prestígio intercedessem em favor do pretendente. José Martins Figueira conseguiu testemunhas importantes dos serviços prestados no Reino e nas Minas: o capitão-mor da tropa de Dragões José Rodrigues de Oliveira, o ex-governador Dom Pedro de Almeida, o governador Dom Lourenço de Almeida, o provedor da Fazenda Real das Minas Antônio Berquó Del Rio e os tenentes de mestre-de-campo general das Minas João Ferreira Tavares e Félix de Azevedo Carneiro e Cunha. Em petição enviada ao Rei, o tenente general “ad honrem” dos Dragões justificava ter servido na “Corte e na Capitania das Minas por espaço de mais de 14 anos continuados de 25 de setembro de 1715 até o presente em os postos de tenente de cavalos reformado e ajudante de tenente no governo das ditas Minas (...) até o presente não tem tido remuneração alguma por conta dos ditos serviços (...)”³⁴

Filho de Simão Martins, nascido no Reino, no lugar chamado Casal das Figueiras, ele contava, em 1730, com quarenta e cinco anos de idade. Em 29 de fevereiro de 1736, obteve despacho favorável para a concessão do hábito da Ordem de Cristo, com trinta mil réis de tença. A lista de serviços militares prestados na Corte e nas Minas era extensa. No Reino havia exercido o posto de tenente de cavalos e nas Minas era ajudante de tenente dos Dragões

³³ Petição enviada por Sebastião Barbosa do Prado ao rei Dom João V discriminando todos os serviços prestados a Coroa, Vila Rica, 23 de julho de 1729. AHU, MG, caixa 14, documento 67.

³⁴ Petição enviada por José Martins Figueira ao rei de Portugal Dom João V, Vila Rica, 29 de fevereiro de 1736. AHU, MG, caixa 31, documento 85.

com a patente de tenente general “ad honorem”. De acordo com o despacho do Rei, os citados postos foram exercidos “por espaço de 14 anos 6 meses e 16 dias continuados de 25 de setembro de 1715 a 23 de julho de 1728 e no decorrer do referido tempo sendo provido em 1719 no posto de ajudante de tenente dos Dragões das ditas Minas.” Em 1720, José Martins Figueira se ofereceu para ir junto com o governador Dom Pedro de Almeida e o capitão-mor de dragões João Rodrigues de Oliveira cuidar das desordens em Pitangui, porém não foi, pois era preciso que ficasse em Vila Rica “tratando da outra parte da companhia e sucedendo haver os motins naquela capitania foi mandado fazer rondas de monte, e a por sentinelas em várias partes(...)” Acompanhou no mesmo ano o capitão-mor de dragões João Rodrigues de Oliveira ao Morro de Vila Rica com uma partida de soldados para queimar as casas de Pascoal da Silva Guimarães “principal motor dos ditos motins defendendo que o fogo não passasse as casas dos moradores e não roubassem estando o suplicante quase em termos de ser abrasado pelo incêndio que havia(...)” Quando veio a notícia de que os envolvidos no motim queriam libertar os sublevados presos na cadeia de Vila do Ribeirão do Carmo, o ajudante de tenente se colocou com trinta soldados e alguns escravos armados a vigiar o lugar e fazer rondas por vários dias “acudindo as inquietações que havia entre os moradores, governando a sua companhia por ausência do capitão desde 16 de julho até 27 de novembro(...)” No ano de 1722 “foi passar mostra aos cavalos da sua companhia em que gastou oito dias procurando com todo o desvelo que os roceiros o tratassem como convinha(...)” Em 1723 se achava na junta dos responsáveis por executar a lei sobre o estabelecimento das Casas de Fundição e Moeda. Em 1724 foi designado para ir a Montevideú “por ser um oficial de muita honra.” Por fim, em 1725, foi mandado com oito soldados para cobrar o ouro que deviam à Fazenda Real as câmaras de Vila da Nova Rainha e da Vila de Sabará, “o que pôs em execução conduzindo à Vila Rica tudo quanto deveria sem a menor moléstia dos moradores devendo-se à sua boa inteligência e havido o bom ofício desta diligência e sempre procedeu com tal quietação que é muito notória a boa opinião que se tem da sua pessoa.”³⁵

³⁵ Petição enviada por José Martins Figueira ao rei Dom João V, Vila Rica, 29 de fevereiro de 1736. Petição enviada por José Martins Figueira ao rei Dom João V, Vila Rica, 19 de outubro de 1732. Certidão emitida pelo Doutor Antônio Berquó Del Rio comprovando os serviços de José Martins Figueira nas Minas, sem local e data. Certidão emitida pelo capitão da companhia de Dragões das Minas José Rodrigues de Oliveira comprovando os serviços prestados por José Martins Figueira nas Minas, Rio de Janeiro, 20 de agosto de 1719. Certidão emitida pelo governador Dom Pedro de Almeida atestando os serviços prestados por José Martins Figueira nas Minas, Vila do Ribeirão Carmo, 16 de abril de 1720. Certidão emitida pelo governador Dom Lourenço de Almeida comprovando os serviços prestados por José Martins Figueira nas Minas, Vila do Ribeirão Carmo, 02 de abril de 1722. Certidão emitida pelo tenente de mestre-de-campo general das Minas Félix de Azevedo Carneiro e Cunha comprovando os serviços prestados por José Martins Figueira nas Minas, sem local e data. Certidão emitida pelo tenente de mestre-de-campo general das Minas João Ferreira Tavares atestando os bons

Segundo certidão passada pelo capitão-mor de dragões João Rodrigues de Oliveira em 20 de Janeiro de 1719, José Martins Figueira sempre servira à Coroa “com muito valor e zelo como do seu bom procedimento se esperava pelo que se faz digno e merecedor de toda mercê e honra (...)” Em Abril de 1720 o governador das Minas, Dom Pedro de Almeida, também certificava os bons serviços prestados pelo ajudante de tenente de Dragões dizendo: “o julgo digno e merecedor de toda honra e mercê que Sua Majestade que Deus guarde for servido fazer-lhe.” No ano de 1722 o então governador das Minas Dom Lourenço de Almeida também tinha a mesma opinião sobre José Martins Figueira, reputando-o merecedor das mercês pretendidas. Em Abril de 1724 o tenente de mestre-de-campo general dos dragões João Ferreira Tavares afirmava ter uma boa impressão do ajudante de tenente:

(...) o dito tenente tem cumprido inteiramente com a sua obrigação tratando muito bem da sua companhia morigerando os soldados dela impedindo-lhes muitas desordens e governando por muitas vezes a companhia nas ausências de seu capitão, e nunca vi que o dito tenente faltasse em coisa alguma com sua obrigação antes sim teve sempre boa opinião e fama pública da sua quietação e bom procedimento sem que houvesse a menor queixa de sua pessoa e sempre o vi pronto e certo para executar todas as ordens que lhes dessem do real serviço(...).³⁶

164

Os casos do capitão-mor Sebastião Barbosa do Prado e do ajudante de tenente de dragões José Martins Figueira mostram o quanto as mercês eram cobiçadas nas Minas Gerais: um homem riquíssimo como o capitão-mor, capaz de desembolsar uma fortuna de mais de uma tonelada de ouro para arrematar contratos de dízimos e passagens, tudo fez para alcançar a recompensa da qual julgava merecedor. Os merecimentos, porém, não eram suficientes para garantir a concessão da mercê: o caminho a ser percorrido para alcançá-la exigia que o suplicante tivesse uma vasta rede de clientela, disposta a referendar e validar os seus serviços. E estes homens deviam necessariamente ter algum prestígio, figurando entre as autoridades mais destacadas do lugar, pois só assim os feitos do pretendente ganhavam foros de legitimidade.

No caso de Sebastião Barbosa do Prado não foram encontrados documentos que revelassem se o suplicante teve ou não despacho favorável da mercê, mas no caso de José Martins Figueira sabe-se que ele obteve parecer favorável do Conselho Ultramarino. Restavam ainda as provanças, que deveriam se realizar sob o olhar vigilante da Mesa de

serviços prestados por José Martins Figueira nas Minas, Vila do Ribeirão Carmo, 10 de abril de 1724. AHU, MG, caixa 31, documento 85.

³⁶ Certidão emitida pelo tenente de mestre-de-campo general das Minas João Ferreira Tavares atestando os bons serviços prestados por José Martins Figueira nas Minas, Vila do Ribeirão Carmo, 10 de abril de 1724. AHU, MG, caixa 31, documento 85.

Consciência e Ordens, num processo demorado e difícil, sobretudo para homens que não viviam mais no Reino. Longo era, portanto, o caminho a ser percorrido em busca da ascensão social, honra e prestígio inerentes ao título que tanto almejava.

Ao investigar as formas de reprodução do poder nas Minas Gerais setecentistas, Júnia Ferreira Furtado observou que as práticas de Antigo Regime estavam enraizadas na sociedade, a exemplo da economia do dom ou do favor, da concessão de mercês e das redes de clientela. Para a autora, a sociedade das Minas não era uma expressão direta do Reino, ou seja, “como num jogo de espelhos ondulados, a sociedade colonial não era reflexo direto da ação metropolitana.” Segundo ela, os portugueses trouxeram as marcas de sua civilização em “seus signos, seus símbolos e sua cultura que, uma vez incorporados à mente do colonizado, forjaram parte de sua identidade. Porém, apesar de toda a tentativa de controle, sobrava sempre espaço para afirmação de sua singularidade.”³⁷

Segundo Júnia Ferreira Furtado no universo social das Minas Gerais, as redes de clientela, uma das formas de reprodução informal do poder metropolitano na colônia, funcionavam como importante instrumento de reconhecimento social, determinantes na aquisição, manutenção e alargamento da posição hierárquica dos indivíduos. O grande comerciante português Francisco Pinheiro e seus agentes espalhados pelas Minas, por exemplo, pertenciam a uma destas redes de clientela tecidas desde o Reino, misturando negócios, relações familiares e de amizade. Francisco Pinheiro era o sustentáculo desta rede, cujo poder emanava diretamente do rei, e seus agentes comerciais eram os reprodutores do poder real. Valendo-se do prestígio que gozava na Corte, este rico comerciante distribuiu toda sorte de mercês a parentes e apadrinhados, enredando-os em redes clientelares extensas.

Tal doação permitia aos poderosos alargar suas redes de clientela, ao arrendarem estes postos na administração real e concedê-los como dádiva. Ao tecerem uma complexa rede de dependência e proteção em torno de si, permitiam a ascensão social de parentes e protegidos na vizinhança do rei, o que reforçava a própria promoção. Como última instância todo o poder derivava do Rei, de quem dependia a concessão dos benefícios, os indivíduos ficavam dispostos em cadeias triádicas, nas quais havia sempre dois pólos a quem se devia dispensar ou retribuir uma dádiva.³⁸

³⁷FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de negócio: a interiorização da Metrópole e do comércio nas Minas setecentistas*. São Paulo: Hucitec, 1999.p. 24.

³⁸ FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de negócio: a interiorização da Metrópole e do comércio nas Minas setecentistas*. São Paulo: Hucitec, 1999.p. 50.

O ato de dispensar uma graça recebida em prol de outra pessoa colocava o ofertante numa posição superior a quem recebia o benefício. Para Júnia Ferreira Furtado, numa sociedade em que a honra distinguia as pessoas, “ofertar era forma de torná-la pública, extraíndo daí seu status social e ganhos políticos.” Este ato era um dos primeiros ganhos na economia do dom. Apesar da aparente possibilidade de mobilidade social nas Minas, as relações tecidas pelos indivíduos desde o Reino, eram essenciais para o reconhecimento do lugar social que cada um ocupava. O comerciante português Francisco Pinheiro, por exemplo, visando facilitar a entrada de um dos seus agentes na Vila de Sabará, deu-lhe em serventia o cargo de escrivão da ouvidoria que arrematara no Reino. O próprio agente reconheceu em correspondência enviada posteriormente ao comerciante português, que o cargo e as cartas que o mesmo havia enviado aos homens prestigiosos de Sabará para aboná-lo, foram cruciais para sua inserção e reconhecimento naquela sociedade.

Obter a mercê de um cargo administrativo, por exemplo, permitia ao indivíduo mostrar à sociedade a sua importância. Aqueles que tinham a proteção de algum poderoso no Reino possuíam certa vantagem sobre os que não a tinham; no entanto nas Minas não faltaram exemplos de homens que, mesmo sem contar com a proteção de um indivíduo influente no Reino, não mediram esforços para galgar posições cada vez mais altas na hierarquia social.

O tenente general das Minas, João Ferreira Tavares, morador no termo da Vila do Ribeirão do Carmo, era um dos homens bastante engajado em busca de mercês. Antes de se estabelecer nas Minas do Ouro, ele tinha servido à Coroa no “Principado da Catalunha em praça de soldado e nos postos de alferes, tenente de infantaria e tenente de cavalos.” No dito Principado lutou enquanto durou a guerra, participando ainda nas “batalhas de Almenara e Saragoça”.³⁹

Ao chegar às Minas empreendeu uma estratégia incansável para se inserir na sociedade e obter reconhecimento social. Em 1719, quando era tenente general das Minas, enviou petição ao rei requerendo como recompensa aos bons serviços prestados, um posto mais graduado na hierarquia militar. Se tal posto não fosse possível nas Minas, o suplicante afirmava que aceitaria o posto de tenente coronel da cavalaria no Reino. O rei atendeu provisoriamente as pretensões de João Ferreira Tavares, nomeando-o substituto do tenente de mestre-de-campo general das Minas Félix de Azevedo Carneiro e Cunha, por tempo de um ano. No entanto, para João Ferreira Tavares a substituição provisória não era o bastante. De

³⁹Carta patente emitida pelo rei Dom João V ao tenente general João Ferreira Tavares, Lisboa Ocidental, 28 de dezembro de 1719. APM, Seção Colonial 02, p. 56 v.

maneira estratégica tratou logo de tentar manter a posição privilegiada que conseguira: enviou então novas petições ao rei, sugerindo que a Capitania necessitava, em razão da extensão do território, de mais um tenente de mestre-de-campo general.⁴⁰ O seu argumento – aliado talvez à pressão de algum poderoso local – parece ter surtido efeito, pois o rei concedeu-lhe efetivamente a mercê, criando mais uma vaga para o mesmo posto.

Nas Minas, o tenente de mestre-de-campo general João Ferreira Tavares e seu companheiro de função Félix de Azevedo Carneiro e Cunha também ficaram conhecidos pelos desentendimentos com os Dragões, tropa à qual pertenciam. Segundo um parecer do Conselho Ultramarino sobre a querela, enviado ao governador Dom Lourenço de Almeida em 1723, ambos os tenentes de mestre-de-campo general tinham muitos conflitos com os Dragões e também com os “paisanos armados”. De acordo com as queixas que chegaram ao Conselho Ultramarino, os dois militares queriam governar despoticamente as tropas de Dragões, desconhecendo os limites de suas funções. Grande parte destes conflitos era atribuído ao “mau gênio do tenente general João Ferreira Tavares que suposto seja bom executor das ordens, é tão perverso por natureza que com todo os oficiais que servem nesta conquista, se tem feito mal quisto e ainda pelos paisanos com as insolências que lhes fazia (...)”⁴¹

167

As queixas contra João Ferreira Tavares não afetaram suas pretensões sociais. Em 1730, enviou novamente petição ao rei solicitando graduação mais elevada na hierarquia militar, como prêmio que lhe fora prometido pelo governador Dom Lourenço de Almeida. A pedido deste governador, havia construído um reduto em parte do Rio das Velhas, vedando assim o contrabando de ouro. O Conselho Ultramarino condenou as promessas do governador feitas em nome do Rei, solicitando o parecer do ex-governador Dom Pedro de Almeida sobre o assunto. Em documento de 17 de dezembro de 1730 o ex-governador revelou que o reduto que o suplicante alegava ter construído não tinha utilidade, uma vez que a vigilância de uma só parte do Rio das Velhas não era suficiente para impedir o contrabando. Porém, segundo o parecer de Dom Pedro de Almeida se a promessa da mercê havia sido feita, era preciso então cumpri-la.⁴²

⁴⁰ Carta emitida pelo Conselho Ultramarino com parecer sobre as solicitações de João Ferreira Tavares, Lisboa, 23 de outubro de 1719. AHU, MG, caixa 2, documentos 25. Petição enviada por João Ferreira Tavares ao rei Dom João V, Vila do Carmo, 08 de dezembro de 1720. AHU, MG, caixa 2, documento 34.

⁴¹ Parecer do Conselho Ultramarino sobre João Ferreira Tavares, Lisboa Ocidental, 10 de dezembro de 1723. RAPM, Volume 30, 1979, p. 178.

⁴² Parecer do governador Dom Pedro de Almeida sobre o reduto construído por João Ferreira Tavares para vedar o contrabando de ouro no Rio das Velhas, Lisboa, 17 de dezembro de 1730. AHU, MG, caixa 17, documento 57.

João Ferreira Tavares e seu irmão Luis José Ferreira Gouveia, nesse momento, estavam sendo acusados pelos moradores das Minas de tomar procuração dos homens de negócio de outras capitanias, cobrando dívidas particulares com o auxílio dos Dragões. Os moradores ainda acusavam João Ferreira Tavares de não ter construído o reduto no Rio das Velhas apenas às suas custas. João Ferreira dos Santos, homem rico da Comarca do Rio das Velhas, seria o responsável pela maior parte da obra.⁴³

Apesar de todas as denúncias que pesavam contra João Ferreira Tavares, suas chances de ascender socialmente não foram abaladas. Em 1732 o tenente de mestre-de-campo general e seu companheiro de função Félix Azevedo Carneiro e Cunha enviaram petições ao rei, solicitando para ambos a patente de mestre-de-campo *ad honorem*. No documento enviado por João Ferreira Tavares, o suplicante afirmava que servia a Sua Majestade nas Minas havia 24 anos: no posto de tenente general ficou por 14 anos, e no de tenente de mestre-de-campo general, estava fazendo seis anos. Os dois homens receberam a mercê do rei, que lhes concedeu a patente solicitada como honraria, uma vez que não existia posto mais alto na hierarquia militar do que aquele que ocupavam nas Minas. Assim eles receberam a patente, devendo continuar efetivamente no exercício da função de tenente de mestre-de-campo general das Minas.⁴⁴

168

O caso de João Ferreira Tavares mostra que os indivíduos não mediam esforços para alcançar cada vez mais mercês reais nas Minas, elemento que estava diretamente atrelado à estrutura social, às relações políticas, à inserção em redes de clientela e ao acesso aos canais de negociação com a Coroa. Mesmo sem a proteção aparente de um homem poderoso na Corte, João Ferreira Tavares, valendo-se de diversos recursos e certa influência conquistada através dos serviços prestados à Coroa, obteve as mercês que almejava na carreira militar. Era uma prática de Antigo Regime, que nas Minas era utilizada de forma estratégica para manter a posição de mando e a influência na região.

Parecer do Conselho Ultramarino sobre João Ferreira Tavares, Lisboa Ocidental, 23 de fevereiro de 1731. AHU, MG, caixa 18, documento 16.

⁴³ Parecer do Juiz de Fora de Vila do Ribeirão do Carmo sobre as acusações contra João Ferreira Tavares e José Ferreira Gouveia, Vila do Ribeirão do Carmo, 26 de dezembro de 1722. Consulta do Conselho Ultramarino ao Juiz de Fora de Vila do Ribeirão do Carmo sobre as queixas dos moradores das Minas contra o tenente general João Ferreira Tavares e seu irmão José Ferreira Gouveia, Lisboa, 20 de Maio de 1731. AHU, MG, caixa 23, documento 6.

⁴⁴ Petição enviada por João Ferreira Tavares ao rei de Portugal Dom João V, ano de 1730. AHU, MG, caixa 2, documento 35. Parecer do Conselho Ultramarino sobre os serviços prestados por João Ferreira Tavares e Félix de Azevedo Carneiro e Cunha nas Minas. Concessão do posto de mestre-de-campo *ad honorem* aos dois suplicantes citados, Lisboa, 22 de fevereiro de 1731. AHU, MG, caixa 18, documento 16.

Francisco Eduardo Andrade ao estudar sobre a criação sócio-cultural, política e econômica da zona aurífera pós-átona no cenário em formação das Gerais, o relevante papel dos descobridores. Para o autor em fins do XVII e durante o XVIII a participação de pessoas da “arraia-miúda” nas entradas e explorações era necessária para a ocupação da região, porém o acesso ao “capital simbólico”, benefícios e riqueza era para poucos. Dependia da posição social e política do descobridor, da validade moral das ações e do reconhecimento da Coroa portuguesa. Para o autor o clientelismo era visto como algo natural do Estado português que devia se conservar, de modo a alterar o menos possível o que estava prescrito pelo direito e costumes comuns.⁴⁵

Em 1694, o rei prometeu aos colonos que descobrissem minas de ouro ou prata, o foro de fidalgo da Casa real e qualquer dos hábitos das três ordens militares, além da posse legítima das minas, com a obrigação de pagar o *quinto* para a fazenda real⁴⁶. Nas Minas, o incentivo dessa prática estava expressa em uma carta de recomendação mandada pelo rei português em 1717 ao então governador Dom Pedro de Almeida:

(...) me pareceu particularmente recomendar vos que trateis com muita afabilidade os moradores dessa capitania administrando lhe justiça com igualdade fazendo estimação daqueles que mais se sinalarem no meu serviço, e que com mais zelo se empregarem no aumento e cobrança dos quintos, e das mais rendas pertencentes a minha fazenda de que me informais particularmente individuando o serviço que se me fizer para que constando me dos seus merecimentos possa usar com eles da minha real grandeza fazendo lhes da minha real grandeza fazendo lhes as mercês que forem dignos.⁴⁷

169

Segundo Marco Silveira, a sociedade das Minas era de fato complexa. A região não era um simples desdobramento da nação portuguesa, mas um espaço que se estruturou com base em peculiaridades próprias, apesar de sofrer influências do modelo português. Algumas das práticas oriundas do Reino tornaram-se cruciais na definição da ordem social e política. O “ser civilizado”, por exemplo, era uma condição para participar do grupo dirigente da sociedade mineira e adquirir prestígio.⁴⁸ Conquistar tal forma de fidalguia significava estar vinculado de alguma forma ao poder real, obter mercês, inserir-se na administração, pertencer

⁴⁵ ANDRADE, Francisco Eduardo. *A invenção das Minas Gerais: empresas, descobrimentos e entradas nos sertões do ouro (1680-1822)*. São Paulo, 2002. (Doutorado em História)- USP

⁴⁶ ANDRADE, Francisco Eduardo. *A invenção das Minas Gerais: empresas, descobrimentos e entradas nos sertões do ouro (1680-1822)*, p.17.

⁴⁷ APM, SC 04, p. 127-128.

⁴⁸ Ver sobre discussão do “ser civilizado” aplicado ao contexto das Minas Gerais Setecentistas em SILVEIRA, Marco Antônio. *O universo do indistinto: Estado e sociedade nas Minas setecentistas (1735-1808)*. São Paulo: Hucitec

a uma rede de clientela e investir no aparato estético, valorativo e comportamental. Era preciso ser honrado, ou seja, ostentar qualidades indispensáveis na definição de uma posição social importante na hierarquia. Para o autor, “o homem honrado era, cada vez mais civilizado e polido, distante dos gestos bruscos e violentos e da excessiva licenciosidade de outrora.”⁴⁹

Os valores de Antigo Regime, combinados à crescente importância do dinheiro, criaram nas Minas do Ouro algumas divergências. Constantemente transparecia o embate entre o que era ideal e real. Na ordenação social, por exemplo, havia um conflito intenso para se medir o que seria mais importante na sua configuração: honra ou dinheiro?

Sempre houve estratificação nas Minas; mas, qual a importância do dinheiro nela? A riqueza era capaz de igualar doutores e comerciantes? Até que ponto a necessidade deveria respeitar obrigações e lealdades? Era possível a ascensão de negros e pardos mediante a riqueza e patentes? Era exatamente essa flexibilidade das referências que fazia das Gerais um universo do indistinto.⁵⁰

O que Marco Antônio Silveira procura investigar, Sérgio Buarque de Holanda já afirmara para a hierarquia social das Minas:

É naturalmente compreensível que, sobre o tumulto inicial, se vá impor cada vez mais alguma aparência de estratificação (...). Existe, é claro, a norma externa, ao menos como um modelo formal, pois qualquer sociedade de homens se há de pretender civil e bem comportada. Mas como impedir que venham constantemente à tona os contrastes entre a idealidade e uma realidade tangível e bruta?⁵¹

Segundo Sérgio Buarque de Holanda, a sociedade das Minas, apesar de móvel em sua dinâmica social, se espelhava em “velhos padrões ibéricos e portugueses”. À medida que os núcleos de povoamento fixos se estabilizaram, a escala social foi se refazendo naturalmente “como se tudo estivesse para voltar às velhas normas universalmente aceitas, e no entanto existe uma diferença. A escala é a mesma, contudo não são os mesmos os indivíduos que se distribuem pelos degraus.”⁵²

Para Marco Antônio Silveira, existia uma dificuldade de situar cada indivíduo dentro da estrutura hierárquica, pois “sua indistinção não estava na ausência de classificação, mas

⁴⁹ SILVEIRA, Marco Antônio. *O universo do indistinto: Estado e sociedade nas Minas setecentistas (1735-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1997. 30-35.

⁵⁰ SILVEIRA, Marco Antônio. *O universo do indistinto: Estado e sociedade nas Minas setecentistas (1735-1808)*, p. 139

⁵¹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Metais e pedras preciosas*. In. HOLANDA, Sérgio Buarque de. (dir.) *História geral da civilização brasileira*. t.1,v.2,6ed. São Paulo: Difel, 1985. p. 297.

⁵² HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Metais e pedras preciosas*, p. 296.

sim na dificuldade de se compreender o lugar de cada um em um universo cujos critérios de ordenação eram díspares e flexíveis.”⁵³ A todo momento a dinâmica social “colocava em xeque o lugar de cada um”, o desejo pela honra e a distinção viraram uma obsessão. A busca pelo reconhecimento, *status* social e prestígio estava na pauta dos interesses dos que queriam um lugar ao sol, fossem eles ricos ou pobres.

O citado caso do tenente general João Ferreira Tavares é um bom exemplo dessa obsessão pela distinção social. Como o referido tenente general, João Jorge Rangel, morador da Freguesia de Santo Antônio, Comarca do Rio das Velhas, também colecionava um grande número de mercês régias dignas de *status* social. Natural da freguesia de Nossa Senhora da Piedade da Vila do Lagarto, Comarca do Sergipe de El Rei, arcebispado da Bahia, era homem solteiro e sem filhos. Na Comarca do Rio das Velhas acumulou expressivo número de bens, assim como em outras partes do Brasil. De acordo com seu testamento aberto em novembro de 1742, possuía 12 fazendas espalhadas pela comarca do Rio das Velhas: Maravilha, Mandacaru, Santa Ana, Rio do Sono, Graça, Riacho da Areia, Cana Brava, Família, Alvarela, São José, São Jerônimo e Baependi. No Maranhão três fazendas: Santo Amaro, Passagem e Ilha das Cobras. Era proprietário de 125 escravos.⁵⁴

O número de mercês, em sua maioria cartas de sesmaria, impressiona. Em 1718 foi nomeado pelo então governador das Minas, Dom Pedro de Almeida, capitão de uma companhia de cavalos do distrito do Curral Del Rei, integrando o regimento do coronel José Correia de Miranda. Posteriormente conseguiu patente mais graduada, capitão-mor. A referida carta patente não foi encontrada, mas na documentação ele aparece denominado com esta patente. Durante sua trajetória nas Minas, obteve seis cartas de sesmaria. Em 1720, obteve do governador Dom Pedro de Almeida, carta do sítio chamado Conceição, localizado próximo ao Rio Paraopeba.⁵⁵ Em Julho de 1727, obteve do então governador Dom Lourenço de Almeida, sesmaria da fazenda chamada Santa Ana, próxima a Paracatu.⁵⁶ Em 1728 recebeu desse a sesmaria da fazenda chamada São José.

(...) tendo respeito ao capitão João Jorge Rangel me apresentou em sua petição que ele é senhor e possuidor de uma fazenda chamada São José cita na Ribeira do

⁵³ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Metals e pedras preciosas*, p. 40-49.

⁵⁴ Arquivo Histórico do Museu do Ouro de Sabará (doravante AHMOS), testamento de João Jorge Rangel, códice (8)16, p. 152v. – 160v. , 1º ofício, ano 1748.

⁵⁵ Carta de sesmaria emitida pelo governador Dom Pedro de Almeida ao capitão João Jorge Rangel, Vila do Ribeirão do Carmo, 11 de junho de 1720. APM, Seção colonial 12.

⁵⁶ Carta de sesmaria emitida pelo governador Dom Lourenço de Almeida ao capitão João Jorge Rangel, Vila do Ribeirão do Carmo, 17 de julho de 1727. RAPM, volume 4, 1899. p. 203-204.

Paracatu, a qual fazenda descobriu, povoou e cultivou com escravos, e gado vacum, e cavalari, tudo com grande despesa de sua fazenda e de presente a conserva, livrando-a da invasão do gentio, que continuamente a esta invadindo (...).⁵⁷

No ano de 1737, João Jorge Rangel obteve nova sesmaria do então governador Martinho Mendonça, “no caminho novo dos Goiazes, tinha lançado suas posses em um sítio, o qual tinha descoberto, povoado e cultivado com grande despesa de sua fazenda cujo sítio principiava da parte do Rio das Mortes no Ribeirão dos Enforcados (...)”⁵⁸ No ano seguinte obteve sesmaria do governador Gomes Freire de Andrada, da fazenda chamada Graça, localizada à beira do Rio da Velhas. Tal fazenda obteve “por título de arrematação em praça e a conservava com gados vacum e cavalos e escravos servindo-lhe (...)”⁵⁹ Por fim, em 1741 obteve do mesmo governador, em conjunto com Paulo de Araújo Costa, a sesmaria da fazenda chamada Riacho da Areia, freguesia do Curral Del Rei, onde possuía e conservava “fábrica de escravos, gado vacum e cavalos havia quatorze ou quinze anos(...)”⁶⁰

Além das sesmarias e dos postos militares, João Jorge Rangel também era “senhor de um contrato de dízimos de gado vacum cavalari em que era interessado seu compadre Paulo Araújo, Manuel Antunes e seu compadre Mathias de Crasto Porto.” Declarou ainda que na “companhia de Macau levantada em Lisboa” tinha aplicados 2000 cruzados.⁶¹ O grande número de propriedades e a extensão dos negócios do capitão-mor João Jorge Rangel indicam que provavelmente estava inserido em redes de influência e poder. Tinha o prestígio e o *status* social que a função militar proporcionava, assim como um espaço de negociação com a Coroa, uma vez que conseguiu obter seis sesmarias. Apesar do seu inventário *post mortem* não ter sido encontrado, pode-se dizer que se tratava de um grande negociante de gado, que aliava a distinção proporcionada pelas mercês com as possibilidades de expansão de seus negócios nas Minas.

Segundo Ramon Fernandes Grossi, as práticas de Antigo Regime tinham vigência nas Minas Gerais. A dinâmica da troca de favores, por exemplo, estava difundida na sociedade

⁵⁷ Carta de sesmaria emitida pelo governador Dom Lourenço de Almeida ao capitão João Jorge Rangel, Vila do Ribeirão do Carmo, 14 de julho de 1728. RAPM, volume 4, 1899. p. 185.

⁵⁸ Carta de sesmaria emitida pelo governador Martinho de Mendonça ao capitão João Jorge Rangel, Vila Rica, 7 de abril de 1737. RAPM, volume 3, 1898, p. 821-822.

⁵⁹ Carta de sesmaria emitida pelo governador Gomes Freire de Andrada ao capitão João Jorge Rangel, Vila Rica, 10 de maio de 1738. RAPM, volume 3, 1898, p. 856-857.

⁶⁰ Carta de sesmaria emitida pelo governador Gomes Freire de Andrada ao capitão João Jorge Rangel, Vila Rica, 17 de março de 1741. RAPM, volume 7, fascículo 1 e 2, 1902, p. 476-477.

⁶¹ AHMOS, testamento de João Jorge Rangel, códice (8)16, p. 152v. – 160v. , 1º ofício, ano 1748.

mineira da primeira metade do Setecentos. Os súditos que demonstrassem fidelidade ao rei podiam ser agraciados com honrarias, favores e mercês. Estabelecia-se a lógica do “dar e do retribuir”. No entanto, para receber uma recompensa do rei era preciso mais do que ter prestado serviços à Coroa: era preciso também ostentar determinada qualidade e não pertencer aos patamares inferiores da hierarquia social.

Para o autor, na sociedade mineira não havia uma distinção clara do que era direito e privilégio. Quando uma pessoa era julgada por cometer um crime, por exemplo, não existia uma noção de direito que igualasse os súditos; pelo contrário, o que regulava as punições era a “cor”, a situação econômica e a posição social. Tratava-se de uma concepção típica de Antigo Regime, na qual “os indivíduos eram considerados naturalmente desiguais e o edifício social era estruturado tendo como base a construção de diferenciações entre as pessoas.”⁶² A posse de determinados privilégios podia proporcionar a um indivíduo um tratamento especial. No entanto, para obter o reconhecimento social “não bastava possuir honras, mercês e privilégios era necessário torná-los públicos”. Segundo Ramon Grossi “o reconhecimento social do prestígio pretendido ou adquirido participava da construção da noção de honra, que era a aceitação do valor individual de alguém pela comunidade.”⁶³

173

Para o autor, a sociedade mineira carregava traços característicos das práticas de Antigo Regime vigentes no Reino, como a honra e a desigualdade hierárquica, que eram inseridas num mundo escravista e colonial. A multifacetada população da região mineira e suas especificidades sociais e humanas “forçaram uma adaptação da organização social herdada do Portugal da Época Moderna à realidade configurada naquela conquista de Sua Majestade.”⁶⁴

Há um consenso entre os historiadores que negam a visão dicotômica metrópole/colônia sobre a penetração de práticas de Antigo Regime nas Minas. Atualmente tentam avaliar seu grau de influência sobre cada região, recusando uma visão dicotômica de metrópole/colônia. Maria Fernanda Bicalho e João Fragoso concluíram que muitas das práticas de Antigo Regime assumiram na colônia traços semelhantes aos do Reino. A economia do dom, por exemplo, era muito parecida com o que João Fragoso chamou de

⁶² GROSSI, Ramon Fernandes. *O “Dar o seu a cada um”*: demandas por honras, mercês e privilégios na Capitania das Minas (1750-1808). Belo Horizonte: Departamento de Pós-graduação de História da UFMG, 2005. (Tese de doutorado). p. 181

⁶³ GROSSI, Ramon Fernandes. *O “Dar o seu a cada um”*: demandas por honras, mercês e privilégios na Capitania das Minas (1750-1808), p. 240

⁶⁴ GROSSI, Ramon Fernandes. *O “Dar o seu a cada um”*: demandas por honras, mercês e privilégios na Capitania das Minas (1750-1808), p. 240

economia do bem comum. As mercês e a lógica clientelar também assumiram papel crucial na estruturação das relações políticas e sociais.

Nas Minas Gerais setecentistas, Júnia Ferreira Furtado, Francisco Eduardo Andrade e Marco Antônio Silveira também observaram a ocorrência de práticas oriundas do Reino. As redes de clientela tecidas desde o Reino, por exemplo, eram cruciais para o reconhecimento social de um indivíduo. Para alcançar a distinção social, o caminho podia ser longo, sobretudo para aqueles que não podiam contar com a proteção direta de algum poderoso no Reino. Mas a busca pelas mercês régias era mais forte e muitos não mediam esforços para terem seus serviços recompensados pelo rei. Recorriam não apenas a um poderoso, mas a uma verdadeira rede de influências tecida na sociedade local, que se estendia ao Reino. Observou-se, a partir de exemplos dos que pediam mercês ao rei, que além desta ser uma importante prática de Antigo Regime vigente na região, valiam todos os recursos para se alcançar a tão almejada honraria, elemento crucial para os que desejavam galgar posições cada vez mais prestigiosas na hierarquia social. Desta maneira, evidências como a busca pelas mercês, a importância da inserção em redes de influência e os serviços prestados ao rei como um valor relevante a ser deixado como herança, reforçam o quanto as práticas de Antigo Regime influenciavam a sociedade mineira.

Artigo recebido em 20/12/2008 e aprovado em 21/03/2009.

MUITO MAIS DO QUE ISOLAMENTO EM QUESTÃO: CIÊNCIA, PODER E INTERESSES EM UMA ANÁLISE DAS DUAS PRIMEIRAS CONFERÊNCIAS INTERNACIONAIS DE LEPRA – BERLIM 1897 E BERGEN 1909

Reinaldo Guilherme Bechler
Institut für Geschichte der Medizin der
Universität Würzburg

reibechler@yahoo.com.br

Resumo

Este artigo pretende analisar a transformação do isolamento dos leprosos em um polêmico e divergente Paradigma Científico.¹ Nascido nas duas primeiras conferências internacionais de lepra em Berlim 1897 e em Bergen na Noruega em 1909, ele se formou sob uma efervescente e competitiva atmosfera acadêmica, onde estavam em jogo muitos outros interesses políticos, nacionais e pessoais. O retorno da lepra à Europa após um período relativamente longo de desaparecimento, aliado aos riscos e inconvenientes comerciais que instigava às suas pretensões imperialistas, transformavam esta doença não apenas em um problema social que sempre fora, mas agora também em um problema científico e político que clamava soluções urgentes de uma recém-formada classe de médicos. Seres humanos que serão aqui reconhecidos e valorizados. Critica-los ou tentar encontrar entre eles vencedores e vencidos não constitui a intenção deste trabalho, mas sim tentar contextualiza-los individual, temporal e socialmente, instigando novas perspectivas de análise para a historiografia da ciência.

Palavras-chave: História da Lepra, Isolamento, História das Doenças, Conferências Internacionais de Lepra, Instituição.

Abstract

This article intends to analyze the transformation of the isolation of lepers into to a polemic and divergent scientific paradigm. Originated on the first two International Conferences of Leprosy in Berlin 1897 and Bergen, Norway 1909, it became an effervescent and competitive academic atmosphere, where many political, national and personal interests were at stake. The leprosy's return to Europe after a relatively long period of its disappearance, along with the risks and inconvenient commercials that instigated imperialist ambitions, turn this disease into not only a social problem that has always been but also a scientific and political problem that cried out for urgent solutions from a out-of-college doctors class. Human beings will be recognized and esteemed here. Criticize them or aim to find winners and defeated ones among them is not the purpose of this article. Instead, it is an attempt to contextualize them individually, temporally and socially, instigating new perspectives of analyzes for the historiography of science.

Keywords: History of Leprosy, Isolation, History of Diseases, International Conferences of Leprosy, Institution.

SERVICO DE PROFILAXIA
DOENTES FICHADOS DE

Este trabalho¹ pretende abordar os meandros da discussão científica acerca da melhor maneira de se isolar os doentes de lepra no final do século XIX e início do XX, que teve seus primeiros episódios nas duas primeiras conferências de lepra em Berlim e Bergen, e que ainda carece de uma abordagem um pouco mais detalhada por parte da historiografia latino-americana que trata do assunto.² Alguns dos principais trabalhos historiográficos no continente sobre o tema, como de Diana Obregón Torres³ e de Yara Monteiro,⁴ embora citem estas conferências, apenas resvalam em suas discussões científicas e não as têm como fonte primária, o que pretende-se fazer aqui. Compreende-se que em função das especificidades teórico-metodológicas e dos objetivos de cada temática esses trabalhos se ocupam mais com o resultado desse processo, ou seja, o isolamento compulsório enquanto um paradigma formado, que o médico inglês Ernest Muir chamou já no início do século XX de “o maior erro da medicina moderna.”⁵ Aqui as conferências serão analisadas em suas publicações originais em alemão, sendo por mim mesmo traduzidas para o português, assim como demais literaturas paralelas que lidam com o assunto nesse período. A grande maioria dessas obras e dessas fontes assim, serão aqui apresentadas e trabalhadas de maneira inédita na América Latina.

O processo de produção dos primeiros conhecimentos cientificamente abalizados sobre a lepra será aqui compreendido como algo intrinsecamente vinculado à fatores e à representações sociais. Nesse sentido, trabalhos como os de Charles Rosenberg abriram novas e profícuas perspectivas historiográficas nas últimas décadas,⁶ por passar a conceber a doença como uma entidade imprecisa e inacabada. Esta deixava de ser o fato biológico em sí para se transformar em uma entidade produtora de discursos, que acabavam por conceber e legitimar políticas públicas. Para este autor, enfim, as doenças não poderiam mais ser analisadas distante de suas representações sociais. Ao amalgamá-las aos fenômenos sociais e culturais, lega-se novos significados aos eventos biológicos, abrindo por fim novas perspectivas de análise e interpretação histórica.

176

¹ Este artigo faz parte do projeto de doutoramento que desenvolvo no Instituto de História da Medicina da Julius Maximilians Universität Würzburg na cidade de Würzburg na Alemanha, sob orientação do Professor Michael Stolberg, através de uma bolsa de estudos do Katolischer Akademischer Ausländer Dienst – Serviço Católico de Intercâmbio Acadêmico (KAAD).

² Para o conceito de Paradigma Científico, ver: KUHN, Thomas. *Estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 2003.

³ OBREGÓN-TORRES, Diana. *Batallas contra la lepra: Estado ciencia y medicina en Colombia*. Medellín: Banco de la República, Fondo Editorial Universidad EAFIT, 2002.

⁴ MONTEIRO, Yara. *Da maldição divina a exclusão social: um estudo da hanseníase em São Paulo*. Doctoral Dissertation, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo (manuscrito). 1995.

⁵ MUIR, Ernest & ROGERS, Leonard. *Leprosy*. Second Edition. Baltimore: Williams & Wilkins Co., 1940. p.14.

⁶ ROSENBERG, Charles. *Explaining epidemics and the other studies in the history of medicine*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

Outro elemento teórico fundamental da presente análise consiste em perceber que a idéia de conhecimento e de poder estão íntimamente relacionadas. Pierre Bourdieu⁷ desenvolve neste campo o conceito de *Autoridade Científica*, e define duas características fundamentais para sua observação: habilidade técnica e poder social. A competência científica de um indivíduo seria definida, de acordo com esse pensamento, pela sua capacidade socialmente reconhecida de atuar legitimamente, de maneira autorizada e autoritária, sobre um tema científico qualquer. Tenciono com tal idéia ressaltar que a produção do referido paradigma do isolamento compulsório para os leprosos se deu de forma a valorizar algumas personalidades e idéias em detrimento de outras, e que tais fatos se devem à estas influências subjetivas da noção de poder.

O retorno da lepra à Europa: estigma x ciência

O século XIX foi marcado pelo retorno da lepra às terras européias, depois de ser dada como extinta, ainda que misteriosamente, desde o século XVII.⁸ A natural e justificável preocupação com a salubridade e o bem-estar da população tinha o respaldo de uma classe de cientistas cada vez mais especializada, e cada vez com maiores conhecimentos sobre a natureza em todas as suas manifestações, e pode muito bem ser discutida à luz de um abrangente conceito sociológico bastante difundido nas últimas décadas em estudos sobre a História da Medicina no século XIX: o de *medicalização*.

E por medicalização entendido aqui a expansão do discurso ou da prática médica sobre o campo social, vivido especialmente à partir do século XVIII, traduzindo os fenômenos sociais em conceitos de um determinado campo de saber. Em outras palavras, a atitude de tentar compreender um número cada vez maior de aspectos do comportamento humano, antes classificados simplesmente como normais ou anormais pelo público em geral, agora como sinais de saúde e doença, estritamente definidos pela classe médica.

Em termos sociológicos, a discussão sobre esse conceito tem sido motivo de importantes controvérsias nas últimas décadas. Segundo análise de Michael STOLBERG, ele foi pela primeira vez utilizado relativamente em um mesmo período histórico em sentidos distintos,⁹ e se constitui até certo ponto um equívoco a nomeação de Michel FOUCAULT como seu autor, especialmente na

⁷ BOURDIEU, Pierre. *The specificity of the scientific field and the social conditions of the reason*. In: Social Science Information: 14 (6), 1975. p.19-47.

⁸ HANSEN, Armauer & LIE, H. P. *Die Geschichte der Lepra in Norwegen*. II INTERNATIONALE LEPRACONFERENZ, Bergen, 2: p.314-340, 1909.

⁹ STOLBERG, Michael. *Professionalisierung und Medikalisierung*. In: PAUL, Norbert & SCHLICH, Thomas (Org.) *Medizingeschichte: Aufgaben, Probleme, Perspektiven*. Frankfurt/New York: Campus Verlag, 1998. p.69-86.

obra *O nascimento da clínica*,¹⁰ embora de fato tenha ganhado com ele maior circulação acadêmica. Jacques LÉONARD¹¹ também o utilizara como sendo “um aumento oficial da atuação de questões relacionadas à saúde no cotidiano de uma população.”¹² Ainda anteriormente, Thomas S. SZAZS¹³ emprega o termo em uma crítica ao sistema psiquiátrico europeu do período, que para ele seria a expressão de uma medicalização dos problemas sociais. No caso do processo aqui abordado, este conceito será compreendido como um motor ideológico que transformou a lepra, como dito anteriormente, em um problema social, científico e político dos mais graves nessa virada dos séculos XIX e XX.

Enquanto problema clínico, a lepra passou à ser objeto de estudo de vários médicos à partir da segunda metade do século XIX, se destacando figuras como Daniel Danielsen, Armauer Hansen, Robert Koch, Rudolf Virchow. Nesse período, graças à um representativo avanço técnico responsável pelo desenvolvimento de instrumentos como o microscópio, por exemplo, várias doenças passaram a ser objeto de estudo específico e sistemático de uma recém-formada classe de médicos convencionalmente chamada de Bacteriologistas, que comprovaram serem as bactérias responsáveis por uma série de doenças que à partir de agora podiam ser melhor compreendidas. Essa “*revolução microbiana*”¹⁴ modificou comportamentos médicos, ampliou horizontes investigativos e, partindo do pressuposto teórico anteriormente mencionado de que o conhecimento científico é intrinsecamente vinculado à estruturas e à matizes sociais, acabou por criar uma atmosfera de competição acadêmica por prestígio e poder entre esses profissionais.

A lepra neste espectro de doenças bacteriológicas entretanto, se transformou em um desafio científico para esses médicos uma vez que sua cura clínica era um objetivo sabidamente distante. Sequer se conhecia seus meios de transmissão, ou mesmo se ela era transmitida ou hereditária.¹⁵

O fenômeno que Eric Hobsbawn chamou de *A era dos impérios*,¹⁶ oferece subsídios para que se interprete esse momento científico do estudo leproológico como momento imperial, ou colonial da lepra. As principais nações européias no final do século XIX, início do XX se preocupavam sobremaneira com a expansão comercial e econômica de suas divisas, e coincidentemente em quase todas as regiões que foram objeto desse Imperialismo, a lepra era um

¹⁰ FOUCAULT, Michel. *O nascimento da clínica*. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

¹¹ LÉONARD, Jacques. *Les médecins de l'Ouest au XIXème siècle*. Paris, 1978.

¹² STOLBERG, Michael. *Professionalisierung und Medikalisierung*. p.75.

¹³ STOLBERG, Michael. *Professionalisierung und Medikalisierung*. p.75. Apud: SZAZS, Thomas S. *The manufacture of madness. A comparative study of the inquisition and the mental health movement*. London, 1971.

¹⁴ CUNNINGHAM, Andrew & WILLIAMS, Perry. *The Laboratory Revolution in Medicine*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992. p.209.

¹⁵ Sobre isso ver: MONTEIRO, Yara. *Da maldição divina a exclusão social: um estudo da hanseníase em São Paulo*; e OBREGÓN-TORRES, Diana. *Batallas contra la lepra: Estado ciencia y medicina en Colombia*.

¹⁶ HOBBSAWN, Eric. *A Era dos Impérios*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

sério problema endêmico.¹⁷ A maneira porém, com que cada país europeu lidaria com o problema se distinguiria consideravelmente.

Por isso alguns autores como Diana Obregón Torres, tendem à considerar esse momento da história da lepra como um momento colonial ou “tropical” da doença. Ou seja, o olhar científico etnocêntrico europeu associou o retorno da preocupação com a doença à expansão comercial imperialista, transformando as colônias em disseminadores em potencial da doença; e transformando o clima quente desses países em uma característica incontestada da enfermidade. Interessante observar todavia que, como também aponta a autora, a lepra nunca foi definitivamente extinta em países europeus de clima frio como a Noruega por exemplo. Fato que foi “ignorado” por esses cientistas.

O problema científico a ser resolvido estava apresentado: a lepra, uma doença tão estigmatizadora e que instigava um temor muito além de clínico, era no século XIX novamente encontrada em números consideravelmente alarmantes, também na Europa. Alternativas científicas seguras de tratamento era algo distante. Restava apenas uma antiga saída: isolar os doentes para não alastrar o mal. Alemanha e Noruega foram forças científicas hegemônicas desse processo, e apresentariam suas propostas para a resolução do problema, suas maneiras de isolar os leprosos. Antecipadamente, necessária se faz a constatação histórica de que a alternativa germânica conta de maneira geral com maior respaldo documental, por ter sido realizada e descrita em diferentes momentos, em diferentes contextos e por diferentes personagens. A norueguesa, por sua vez, se mostra até os dias atuais bastante vinculada à figura acadêmica de seu principal personagem, Armauer Hansen, que produziu quase que sozinho seus discursos históricos, que se constituem até os dias atuais no principal substrato argumentativo no qual se baseiam todas as tentativas históricas em descrevê-la.

179

O Modelo alemão

A experiência alemã com a lepra foi adquirida inicialmente em suas colônias africanas nas duas últimas décadas do século XIX, especialmente Togo e Camarões.

Wolfgang Eckart pesquisou à fundo essa experiência.¹⁸ Seus trabalhos são de grande relevância para a compreensão do assunto, por se caracterizar num dos mais importantes trabalhos

¹⁷ EDMOND, Rod. *Leprosy and Empire – A Medical and Cultural History*. New York: Cambridge University Press, 2006.

¹⁸ ECKART, Wolfgang U. *Medizin und Kolonialimperialismus. Deutschland 1884-1945*. Paderborn: Ferdinand Schöningh, 2000; ECKART, Wolfgang U. *Leprabekämpfung und Aussätzigenfürsorge in den afrikanischen "Schutzgebieten" des Zweiten Deutschen Kaiserreichs, 1884-1914*. Leverkusen: Verlag Heggendruck, 1990.

históricos relacionados ao tema atualmente na Alemanha, mas serão aqui discutidos juntamente com a análise de fontes primárias como relatórios sobre a construção e sobre o funcionamento dos leprosários construídos pelo país na África – especialmente o de Bagida e o de Bagamoyo em Togo – conseguidos no Arquivo Nacional (Bundesarchiv) de Berlim.

É bem verdade que esse problema “colonial” da lepra não era exclusividade da Alemanha no período. Wolfgang Eckart narra as experiências inglesas e francesas em suas colônias no continente africano, e as compara com a alemã. Essa comparação resulta na constatação de que a forma com que a Alemanha lidou com o problema se mostrou bastante diversa da de seus vizinhos colonizadores, especialmente nos primeiros momentos. Além dele, outros autores também corroboram com essa opinião como Rod Edmond, que mostra que Inglaterra e França tiveram uma postura com relação à doença em suas colônias que se aproximou muito mais do temor do que de qualquer outro sentimento.¹⁹ Assim a lepra seria antes de tudo um entrave às intenções comerciais desses países.

O caso colonial inglês é especificamente abordado por Jane Buckingham, onde transparece a interpretação de que a lepra era muito mais uma questão de polícia do que de medicina. As instituições construídas eram baseadas inclusive no modelo do Panóptico de Bentham, mostrando que “a preocupação com o doente era exclusivamente para que ele não fugisse. Era um prisioneiro, enfim, não um doente.”²⁰

Nas colônias alemãs, em contrapartida, a questão foi tratada de maneira diferente. Na segunda metade do século XIX já era grande a preocupação com a quantidade de casos e de novos casos de lepra encontrados nos países africanos sob sua influência, e especialmente com a impotência clínica e científica no que tange à uma cura ou mesmo um tratamento para o mal.²¹ A ação do governo não tardaria. No início da década de 1890 foi enviada ao continente uma comitiva médica, chefiada pelo Dr. Robert Koch,²² não apenas para fornecer um detalhado relatório da real extensão da doença na região, como também para propôr soluções, e especialmente construir instituições que atendessem tanto às necessidades clínicas e sociais das colônias quanto às necessidades econômicas da metrópole.

Heinrich Hermann Robert Koch à essa altura possuía um cargo de conselheiro no *Gesundheitsamt* (Ministério da Saúde), e era também Assistente Extraordinário do Gabinete

¹⁹ EDMOND, Rod. *Leprosy and Empire – A Medical and Cultural History*.

²⁰ BUCKINGHAM, Jane. *Leprosy in Colonial South India – Medicine and Confinement*. New York: Palgrave, 2002. p.36.

²¹ ECKART, Wolfgang U. *Medizin und Kolonialimperialismus. Deutschland 1884-1945*.

²² Sobre isso ver: ECKART, Wolfgang U. *Medizin und Kolonialimperialismus. Deutschland 1884-1945*; e KOCH, Robert. *Die Lepra-Erkrankungen im Kreise Memel*. *Klinisches Jahrbuch*, 6: 239-253. 1897.

Imperial de Saúde desde 1880. Já era portanto considerado uma das maiores autoridades da ciência médica mundial, devido à sua respeitável experiência clínica, e às identificações dos microorganismos causadores da tuberculose e da Cólera, feitas na década de 1880. Gozava assim, de grande legitimidade para propôr qualquer solução com relação à lepra na África. Nessa conjuntura permaneceu por quase dois anos no continente, quase todo o tempo em Togo, onde auxiliou diretamente na construção de 4 leprosários, além de outros 2 em Camarões.²³

Básicamente, esse “*Modelo Alemão*”, proposto por Robert Koch e seus assistentes, era composto por leprosários que possuíam dois princípios: respeitar ao máximo as diversidades e as individualidades de seus internos, e ser ao máximo auto-sustentável financeiramente. No caso específico dos leprosários construídos nas colônias africanas, houve uma preocupação séria quanto à diversidade étnica e cultural dos doentes, e um considerável respeito à essa diversidade em todas as suas manifestações.

No relatório de 1904, *Sobre o leprosário de Bagamoyo* em Togo, observa-se de maneira clara as intenções do governo germânico com tais instituições. Dados sobre o plano de construção, sobre alimentação, e até mesmo sobre vigilância são seguramente importantes objetos de análise. Em 1904 o leprosário já tinha sete anos de funcionamento, um tempo consideravelmente interessante para observações dos médicos e governantes do país.

Os internos eram separados, por exemplo, por sexo como era de praxe, mas também por etnia, respeitando costumes, línguas, e demais estruturas sociais. Sobre a alimentação, houve a preocupação de explicitar nesse relatório que ela “era feita de maneira à adaptar o quanto fosse possível a realidade contingencial às necessidades e gostos dos internos.”²⁴ Sobre a vigilância, foi adotada por exemplo a prática de eleger um doente, que geralmente era escolhido entre aqueles com mais tempo de internação, para ser um auxiliar do “guarda” responsável pela ordem da instituição. Interessante observar que o próprio texto relata que a figura do guarda era até certo ponto desnecessária, “pois os doentes eram relativamente satisfeitos com sua alimentação e com as condições de vida que tinham em Bagamoyo, não sendo até hoje registradas ocorrências de fugas.”²⁵

25

A presença de mães e esposas/maridos de doentes era permitida, como mostra o “*Relatório da Casa dos Leprosos de Bagida*”, em Togo de 1902, com o intuito de “melhorar a vida e a

²³ ECKART, Wolfgang U. *Medizin und Kolonialimperialismus. Deutschland 1884-1945*. p.341.

²⁴ FA 1/4 . *Einrichtung eines Lepraheimes bei Bogamoyo.6397*. Bericht über das Lepraheim in Bogamoyo 1904. Bundesarchiv – Berlim. p.2.

²⁵ FA 1/4 . *Einrichtung eines Lepraheimes bei Bogamoyo.6397*. Bericht über das Lepraheim in Bogamoyo 1904. Bundesarchiv – Berlim. p.2.

permanência dos internos na instituição.”²⁶ O relatório regulamenta porém as condições dessa permanência e deixa claro que essas pessoas deveriam cuidar de sua própria subsistência. Mas de todas as maneiras tais exemplos representam indícios de uma forma mais “humana” de lidar com o problema, de um respeito à condição humana dos doentes internados nesses leprosários.

Ao mesmo tempo esses leprosários possuíam a preocupação de serem auto-sustentáveis o máximo quanto possível. Atividades como agricultura e pecuária foram implementadas tanto com o objetivo de manter os internos ativos fisicamente, quanto para baratear seus custos operacionais. Todos os doentes que eram capazes de trabalhar, eram “aconselhados a produzir o suficiente para seu sustento durante um ano.”²⁷ O relatório não explica porém como era feito esse cálculo, apenas diz que o interno teria que produzir apenas um tipo de alimento, previamente estabelecido pela administração, em uma pequena porção de terra de propriedade da instituição.

Os leproso africanos sob responsabilidade alemã eram, assim, tratados de uma maneira bem diferente, se comparados com os da Inglaterra e França, por exemplo, que não eram sequer reconhecidos como doentes. Era clara além disso a preocupação com os custos e com a realização de uma proposta viável financeiramente ao governo.

Fato é que essa experiência colonial africana, aliada a figura proeminente e cientificamente legitimadora de Robert Koch apresentavam subsídios que tinham tudo para legar aos alemães uma condição de vanguarda no assunto. E um outro acontecimento poderia trazer ainda mais legitimidade à esse modelo: a doença também voltava a ser encontrada na própria Alemanha, na cidade de Memel na Prússia²⁸ na década de 1890. O “*Modelo Alemão*” de isolamento de leproso teria assim, uma oportunidade singular de ser implementado dentro das divisas territoriais do país, e não mais apenas em suas “colônias” comerciais.

O foco de lepra na cidade portuária de Memel, na Prússia, foi observado inicialmente no início da década de 1890, através do trabalho do Dr. Pindikowsky,²⁹ sendo relatados 9 casos vivos e 4 mortos. Mas apenas em 1896 o médico prussiano pôde juntamente com Blaschko fazer um trabalho de mais fôlego chamado *A lepra na região de Memel*,³⁰ onde se viu a seriedade do assunto, e que a lepra se transformava em um problema que realmente mereceria a atenção do Reich. O retorno de uma doença estigmatizante como a lepra era tudo que não se desejava num período político importante para a recém-formada nação alemã.

²⁶ FA 3. *Lepraheim Bagida*. 3098. Lepraheim Bagida 1906 – 1911. p.3.

²⁷ FA 3. *Lepraheim Bagida*. 3098. Lepraheim Bagida 1906 – 1911. p.4.

²⁸ Atualmente a cidade de Memel se chama Klaipeda, e pertence ao território lituano.

²⁹ PINDIKOWSKY: *Mitteilungen über eine in Deutschland bestehende Lepraepidemie*. Dtsch. Med. Wschr. 1893.

³⁰ BLASCHKO, A. *Die Lepra im Kreise Memel*. Berl. Klein. Wschr. p.433-448. 1896.

Repetindo o que havia acontecido na África alguns anos antes, ainda em 1896 Robert Koch foi enviado ao local, juntamente com seu assistente Martin Kirchner, para averiguar a seriedade do problema, propôr soluções plausíveis, e especialmente orientar a construção de uma instituição que, se acreditava, serviria de modelo no tratamento da enfermidade. Ele desembarcou em Memel em setembro de 1896 com esse intuito. E em menos de 3 anos, em 20 de julho de 1899 seria inaugurado o Lar dos Leprosos de Memel. A instituição idealizada por Koch possuía aposentos para 16 leprosos que, como disse Kurt Schneider, médico do leprosário por mais de 30 anos, “eram tratados com o máximo respeito e humanidade.”³¹ Em 1909 a instituição sofreria uma expansão, ampliando sua capacidade para 22 internos.

Talvez um dos principais interlocutores capazes de dizer um pouco mais detalhadamente o que foi o Lar dos Leprosos de Memel seja Kurt Schneider. Ele trabalhou como médico no local de 1911 até o fim da instituição em 1944, e escreveu dois artigos sobre o local e seu cotidiano: o primeiro intitulado *Die Geschichte der Lepra im Kreise Memel und das Lepraheim im Memel* (A História da Lepra na região de Memel e o Lar dos Leprosos de Memel), de 1942. E o segundo chamado *Das Vorkommen von Lepra im Kreise Memel und das deutsche Lepraheim bei Memel 1899 bis 1945*,³² (O retorno da lepra na região de Memel e o Lar dos leprosos alemão em Memel de 1899 até 1945) escrito em 1953.

183

No primeiro, narra de maneira detalhada os primeiros momentos da estada de Robert Koch na região para averiguar o real estado da doença, além de sua intenção em construir ali uma instituição que representasse realmente uma solução alemã para o problema do isolamento dos leprosos. “Contamos aqui com as idéias de um dos maiores personagens da história da medicina mundial para apresentar uma solução alemã para o povo alemão, contra o mal da lepra.”³³

O leprosário, que tinha o nome amenizador de “Lar dos leprosos”, contava com instalações como descreve o próprio autor: “simples porém confortáveis.”³⁴ Robert Koch tinha bem arraigada em sua mente a idéia de que a instituição deveria se adequar às condições econômicas alemãs do período. Com isso, todas as estruturas da instituição foram justificadas minuciosamente. Ele narra uma interessante passagem sobre isso em seu artigo de 1897 dizendo: “Cheguei a questionar a

³¹ SCHNEIDER, Kurt. *Die Geschichte der Lepra im Kreise Memel und das Lepraheim in Memel*. Berlin: Verlagsbuchhandlung von Richard Schoetz, 1942. p.421.

³² SCHNEIDER, Kurt. *Das Vorkommen von Lepra im Kreise Memel und das deutsche Lepraheim bei Memel 1899 bis 1945*. Der Öffentliche Gesundheitsdienst: Monatsschrift für Gesundheitsverwaltung und Sozialhygiene, Berlin, v.12, p.465-469. 1953.

³³ SCHNEIDER, Kurt. *Die Geschichte der Lepra im Kreise Memel und das Lepraheim in Memel*. p.414.

³⁴ SCHNEIDER, Kurt. *Die Geschichte der Lepra im Kreise Memel und das Lepraheim in Memel*. p.411.

construção de um jardim, que custaria 1.250 Marcos, mas fui convencido por Kirchner de que seria interessante.”³⁵

Além disso, Robert Koch ainda utilizou mais uma alternativa para tentar baratear os custos estatais da instituição: uma espécie de terceirização profissional do leprosário. O governo seria o responsável pela construção da instituição, pela manutenção dos médicos – que eram apenas dois – e pelos demais gastos operacionais que não fossem cobertos pela produção interna de alimentos. Todos os outros gastos e responsabilidades foram divididos com a *Königsberger Diakonie*, uma congregação evangélica, que assumiu compromissos como a manutenção física da instituição, o cuidado pessoal com os doentes através de irmãs de caridade, e seu controle administrativo geral.

Em seu segundo artigo de 1953, já depois do final da segunda guerra mundial, e da consequente extinção do leprosário – ocorrida em 1944 – Kurt Schneider conta que “o ambiente entre funcionários e pacientes era formidável, à ponto de se esquecer às vezes que aquilo era um leprosário.”³⁶

O lar dos leprosos de Memel representava assim uma solução relativamente econômica para o isolamento dos leprosos – única alternativa científica em questão no final do século XIX – ao mesmo tempo em que conseguia instigar um sentimento positivo e de pertencimento de seus internos para com a instituição. Fato aliás, que também seria observado nos leprosários construídos na África. Robert Koch seria assim um dos principais idealizadores do que este trabalho conceituará como “*Modelo Alemão*” de isolamento de leprosos. Em suma, a Alemanha desenvolvia no decorrer da década de 1890 sua política-pública contra a lepra, seja através de sua experiência colonial na África, seja por sua experiência caseira em Memel. Em ambos os casos observa-se uma postura bastante preocupada com a condição do doente, ao mesmo tempo em que se tentava gastar o mínimo de recursos estatais possíveis. Estruturas que transformavam esse modelo alemão em uma significativa opção no conjunto de propostas políticas sugeridas contra a lepra, na disputa científica travada nesse período para legitimar um modelo de isolamento de leprosos. Mas não a única, muito menos a mais legitimada.

O Modelo Norueguês

A Noruega contava já em meados do século XIX com respeitável experiência no combate à doença no seu próprio território – diferentemente dos outros países anteriormente citados, que

³⁵ KOCH, Robert. *Die Lepra-Erkrankungen im Kreise Memel*. p.251.

³⁶ SCHNEIDER, Kurt. *Das Vorkommen von Lepra im Kreise Memel und das deutsche Lepraheim bei Memel 1899 bis 1945*. p.463.

desenvolveram suas políticas de combate à lepra em função de suas necessidades imperialistas – tornando-se a primeira potência científica no estudo leproológico. Eleito nas primeiras décadas deste século como o principal problema social do oficialmente recém-formado Estado norueguês, a lepra passou pela primeira vez a ser objeto de ação governamental. Um rigoroso sistema de medidas políticas e sanitárias foi implementado à partir da década de 1830 para diminuir a incidência da enfermidade que, segundo a análise aqui realizada, deve ser diferenciada em dois aspectos históricos, à saber: primeiro, como e sob quais condições foram implementadas e, segundo, como e sob quais condições foram divulgadas e aclamadas como solução para o problema.

A premissa argumentativa na qual este trabalho se baseia é, assim, a de que existiram dois modelos noruegueses de combate à lepra. O *Prático*, que foi efetivamente desenvolvido na Noruega à partir de meados do século XIX ; e o *Teórico*, que foi oficialmente apresentado nas duas primeiras conferências internacionais de lepra de Berlin 1987 e a de Bergen 1909. Historicamente, do primeiro conhece-se relativamente pouco, uma vez que o segundo assumiu à partir desses encontros acadêmicos um caráter discursivamente hegemônico, que terminou ocultando-o.

Em uma rápida análise da produção histórica sobre o tema, observa-se que ainda existem dificuldades consideráveis na compreensão dessas medidas, e na definição de suas atribuições no contexto sócio-científico de combate à lepra à partir de meados do século XIX. O próprio conceito de *Modelo Norueguês*, por exemplo, foi utilizado por vários autores que se dedicaram à esse tema em diferentes momentos, nota-se porém que a compreensão que se faz dele é distinta e incongruente, merecendo ser aqui ressaltada.

Zachary Gussow³⁷ e Diana Obregón Torres o entendem como sendo o que aqui delimito de *Modelo Norueguês Prático*, ou seja, o que foi praticamente realizado na Noruega à partir do meio do século XIX. Ao descrever a forma com que Gussow entendia o referido conceito, concordando com ele, Obregón Torres afirma que: “Según este autor, el modelo noruego era democrático, racional y ilustrado. [...] Fue promovido por los noruegos mismos bajo condiciones culturales especiales.”³⁸

Yara Monteiro, por sua vez, compreende o *Modelo Norueguês* como sendo o que previa o isolamento compulsório obrigatório e irrestrito, proposto nas duas primeiras conferências internacionais de lepra, o que neste trabalho chamei de *Teórico*. Segundo a autora, os noruegueses se contradisseram posteriormente, ao apresentar à comunidade científica um sistema de medidas contra a lepra diferente do que foi realizado realmente no país nas décadas anteriores. E que: “Esta

³⁷ GUSSOW, Zachary. *Leprosy, Racism and Public Health: Social Policy in Chronic Disease Control*. Boulder: Westview Press, 1989.

³⁸ OBREGÓN-TORRES, Diana. *Batallas contra la lepra: Estado ciencia y medicina en Colombia*. p.121.

distorção influenciou boa parte dos hansenólogos da época, fazendo com que o ‘Modelo Norueguês’, ou seja, o isolamento compulsório, fosse adotado em muitas regiões endêmicas do mundo.”³⁹

Com isso, segundo a interpretação historiográfica atualmente vigente, tem-se delimitado o seguinte panorama histórico: esse *Modelo Norueguês Prático* teria sido desenvolvido com base em estruturadas e educativas medidas sanitárias, e em um isolamento voluntário que contava com a participação de vários setores da sociedade, e se transformaram em um positivo exemplo de como lidar com o problema; o *Teórico*, em contrapartida, teria sido apresentado nas referidas conferências internacionais, de maneira totalmente impositiva e contraditória com relação ao primeiro, tendo num isolamento compulsório e punitivo a única alternativa apresentada, que gerou, por fim, um incontestável equívoco na atuação profilática contra a doença no século XX, em várias partes do mundo.

Compreende-se este *Modelo Norueguês Prático* aqui como resultado de uma tentativa nacionalista de acabar com a lepra, eleito o principal problema social vivido pelo país no princípio do século XIX.⁴⁰ A doença foi concebida pela primeira vez por um Estado como um problema científico. Entretanto, a conotação dessa cientificidade ultrapassou seus limites clinicamente específicos e foi desembocar nos matemáticos. A lepra enfim, era concebida em termos práticos como um número à ser eliminado ou pelo menos reduzido, transformando o doente apenas num dado. Além disso ela passava à ser uma responsabilidade exclusiva do Estado que deveria por fim se esforçar por desvincula-la do caráter caritativo e religioso à que sempre se viu vinculada.

Para alcançar este objetivo o governo escandinavo se dispôs a formar e financiar a primeira classe de médicos especialistas nesta enfermidade à partir da década de 1830.⁴¹ Neles foi depositada a esperança de todo o país na construção dos primeiros conhecimentos essencialmente técnicos sobre a enfermidade. Fruto desta empresa, surge no final da década de 1840 o primeiro trabalho reconhecidamente científico sobre a doença, intitulado “*Om Spedalskhed*”⁴² (Sobre a Lepra) de Daniel Danielsen e Carl Boeck – personificações dessa esperança escandinava – que deixou claro

³⁹ MONTEIRO, Yara. *Da maldição divina a exclusão social: um estudo da hanseníase em São Paulo* p.124.

⁴⁰ Sobre isso ver: KOCH, Robert. *Die Lepra-Erkrankungen im Kreise Memel*; HANSEN, Armauer & LIE, H. P. *Die Geschichte der Lepra in Norwegen*; GUSSOW, Zachary. *Leprosy, Racism and Public Health: Social Policy in Chronic Disease Control*.

⁴¹ Sobre isso ver: HANSEN, Armauer & LIE, H. P. *Die Geschichte der Lepra in Norwegen*; VOGELANG, Th. M. *The Termination of Leprosy in Norway: An Important Chapter in Norwegian Medical History; Together with a Portrait of Armauer Hansen circa 1873*. In: *International Journal of Leprosy*. 25 (4): p.345-51, 1957; LORENTZ, M. & IRGENS, M.D. *Leprosy in Norway: An Interplay of Research and Public Health Work*. In: *International Journal of Leprosy*: 41 (2): p.189-198, 1973.

⁴² DANIELSEN, Daniel C. & BOECK, Carl W. *Traité de la Spédalsked ou Eléphantiasis des Grecs*. Paris : J. B. Ballière, 1848.

que o caminho científico até a cura seria árduo e longo. Concomitante à este passo científico, o governo patrocinou um grande “censo da lepra”, que durou mais de uma década,⁴³ e tentou tornar palpável o tamanho do problema à ser solucionado: “Era necessário nesse primeiro momento compreender a extensão numérica da enfermidade.”⁴⁴ Médicos foram contratados para viajar e catalogar todos os doentes do país, o que tornou público as difíceis condições sanitárias e de vida em geral da população. Consciente disso o governo norueguês tratou de agir contra a lepra também no âmbito social, criando um requintado sistema hierárquico de poderes entre a sociedade com relação à doença, que foi interpretado por vários autores como democráticos e positivos,⁴⁵ pois além de teoricamente legarem ao doente a decisão de se isolar em seu domicílio segundo normas técnicas estabelecidas ou de ser levado aos – assim se acredita – modernos leprosários que construiria à partir desse momento, gerava uma atmosfera participativa na sociedade quanto ao assunto.

Na prática, porém, essa propensa atitude “descentralizadora” serviu tão somente para que o governo pudesse controlar melhor a realização das atitudes propostas por ele de maneira centralizada e impositiva. À partir da década de 1850 o governo re-utilizou a força de trabalho dos médicos contratados para a realização do grande censo sobre a doença nas décadas de 1830 e 1840, e criou para eles o cargo de “*Distrikartzf*”, *Médico Distrital* (HANSEN, 1909), que deveria oficialmente ser responsável por cuidar da saúde e do bem-estar de uma determinada região, mas que conforme aponta o próprio Hansen: “sua tarefa principal era controlar mais de perto o fluxo epidemiológico da lepra.”⁴⁶ Em cada um destes distritos também seria criado o cargo de *Kommunalbehörde*, *Autoridade Comunitária*, um cidadão escolhido pelo *Distrikartzf*, quase sempre com o auxílio da autoridade religiosa do local, que teria a função oficial de ser uma voz de dentro da comunidade à auxiliar esse *Distrikartzf* em todas as decisões que julgasse tecnicamente necessárias contra a lepra. Estes profissionais por sua vez estariam sob a responsabilidade do que foi chamado de “*Oberarzt der Lepra*”, *Médico Chefe da Lepra*, reponsáveis por recolher e estudar os dados colhidos por seus subordinados em termos estatísticos e por pensar soluções em termos estruturalmente amplos, de acordo com ordens e regulamentações administrativas diretas do

⁴³ Sobre esse senso ver: HANSEN, Armauer & LIE, H. P. *Die Geschichte der Lepra in Norwegen*; VOGELSANG, Th. M. *The Termination of Leprosy in Norway: An Important Chapter in Norwegian Medical History; Together with a Portrait of Armauer Hansen circa 1873*; LORENTZ, M. & IRGENS, M.D. *Leprosy in Norway: An Interplay of Research and Public Health Work*.

⁴⁴ HANSEN, Armauer & LIE, H. P. *Die Geschichte der Lepra in Norwegen*. p.326.

⁴⁵ VOGELSANG, Th. M. *The Termination of Leprosy in Norway: An Important Chapter in Norwegian Medical History; Together with a Portrait of Armauer Hansen circa 1873*; LORENTZ, M. & IRGENS, M.D. *Leprosy in Norway: An Interplay of Research and Public Health Work*; MONTEIRO, Yara. *Da maldição divina a exclusão social: um estudo da hanseníase em São Paulo*; OBREGÓN-TORRES, Diana. *Batallas contra la lepra: Estado ciência y medicina en Colombia*.

⁴⁶ HANSEN, Armauer & LIE, H. P. *Die Geschichte der Lepra in Norwegen*. p.327.

governo, através da figura central de Daniel Danielsen, o pilar de toda esta estrutura. Assim, ao contrário dos autores anteriormente citados, considero tais medidas como centralizadoras e impositivas, uma vez que a atuação dos *Kommunalbehörde* e do *Distrikarzt* no processo era na prática cerceada e diminuta: “[...] com essas medidas Danielsen assumiu o controle geral da situação.”⁴⁷ A historiograficamente apregoada atmosfera democrática dessas medidas não foi observada nas fontes pesquisadas por este trabalho. O próprio Armauer Hansen deixa bem claro também neste artigo que houve compulsoriedade e mesmo a ação policial no país para garantir a realização do isolamento, especialmente após a sua entrada no processo, na década de 1870.

Bastante influenciados pelo resultado epidemiológico dessas medidas apresentado no final do século XIX, onde os quase três mil casos confirmados da enfermidade registrados em meados do século caíram para algumas centenas,⁴⁸ a historiografia contemporânea sobre o tema acaba compreendendo tais medidas enfim, como bem fundamentadas e como um modelo à ser seguido.

Procurei neste trabalho me focar mais detalhadamente no discurso de Armauer Hansen sobre o processo, que em termos práticos se constitui de fato como a principal fonte histórica sobre o mesmo. A desejável consulta de documentos oficiais do governo norueguês sobre o assunto se apresentou como um problema linguístico e temporal cuja solução ainda não me foi possível neste trabalho. Assumo desta maneira uma postura analítica até certo ponto reducionista, de me fazer valer basicamente apenas do discurso de um personagem para compreender uma ação política desta relevância. Justifico-a em função da centralização política e acadêmica em torno da figura de Hansen que, em termos práticos, se transformou no porta-voz oficial e no estandarte dessas medidas, não deixando margem à outros personagens que pudessem tê-las descrito de outra maneira. Isto não apenas em função de ter sido um responsável direto pela implementação dessas medidas na Noruega à partir da década de 1870, ou por ser aluno e genro de Daniel Danielsen – que já havia falecido em 1879 –, mas também e principalmente por ser àquela altura aclamado como o pai do bacilo da doença, fato que abriria novos horizontes à seu estudo.

Assim apesar de na prática partir do mesmo viés documental, ou seja, o discurso de Armauer Hansen, porém enquanto fonte primária, pude chegar aqui à alguns outros questionamentos e observações sobre essa política-pública escandináva contra a lepra. Essa concepção historiográfica atual das medidas norueguêsas, ou do *Modelo Norueguês Prático*, partem do pressuposto que sob uma atmosfera democrática bem regulamentada houve uma diminuição

⁴⁷ HANSEN, Armauer & LIE, H. P. *Die Geschichte der Lepra in Norwegen*. p.328.

⁴⁸ Sobre isso ver: HANSEN, Armauer a. *Facultativ oder Obligatorische Isolation der Leprösen*. I Internationale Lepra-Konferenz, 1: 1-5. 1897; KOCH, Robert. *Die Lepra-Erkrankungen im Kreise Memel*; HANSEN, Armauer & LIE, H. P. *Die Geschichte der Lepra in Norwegen*.

epidemiológica dos casos da doença que não deixava dúvidas de sua eficácia. Ao considerar tais medidas como exitosas, essa corrente dá margens à interpretação de que elas foram responsáveis pela cura dos doentes, ou seja, que a impressionante curva decrescente do número de casos registrados teve como consequência o retorno dos doentes à seus lares e à sua vida social. A lepra, porém, era uma enfermidade cuja cura clínica naquele momento representava uma utopia. Como explicar então essa diminuição epidemiológica? H.P. LIE, assistente de Armauer HANSEN por mais de uma década e seu sucessor político no país após seu falecimento em 1912, deixa claro em um artigo escrito já em 1933 com o objetivo de descrever essas medidas escandinavas que ele não tinha resposta à esta pergunta, e ainda completa reticente: “is the decline spontaneous?”⁴⁹

O próprio Armauer Hansen, como se verá, fornecerá na I Conferência Internacional de Lepra de Berlim em 1897 alguns indícios históricos capazes de responder pelo menos em parte à este questionamento. Nesta ocasião, como ressaltado anteriormente, ele foi o principal responsável por realizar a descrição do que denominei de *Modelo Norueguês Teórico*, isto é, a sua interpretação – feita mais de meio-século depois e sob olhares atentos de autoridades científicas e políticas de todo o planeta – sobre a política-pública escandinava contra a lepra no século XIX que, graças à uma relativa dificuldade documental sobre o tema e à legitimação de sua figura acadêmica, se transformou na descrição reproduzida historiograficamente à partir de então.

As medidas norueguêsas contra a lepra no século XIX – ou *Modelo Norueguês Prático* – foram assim implementadas sob uma atmosfera pragmática e cientificista que centralizou o combate à lepra sob a figura do Estado, que transformou a doença em um número. O doente por sua vez, segundo palavras do próprio Hansen seria: “um mal-trabalhador, e por conseguinte uma perda econômica para sua sociedade.”⁵⁰ Porém, com mais de meio-século de história, tendo como predicado o poderoso álabe dos números que comprovavam naquele momento praticamente a extinção da doença no país, e sob a regência acadêmica do principal personagem científico vinculado ao estudo técnico da enfermidade, elas chegavam ao primeiro encontro internacional de médicos e políticos sobre a doença como principal proposta política contra o problema da lepra.

I Conferência Internacional de Berlim 1897

O governo alemão organizaria com muito orgulho e pompa o primeiro encontro científico mundial para tratar especificamente do assunto lepra. O país era um fundamental centro científico

⁴⁹ LIE, H.P. *Why is leprosy decreasing in Norway*. In: *International Journal of Leprosy*. (1): 1933. S. 210.

⁵⁰ HANSEN, Armauer. *Einleitung*. I Internationale Lepra-Konferenz, 2: p.18. 1897.

do período, levando autores como John Cornwell a chama-lo de “*Meca da Ciência*.”⁵¹ Os resultados científicos dos germânicos eram realmente respeitáveis. “Em 1921, vinte anos depois da instituição dos prêmios Nobel, alemães, ou pelo menos pessoas de língua alemã, haviam ganhado metade dos prêmios concedidos às ciências naturais e à medicina.”⁵² Fazendo do idioma alemão, por consequência, condição fundamental para divulgação e progresso científicos. Nomes como Albert Einstein na física, Adolf von Bayer na química e Robert Koch na medicina eram exemplos incontestes dessa hegemonia.

Nessa atmosfera foram convidadas as maiores autoridades médicas de todo o mundo para a Conferência de lepra, com a real e viva esperança de se compreender a extensão do problema que voltava à tona, como também de apresentar soluções plausíveis para combater a doença. Era sabido, porém, que a cura ainda era uma utopia, e que as discussões deveriam ser por conta da melhor maneira de se realizar o isolamento dos doentes, única alternativa viável para o não alastramento do mal.

Para entender essa querela, necessário se faz explicar um pouco melhor em que consiste a publicação dessa Conferência de lepra em Berlim, em 1897. Os anais da conferência são divididos em dois tomos que totalizam 1392 páginas, originalmente publicados em alemão. No primeiro existem artigos previamente escritos pelos participantes do encontro, como também os discursos literais proferidos na abertura e no encerramento do mesmo por alguns dos mais importantes desses leprólogos. E no segundo tomo existe um resumo das discussões diárias dos quatro dias da conferência.

Seguindo o pressuposto “indiciário” e investigativo de Carlo Ginzburg,⁵³ relevantes à atividade histórica no que tange à observação de detalhes e mesmo de silêncios nas fontes pesquisadas, pode-se observar importantes fatos nesse encontro acadêmico. Por exemplo, o fato de um dos principais personagens da idealização e da prática do mencionado *Modelo Alemão*, Robert Koch, não ter sequer participado do evento, mesmo sendo um importante ícone acadêmico sobre o assunto, e um dos representantes mais respeitados, e inclusive conselheiro, do *Gesundheitsamt* (Ministério de saúde do Reich), que promoveu o encontro.

Muito provavelmente na publicação de Robert Koch, chamada “*A lepra na região de Memel*” estaria a explicação para essa ausência. A intenção do artigo publicado três meses antes da realização da conferência seria de relatar a extensão da doença na região alemã que, como mostrado

⁵¹ CORNWELL, John. *Os cientistas de Hitler*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 2003. p.45.

⁵² CORNWELL, John. *Os cientistas de Hitler*. p.46.

⁵³ GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes – O cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

anteriormente, voltava a contabilizar novos casos de lepra, assustando à todos e exigindo medidas urgentes do governo alemão. Contudo, além de realizar tal tarefa, ele tece críticas às medidas implementadas na Noruega nas décadas anteriores, e especialmente ao fato de atribuir ao isolamento compulsório em instituições estatais o desaparecimento da doença no país.⁵⁴ Ele já afirma no artigo que essas medidas não eram confiáveis, duvidando da relevância dos dados epidemiológicos para a discussão do assunto. E afirma por exemplo, que “permanece apenas uma saída lógica para o problema, construir instituições que levem em conta tanto as mais modernas preocupações técnicas no combate à doença quanto às necessidades e a realidade sociais de cada país.”⁵⁵ Mostra também uma tabela epidemiológica com o número de casos da doença na Noruega antes e depois da implantação dessas medidas no país, concluindo que esses dados não seriam suficientes para dar a confiança necessária às medidas norueguesas, dizendo que “números não curam, são apenas números.”⁵⁶ Para ele, enfim, a proporção de doentes internados nos leprosários estatais escandinavos nunca foi suficiente para atribuir o fim da enfermidade no país ao isolamento compulsório.

Essa atitude de Robert Koch em criticar de maneira tão explícita a postura norueguesa com relação à lepra em um trabalho que teria uma finalidade completamente diferente, está arraigada nas diferenças profundas, anteriormente abordadas, com relação ao papel do doente e do Estado no desenvolvimento de suas políticas-públicas contra a lepra observadas entre Alemanha e Noruega. Segundo o *Modelo Alemão* de atuação contra a lepra, era inconcebível o Estado arcar com todas as despesas decorrentes desse combate. Robert Koch inicia assim a crítica que boa parte da historiografia no século XX faria à figura de Armauer Hansen, uma vez que lega ao escandinavo a responsabilidade por fazer uma espécie de deturpação da realidade vivida durante todo o processo de implementação dessa política na Noruega.

A Alemanha porém contava no mesmo período com um outro renomado bacteriologista, e que também possuía uma relevante experiência no estudo de várias enfermidades, dentre elas a lepra: o berlinense Rudolf Virchow, que foi inclusive escolhido para ser o presidente da conferência de Berlim. Sua estreita relação profissional e pessoal com o norueguês Armauer Hansen acabou sendo uma fundamental vantagem para o escandinavo na disputa pela legitimação da melhor política-pública contra a lepra. Artigos de Armauer Hansen no famoso *Virchows Archiv* – que foi um dos mais importantes periódicos médicos do século XIX – eram comuns. O próprio Rudolf Virchow relata mais detalhadamente a amizade com Armauer Hansen, à quem chamou de “um

⁵⁴ KOCH, Robert. *Die Lepra-Erkrankungen im Kreise Memel*.

⁵⁵ KOCH, Robert. *Die Lepra-Erkrankungen im Kreise Memel*. p.250.

⁵⁶ KOCH, Robert. *Die Lepra-Erkrankungen im Kreise Memel*. p.249.

grande amigo”⁵⁷ num artigo publicado nesse periódico. O historiador Manfred Vasold também narra uma importante passagem da vida profissional de Rudolf Virchow no artigo “*Rudolf Virchow und die Lepra in Norwegen*” (Rudolf Virchow e a lepra na Noruega), onde conta com detalhes uma viagem feita pelo médico alemão em 1859 à Bergen na Noruega, onde toma conhecimento das medidas tomadas pelos noruegueses com relação à doença, além de ter a oportunidade de estreitar os laços acadêmicos com Daniel Danielsen e com o próprio Armauer Hansen, àquela altura ainda assistente de Danielsen. Nesse artigo, de 1989, Manfred Vasold conta que “Virchow compactuava da mesma visão de ciência de Hansen, e os dois se uniriam cada vez mais à partir dessa viagem do berlinense à capital norueguesa.”⁵⁸

Se torna difícil crer, assim, que Armauer Hansen não tomou conhecimento das tais críticas de Robert Koch, três meses antes da Conferência, e que não quis se retaliar. E que essa retaliação não influenciou na não participação de Robert Koch no evento. Oficialmente, Robert Koch estava em mais uma de suas muitas *Forschungsreise* (Viagens Investigativas) ao continente africano,⁵⁹ porém sua presença não seria difícil de ser arranjada, se desejada, pelas autoridades responsáveis. A relevância acadêmica que gozava no campo da bacteriologia bem como sua experiência pessoal na idealização e implementação das medidas de seu país contra a lepra nas colônias africanas e no pequeno foco caseiro em Memel me levam à crer que a ausência de Robert Koch na conferência de Berlim foi algo politicamente arranjado.

Por todos os motivos aqui ressaltados, a voz de Armauer Hansen era sem dúvida a mais aguardada. Na ocasião ele realizaria a descrição das medidas que conseguiram acabar com a lepra em seu país, no que denomino neste trabalho de *Modelo Norueguês Teórico*. Sua inteligência e perspicácia históricas merecem ser ressaltadas, uma vez ter reconhecido o nível de insegurança técnica que pairava sobre os conhecimentos acerca da lepra no período, e de ter escolhido a alternativa argumentativa do isolamento como solução à ser recomendada à todos que quisessem chegar aos mesmos resultados noruegueses. Além disso, ele reconheceu desde o princípio sua relevância histórica no processo, e se esforçou para galgar até certo ponto sozinho o posto de ícone moderno da lepra.

⁵⁷ VIRCHOW, Rudolf. *Zur Geschichte des Aussatzes, besonders in Deutschland, nebst Aufforderung an Ärzte und Geschichtsforscher*. In: *Virchows Archiv*: v. 18. p.139 ,1860.

⁵⁸ VASOLD, Manfred. *Rudolf Virchow und die Lepra in Norwegen*. In: *Medizinhistorisches Journal*, v. 24 p.135, 1989.

⁵⁹ Sobre a biografia de Robert Koch ver por exemplo: BOCHALLI, Richard. *Robert Koch – Der Schöpfer der modernen Bakteriologie*. Stuttgart: Wissenschaftliche Verlagsgesellschaft M.B.H., 1954.

Shubhada Pandya,⁶⁰ por exemplo, narra com interessantes fontes primárias a tentativa do médico norte-americano Albert Ashmead – que também esteve presente na conferência de Belim – de formar junto com Armauer Hansen e outros médicos uma rede mundial de pesquisadores, um *Comitê*, à partir do final de 1896, e que teriam também a responsabilidade política de propôr soluções contra a enfermidade. De maneira sutil mas determinada, segundo o autor, o norueguês declina de todas as tentativas, numa atitude que interpreto aqui como intencionalmente pensada para ressaltá-lo como o mais importante e relevante personagem científico e político da lepra no período.

Albert Ashmead seria assim, um outro personagem que buscava seu reconhecimento acadêmico no processo. Também favorável ao isolamento compulsório, ele buscava maneiras de formar uma primeira classe de “leprologistas”, que teria a responsabilidade de convencer os governos de todo o mundo da necessidade do isolamento para se chegar ao fim da lepra:

The suppression and prevention of leprosy ... can only be accomplished by smothering it by means of [leper] isolation. We want to obtain enforced and complete isolation by the consent of governments; we want the necessary measures to be taken, everywhere, rigorously, and that the principle of isolation may pass into practice, with all its consequences, all the duties and efforts it may entail.⁶¹

Mas, pelos motivos apontados anteriormente, tal atitude não seria bem-vista e não contaria com o apoio do médico norueguês. Em uma das discussões da conferência de Berlim – que por fim não foi abordada por Shubhada Pandya – o norueguês trata do assunto, e dá mostras contundentes da maneira com que defenderia sua posição na ocasião, no que considero um de seus discursos mais sintomáticos de toda a conferência:

Meus senhores! Temos aqui duas propostas feitas por Dr. Ashmead (New York) e por Dr. Westberg sobre a formação de um “Lepra-Comité”. Eu já havia escrito anteriormente à Dr. Ashmead que eu não posso compreender o que este Comité teria à fazer, à não ser assinar papéis e tecer belos discursos. Eu penso que a coisa é bem simples. Nós conseguimos resultados realmente requintados na Noruega, mas se eles não forem suficientes para convencê-los, então façam como queiram. Se os senhores não querem seguir nosso exemplo são, como eu disse à Dr. Ashmead, idiotas (sic), e pessoas idiotas não merecem ser ajudadas. Mas minha experiência mostra que as pessoas não são tão idiotas como se diz comumente, e por isso eu acredito que os senhores farão como nós fizemos e eu posso garantir que em pouco tempo estarão livres da lepra.⁶²

Estava claro, assim, que ele não aceitaria a inserção de outros personagens no processo. A experiência e os resultados epidemiológicos de seu país, associada à sua experiência pessoal no estudo científico da doença, somada à providencial e fundamentada relação acadêmica com Rudolf

⁶⁰ PANDYA, Shubhada. *The first international leprosy conferency, Berlin, 1897: the politics of segregation*. In: História, Ciências, Saúde – Manguinhos: 10 (suplement 1). S. 161-177, 2003.

⁶¹ Ashmead, 22.1.1897. Apud: PANDYA, Shubhada. *The first international leprosy conferency, Berlin, 1897: the politics of segregation*. p.168.

⁶² I INTERNATIONALE LEPRACONFERENZ. *Die Isolierung der Aussätzigen und die dazu erforderlichen Maassregeln*. Berlin, 1897: 2. p.165.

Virchow eram predicados suficientes para legar à sua figura a condição de legitimidade necessária para propôr, sozinho, soluções aos presentes. E sua solução foi o isolamento compulsório que, de fato, era a única alternativa plausível.

De qualquer forma, todas as tentativas terapêuticas para a lepra foram até agora tão claramente mal-sucedidas, ou pelo menos tão inseguras, que não nos resta outra alternativa. Será o mais sensato e mais humano de nossa parte, se nós combatermos a propagação desta enfermidade através do isolamento dos doentes.⁶³

A idéia do médico norueguês era clara. Através do isolamento compulsório dos doentes, a doença iria naturalmente desaparecer. Este procedimento foi de fato, por fim, o adotado em seu país. O governo reuniu a maior quantidade possível de leprosos em leprosários sob sua total responsabilidade, e à partir deste momento passou a não se preocupar demasiadamente com o que acontecia lá dentro.

Aconteceram tantas outras doenças, tantas outras infecções, que os doentes morriam nesses leprosários muito antes do que se estivessem ficado em casa. Isso se trata de problema exclusivamente sanitário, nenhum acidente, mas bonito e humano não foi.⁶⁴

Este pequeno trecho do discurso de Armauer Hansen transcrito nos anais da primeira conferência internacional de lepra de Berlim abre assim novas perspectivas de análise do processo de implementação da política-pública norueguesa contra a doença no século XIX. Ao lê-lo compreende-se um pouco melhor os motivos pelos quais o país conseguiu diminuir epidemiologicamente o número de doentes de forma tão impactante em pouco mais de meio-século sem que fosse possível tecnicamente curar a doença. Não se trata de dizer que o governo norueguês exterminou seus doentes de lepra, mas sim de dizer que ele não dispenderia recursos financeiros e mesmo energéticos em cuidar da saúde e do bem-estar de pessoas que se sabia não possuírem futuro social. Era de seu conhecimento que os doentes que fossem internados nesses leprosários não tinham chance de lá saírem curados. O que acontecesse dentro dos muros dessas instituições, assim, não deveria mesmo ser objeto de tanta preocupação governamental, já que a eliminação desses doentes viria em último caso de encontro com a perspectiva científica pragmática e tecnicista deste governo que, como já ressaltado anteriormente, compreendia o doente apenas como um dado, um número à ser reduzido ao máximo. Não foi encontrada nenhuma menção sequer desse pronunciamento de Armauer Hansen em toda a bibliografia estudada sobre o tema, o que reforça a idéia de que essa política pública norueguesa para a lepra no século XIX se apresenta ainda como um profícuo e frutífero campo de análise e pesquisa histórica.

⁶³ I INTERNATIONALE WISSENSCHAFTLICHE LEPRA-KONFERENZ. *Zweite Sitzung*: 2. p.48-49. Berlin, 1897.

⁶⁴ I INTERNATIONALE LEPRA-CONFERENCE. *Die Isolierung der Aussätzigen und die dazu erfolgreichen Maassregeln*. p.162.

A ressonância conseguida por seu discurso na ocasião foi bastante positiva. À ponto de legar à ele a coragem de opinar livremente, por exemplo, sobre o problema da lepra na Alemanha, que pelos motivos apresentados aqui, seria oficialmente o principal concorrente ideológico de sua proposta. Em um dos encontros da conferência vamos encontrar um singular acontecimento nesse sentido: “Especialmente aqui na Alemanha, onde existem 36 casos em uma região (grito:15!), se poderia em poucos anos acabar com a doença.”⁶⁵ Em uma de suas inúmeras intervenções, Armauer Hansen sugere que também os alemães deveriam seguir seus conselhos, recebendo a corrigenda imediata de alguém da platéia quanto ao número de casos citado por ele na região de Memel. Acontecimento que por fim nos oferece uma idéia do nível de divergências e competitividade com que foi criado o paradigma científico do isolamento compulsório como solução para o problema da lepra.

A proposta alemã por sua vez foi relegada à um segundo plano. Ao contrário do que se observava com os noruegueses, que possuíam já na conferência de Berlim uma série de dados e argumentos epidemiológicos acumulados em mais de meio-século de história de sua solução para o problema, a política pública contra a lepra implementada pela Alemanha estava em pleno processo de desenvolvimento, tanto em suas colônias africanas quanto no pequeno foco caseiro na região de Memel, e ainda não possuía resultados práticos à apresentar, ou seja, não podia ainda comprovar a diminuição epidemiológica da doença com tais medidas. Este foi, sem dúvida, um dos fatores decisivos para a aclamação dessa maneira norueguesa de lidar com o problema na ocasião. No continente africano, as medidas alemãs começaram a ser implementadas no princípio da década de 1890, mas ainda estavam longe de apresentar resultados práticos em 1897. E no foco prussiano, tal política pública teve início oficial, conforme também salientado neste trabalho, com a visita de Robert Koch à região para propôr as soluções políticas para o problema já no ano de 1896, um ano antes da conferência na capital do Reich. Alia-se à essa falta de resultados práticos, ou mesmo de experiência, à ausência de Robert Koch no encontro, a personalidade política e acadêmica que poderia interceder de maneira decisiva à favor dessa alternativa. A maneira alemã de lidar estatalmente com a lepra foi, desta maneira, desacreditada.

O legado oficial da conferência para a história da lepra, em outras palavras da descrição e aclamação do *Modelo Norueguês Teórico*, seria assim como já afirmam vários autores, o isolamento compulsório à todos os leprosos em instituições que haveriam de ser construídas pelo

⁶⁵ I INTERNATIONALE LEPRA-CONFERENCE. *Die Isolierung der Aussätzigen und die dazu erfolgreichen Maassregeln*. op. cit. S. 165.

Estado à um custo alto e sem qualquer garantia quanto à resultados,⁶⁶ como se isolar fosse suficiente para curar. À partir de então começava uma disputa ainda maior por poderes entre os acadêmicos envolvidos no assunto, que ressoaria em vários contextos históricos e sociais no período. Alguns autores como Yara Monteiro, que estudou esse processo no Brasil, chegam a dividir a classe médica envolvida no assunto em dois grupos: isolacionistas e partidários de uma “nova postura”.⁶⁷ No mundo inteiro borbulhavam discussões sobre o tema. Diana Obregón, por exemplo, narra que na Colômbia as discussões percorreram congressos de medicina por mais de três décadas.⁶⁸

Mas na realidade, o poder de Armauer Hansen só fez aumentar na conferência de Berlim, fazendo com que ele mesmo afirmasse em sua auto-biografia que “se me senti famoso algum momento de minha vida, este momento foi em Berlim em 1897. Me senti feliz por perceber que as pessoas passaram a se interessar verdadeiramente pela lepra, e tinha contribuído para isso.”⁶⁹ Eleito presidente da Associação dos Leprólogos, criada na ocasião por sugestão de Rudolf Virchow,⁷⁰ ele conseguiu por fim aprovar a realização da próxima conferência internacional sobre o assunto para a capital norueguêsa: Bergen, que se realizaria 12 anos e muitas discussões depois.

II Conferência Intenacional de Lepra – Bergen 1909

196

Em realidade pode-se considerar a Conferência de Bergen, após sua leitura completa, e levando-se em conta todo o abordado contexto acadêmico, como uma espécie de homenagem à Armauer Hansen, que já àquela altura apresentava sinais contundentes de sua idade avançada, vindo a falecer menos de três anos mais tarde.

Por meio de uma análise desses pequenos trechos da trajetória acadêmica e mesmo pessoal do médico norueguês, neste trabalho também esboçadas, pôde-se identificar traços de um egocentrismo e uma necessidade de afirmação científica que trariam consequências fundamentais para o processo aqui abordado.

Outro exemplo disso seria observável também em seu mais importante passo científico. Ele recebeu os louros da descoberta do *Mycobacterium Leprae*, o microorganismo que seria o responsável pela transmissão da doença. Entretanto, levando-se em conta algumas estruturas metodológicas que consideram o pensamento e a produção científica como fenômenos coletiva e

⁶⁶ MUIR, Ernest & ROGERS, Leonard. *Leprosy*; MONTEIRO, Yara. *Da maldição divina a exclusão social: um estudo da hanseníase em São Paulo*; OBREGÓN-TORRES, Diana. *Batallas contra la lepra: Estado ciência y medicina en Colombia*.

⁶⁷ MONTEIRO, Yara. *Da maldição divina a exclusão social: um estudo da hanseníase em São Paulo*. p.137.

⁶⁸ OBREGÓN-TORRES, Diana. *Batallas contra la lepra: Estado ciência y medicina en Colombia*. p.181.

⁶⁹ HANSEN, Armauer. *The memories and reflections of Dr. Gerhard Armauer Hansen*. Würzburg: German Leprosy Relief Association, 1976. p.100.

⁷⁰ I INTERNATIONALE WISSENSCHAFTLICHE LEPRÄ-KONFERENZ. Zweite Sitzung.

socialmente construídos, não permitindo por fim que se aceite uma única e chapada Verdade Científica, ou mesmo uma “descoberta” científica,⁷¹ a contemporânea historiografia da ciência têm tentado re-interpretar esse “descobrimento” do médico norueguês. Diana ObregónTorres,⁷² afirma que ele apenas conjecturou ser o microorganismo realmente uma bactéria no artigo *Die Lepra – Klinischen und Pathologisch-Anatomischen Standpunkte*,⁷³ A lepra: atuais ponto-de-vistas clínico e anatômico-patológico, sem nenhuma comprovação contundente, o que por sua vez seria feito efetivamente apenas cinco anos depois, pelo médico alemão Albert Neisser, com a publicação do artigo: *Zur Aetiologie der Lepra*,⁷⁴ Sobre a Etiologia da lepra. Mas como Armauer Hansen havia publicado seu artigo anteriormente, e como tinha o aval científico e legitimatório de Daniel Danielsen, além de sua própria experiência já àquela altura respeitável no meio acadêmico pelas atividades realizadas na Noruega, se consentiu haver sido ele o “descobridor” da bactéria causadora da lepra.

Armauer Hansen conta porém sua versão para esse fato – ainda inédita nos trabalhos latino-americanos sobre o tema –, em um artigo publicado nessa II Conferência Internacional de Lepra de Bergen em 1909. Segundo ele, Albert Neisser havia estado em seu laboratório em Bergen, neste mesmo ano de 1879, para tentar comprovar que o microorganismo era uma bactéria, e que se encaixava na estrutura bacteriana de Robert Koch, principal paradigma científico do assunto no período. Para comprovar isso, eles precisavam cultivar o microorganismo “*in vitro*”, e este deveria mudar de cor, de acordo com as três estruturas bacterianas propostas por Robert Koch. Os testes não deram resultado.⁷⁵ Depois disso, ele enviou pessoalmente uma carta à Robert Koch pedindo conselhos sobre a melhor maneira de realizar a experiência. E recebeu como resposta que “o preparado deveria permanecer por um período, até 24 horas, em repouso para chegar ao resultado.”⁷⁶ Assim feito, Hansen acreditava ter conseguido provar que o *Micobacterium Leprae* era realmente uma bactéria. Porém para sua surpresa, na mesma semana Albert Neisser publica o artigo com os mesmos resultados, o enervando profundamente. Ainda assim em seu artigo de 1909, Armauer Hansen se auto-nomeia descobridor da bactéria dizendo que o ocorrido não seria “nada

⁷¹ FLECK, Ludwik. *La génesis y el desarrollo de un hecho científico*. Madrid: Alianza Universidad, 1986. Utilizei aqui esta tradução em espanhol, mas a versão original é de 1935. FLECK, Ludwik. *Genesis and development of a scientific fact*. In: TREN, Thadeus & MERTON, Robert K. (ed.). Chicago: The University of Chicago Press, 1935/1979.

⁷² OBREGÓN-TORRES, Diana. *Batallas contra la lepra: Estado ciencia y medicina en Colombia*.

⁷³ HANSEN, Armauer. *Die Lepra – Klinischen und Pathologisch-Anatomischen Standpunkte*. Cassel: Verlag von TH. G. Fischer & Co., 1874.

⁷⁴ NEISSER, Albert. *Zur Ätiologie der Lepra*. In: *Berslauer Artzl. Zeitschrift* 1: p.200-215, 1879.

⁷⁵ HANSEN, Armauer & LIE, H. P. *Die Geschichte der Lepra in Norwegen*. p.333.

⁷⁶ HANSEN, Armauer & LIE, H. P. *Die Geschichte der Lepra in Norwegen*. p.335.

que tirasse o brilhantismo de Armauer Hansen como principal ícone da história da lepra”,⁷⁷ e sequer cita o artigo e o nome de Albert Neisser além desse comentário.

Diferentemente da primeira conferência de Berlim, a conferência de Bergen se deu em um ambiente de tranquilidade e troca de deferências entre os participantes. Com o falecimento de Rudolf Virchow em 1902, a delegação alemã agora seria chefiada por Martin Kirchner. Como assistente de Robert Koch tanto na África quanto no foco caseiro da doença no país em Memel, Martin Kirchner exerceu um papel interessante no processo científico apresentado, pois ao mesmo tempo em que confirma que “[...] a Alemanha não podia traçar um panorama cientificamente convincente sobre a lepra no país quando da conferência de Berlim, devido ao pouco tempo de sua existência, mas me comprometo à realizar esta tarefa hoje aos senhores”,⁷⁸ se mostra completamente favorável à Armauer Hansen, chamando-o de “maior nome da história da lepra.”⁷⁹ A astúcia política de Kirchner nessa questão foi interessante. Ele sabia que àquela altura a proposta norueguesa estava definitivamente aclamada como melhor alternativa. Ao mesmo tempo era necessário apresentar os agora existentes resultados das medidas alemãs contra a lepra, colhidos nesses doze anos entre a conferência de Berlim e a de Bergen.

Coube à Martin Kirchner assim, a fundamental tarefa de explicar melhor as medidas tomadas nas colônias africanas em Memel, agora com dados absolutamente completos e estruturados, diferentemente do que ocorreu em Berlim doze anos antes, na primeira tentativa. Ele dá maiores detalhes sobre o leprosário da cidade prussiana, que estava na ocasião completando quase dez anos de existência, e contava com 22 doentes. Ressalta que os resultados desses dez anos também seriam relevantes em termos epidemiológicos, tendo o número de novos casos na região prussiana diminuído para apenas três nesses dez anos.⁸⁰ Além disso ele deixa claro que a alternativa institucional de Memel era consideravelmente menos dispendiosa ao Estado do que a proposta apresentada pelos noruegueses em Berlim. “O lar dos leprosos de Memel foi construído levando em consideração as condições e a realidade social alemãs, já apresentando resultados incontestes.”⁸¹ A atitude de Kirchner em expôr essa experiência na conferência de Bergen porém, foi quase que uma atitude para livrar sua consciência, uma vez que ele próprio sabia que sua retórica e seus dados não

⁷⁷ HANSEN, Armauer & LIE, H. P. *Die Geschichte der Lepra in Norwegen*. p.336.

⁷⁸ KIRCHNER, Martin. *Die in Deutschland und den deutschen Schutzgebieten seit 1897 ergriffen Schutzmaßregeln gegen die Lepra*. II Internationale Lepra-Konferenz, Bergen: 2, 1909. p.15.

⁷⁹ KIRCHNER, Martin. *Die in Deutschland und den deutschen Schutzgebieten seit 1897 ergriffen Schutzmaßregeln gegen die Lepra*. p.17.

⁸⁰ KIRCHNER, Martin. *Die in Deutschland und den deutschen Schutzgebieten seit 1897 ergriffen Schutzmaßregeln gegen die Lepra*. p.18.

⁸¹ KIRCHNER, Martin. *Die in Deutschland und den deutschen Schutzgebieten seit 1897 ergriffen Schutzmaßregeln gegen die Lepra*. p.23.

iriam modificar o panorama científico do momento, que enxergava apenas o modelo norueguês como adequado: “Considero terminado meu dever de informar aos senhores sobre nossa experiência no combate à lepra. Agradeço pela oportunidade.”⁸²

Imperioso se torna por fim, constatar novamente a marginal – mas agora pelo menos presente – participação de Robert Koch na conferência de Bergen. Suas idéias foram observadas apenas no sucinto artigo de quatro páginas,⁸³ que pode ser considerado como uma espécie de tratado eugênico da lepra. Quase sem tocar no assunto do isolamento, ele versa apenas sobre o fato de se dever considerar a lepra como enfermidade tropical, propondo como solução por exemplo, o envio de um maior número de mulheres européias para as “colônias”, com o objetivo de diminuir a mistura dos europeus com os povos contaminados pela doença,⁸⁴ mostrando como também suas idéias se modificaram nesse intervalo de doze anos entre as duas conferências. Mesmo estando em Bergen, e mesmo com esta pequena participação, Robert Koch não perdeu a oportunidade de fazer críticas à forma norueguesa de combater a lepra: “Também na Noruega, basicamente um povo de pobres pescadores, se observou que a doença é mesmo transmissível, e que o tratamento deve ser orientado à todos, não apenas aos mais pobres.”⁸⁵ Na única frase em que versa sobre o isolamento afirma: “O isolamento ainda é, infelizmente, o único meio pelo qual a enfermidade pode ser combatida cientificamente, enquanto não chega cura para a doença, prometida pelo Dr. Deycke.”⁸⁶ É nítida a intenção de Robert Koch nessa frase em atingir Armauer Hansen, pois era mais do que claro para os cientistas presentes ao encontro que se a cura da enfermidade poderia chegar, seria evidentemente pelas mãos do médico norueguês.

Na última seção da conferência, destinada a escolha dos próximos membros da sociedade dos leprólogos, tendo sido Armauer Hansen aclamado novamente presidente, exatamente no último parágrafo da publicação lê-se: “À noite foi oferecido pelo Comitê Organizador um banquete aos participantes. Sua Excelência Robert Koch declinou ao convite, afirmando necessitar viajar às pressas para a participação em um outro congresso, tendo deixado na oportunidade seus sinceros cumprimentos aos colegas. Sobre isso respondeu Sua Excelência Dr. Armauer Hansen: ‘A Conferência de Lepra envia agradecimentos ao Dr. Robert Koch pelos cumprimentos deixados’.”⁸⁷

⁸² KIRCHNER, Martin. *Die in Deutschland und den deutschen Schutzgebieten seit 1897 ergriffen Schutzmaßregeln gegen die Lepra*. p.28.

⁸³ KOCH, Robert. *Zur Prophylaxe der tropischen Lepra*. II Internationale Lepra-Konferenz, 2: 253-256. Bergen, 1909.

⁸⁴ KOCH, Robert. *Zur Prophylaxe der tropischen Lepra*. p.255.

⁸⁵ KOCH, Robert. *Zur Prophylaxe der tropischen Lepra*. p.254-255.

⁸⁶ KOCH, Robert. *Zur Prophylaxe der tropischen Lepra*. p.254.

⁸⁷ II INTERNATIONALE WISSENSCHAFTLICHE LEPRÄ-KONFERENZ. Vol. III. Bergen, 1909. p.423.

Um sintomático acontecimento que demonstra o grau de competitividade e divergências entre os seres humanos envolvidos nessa querela acadêmica. Ao se recusar à participar do banquete oficial oferecido aos participantes na última noite do evento, Robert Koch deixa claro que não compactuava da maneira pela qual estava sendo formado o paradigma científico do isolamento compulsório como solução para o problema da lepra. Ao deixar a capital norueguesa, ele via sua luta pessoal por idealizar e implementar uma alternativa para o problema menos dispensiosa ao estado e mais preocupada com o doente oficialmente desacreditada e subjulgada, e observava a aclamação de Armauer Hansen como a eterna figura científica vinculada à lepra.

Considerações Finais

A proposta norueguesa, ou *Modelo Norueguês Teórico* foi, enfim, aceita como a mais plausível. O isolamento dos doentes, solução milenarmente conhecida no combate à lepra, seria agora remodelado e pintado por esses médicos nas conferências de Berlim e Bergen oficialmente com o verniz do discurso científico. Se antes ele era uma alternativa quase que natural, à partir destes encontros acadêmicos ganhava o status de recomendação técnica abalizada pelas principais autoridades no assunto naquele período, se transformando, em última análise, num Paradigma Científico que nasceria com um subjetivo e enevoado “calcanhar de Aquiles” argumentativo. As medidas implementadas na Noruega desde as primeiras décadas do século XIX foram pautadas em ideologias e em estruturas que já não cabiam no contexto sócio-político no qual foram realizados estes encontros, daí a discrepância entre o que conceituo de Modelo Norueguês *Prático* e *Teórico*. Seria bem mais sensato e seguro por parte de seu porta-voz oficial, Armauer Hansen, se sustentar discursivamente nos seus resultados, ou seja, nos dados epidemiológicos que comprovavam efetivamente o fim da doença no país nessa virada dos séculos XIX e XX, do que em apresentar explicitamente suas peculiaridades. Com isso, o médico norueguês propôs que o Estado deveria assumir toda a responsabilidade do combate à lepra, financiando sua pesquisa técnica e construindo leprosários onde se não todos, pelo menos a maioria dos doentes deveria ser internada.

Pelas próximas seis ou sete décadas os meios científico e social discutiriam incansavelmente sobre esse equívoco em confundir isolamento dos doentes com cura da doença, e sobre a melhor maneira de propôr um isolamento para os leprosos.⁸⁸ Já em meados do século XX Ernest Muir e

⁸⁸ Sobre isso ver por exemplo: MUIR, Ernest & ROGERS, Leonard. *Leprosy*; MONTEIRO, Yara. *Da maldição divina a exclusão social: um estudo da hanseníase em São Paulo*; OBREGÓN-TORRES, Diana. *Batallas contra la lepra: Estado ciencia y medicina en Colombia*; BECHLER, Reinaldo G. *Colônia Santa Isabel: a história de um estigma*. Monography, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas / UFMG, Belo Horizonte (manuscrito). 2003.

Leonard Rogers denominam este processo como “o maior erro da medicina moderna.”⁸⁹ Milhares de leprosos de todo o mundo à partir desse momento seriam na prática isolados na esperança ou na até certo ponto inconsciente intenção de que, assim como aconteceu na Noruega, eles “desaparecessem”, o que claro não aconteceu. Tal equívoco foi, ainda que introdutória e incipientemente, abordado neste trabalho, e surgiu da necessidade de alguns seres humanos, envolvidos em pulsantes disputas de e por poderes no processo de formação da primeira classe de médicos especialistas na lepra, responderem às urgentes questões científicas, sociais e políticas que esta enfermidade produzia no período. Armauer Hansen lutou – e conseguiu – contra seus colegas nessas conferências para se tornar o maior ícone acadêmico relacionado à esta doença milenar.

Ficam aqui um pouco mais do legado de seus discursos e de suas discussões observadas nas duas primeiras conferências internacionais de lepra. Nas duas primeiras oportunidades em que seres humanos distintos social, cultural e politicamente se dispuseram à discutir agora dotados de uma propensa cientificidade sobre um assunto tão sério, e ao mesmo tempo de perspectivas tão inseguras, que realmente merecem uma análise mais detida da contemporânea historiografia da ciência. O caminho entre teoria e prática neste processo de transformação do isolamento compulsório de leprosos em um paradigma científico, enfim, se mostrou cheio de curvas e armadilhas históricas. Ao tentar analisa-lo com um ângulo de observação mais aproximado de seus atores, e ao buscar personifica-lo historicamente, tornando-o humana e falivelmente compreensível, este trabalho se alinha à uma perspectiva histórica que, apesar da dificuldade da definição deste conceito, pode-se dizer culturalista. O fato histórico é compreendido aqui como algo inacabado, incompleto. As realidades históricas produzidas por esses fatos, da mesma forma, são vistas como movediças, passíveis de transformações e constantes re-interpretações, pois “o que conta nas coisas ditas pelos homens não é tanto o que teriam pensado além ou aquém delas, mas o que desde o princípio às sistematiza, tornando-as pelo tempo afora, infinitamente acessíveis a novos discursos e abertas á tarefa de transforma-las.”⁹⁰

201

Artigo recebido em 10/02/2009 e aprovado em 28/05/2009.

⁸⁹ MUIR, Ernest & ROGERS, Leonard. *Leprosy*. p.14.

⁹⁰ FOUCAULT, Michel. *O nascimento da clínica*. p.XVI.

O ANARQUISTA TERRORISTA NA IMPRENSA ESCRITA NO SÉCULO XIX

Fabício Pinto Monteiro

Mestre em História pela Universidade Federal
de Uberlândia
fabriciomonteiro@bol.com.br



Resumo

Este texto trata inicialmente das significações construídas pela imprensa escrita, com os periódicos *The New York Times* e *Le Petit Journal Illustré*, sobre os anarquistas terroristas no imaginário social da segunda metade do século XIX. Carregando sentidos sociais próprios, porém, as significações construídas pelos jornais estariam em constante conflito com os sentidos simbólicos construídos pelos próprios anarquistas para seus ideais, palavras e ações. Este embate no imaginário social da segunda metade do século XIX é a problemática central deste trabalho.

Palavras-chave: Anarquismo, terrorismo, imprensa escrita.

Abstract

This article presents some aspects of symbolic struggle between the 19th century anarchists terrorists and the writing press on that time with the newspapers *The New York Times* (USA) and *Le Petit Journal Illustré* (France). Anarchist's words, ideals and deeds acquire distinct (and discordant) meanings on imaginary of society.

Keywords: anarchism, terrorism, writing press.

Referindo-se aos ataques de 11 de setembro de 2001 à Nova Iorque e Washington, Jean Baudrillard destaca a participação fundamental dos meios de comunicação para a eficácia da ação terrorista: neste caso, a mídia televisiva foi uma “entre outras armas que eles [os terroristas] viraram contra ele mesmo [o sistema], os terroristas exploraram o tempo real das imagens e sua difusão mundial instantânea.”¹ Isto ocorre porque o objetivo da ação terrorista não é a violência concreta em si – as explosões, o número de mortos e feridos -, mas sim a violência *simbólica* que a acompanha e que, devidamente levada a público, gera a singularidade do ato e o sentimento de terror.²

Este mesmo princípio não está ausente no caso do terrorismo anarquista da segunda metade do século XIX, tendo a imprensa escrita, que se desenvolvia cada vez mais na Europa e Estados Unidos da época, um papel essencial, embora ambivalente, na edificação do temor aos anarquistas no imaginário social. Sobre os jornais daquele momento, afirma Richard Jensen:

A Era do Terrorismo Anarquista coincidiu com o começo da Era do Jornalismo de Massa. Na Grã-Bretanha, Estados Unidos e em todo o mundo ocidental, os anos 1880 testemunharam a emergência de um “novo jornalismo”. Precedido por editores como Joseph Pulitzer com seu *St. Louis Post-Dispatch*, e mais tarde seu *New York World*, e W. T. Stead em seu *Pall Mall Gazette*, o “novo jornalismo”, com suas sensacionais manchetes em pesadas letras pretas, era menos interessado em limitar-se a uma simples linha política ou análises profundas e de longo alcance que produzir rapidamente notícias para consumo de massa e entretenimento.³

203

Neste artigo destacam-se a participação de dois jornais na elaboração das significações sobre os anarquistas terroristas no imaginário social, *The New York Times*, dos EUA e *Le Petit Journal Illustré*, da França.⁴

Além da difusão das notícias dos atentados, a imprensa também foi fundamental no jogo das significações simbólicas que envolviam os ataques anarquistas. Para que a dinamite, o punhal ou o revólver se convertessem em armas revolucionárias elas não deveriam ter como

¹ BAUDRILLARD, J. *O espírito do terrorismo*. Porto: Campo das Letras, 2002, p.33.

² BAUDRILLARD, J. *O espírito do terrorismo*, p.36.

³ JENSEN, R. Daggers, rifles and dynamite: anarchist terrorism in nineteenth century Europe. *Terrorism and Political Violence*. Oxford, vol. 16, n. 1. p.116-153. spring, 2004, p.140.

⁴ *The New York Times* foi fundado em Nova Iorque em 1851, hoje é propriedade de *The New York Times Company*, dona de pelo menos quinze outros jornais. É conhecido mundialmente, especialmente após o início de sua versão *on-line* em 1996. *Le Petit Journal* era publicado em Paris e circulou entre 1863 e 1944, tornou-se extremamente popular na França, especialmente com seu suplemento semanal ilustrado (*Le Petit Journal Illustré*) cujo primeiro número foi publicado em 1890. As traduções destes jornais neste texto são minhas; poucas foram as atualizações de linguagens necessárias, uma vez que não há um distanciamento tão grande entre os textos destes jornais e nossa compreensão atual.

alvos *individuos* específicos, mas todo aquele que ocupasse – ou reocupasse - posições e papéis sociais que simbolizassem a exploração de classe e o poder estatal.⁵

Mais do que isso, era preciso que as significações simbólicas dos anarquistas fossem compartilhadas em pelo menos alguns de seus sentidos com o restante da sociedade, tanto para buscar apoio dos segmentos trabalhadores quanto para semear o medo entre os segmentos da “burguesia”, segundo as palavras dos próprios anarquistas. A discussão deste texto, dessa forma, envolve os conflitos e ambivalências das significações presentes nas palavras e ações dos anarquistas terroristas veiculadas na imprensa escrita do século XIX.

A ação terrorista entre os anarquistas envolveu a idéia mais ampla da “propaganda pela ação” - que poderia incluir também o protesto público, a sabotagem e a revolta direta das classes operárias contra as classes dirigentes, por exemplo -; princípio defendido por círculos bakuninistas europeus desde a década de 1870 em detrimento da pouca efetividade da propaganda anarquista pela palavra oral e escrita. Soma-se a isso a forte repressão desencadeada contra os revolucionários da Comuna de Paris na mesma década, seguida de perseguições políticas, exílios e censuras a jornais e encontros públicos promovidos pelos anarquistas e o desmantelamento da I Internacional, após os conflitos com os marxistas.⁶

204

Sem, entretanto, envolver uma organização coletiva sistematizada e com grandes planejamentos prévios, alguns anarquistas decidem, nas últimas décadas do século XIX reagir a ações que consideravam violentas por parte das classes dirigentes (a repressão armada a uma greve, a prisão de um revolucionário sem provas de crimes, a publicação de uma lei de censura...) também de forma violenta e rápida. Os ataques – notadamente na França, Itália e Espanha – eram realizados individualmente ou em pequenos grupos e direcionavam-se contra figuras de poder, como políticos, juízes, policiais ou “burgueses” com um intuito, na grande maioria das vezes de retaliação.⁷

A construção dos significados do terrorismo anarquistas pela imprensa

Às oito horas da manhã de 27 de março de 1892, o segundo dos quatro andares de um edifício na Rua Clichy n° 39, Paris, é praticamente destruído por uma forte explosão causada

⁵ Ver LAY, H. “Beau Geste!” (On the readability of terrorism). *Yale French Studies*. New Haven, n° 101, p.79-100, 2001.

⁶ CAHM, C. Propaganda by deed: the development of the idea. _____. *Kropotkin and the rise of revolutionary anarchism: 1872-1886*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989, p.76-91 e também MAITRON, J. *Ravachol y los anarquistas*. Madrid: Huerga y Fierro, 2003, p. 18

⁷ Ver JENSEN, R. Daggers, rifles and dynamite: anarchist terrorism in nineteenth century Europe.

por uma bomba de 120 cartuchos de dinamite deixada nas escadarias do prédio. O alvo do atentado era o promotor de justiça Bulot, que havia trabalhado junto ao juiz Benoît que também sofrera ataque semelhante em sua casa dias antes (11 de março). Apesar dos imóveis destruídos, ambos conseguiram escapar ilesos; sete operários que trabalhavam em uma obra próxima à residência de Bulot feriram-se com estilhaços da explosão.⁸

Promotor e juiz haviam participado de um julgamento que condenou dois anarquistas, Decamps e Dardare⁹, por participação em violentos conflitos com a polícia durante as manifestações do 1º de maio de 1891. Os atentados seriam, dessa maneira, uma forma de retaliação planejada por Ravachol – que detona as duas bombas –, Simon Charles Achille, Jas-Béaldas e sua amante Mariette Soubère.¹⁰

A maior notoriedade de Ravachol acabaria sendo construída através de suas próprias declarações, confissões e gestos em seus interrogatórios, julgamentos e até no momento de sua execução. Constantemente publicadas pelos jornais (sejam os grandes jornais ou os periódicos anarquistas e/ou operários), as palavras e atos de Ravachol foram aos poucos ajudando a compor o complexo e ambíguo jogo de significações no imaginário social a respeito do anarquismo e do terrorismo

A primeira característica sempre destacada pelos grandes jornais é a frieza, a aparente carência de valores morais demonstrada pelos revolucionários. Um suposto instinto de destruição “niilista” parecia apossar-se dos terroristas e cegá-los para os direitos humanos mais básicos, como a vida e o direito à autodefesa.

Esta primeira imagem apareceu construída de forma extremamente forte e concreta no periódico parisiense *Le Petit Journal*. Como outros jornais da época que também utilizavam esta fórmula, *Le Petit Journal Illustré* (suplemento semanal do jornal) destacava as notícias consideradas mais importantes da semana por meio de ilustrações de caráter realista, que “flagravam” o ápice dos acontecimentos. Obviamente a pretensão “fotográfica” de registrar uma ação em seu transcurso só poderia ser realizada indiretamente pelo artista, através de relatos de testemunhas e observações do local do evento após o ocorrido, o que demandava uma considerável dose de imaginação do desenhista e, daí, uma inevitável liberdade na

⁸ MORE dynamite in Paris. *The New York Times*, Nova Iorque, 28 mar., 1892, p.1 e RAVACHOL. Las memorias de Ravachol, p.53-54. MAITRON, J. *Ravachol y los anarquistas*, p.53-95.

⁹ Henri Louis Decamps (1859-??), preso em 1891, permaneceu encarcerado até 1896, quando emigrou para os Estados Unidos onde fez parte de uma colônia agrícola libertária em Nova Jersey. Charles Auguste Dardare (1866-??), preso junto a Decamps, foi condenado há três anos.

¹⁰ ANARCHIST plots in Paris. *The New York Times*, Nova Iorque, 16 apr., 1892, p.1 e RAVACHOL. Las memorias de Ravachol, p.53.

construção da imagem (que para os leitores poderia ser gravada como a representação fiel do fato).

O texto acompanhado pela gravura destacada a seguir comemorava a prisão do “patife” Ravachol, nas palavras do jornal. A reportagem insiste que Ravachol não era um criminoso político, mas “um criminoso de direito comum, um assassino de anciãos e de velhas senhoras, um ladrão e um violador de sepulturas”, apenas “um patife odioso” que ansiava pela destruição da sociedade.¹¹



A imagem retrata o momento da prisão de Ravachol, realizada em 30 de março de 1892 no Café Very, em Paris, após a denúncia de um garçom, de nome Lhérot. Logo se destaca a violência da cena e a dificuldade dos policiais em deter o anarquista. Um cavalheiro (a julgar pela cartola tombada próxima ao chapéu de Ravachol) envolve-se na luta e também vai ao chão; um cliente, ou mesmo o proprietário do café, observa assustado a ação sem atrever a aproximar-se.

206

Fig. 1. A prisão de Ravachol. *Le Petit Journal Illustré*, n° 73, Paris, 1892.

Ravachol possui um revólver na mão direita e parece ser contido apenas sob a mira de uma arma empunhada por um segundo cavalheiro. A força quase sobre humana do terrorista destaca-se na imagem e, apesar de não dito explicitamente no texto, remete facilmente às dificuldades em se conter loucos violentos, muitas vezes associados a uma força assombrosa. A idéia de que as ações políticas violentas eram motivadas por distúrbios cerebrais teve grande repercussão e gerou vários debates na época. Para Cesare Lombroso, o “crime político” era uma “manifestação anormal de um fato normal”: o contraste entre a inventividade de poucos e o conservadorismo da sociedade. Conduzida por pessoas “normais”, este choque poderia gerar revoluções positivas, por “maníacos”, rebeliões

¹¹ L'ARRESTATION de Ravachol. *Le Petit Journal Illustré*. Paris, n° 73, samedi, 16 avr., 1892.



Fig. 2 Ravachol em sua cela. *Le Petit Journal Illustré*, n° 76, Paris, 1892

sangrentas. Para Gustavo Tosti, a situação era mais simples: anarquistas terroristas enquadravam-se no caso de “degeneração individual”, de “maníacos e epiléticos regicidas”.¹²

Apesar da força desta imagem inicial – imagem no sentido mais amplo, dos significados simbólicos construídos no imaginário social –, a compreensão simples do anarquista terrorista enquanto um sujeito impulsivo e violento não se sustentou por muito tempo. Tão logo o comportamento de

Ravachol na prisão, seus depoimentos e suas atitudes no tribunal fossem conhecidos e

divulgados, forçou-se a elaboração social de novos sentidos simbólicos na tentativa da assimilação das palavras e ações daquele anarquista. Toda a calma, ponderação e polidez de Ravachol apresentadas após sua prisão tornaram-se um “risco empírico”, nas palavras de Marshal Sahlins, frente ao qual o imaginário social foi obrigado a rever suas construções,¹³ de modo que três semanas depois *Le Petit Journal Illustré* publicaria uma ilustração bem diferente da primeira.

Vemos aqui o que parece ser um outro Ravachol, extremamente controlado – paletó abotoado, como destacaria o texto da reportagem - que, com um gesto de eloquência com o braço esquerdo, discursa em sua cela para dois guardas. A calma da situação permite que um deles se sente para escutar o anarquista, enquanto o outro apóia-se na parede mantendo também a atenção nas palavras de Ravachol.

Esta representação acompanhava um texto a respeito do primeiro julgamento do terrorista, quando ele foi condenado à prisão com trabalhos forçados, e um dos grandes destaques da reportagem foi, mais uma vez, sua calma e cordialidade:

¹² TOSTI, G. Anarchistic Crimes. *Political Science Quarterly*. New York, vol. 14, n. 3. p.404-417. sep. 1899, p.406-407. Ver também LOMBROSO, C. *Los anarquistas*. Madrid: Jucar, 1977. Disponível em www.antorcha.net/biblioteca_virtual/derecho/lombroso/indice.html Acesso em 02/01/08.

¹³ Para Sahlins, “os homens em seus projetos práticos e em seus arranjos sociais, informados por significados de coisas e de pessoas, submetem as categorias culturais a riscos empíricos. Na medida em que o simbólico é, deste modo, pragmático, o sistema é, no tempo, a síntese da reprodução e da variação” SAHLINS, M. *Ilhas de História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990, p.9.

O mais calmo era o prprio Ravachol, que, suficientemente correto em sua sobrecasaca preta e abotoada, com um sorriso nos lbios que as damas, menos numerosas que de costume, declaravam agradvel; ele conversava, plcido e familiar, com seu advogado e com a mo endereava um amigvel bom dia aos companheiros que se l se encontravam.¹⁴

A partir deste “novo” comportamento percebido pelos jornais, autoridades policiais e judiciais e o pblico em geral, Ravachol – e todos os anarquistas terroristas posteriores - no mais seriam compreendido como loucos violentos. A violncia com a qual os valores e instituies vigentes eram enfrentados, entretanto, permaneceria forte no imaginrio social relativo aos anarquistas, embora no mais identificada com atitudes furiosas, mas sim com um comportamento inquebrantavelmente frio; patolgico, talvez, mas no mais irracional e impulsivo.

Falar sobre os prprios crimes sem demonstrar qualquer arrependimento e compaixo para com suas vtimas seria o grande marco desta aparente amoralidade demonstrada por Ravachol, que, ainda segundo *Le Petit Journal Illustré*, participava do julgamento “como se ele tratasse de um furto a uma frutaria.”¹⁵

Em um depoimento dado ao juiz logo aps sua prisao, diz Ravachol sobre seus atentados:

Eu estou orgulhoso do que fiz. Voc no ir tirar de mim uma nica palavra de arrependimento. Se eu no tivesse sido preso iria continuar minhas exploses, sem poupar qualquer pessoa ligada a condenao de outros Anarquistas. Eu gostaria de ter explodido a Cmara dos Deputados por impor aos dinamitadores a pena de morte. Sem deixar nada impedindo o caminho da propaganda Anarquista.¹⁶

Apes sua execuo em 11 de julho, guilhotinado em Montbrison, o plano de Ravachol para a Cmara dos Deputados foi retomado por outro anarquista: Auguste Vaillant. Munido de uma bomba de fabricao prpria, Vaillant dirigiu-se a Cmara durante uma sesso em 10 de dezembro de 1893 e, de um dos camarotes laterais, arremessou-a contra os polticos; atrapalhado, entretanto, por uma mulher que o vira acender o pavio, a bomba bate em uma cornija do salo e explode sem deixar vtimas fatais.¹⁷

¹⁴ RAVACHOL dans as cellule. *Le Petit Journal Illustré*. Paris, n° 76, samedi, 7 mai., 1892.

¹⁵ RAVACHOL dans as cellule.

¹⁶ AN anarchist's confession. *The New York Times*, Nova Iorque, 4 apr., 1892, p.1.

¹⁷ Verso do prprio Vaillant, segundo o *The New York Times*. THE bomb thrower found. *The New York Times*, Nova Iorque, 11 dec., 1893, p.1.

Destaca-se neste episódio a similaridade do discurso de Vaillant em relação a Ravachol. Defronte ao prefeito de polícia ele lamenta-se não ter conseguido matar nenhum deputado: “Sinto muito ter falhado. Eu espero que outros que se sigam a mim tenham mais sorte. Vida longa à Anarquia!”¹⁸

A cobrança por palavras de arrependimento e perdão persiste até o fim, como no caso do espanto de *The New York Times* com a calma do assassino do presidente estadunidense William McKinley, o anarquista Leon Czolgosz. Enquanto ele era amarrado na cadeira elétrica em 20 de outubro de 1901 conversava tranquilamente com as testemunhas sentadas a sua frente; o jornal não deixa também de reiterar que “ele disse não estar arrependido por haver cometido seu crime.” Czolgosz atirara no presidente em 6 de setembro de 1901 durante uma feira na cidade de Buffalo; McKinley morreria oito dias depois em decorrência do ferimento.¹⁹

Parte da composição de um discurso com significados singulares, as palavras dos anarquistas acabam por adquirir significações simbólicas e políticas bem diversas nas formas de veiculação de um jornal como *The New York Times* ou *Le Petit Journal*. Mais adiante, serão discutidos alguns sentidos dados pelos anarquistas para seus próprios discursos e ações. No momento, entretanto, destaca-se a persistência da construção, pelos jornais, da imagem de “amoralidade” atribuída a todos os terroristas a partir de Ravachol.

Neste sentido, tem-se o exemplo marcante de uma reportagem sobre o anarquista italiano Luigi Lucheni, que assassinou com uma lima afiada a Imperatriz Elizabete da Áustria (mais conhecida como Sissi) em 10 de setembro de 1898. Lucheni também espantou a imprensa e a polícia – que armara um forte esquema de segurança ao seu redor - pela calma e polidez apresentada durante seu julgamento. Mais uma vez o jornal destaca a aparente impassibilidade moral do anarquista terrorista:

Um importante ponto do julgamento foi que toda vez que algo era dito tendendo a mostrar que ele havia tentado negar sua culpa ou escapar de suas conseqüências, ele invariavelmente interrompia, abertamente glorificando o crime, que, disse ele, foi premeditado, adicionando em uma ocasião: “Eu fiz meu máximo para tornar o golpe fatal.”²⁰

Como o crime fora cometido em Genebra e não havia a pena de morte na Suíça, Lucheni foi condenado à prisão perpétua. Sabendo previamente deste fato, chama a atenção

¹⁸ THE bomb thrower found, p.1.

¹⁹ ASSASSIN Czolgosz is executed at Auburn. *The New York Times*, Nova Iorque, 30 oct., 1901, p.5.

²⁰ FOR killing the empress. *The New York Times*, Nova Iorque, 11 nov., 1898. p. 7.

novamente *The New York Times*, o próprio anarquista manifestou seu desejo de ser julgado na Áustria.

A imprensa e a construção do terror

Os anarquistas terroristas também demonstravam a consciência da imprensa como um veículo que, se por um lado poderia atuar contra eles – Ravachol, por exemplo, foi denunciado pelo garçon Lhérot porque este o reconheceu por descrições e notícias de jornais -²¹, por outro se tornou co-responsável pela difusão do medo entre a população.

Logo após os primeiros atentados de Ravachol, tornou-se comum o anúncio de que o “terror reinava em Paris”. Incertos de onde poderia acontecer a próxima explosão (pois os alvos dos anarquistas não pareciam tão claros quanto os atentados políticos existentes até então), visitantes deixavam a cidade, trazendo prejuízos para hotéis e comércio.²² Junto à notícia da prisão de Ravachol, *Le Petit Journal Illustré* também destacava:

Paris tremia, Paris não ousava mais ir ao teatro, Paris fazia suas malas para fugir, e os visitantes habituais de Paris desfaziam as suas, pouco curiosos de uma viagem recreativa ao curso da qual arriscavam-se à dinamite e suas conseqüências atrozés.²³

210

Lendo tais reportagens pode-se questionar (assim como é feito hoje sobre os meios de comunicação atuais) o quanto esta imprensa voltada às “notícias excitantes para a massa”, nas palavras citadas de Richard Jensen, realmente era uma espécie de “cúmplice” (mesmo que involuntário) na difusão do terror. Os atentados anarquistas era um tema muito apreciado na composição das chamativas ilustrações de *Le Petit Journal Illustré*.

No mesmo número onde, em palavras, o jornalista tentava acalmar a população parisiense anunciando a prisão de Ravachol, eram, ao mesmo tempo, publicadas cinco imagens de edifícios atingidos pela dinamite cuja ênfase na destruição certamente deixaria dúvidas para o leitor quanto a sua segurança na cidade. Tratam-se por certo de cenas perturbadoras para leitores alarmados pelas notícias de atentados anteriores, uma vez que se

²¹ RAVACHOL. Las memorias de Ravachol, p.55.

²² TERROR reigns in Paris. *The New York Times*, Nova Iorque, 30 mar., 1892, p.1.

²³ L'ARRESTATION de Ravachol. A referência a “não ousar ir ao teatro” deve-se a certa ocasião em que parte do cenário de uma peça no *Gaité Théâtre* caiu, fazendo a platéia fugir em pânico pensando tratar-se de uma ação anarquista. JENSEN, R. The International Anti-Anarchist Conference of 1898 and the origins of Interpol. *Journal of Contemporary History*, Londres, vol 16, n° 2, p.323-347, apr. 1981, p.325

destaca o sofrimento de pessoas inocentes – as mulheres ganhavam destaque em várias imagens -, pegas de surpresa por um ataque inesperado e aparentemente sem explicação.

A seqüência de atentados ao longo da década de 90 acabou por gerar no imaginário de autoridades governamentais e policiais (e depois de parte da população em geral com sua difusão pela imprensa) uma teoria de uma grande e organizada “conspiração anarquista” na Europa:

Acredita-se agora que o ultraje cometido por Emile Henry no café do Hotel Terminus na noite de segunda-feira, quando vinte e quatro pessoas foram feridas pela explosão de uma bomba arremessada por ele, foi parte de uma vasta conspiração Anarquista. Pensa-se que o conluio foi preparado em Londres e vinte e três homens, entre eles Henry, foram designados para executar os ultrajes. Henry confessou que manteve comunicação com Dr, Paul Reclus, que a polícia vem vigiando a um longo tempo por sua alegada conexão com Vaillant.²⁴

O “ultraje” mencionado havia ocorrido quatro dias antes em um café frequentado, nas palavras do próprio anarquista Émile Henry, pela “burguesia” parisiense.²⁵ Preso ao tentar fugir do café – e não sem antes baleiar um policial e duas outras pessoas que tentaram agarrá-lo -, Henry foi acusado ainda de ser o responsável por um atentado que matou quatro policiais no comissariado de polícia da *Rue des Bons-enfants* em 8 de novembro de 1892. O anarquista, que confessou o crime, construiu e deixou uma bomba de efeito retardado na porta dos escritórios da Companhia Carmaux de mineração, que havia solicitado à polícia a repressão violenta a uma greve de seus empregados; encontrada por um funcionário, a bomba foi entregue à polícia e levada até o comissariado, onde explodiu.²⁶ Condenado à morte, foi guilhotinado em 21 de maio de 1894 aos vinte e dois anos de idade.

Em nenhum momento das investigações sobre o caso de Émile Henry, ou de qualquer outro anarquista terrorista, conseguiu-se realmente comprovar qualquer tipo de rede de ligações maior do que quatro ou cinco cúmplices, mesmo assim, amigos próximos do terrorista e não apoiadores internacionais. Mais importante ainda, nos depoimentos e memórias de nenhum deles, Ravachol, Vaillant, Émile Henry, Caserio, Lucheni ou Czolgosz, pode-se perceber que os anarquistas não restringiam suas confissões de culpa e até as

²⁴ VAST anarchist conspiracy. *The New York Times*, Nova Iorque, 16 feb., 1894, p.5.

²⁵ Ver a ata de acusação e o interrogatório de Henry em MAITRON, J. *Ravachol y los anarquistas*. Madrid: Huerga y Fierro, 2003, p.97-119 e também THE bomb again in Paris *The New York Times*, Nova Iorque, 13 feb., 1894, p.1; THE Paris bomb thrower. *The New York Times*, Nova Iorque, 14 feb. 1894, p.5 e UNE bombe au Café Terminus. *Le Petit Journal Illustré*. Paris, n° 171, samedi, 26 fev., 1894.

²⁶ MAITRON, J. *Ravachol y los anarquistas*, p.103-108. LA dynamite à Paris. *Le Petit Journal Illustré*. Paris, n° 104, samedi, 19 nov., 1892.

qualificações de seus crimes; não existe a mínima menção a uma ameaça de conspiração anarquista terrorista *organizada*.

Apesar disso, a construção de uma “Internacional Negra” terrorista, ao que parece, encaixou-se muito bem no imaginário social de governantes, imprensa e parte da população dos países ocidentais da época, mesmo que baseada em “comprovações” tênues e inconclusas como as apresentadas na última notícia citada: Henry manteve comunicação com Paul Reclus (que não era um defensor da ação terrorista), que, por sua vez, possuía algum tipo inexato de “ligação” com Vaillant.

O mito conspiratório da “Internacional Negra” terrorista foi tão forte e “real” que motivou ações efetivas dos governos, como a criação de diversas leis anti-anarquistas²⁷ e de uma grande “Conferência Internacional Anti-Anarquista”, realizada em Roma, 1898.

A Conferência de Roma foi organizada logo após o assassinato da Imperatriz da Áustria por Luigi Lucheni em setembro de 1898 e de rumores de que o fato era o início de uma série de assassinatos planejados por anarquistas europeus, sendo o rei Humberto I da Itália o próximo alvo.²⁸ De fato, a “pista” da próxima vítima foi apontada pelo próprio Lucheni que, depois de preso, disse que se possuísse 50 francos para a viagem ele teria escolhido o monarca italiano ao invés da Imperatriz, tendo acrescentado ainda: “Não tem problema, de qualquer modo outro irá matar Humberto logo”.²⁹ A vontade de Lucheni seria cumprida algum tempo depois, quando o anarquista Gaetano Bresci matou o rei com três tiros, em julho de 1900.

O vago desejo de que alguém cumprisse seus planos – como no caso de Ravachol e a menção à explosão da Câmara dos Deputados de Paris, cumprida por Vaillant - reforçou o medo da “Internacional Negra” terrorista. Vinte e um países, como França, Rússia, Grã-Bretanha, Bélgica, Suíça, Itália e Espanha, enviaram delegados a Roma, onde diversas reuniões se sucederam entre 24 de novembro e 21 de dezembro de 1898.³⁰

Pode-se perceber um exemplo da força da ação terrorista no imaginário social através da própria definição de “anarquismo” adotada pela Conferência; ao discutirem o que deveria

²⁷ Ver sobre a perseguição aos anarquistas nos EUA em FINE, S. Anarchism and the assassination of McKinley, p.782-787. Gaetano Manfrédonia, do Institut d'Études Politique de Paris, destaca a criação das “leis celeradas” na França, que proibiam a apologia às ações consideradas criminosas, a associação suspeita de conspiração contra “pessoas e propriedades” e, após o assassinato do presidente Sadi Carnot pelo anarquista Sante Caserio, proibiam diretamente a propaganda anarquista. MANFRÉDONIA, G. 1894: les lois scélérates. Disponível em increvablesanarchistes.org. Acesso em 23/07/06.

²⁸ JENSEN, R. The International Anti-Anarchist Conference of 1898 and the origins of Interpol, p.325.

²⁹ FOR killing the Empress. *The New York Times*, Nova Iorque, 11 nov., 1898, p.7.

³⁰ JENSEN, R. The International Anti-Anarchist Conference of 1898 and the origins of Interpol, p.327.

ser considerado o anarquismo para efeito de lei, foi aceita a sugestão do delegado de Mônaco, Hector de Rolland, que o descreveu através do que considerava ser a ação anarquista: o ato que “tendo como seu objetivo a destruição por meios violentos de toda organização social.”³¹

Encontramos, assim, novamente a fórmula do “nihilismo” sendo adotada como “solução” para a compreensão e explicação do terrorismo anarquista; ignorando toda proposta de reconstrução social que sustentava os atentados – como a edificação de uma sociedade igualitária sem a propriedade privada, o Estado e as explorações cotidianas causadas pelo autoritarismo - o anarquismo resumiu-se, na compreensão dos governantes, à destruição indiscriminada de *toda* organização social.³²

A atuação efetiva da Conferência foi limitada, até porque não havia de fato uma “rede” de terroristas organizada contra a qual lutar. Jensen destaca, porém, que ela foi o início de uma maior cooperação policial entre os países participantes (o que originaria, mais tarde, a Interpol) e da disseminação de algumas técnicas de investigação, como o retrato falado:

Seu real legado incluiu a popularização de certas práticas de extradição como as da cláusula do *attentat* para crimes políticos e a difusão do uso do *portrait parlé*, uma nova técnica científica de investigação policial. Mais notavelmente, a Conferência de Roma tornou-se um ponto de partida rumo a uma crescente troca de informações e comunicação intra-européia, culminando em 1904 com um protocolo anti-anarquista, que foi assinado em São Petersburgo por meia Europa.³³

213

O imaginário do anarquista terrorista

As significações do terrorismo anarquista no imaginário social formaram-se na segunda metade do século XIX apoiadas em sentidos simbólicos extremamente ambíguos. Mesmo que veiculadas por uma imprensa de posicionamento definido, contra as ações anarquistas, muitas das imagens referentes aos terroristas podem ser compreendidas em suas ambivalências de significações através de análises mais cuidadosas – embora a memória hegemônica revele que no embate entre estas significações, a força da imprensa escrita fez-se mostrar no domínio da compreensão social dos anarquistas como “destruidores” e “amorais”.

³¹ Citado por JENSEN, R. The International Anti-Anarchist Conference of 1898 and the origins of Interpol., p.327.

³² Preso na Conciergerie, Émile Henri demonstra de forma direta em uma carta ao diretor do presídio a ligação do anarquista terrorista com a versão comunista do anarquismo, citando diversos autores relacionados a esta corrente, como Piotr Kropotkin, Errico Malatesta, Elisée Reclus, Jean Grave e Sébastien Faure. HENRY, É. Lettre au directeur de la Conciergerie. p. 59. GUÉRIN, D. *Ni dieu ni maître: anthologie de l'anarchisme III*. Paris: François Maspero, 1980. p. 58-65.

³³ JENSEN, R. The International Anti-Anarchist Conference of 1898 and the origins of Interpol., p.323-324.

Pode-se iniciar a discussão sobre os diferentes sentidos atribuídos pelos próprios anarquistas a suas palavras e ações através do que se tornaria um dos ícones identificadores do terrorismo anarquista (e, para muitos, do anarquismo em geral): a dinamite.³⁴

Símbolo do pânico entre a população por não escolher vítimas quando arremessada em meio a uma multidão, a dinamite era, entretanto, pragmaticamente uma das piores armas a serem utilizadas pelos terroristas:

Dinamite era mais poderosa que explosivos anteriores, mas na prática freqüentemente provou-se menos letal e mais desajeitado do que se esperava. O manual de Most sobre explosivos era inexato e tentativas por amadores de preparar bombas de dinamite freqüentemente terminavam em explosões prematuras. Mesmo quando os terroristas roubavam ou adquiriam dinamite comercial (que Most recomendava sobre suas receitas caseiras), enormes quantidades eram muitas vezes necessárias para garantir sucesso. Most estava errado quando escreveu que uma bomba de dez libras poderia afundar um navio de guerra. Mesmo se a explosão não acontecesse prematuramente, o historiador Walter Laqueur afirma que setenta libras de dinamite colocadas sob a sala de jantar do Czar no Palácio de Inverno pelo Vontade do Povo não seriam suficientes para feri-lo.³⁵

Retomando os atentados à bomba de Ravachol, Vaillant e Émile Henry, nota-se que, de fato, *numericamente* as vítimas fatais não foram tantas quanto se poderia esperar: nenhuma para Ravachol e Vaillant, quatro no caso semi-acidental de Henry da *Rue des Bons-enfants*. Este último, inclusive, no episódio do Café Terminus esteve mais próximo de tirar a vida de pessoas com seu revólver durante a fuga do que com a explosão do café em si.

As dificuldades práticas para a confecção, transporte e uso das bombas, contudo, eram aparentemente superadas pela força simbólica e psicológica de seu uso: pretendia-se mandar pelos ares a sociedade capitalista, reduzi-la e escombros como os cafés e casernas atingidos pela dinamite, além do que sua capacidade de espalhar o medo era muito maior do que a do punhal ou a da pistola. Percebe-se o anúncio explícito desta “vantagem” em uma das várias canções anarquistas criadas na época para a apologia ao terrorismo e ao assassinato de autoridades do governo: *La Dynamite*, atribuída ao anarquista francês Martenot e publicada em jornais libertários a partir de 1893:

³⁴ Ou ainda mais diretamente a “*marmite*”. A “*marmite*” refere-se ao fato de que muitas das bombas eram construídas artesanalmente pelos próprios terroristas e estes, freqüentemente, utilizavam-se de panelas (com as hastes retiradas e a tampa soldada) como invólucro para os ácidos, cartuchos de dinamite e, às vezes, balas ou cravos que as compunham.

³⁵ JENSEN, R. 2004. Daggers, rifles and dynamite: anarchist terrorism in nineteenth century Europe, p.30.

Coloque uma marmitta/ Repleta de dinamite/ Qualquer que seja a razão/ Fazendo-se a explosão/ A notícia correrá rápido/ Pois para inspirar o terror/ Não há nada melhor/ Que a dinamite!³⁶

Assim como nos discursos dos anarquistas, em nenhuma das canções analisadas (citadas na nota anterior), a dinamite, ou qualquer ação anarquista, é colocada como simples arma de destruição geral, pelo contrário, há sempre um direcionamento claro, guiada pela posição simbólica e de poder que o “alvo” ocupa na sociedade.

Reitera-se a importância do valor simbólico atribuído à escolha das vítimas dos atentados anarquistas (o que de forma alguma diminui a violência real de seus atos), pois em nenhum momento de seus discursos e depoimentos há ameaças a *indivíduos* específicos. O terror se mantém exatamente quando a possibilidade de assassinato coloca-se para qualquer pessoa que ocupe (ou reocupe) as posições de, para citar a canção *La Ravachole*, “magistrats vendus”, “financiers ventrus”, “sénateurs gâteux”, “députés véreux”...³⁷

Ou mais comumente, dirige-se como uma ameaça de vingança – também de forma ampla, com um não-particularizado “vous” neste caso - contra aqueles que se coloquem contra os anarquistas:

Vocês [vous] podem preparar o cadafalso/ A força e a guilhotina/ Nós temos o que precisamos/ Para mandá-los pelos ares à surdina/ Se vocês crêem que isso terminará/ Vocês estão enganados/ Por cada homem que matarem/ Nós colocaremos quinhentos por terra!³⁸

Mais uma vez a força real da dinamite é deliberadamente superestimada – colocar “quinhentos por terra” é um exagero notável - para, retoricamente, ampliar o sentimento de medo entre as autoridades que condenassem os anarquistas e, ao mesmo tempo, a coragem entre os demais que se habilitassem a seguir o companheiro caído.

Na questão da “amoralidade”, atribuída aos terroristas pela imprensa, nota-se os anarquistas utilizarem-se de uma outra escala de valores, inclusive morais, para guiarem suas

³⁶ LES 4 Barbus. La Dynamite. In: LES 4 Barbus. *Chansons Anarchistes*. Paris: Studios Emo, s/d. 1 disco. Lado 1, faixa 2. (Coleção Hommes et faits du XX^{ème} Siècle). Outras canções célebres do gênero são LES 4 Barbus. La Ravachole. *Chansons Anarchistes*. Lado 1, faixa 7 [1894]; LES 4 Barbus. Ravachol. In: *Chansons Anarchistes* Lado 1, faixa 7 [??]; GORI, Pietro. Sante Caserio. In: *Canções Revolucionárias 1*. Natal: DHNET, 2006. 1 CD (MP3). [1894]; FIORENZO; SANTINO. Inno Individualista. In: *Canções Revolucionárias 2*. Natal: DHNET, 2006. 1 CD (MP3). [1900]. RENÉ BINAMÉ. La java des bons-enfants. In: _____. 71-86-21-36. Houx: Aredje, 1996. 1 CD. Faixa 6 [1912].

³⁷ “magistrados vendidos, banqueiros pançudos, senadores caducos, deputados cheios de vermes”. LES 4 Barbus. La Ravachole., Lado 1, faixa 7 [1894].

³⁸ LES 4 Barbus. La Dynamite.

ações; outra compreensão da individualidade em um contraste com o “individualismo” das sociedades européia e estadunidense daquela segunda metade do século XIX.

Para eles havia uma forte indissociação da existência individual com a social (coletiva); o valor do indivíduo, seja para ser selecionado como potencial alvo de um atentado ou para ser cuidadosamente poupado dele, só se definiria em suas relações sociais efetivas.

A “amoralidade” e “frieza” dos terroristas só podem ser minimamente consideradas segundo seus próprios sentidos imaginários se se tiver em mente estas ressalvas. Émile Henry, por exemplo, marcou-se pela indiferença com que respondia as perguntas sobre o atentado ao Café Terminus durante o interrogatório de seu julgamento.

- Por que você foi ao Café Terminus?
- A princípio fui à Casa Bignon, ao Café de la Paix e ao Americain, mas não havia bastante pessoas, então fui ao Terminus e esperei.
- Havia uma orquestra. Quanto você esperou?
- Uma hora.
- Por quê?
- Para que houvesse mais pessoas.
- E depois?
- Você já o sabe.³⁹

216

Henry reiterou ainda que não pretendia apenas ferir os freqüentadores do café, mas matar o maior número possível de pessoas. Quando o promotor, voltando-se para os jurados, destaca que o anarquista acabara de confessar seus crimes com cinismo, Henry responde ironicamente: “Não é cinismo, é convicção.”⁴⁰

É com uma “convicção” semelhante que Ravachol confessa seus crimes ao ditar suas memórias para seus próprios guardas da prisão. Roubo de frangos, contrabando de álcool, falsificação de dinheiro, profanação de sepulturas, arrombamento de casas e – motivo pelo qual foi oficialmente condenado à morte - o assassinato de um velho eremita em Notre-Dame-de-Grâce são confessados sem constrangimento ou arrependimento.⁴¹ Mesmo em seus crimes “comuns”, a segurança moral de Ravachol baseia-se na convicção de que a maior responsabilidade por seus atos não recai sobre si enquanto pessoa, mas sobre toda a organização social injusta e miserável que o recebeu no mundo desde o nascimento. Sobre o roubo de frangos, por exemplo, diz:

³⁹ Interrogatório de Émile Henry em MAITRON, J. “Emile Henry, el Benjamín de la anarquía”. p. 109. _____ op. cit. p. 97-139.

⁴⁰ MAITRON, J. Emile Henry, el Benjamín de la anarquía, p.111.

⁴¹ RAVACHOL. Las memorias de Ravachol, p.76-87.

Naquele momento, minha irmã acabava de ter um filho com seu companheiro. Meu irmão e eu estávamos sem trabalho e sem um centavo de reserva. Não teríamos mais que o pão que o padeiro poderia bem nos dar. Ao não encontrar trabalho em nenhuma parte me vi obrigado a sair em busca de alimento. (...) Era-me penoso ir pegar as aves de desgraçados camponeses que quiçá não teriam mais que isso para viver, mas eu não sabia quais eram os ricos e não podia deixar que morrêssemos de fome minha mãe, minha irmã e seu filho, meu irmão e eu.⁴²

Com o tempo, demonstra retrospectivamente Ravachol em suas memórias, a consciência de si enquanto um indivíduo considerado sem valor pela sociedade francesa levando a considerar também os “causadores” de sua miséria como um todo indistinto: “não podia resignar-me a morrer de fome ao lado de pessoas que nadavam no supérfluo.”⁴³ Uma sensibilidade muito semelhante é compartilhada por Luigi Lucheni, que em suas memórias, escritas na prisão de Genebra, também responsabiliza diretamente a corrupção da sociedade por sua desgraçada vida desde seu nascimento.⁴⁴

Assim, com atenção pode-se perceber a “amoralidade” dos anarquistas terroristas como uma elaboração do imaginário social da segunda metade do século XIX criada em *locus* sociais específicos, não sendo compartilhada em todos os seus sentidos por toda a sociedade (inclusive pela totalidade dos anarquistas). Há sim um outro sentido para a moral, que não se baseia exatamente nos valores “individualistas” dominantes, mas em figurações simbólicas do social. Perguntado em seu interrogatório se ele “deprecia a vida humana”, Émile Henry responde de forma direta: “Não, a vida dos burgueses.”⁴⁵

Neste mesmo sentido, é notável o relato de Henry sobre sua decisão de retaliação à Companhia Carmaux de Mineração após esta reprimir com violência uma greve de seus empregados:

Assim, preparei a bomba. Num certo momento, lembrei-me da acusação que havia sido feita em Ravachol. E as vítimas inocentes? Mas logo resolvi esse problema. Os edifícios onde a Companhia Carmaux mantinha seus escritórios eram habitados apenas por burgueses: não haveria, portanto, vítimas inocentes. Todos os burgueses vivem da exploração dos menos afortunados e justos e deveriam pagar pelo seu crime. Assim, foi com a mais absoluta confiança na legitimidade do meu ato que deixei a bomba diante da porta dos escritórios da Companhia.⁴⁶

⁴² RAVACHOL. Las memorias de Ravachol, p.75-76.

⁴³ RAVACHOL. Las memorias de Ravachol, p.79.

⁴⁴ Ver LUCHENI, L. História de um menino abandonado no fim do século XIX contada por ele mesmo. CAPPON, S.; LUCHENI, L. *Memórias do assassino de Sissi*. São Paulo: Novo Conceito, 2007, p.71-140.

⁴⁵ MAITRON, J. Emile Henry, el Benjamín de la anarquía, p.109.

⁴⁶ HENRY, É. A defesa de um terrorista, p.181. WOODCOCK, G. *Os grandes escritos anarquistas*. Porto Alegre: L&PM, 1998, p.178-185.

Após o atentado de Vaillant à Câmara dos Deputados, o governo francês iniciou uma grande onda de repressão aos anarquistas do país. Novamente Henry justifica seus atos, explicitando o porquê de desconsiderar a “inocência” individual de cada uma de suas potenciais vítimas durante um atentado:

A bomba encontrada no Café Terminus é a resposta a todas as violações à liberdade, às prisões, às buscas, às leis contra a imprensa, às deportações em massa, às guilhotinas. Mas – perguntarão vocês - por que atacar os pacíficos clientes de um café que estavam apenas sentados ouvindo música e que, sem dúvida, não eram juízes, nem deputados, nem burocratas? Por quê? É muito simples. Os burgueses não faziam distinções entre os anarquistas. Vaillant, um homem que agia sozinho, jogou uma bomba; mais da metade de seus camaradas nem ao menos o conhecia, mas isso não teve nenhuma importância: era uma perseguição em massa e qualquer pessoa que tivesse ligações com os anarquistas por menores que fossem, deveria ser caçada.⁴⁷

Em uníssono também se ouve a voz de Caserio, assassino do presidente francês Carnot, durante seu julgamento:

Não muito tempo atrás, Vaillant jogou uma bomba na Câmara dos Deputados para protestar contra o presente sistema da sociedade. Ele não matou ninguém, apenas feriu algumas pessoas, mas ainda assim a justiça burguesa sentenciou-o à morte. E não satisfeitos com a condenação do homem culpado, eles começaram a perseguir os anarquistas e a prender não apenas aqueles que conheciam Vaillant, mas mesmo aqueles que meramente haviam estado presente em qualquer encontro anarquista. (...) Senhores do juri, vocês são representantes da sociedade burguesa. Se vocês querem minha cabeça, tomem-na, mas não acreditem que fazendo isso vocês pararão a propaganda anarquista.⁴⁸

218

A negação do valor de si em relação com valor de uma causa maior era utilizada como uma arma pelos anarquistas na política do terror. Não só em seus discursos, mas, sobretudo, em seus gestos; o não-arrependimento e a indiferença frente à morte significavam que a luta revolucionária não terminava no cadafalso, pois outro companheiro surgiria para dar-lhe continuidade. Ravachol foi o grande “inaugurador” deste gesto político naquele momento, possível através da ampla cobertura da imprensa sobre cada detalhe de sua prisão, julgamento e execução.

Como citado anteriormente, *Le Petit Journal Illustré* destaca a calma de Ravachol durante seu julgamento – onde ele certamente imaginava a possibilidade de condenação à

⁴⁷ HENRY, É. A defesa de um terrorista, p.183.

⁴⁸ Citado por GOLDMAN, E. The psychology of political violence. _____. *Anarchism and other essays*. New York/London: Mother Earth Publishing Association, 1911. p.85-114. Disponível em: dwardmac.pitzer.edu/Anarchist_Archives. Acesso em 10 set. 2006.

morte -⁴⁹ e, com efeito, ele recusa-se a tentar se defender, uma vez que se encontra moralmente convencido de que suas ações não foram responsabilidades unicamente de si enquanto indivíduo:

Se eu tomo a palavra, não é para defender-me dos atos que me acusam, pois só a sociedade, que por sua organização coloca os homens em luta contínua uns contra os outros, é responsável.⁵⁰

A mesma fórmula de recusa de defesa seria utilizada ainda nos discursos de Émile Henry e Sante Caserio durante seus julgamentos.⁵¹

Os relatos de *The New York Times* mostram Ravachol também extremamente calmo no dia em que seria guilhotinado. Acordando disposto, brincou com os guardas que o preparavam para a execução; preocupando-se com suas últimas palavras (“Eu quero me dirigir à multidão. Tenho algumas palavras a dizer.”), logo é advertido pelo promotor de que não haveria multidão para ouvi-lo. “Ah, Promotor!”, exclama decepcionado.⁵² Frente ao capelão do presídio, que insiste em dirigir-lhe palavras de consolo religioso e arrependimento, responde irritado:

Eu não dou a mínima para sua religião. Não quero ver seu crucifixo. Se você mostrá-lo para mim cuspirei sobre ele. Vocês são, todos vocês, pessoas que encorajam a superstição e tentam fazer as pessoas acreditarem naquilo que vocês não podem provar.⁵³

Zomba ainda do carrasco que o prepara para a guilhotina e tenta falar para as pessoas presentes, mas é rapidamente colocado na máquina, que corta seu pescoço, interrompendo um grito de “Vive la Re...!”⁵⁴

Quase dois anos depois, a atitude de Auguste Vaillant no momento de sua execução seria a mesma de Ravachol. Com uma coragem descrita pelo jornal como “memorável”, o anarquista recusa a bebida oferecida pelo diretor do presídio (“Não. Eu devo ter coragem suficiente sem isso.”), apoiado na convicção de que “seu corpo não é nada comparado ao

⁴⁹ RAVACHOL dans as cellule. *Le Petit Journal Illustré*. Paris, n° 76, samedi, 7 mai., 1892.

⁵⁰ RAVACHOL. *Déclaration de Ravachol (interdite lors de son procès en 1892)* Zanzara athée, 2004, p.3. Disponível em www.infokiosque.lautre.net Acesso em 08 de fev. 2006.

⁵¹ HENRY, É. A defesa de um terrorista, p.178 e GOLDMAN, E. The psychology of political violence.

⁵² RAVACHOL put to death. *The New York Times*, Nova Iorque, 12 jul., 1892, p.9

⁵³ RAVACHOL put to death., p. 9

⁵⁴ RAVACHOL put to death, p.9. Uma pequena polêmica formou-se sobre a última frase de Ravachol. Inicialmente entendida como “Vive la République!”, logo se percebeu que não seria uma homenagem própria para o anarquista, sendo “Vive la Révolution!” uma hipótese mais provável. DID Ravachol’s head utter a word? *The New York Times*, Nova Iorque, 17 aug., 1892, p.3

progresso de seus princípios e a certeza de que será vingado”. Recusa também o consolo religioso do capelão. Com passos firmes, sobe ao cadafalso e, em suas últimas palavras antes de ser morto, feita a uma multidão estimada em mil e duzentas pessoas, grita: “Morte à burguesia! Vida longa à Anarquia!”⁵⁵

É possível perceber como esta impassibilidade dos anarquistas, a desconsideração do valor do “individualismo” vigente em relação a um ideal e a um mundo visto através de suas instituições simbólicas coletivas⁵⁶, conseguiu realizar alguns de seus objetivos na luta revolucionária pelo terrorismo. De alguma forma, as palavras e gestos destes anarquistas conseguiram produzir, durante certo tempo, a temida sucessão de atentados motivados pela queda do companheiro anterior. Não se tratou, contudo, de uma organização prévia de redes revolucionárias como a quase mítica “Internacional Negra”, mas sim de um jogo bem-sucedido de sensibilização pessoal entre indivíduos que já compartilhavam de sentidos imaginários (racionais e de sentimentos) semelhantes, onde a morte não significava o fim da própria essência.

Analogamente, pode-se pensar nas dificuldades do restante da sociedade européia e estadunidense da época (governos, autoridades policiais, “burguesia” em geral) para compreender e enfrentar este imaginário através de uma consideração feita por Jean Baudrillard sobre os terroristas suicidas do século XXI e o que considera ser sua lógica de pensamento:

Eles [os terroristas] lograram fazer da sua própria morte uma arma absoluta contra um sistema que vive da exclusão da morte, cujo ideal é o da zero mortes. Todo o sistema de zero mortes é um sistema de soma nula. Todos os seus meios de dissuasão e de destruição nada podem contra um inimigo que já fez da sua própria morte uma arma ofensiva. “Que importam os bombardeamentos americanos! Os nossos homens têm tanto desejo de morrer como os americanos de viver!”⁵⁷

Embora os anarquistas não fossem diretamente suicidas e sua esperança de além-vida não passasse por uma crença religiosa de vida celeste, mas sim pela transformação futura da sociedade terrena, a relação construída com a morte causou tanto estranhamento no século

⁵⁵ THE guillotine’s sure work. *The New York Times*, Nova Iorque, 6 feb., 1894, p.5.

⁵⁶ É necessário destacar, no entanto, que esta “desvalorização” não é absoluta, uma vez que o ideal de liberdade individual continua a ser mencionado pelos terroristas como por outras correntes anarquistas. Vemos, entretanto, que a opção da luta via terrorismo foi construída por estes anarquistas justamente através da diminuição da importância da pessoa do revolucionário preso/morto como garantia da permanência da ameaça à burguesia.

⁵⁷ BAUDRILLARD, J. *O espírito do terrorismo*, p.21-22.

XIX quanto o fez o terrorismo islâmico em nossa sociedade ocidental, onde a morte é (e era desde aquela época) algo de difícil assimilação.

Alguns vestígios, entretanto, mostram que aos poucos as autoridades do século XIX, começaram a descobrir uma possível forma de “matar” de forma definitiva o anarquista terrorista, tentando bloquear a continuidade de sua vida no prosseguimento da luta por seus companheiros. Além da criação de leis que proibiam reuniões, apologia à violência revolucionária e propaganda anarquista em geral e das deportações denunciadas por Henry em citações anteriores, começou-se a buscar a destruição daquela “invencibilidade” do anarquista frente à morte.

Dois dias após a execução de Émile Henry, uma notícia pequena e aparentemente sem importância foi publicada em *The New York Times* (e, sem dúvida, também por jornais europeus):

Dr. Benoit, da Faculdade da Escola de Medicina, depois de um exame completo no corpo de Émile Henry, o Anarquista, que foi decapitado na manhã de ontem, expressou a opinião que Henry já estava morto quando a lâmina caiu. Dr. Benoit acredita que o Anarquista morreu de síncope, causada por intensa emoção antes da lâmina ser solta.⁵⁸

221

Como seus companheiros guilhotinados anteriormente, Émile Henry portara-se de forma quase indiferente frente à morte, tendo gritado para a multidão (e para si?) justamente as palavras: “Coragem camaradas! Vida longa à Anarquia!”⁵⁹ A “revelação” de sua morte por “intensa emoção” aos pés da guilhotina seria o suficiente para colocar por terra esta “coragem” inquebrantável, derrotando com um só golpe a arma dos anarquistas para a continuidade do terror.

Mais declarado ainda seria este mesmo esforço realizado pela imprensa no caso de Caserio. Na manchete que anunciou sua morte em 16 de agosto de 1894, lemos em *The New York Times* apenas uma breve descrição dos momentos finais do anarquista:

Poucos minutos antes das 5 horas o homem condenado foi levado de sua cela para a guilhotina. Seus braços foram firmemente amarrados em suas costas. Quando os encarregados colocaram-no para deitar sob a lâmina, ele lutou fortemente para libertar-se. Às 4:55 tudo estava pronto. Caserio gritou: “Coragem, camaradas! Vida longa à Anarquia!” A lâmina caiu precisamente às 5 horas e a cabeça de Caserio rolou para o cesto.⁶⁰

⁵⁸ DIED before the knife fell. *The New York Times*, Nova Iorque, 23 may., 1894, p.5

⁵⁹ THE guillotine’s sure work. *The New York Times*, Nova Iorque, 21 may, 1894, p.1

⁶⁰ CASERIO at the guillotine. *The New York Times*, Nova Iorque, 16 aug, 1894, p.1.

Entretanto, no dia seguinte o jornal retoma o assunto de um modo nunca feito antes para as execuções de anarquistas, com um tom de deboche e ódio pouco comum para um tipo de imprensa que se colocava como “imparcial”, e em contraste evidente com a primeira reportagem:

Não há nada na história das execuções anarquistas tão benéfico, edificante e apropriado para diminuir o estoque de “propagandistas pelo ato” como a estória deste covarde tremendo e choramingando antes do destino que ele pedira e que desafiara tão fortemente enquanto ele ainda estava a distância. A combinação de misantropia e vaidade doentia que compõe o criminoso anarquista veio sendo forte o suficiente em vários casos para desafiar o medo da morte imediata.(...) Este morreu como um covarde e os Anarquistas sobreviventes não mais encontram uso nele morto como pessoas civilizadas encontravam nele vivo. O sangue de um mártir relutante e covarde não é semente para qualquer tipo de Igreja.⁶¹

O motivo do tom de zombaria a respeito do temor de Caserio frente à morte é explicitado pelo próprio autor da reportagem: um terrorista considerado covarde não seria transformado em mártir e não atrairia seguidores dispostos a vingar sua morte. A estranha impassibilidade dos anarquistas, compreendida pelo jornal como “misantropia” e “vaidade doentia”, que tanto desafiou a compreensão e a ação de governos e autoridades judiciárias, estaria, espalhando-se notícias como esta, finalmente derrotada. 222

A onda de atentados anarquistas ainda demoraria alguns anos para cessar. Três anos após a morte de Caserio, em agosto de 1897, o primeiro-ministro espanhol seria assassinado pelo anarquista Angiolillo; em 1898 morreria a imperatriz da Áustria pelas mãos de Lucheni e em 1900 o rei da Itália seria baleado por Ângelo Bresci. A morte do presidente dos EUA, em 1901, fecharia o ciclo dos grandes atentados do terrorismo anarquista.

A grande repressão promovida pelos governos e, também de fundamental importância, a crescente oposição de muitos anarquistas influentes à opção de ação terrorista – como Jean Grave, Piotr Kropotkin e Errico Malatesta - levou a mudanças na estratégia geral da luta anarquista, quando a aproximação dos sindicatos mostrou-se cada vez mais interessante.

Artigo recebido em 30/11/2008 e aprovado em 09/03/2009.

⁶¹ CASERIO'S death. *The New York Times*, Nova Iorque, 17 aug, 1894, p.4.

PARTICIPAÇÃO FEMININA NA IGREJA CATÓLICA: UM GRUPO PELA FÉ

Cristiane de Castro Ramos Abud

**Mestranda do PPGH/Universidade do Estado de
Santa Catarina - UDESC
nani.castro@bol.com.br**

Resumo

Este texto pretende demonstrar, através da análise de entrevistas realizadas com 11 mulheres que freqüentam, atualmente, a Catedral Metropolitana de Florianópolis, como elas, através dos seus discursos, se percebem e atuam dentro da Igreja Católica, constituindo-se em um grupo religioso em busca de fé e sociabilidade e que, ao mesmo tempo, rediscute a importância da legitimidade da presença feminina nessa instituição.

Palavras-chave: mulher; religião; poder

Abstract

This text intends to demonstrate, through the analysis of interviews accomplished with 11 women that frequent, now, the Metropolitan Cathedral of Florianópolis, like them, through their speeches, they are noticed and they act inside of the Catholic Church, being constituted in a religious group in search of faith and sociability and that, at the same time, they discuss the importance of the legitimacy of the feminine presence in that institution.

Key-words: woman; religion; power



Quando os sinos das Igrejas tocam anunciando mais uma missa, um grupo de 11 mulheres caminha em direção a Catedral Metropolitana de Florianópolis, sobem suas escadarias segurando seus terços, Bíblias, pequenos crucifixos, santos(as), e carregam, na bolsa, batons, espelhos, escovas de cabelo etc. Encontram-se e sentam-se nas primeiras fileiras dos bancos no interior da Catedral, com seus terços e bíblias entoam orações que ecoam por todo o interior da Igreja antes do início da missa, a chama acolhida. São senhoras bem vestidas e de forma comportada, saias longas ou calça, cabelos bem penteados, maquiadas, viúvas em sua maioria entre 40 a 65 anos, aposentadas e donas de casa, possuem no máximo dois filhos, moradoras do centro da cidade, pertencentes à classe média, e freqüentam essa igreja há mais de 12 anos diariamente.

Ao observar a rotina dessas mulheres no interior da Igreja, onde se sentavam, que santas mais observavam e tocavam, como se vestiam, com quem conversavam, pôde-se perceber que formavam um grupo, constituído por características próprias como idade, aparência, classe social, escolaridade.¹

Aos poucos fui compartilhando um espaço nos bancos onde elas sentavam, conversando sobre suas histórias de devoção, religiosidade, até que elas se sentissem à vontade para registrar suas falas, desejos e confidências. Após observações e conversas iniciais com as mulheres, foram realizados questionários e colhidos depoimentos orais com as mulheres que freqüentam cotidianamente essa igreja. Os questionários combinaram perguntas quantitativas e qualitativas e, de certa forma, forneceram vestígios potencialmente instigantes para que se pudesse pensar a história dessas mulheres, suas produções de sentido e interpelações de suas memórias, bem como o trajeto social das entrevistadas, relativas a origem social, inserção profissional, renda familiar, idade, número de filhos(as), engajamento na Igreja, casamento, idade, virgindade etc.

O ouvir, o ver e o observar estiveram em constante conexão no trabalho de campo, buscando compreender, através das falas, silêncios, gestos, olhares, suspiros das entrevistadas, suas histórias, entendendo que os relatos orais possuem silêncios que podem se tornar fonte de escuta, revelando medos, lutas, prazeres individuais pertencentes a experiências subjetivas divididas em determinados momentos ou lugares. Essa escuta também faz parte da experiência do(a) entrevistador(a), de sua subjetividade, de memórias e experiências que o

¹ Este texto integra a pesquisa de Mestrado *Corpos e(m) imagens na história: questões sobre as mulheres católicas do presente (2207-2008)*, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em História da UDESC, Florianópolis, na área de concentração História do Tempo Presente.

aproximam temporalmente e culturalmente do(a) entrevistado(a), podendo assim, resgatar experiências e vivências individuais e confrontá-las em um determinado grupo social. Neste caso, uma mulher entrevistando mulheres tem suas especificidades, autonomia e vivências comuns, mas que, ao mesmo tempo, não devem ser universalizadas ou naturalizadas.

Compreendeu-se, através da observação e da análise das entrevistas, que levam na alma o pedido de uma graça, a saudade de um(a) ente falecido(a), a vontade de rezar, o desejo de se confessar, comungar, tocar nas imagens sacras, serem purificadas. Ao mesmo tempo, querem conversar, cantar, serem ouvidas com atenção, sorrir e até se emocionar. Trocam lembranças, saudades, histórias de vida, desejos, experiências plurais e diversas com um laço comum: são mulheres, mas mulheres católicas que freqüentam as igrejas no presente; neste caso, “ser católico praticante acentua no fiel, traços de prática e de uma identidade de católico, reconhecendo-se na religião por participar da Igreja”.²

Estamos falando de mulheres e de mulheres do nosso cotidiano, pois, “contando histórias, nossas próprias histórias, o que nos acontece e o sentido que damos ao que nos acontece, que nos damos a nós próprios uma identidade no tempo”.³

Ao buscar interpretar e dar voz a essas histórias de devoção e fé pode-se contribuir com a produção da história das mulheres e, nesse caso, com a história das mulheres católicas do presente, história esta relatada, até então, a partir de um modelo masculino, onde as mulheres “não tinham história, absolutamente excluídas pela figura divina do Homem, que matara a Deus para se colocar em seu lugar”.⁴

A pesquisa embasada no estudo da história oral, a partir do uso da categoria de análise gênero, como suporte teórico para investigação, permite-nos compreender como os diferentes discursos sobre as mulheres e homens foram sendo gerados e como participam dessas formações discursivas, enfocando “as tensões e as contradições que se estabeleceram em diferentes épocas”, entre as mulheres e seu tempo, “entre elas e a sociedade nas quais estavam inseridas”.⁵

O estudo da história das mulheres e suas práticas religiosas contribuem para superar a lógica binária e patriarcal da Igreja Católica, atribuída às diferenças e à mulher, celebrando a

² BRANDÃO, Carlos R. Ser católico: dimensões brasileiras- um estudo sobre a atribuição de identidade através da religião. In: SACHS, Viola. *Brasil & EUA: religião e identidade nacional*. RJ: Graal,1988. P.27-58.

³ LARROSA, Jorge. Notas sobre a experiência e o saber da experiência. *Revista Brasileira de Educação*, n.19,ANPED,Jan. a Abril/2002, p.35-86.

⁴ RAGO, Margareth. Descobrimo historicamente o gênero. In: *Cadernos Pagu*. n.11, SP: UNICAMP,1998

⁵ Del PRIORE, História das mulheres: as vozes do silêncio. In: FREITAS, Marcos (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. SP: Contexto, 2005. p.217-235.

história das mulheres enquanto política de reconhecimento de um grupo com suas histórias de conflito, silêncios, enfrentamento e transgressão. Na ótica de Scott⁶, trata-se de um desafio teórico, “isso exige uma análise não apenas da relação entre a experiência masculina e a experiência feminina no passado, mas também da conexão entre a história e a prática presentes”, ou seja, poder participar do tempo presente, olhá-lo, questioná-lo e poder torná-lo provisório, decifrando os componentes do passado que contribuíram para promover uma hierarquização ou sistemas de dominação atuais. E que também é político, resgatando fragmentos de falas e gestos que constituem a identidade de um grupo e lhes atribui um significado social e original.

A partir dos relatos orais, dos discursos sobre os fragmentos da vida, das experiências é que se pôde compreender e transitar entre as identidades daquelas que parecem viver anônimas no interior das igrejas sejam elas donas de casa, viúvas, solteiras, casadas, empregadas, estudantes, ricas, pobres, mães, brancas ou negras. Compreender, através das evidências e discursos das entrevistas, além do que é naturalizado, a trajetória de um grupo social determinado, mulheres que se encontram na Igreja e que também fazem parte da história das mulheres de Florianópolis.

A ilha de Santa Catarina foi umas das principais portas de acesso para o Brasil Meridional, constituindo-se em um ponto estratégico para o Sul e a Bacia do Prata. Os registros a respeito do povoamento europeu inicial da ilha datam do início do século XVI. A fundação efetiva de Nossa Senhora do Desterro tem sido narrada como sendo de iniciativa do bandeirante paulista Francisco Dias Velho em 1672.⁷

O ponto mais elevado da cidade era de onde partia a construção dos templos religiosos, para, depois, ser o seu entorno coberto pelas outras construções. O poder religioso, representado pelas Igrejas nos centros urbanos, produziu a identidade da sociedade baseada na ordem e nos mandamentos da Igreja Católica, sendo esta a responsável pela organização de eventos sociais, “exigindo práticas comportamentais, legitimadas por uma discursividade homogeneizadora correlata aos interesses governamentais.”⁸

⁶ SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, POA, 20(2):71-99, jul./dez., 1995p..74.

⁷ CABRAL, Oswaldo. *Nossa Senhora do Desterro*. Florianópolis, Lunardelli, 1979.

⁸ SOUZA, Rogério Luiz, Quando chega o Bispo. A igreja em Santa Catarina e o conturbado ano de 1914. *Encontros Teológicos: Revista do ITESC*. N.27, Florianópolis: Editora Vozes, 1999b, p. 105-118.

As Igrejas desempenhavam um papel estratégico na cidade, próximas ao mar, realizavam atividades de assistência social, cultos, procissões, encontros entre os(as) moradores(as) tradicionais em Desterro; eram lugares para votar ou sessões eleitorais, assim cada paróquia oficial tinha como sede uma Igreja e,

[...]incluía um certo número de casas de residenciais e, com elas, crescia o número de votantes, que eram os eleitores do primeiro turno. As eleições se precediam nas sacristias das igrejas, centro espiritual da paróquia. (...) O Presidente da sessão jurava, após a missa, sobre os Evangelhos, com a mão aberta sobre eles, depositados no altar-mor. Jurava respeitar a Constituição e as leis do Império, promover o bem público e cumprir os seus deveres, terminando por dizer: “Assim Deus me ajude”.⁹

As Igrejas também realizavam, nesta época, o registro de óbitos, nascimentos e casamentos, interferindo na vida social e comunitária como uma forma de promover a reunião social e a oportunidade de se distrair e divertir.

A Igreja, assim como outras instituições, possui regras e procedimentos estratégicos para manter e consolidar a organização e a identidade de um grupo social, seja através da determinação de valores morais, modos de ser e agir em torno de um “mercado lingüístico”¹⁰, que produz um tipo de sujeito e uniformização social, passando pelo corpo e pela alma de seus(suas) fiéis. É este discurso sacramental e do divino que a Igreja busca manter e ao mesmo tempo domesticar, através da constituição de símbolos e práticas pertencentes à esfera do religioso, que legitima relações de poder hierárquicas e tradicionais. A experiência com o sagrado move corpos, desejos, o espírito do sujeito que exerce sua fé em contato com seu Deus. Para Durkheim¹¹, “as coisas sagradas são aquelas que as proibições protegem e isolam. As coisas profanas, aquelas a que se aplicam essas proibições e que devem permanecer à distância das primeiras”.

O local de encontro dessas mulheres é a Catedral Metropolitana de Florianópolis, subindo as ladeiras e esquinas das ruas do centro da cidade, passando pelas índias amamentando seus(sua)s filhos(as) nas calçadas, pelos homens jogando o tradicional dominó nos bancos das praças, pelo vai e vem de pessoas pelas lojas, chegamos às escadarias da, hoje, chamada Catedral Metropolitana de Florianópolis, localizada em frente à Praça XV de novembro.

⁹ CABRAL, Oswaldo. *Nossa Senhora do Desterro*. Florianópolis, Lunardelli, 1979. p.445.

¹⁰ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. RJ: Bertrand Brasil, 1989.

¹¹ DURKHEIM, Émile. *As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália*. SP: Martins Fontes, 1996, p.24.

No passado, antes da sua criação, Padres Jesuítas, Franciscanos e Carmelitas prestavam assistência e auxílio religiosos aos(as) moradores(as) da ilha. Neste local concentrava-se a vida econômica, política e social de Desterro¹², pois ao seu redor se encontram palácio Cruz e Souza desde 1979, a Casa do Governo que Silva Paes construíra, a Câmara e a cadeia, antigas e tradicionais casas da ilha¹³. Patrimônio histórico tombado pelo município e pelo Estado de Santa Catarina, está localizada no centro da cidade e foi construída entre 1753 a 1773. Em 1712 foi criada a paróquia Nossa Senhora do Desterro e o primeiro casamento foi celebrado em 1714. Em 1894 a Vila de Nossa Senhora do Desterro foi elevada a categoria de cidade. Em 1887 foi instalada na torre da Igreja Matriz o relógio vindo da Alemanha. Em 1908 pela criação da Diocese de Florianópolis, a Igreja Matriz Nossa Senhora do Desterro foi elevada a condição de catedral e desde 1922 passa por reformas e ampliações.¹⁴

Ao se questionar as mulheres entrevistadas pelo motivo que freqüentam a igreja a mais de doze anos, elas responderam por ser um lugar que transmite paz, espiritualidade, acolhedor, onde encontramos fé e amigas, como nos depoimentos a seguir:

*Conheci outras senhoras aqui e agora estamos organizando cursos de tricô no salão paroquial. É muito bom, ensinar outras pessoas e aprender também. A gente faz e recebe doações para quem nos procura. É uma benção de Deus poder ajudar eu me sinto realizada com isso. (R.F. 70 anos.); É na Igreja que encontro a sensação de paz, proteção, posso ler, rezar, sem ter pressa ou pensar no que está acontecendo lá fora (A.C.65 anos).*¹⁵

É nos templos e santuários que se encontra uma realidade diferente da “natural”, do cotidiano, algo único, que se constitui como pertencente a um lugar sagrado, reproduzindo o mundo celeste e paradisíaco, onde o tempo parece estacionar e retornar ao instante da Criação; como nas falas das mulheres, ao responderem sobre seus sentimentos ao estarem dentro da Igreja:

Me sinto bem, aliviada(L.M .47 anos); Sinto paz ao olhar para as imagens sacras(A.G.37 anos); Me sinto feliz e tranqüila, diferente da violência do mundo lá

¹² A capital do Estado de Santa Catarina possuía o nome de Desterro ou, Nossa Senhora do Desterro. A partir de 1894, porém, passou a se chamar Florianópolis em homenagem à Floriano Peixoto, como consequência da Revolução Federalista.

¹³ CABRAL, Oswaldo. *Nossa Senhora do Desterro*. Florianópolis, Lunardelli, 1979.

¹⁴ Disponível no site da Catedral Metropolitana de Florianópolis. <http://cat.arquifloripa.org.br>.

¹⁵ As entrevistas foram realizadas no interior da Catedral Metropolitana de Florianópolis, do período de março de 2007 à dezembro e 2008, sendo que os nomes das entrevistadas está abreviado a pedido das mesmas.

fora(L.N.53 anos); *É um ambiente acolhedor e espiritual*(T.A.60 anos);*Encontro aqui silêncio para rezar e ler*(D.C.39 anos). Como também, lhes traz *paz, amor, espiritualidade, como se revitalizássemos nossos corpos*(L.A.57 anos).

Sentimentos que se complementam no momento do encontro com o mistério, uma adoração em contraste com o medo que fascina e atrai, seja pelas imagens sacras ou pelo silêncio do local. O tempo da Igreja exige que não se tenha pressa de rezar, “a escuta e a meditação alimentam-se de silêncio, após a escuta da Palavra e a concentração no mistério, é natural que o espírito se eleve para o Pai”.¹⁶

O espaço da igreja constitui-se em um lugar sagrado, onde se encontra a experiência com algo diferente de nossa realidade profana ou perigosa, toda a sua alegoria, luminosidade, rituais, silêncio, tranqüilidade, revelam a fronteira do místico com o cotidiano. Um lugar, também, onde se trocam lembranças, experiências de vida, confissões comuns que tornam os fiéis integrantes de uma mesma comunidade ou grupo, que seguem práticas e representações próprias constituindo uma identidade social, como pode-se perceber ao longo das entrevistas.

Historicizar a experiência possibilita evidenciar suas marcas, formas de representação, pois, “quem narra suas lembranças, recria e comunica experiências marcadas pelas diferenciações estabelecidas pelas construções de gênero”.¹⁷ Sendo que as narrativas das mulheres entrevistadas contribuem para produzir a realidade de um grupo, suas relações e interações cotidianas.

O estudo sobre o funcionamento, as relações de um grupo cria possibilidades para que se encontre nos silêncios, nos gestos, nos olhares, outra forma de reescrever a história, desconstruindo-a e tornando-a provisória. A construção das identidades de um grupo se dá a partir dos contextos sociais dos quais ele emerge, a partir das múltiplas relações sociais que o delimitam e o produzem, explorando seus acontecimentos, instabilidades e diversidade de representações.

Por terem seus corpos produzidos pelo discurso moral católico como morada do pecado, as mulheres historicamente foram proibidas de penetrar no altar durante a missa. Nas celebrações, o Padre deveria lembrar aos(as) fiéis que o espaço da Igreja era sagrado, onde as mulheres deveriam seguir normas rígidas de como se portar, como no *Novo Testamento*, onde diz:

¹⁶ CARTA APOSTÓLICA. *Rosarium Virginis Mariae*. João Paulo II. Roma, 2001, p.15.

¹⁷ PISCITELLI, Adriana e KOFES, Suely. Memória de “histórias femininas, memórias e experiências”. *Cadernos Pagu*, Campinas, n.8/9, 1997, p. 343-354.

Conservem-se as mulheres caladas nas igrejas, porque não lhes é permitido falar; mas estejam submissas como também a lei determina. Se, porém querem aprender alguma coisa, interroguem em casa a seu próprio marido; porque para a mulher é vergonhoso falar na Igreja. ¹⁸

A Igreja negou a sexualidade das mulheres enquanto amantes ou discípulas, assim como a participação delas nas celebrações de seus rituais, aceitando-as como penitentes, ajoelhadas pedindo-lhe perdão pelos seus corpos pecadores e tentadores, Ranke-Heinemann¹⁹ lembra que em 1917 o livro das leis da Igreja afirmava:

A mulher não pode ministrar. Só admite-se exceção, se não de dispuser de um homem e houver bom motivo. Mas as mulheres não podem em caso algum subir ao altar e só podem dar respostas de longe. (...) Como os cantos na igreja ocupam um ponto litúrgico, as vozes femininas não podem ser usadas na musica sacra.

Mas há algumas evidências do contrário nos próprios documentos católicos, nas Igrejas primitivas as mulheres eram chamadas ao serviço do Diaconato e também orientavam as celebrações das Igrejas domésticas. No Novo Testamento, há alguns exemplos de mulheres fiéis a fé ao amor de Cristo que profetizavam, “No dia seguinte, partimos e fomos para Cesaréia e entrando na casa de Filipe, o evangelista, que era um dos sete, ficamos com ele. Tinha este quatro filhas donzelas que profetizavam”. ²⁰

Quanto à ordenação das mulheres, a posição da Igreja de não admiti-las está baseada nos fundamentos da Sagrada Escritura, afirma o Papa João Paulo II no Documento Pontifício *Ordinatio Sacerdotalis*, de 1994²¹:

[...] não é admissível ordenar mulheres para o sacerdócio, por razões verdadeiramente fundamentais. Estas razões compreendem: o exemplo- registrado na Sagrada Escritura- de Cristo, que escolheu os seus Apóstolos só de entre os homens; a prática constante da Igreja, que imitou Cristo ao escolher só homens; e o seu magistério vivo, o qual coerentemente estabeleceu que a exclusão das mulheres do sacerdócio esta em harmonia com o plano de Deus para a sua Igreja.

¹⁸ Cor 14,34-35. *A BÍBLIA SAGRADA*. Tradução de João Ferreira de Almeida. SP: Sociedade Bíblica do Brasil, 1993.

¹⁹ RANKE-HEINEMANN, Uta. *Eunucos pelo Reino de Deus*. Mulheres, sexualidade e Igreja Católica. RJ: Record: Rosa dos Tempos, 1996, p. 147.

²⁰ At 21, 8-9.

²¹ *DOCUMENTOS PONTÍFICOS*. João Paulo II, *Ordinatio Sacerdotalis*, Roma, 1994, p.1.

Apesar destas proibições, elas sempre estiveram presentes nas igrejas, fiéis seguidoras e porta-vozes dos ensinamentos cristãos. A própria Igreja brasileira percebeu este movimento das mulheres dentro das igrejas e criou organizações que difundiram e promoveram ações de reflexão sobre a condição feminina religiosa, como a Comissão de Estudos sobre a Mulher na Sociedade e na Igreja em 1973, a Pastoral da Mulher Marginalizada, a Pastoral da Criança e curso de Teologia dirigido ao público feminino. Para a Igreja, este trabalho é reconhecido e necessário; na *Carta as Mulheres* escrita pelo Papa João Paulo II à Conferência Mundial da Mulher, ele expressa “especial gratidão às mulheres que atuam numa maternidade afetiva, para além da família, em creches, escolas, instituições de assistência, paróquias, associações, no trabalho de formação especialmente em prol dos mais débeis e indefesos”.²² Esta justificativa refere-se à condição dada pela Igreja para que a mulher atue fora do espaço doméstico, ligada a trabalhos manuais, não teóricos e filantrópicos por uma causa social e religiosa:

Neste horizonte de serviço é possível acolher também, sem conseqüências desfavoráveis para a mulher, uma certa diversidade de papéis que brota da peculiaridade do ser masculino e do feminino. Se Cristo confiou somente aos homens a tarefa de ser ícone da sua imagem de pastor e esposo da Igreja através do exercício do sacerdócio ministerial, isto em nada diminui o papel da mulher. Há de fato a feminilidade da mulher crente, e especialmente da mulher consagrada uma espécie de profecia imanente, que se realiza plenamente em Maria e exprime bem o ser mesmo da Igreja, enquanto comunidade consagrada com a dimensão de absoluto de um coração virgem para ser esposa de Cristo e mãe dos crentes.²³

231

A família, representada pela mulher, cumpriu seu papel de bom comportamento cristão, modelo que também tinha receptividade sobre os homens, principalmente no final do século XIX, com o surgimento do modelo eugênico e higienista que vai determinar comportamentos, relações sexuais e valores familiares. Ciente disto, a Igreja cedeu às mulheres um espaço nas igrejas, seja zelando pelo local ou realizando orações e cantos durante as celebrações, como nos depoimentos das entrevistadas: *Sempre ajudei na igreja, desde moça. Atendo aqui há muitos anos, meu marido ia trabalhar e eu vinha ajudar o Frei aqui, cuidar dos livros, dos santos, sempre gostei.* (G.K.68 anos); *Hoje eu ensino meus netos a rezarem a e a agradecerem a Deus antes de dormir.* (A.C.65 anos).

O modelo de mãe e devota consolidou a representação do ideal de boa cristã, produzindo um disciplinamento e vigilância destas e, ao mesmo tempo, exercendo o controle

²² CARTA ÀS MULHERES. Conferência de *Beijing*. João Paulo II. 1995, p. 135-136.

²³ CARTA ÀS MULHERES. Conferência de *Beijing*. João Paulo II. 1995, p.137.

sobre as famílias, suas condutas e seus desejos, “Convidar as mulheres, pelo menos as mais nobres, a confiar-se a um homem da Igreja, era tratá-las como pessoas capazes de corrigir a si mesmas. Mas era também capturá-las. A Igreja as apanhava em suas redes”.²⁴

A boa mãe, educadora, responsável pelos ensinamentos da moral cristã da imagem, reflete-se nas palavras das mulheres, desde o século XVIII onde o papel da mãe letrada era o de ensinar a filha a se portar, vestir, falar e a dominar os afazeres domésticos para um bom casamento²⁵,

[...]a maternidade também comportava a necessidade de inculcar certos valores morais de comportamento. (...)Uma filha era o que a mãe fazia dela. (...)Uma mulher virtuosa, como alguém que imprimia à filha as virtudes da castidade, da limpeza e da sobriedade, ficaria consideravelmente mais bem colocada nesta escala de valores.

Ainda dentro desses ensinamentos cristãos que passam historicamente de mãe para filha, hoje, encontramos nas falas das mulheres entrevistadas sua manutenção quanto a religião católica:

Eu freqüento a igreja desde pequena, minha mãe me trazia(L.A.F.47 anos);

Freqüento a igreja há mais de 30 anos, minha filha também seguirá meu exemplo(O.R.55 anos.);

Sempre quando posso, trago minha neta, ela adora a missa(P.M.65 anos).

Minha mãe rezava todos os dias, agora eu faço as preces por ela(L.M 47 anos.).

A Igreja Católica soube bem aproveitar o discurso da mãe educadora e zelosa para difundir seus preceitos cristãos:

Conheço muitas donzelas que desejam consagrarem-se a Deus na virgindade, mas as suas mães nem as deixam sair de casa para me ouvirem. Se as vossas filhas quisessem amar um homem, pelas leis poderiam escolher quem lhes aprovasse. E aquelas que podem escolher um homem, não poderão escolher a Deus?.²⁶

Quanto ao perfil dessas mulheres, nas entrevistas realizadas, constatou-se que 65% das mulheres casaram com 20 anos, 35% com 18 anos e 10% com 25 anos. As atividades de lazer, antes, relacionavam-se com o cuidado da casa e da família, como ir ao supermercado, viajar nas férias do marido com a família, agora, saem de casa para freqüentar a igreja, a fazer e a ministrar cursos de bordado e artesanato, realizar caminhadas. Quanto ao mercado de

²⁴ DUBY, Georges. Eva e os padres: Damas do século XII, SP: Cia das Letras, 2001, p.35.

²⁵ PERROT, Michelle. *História das mulheres no Ocidente*. Do renascimento a Idade Média. Vol.3. Portugal: Afrontamento, 1991, p. 63.

²⁶ CARTA ENCÍCLICA DO PARA PIO XII. Sacra Virginitas. Roma, 1954, p.17.

trabalho, 70% são aposentadas e 30% são donas de casa ou trabalham no comércio, sendo a renda familiar de 60% delas de 3 a 4 salários mínimos; 30% de 2 salários e de 10%, um salário mínimo.

As mulheres entrevistadas que cantam e tocam violão durante a missa celebrada pelo Padre da Catedral Metropolitana de Florianópolis, hoje, já ocupam, por um momento, o altar. Ao proclamarem as palavras do Evangelho ao microfone, são ouvidas por fiéis que lotam os bancos das Igrejas. Quando ocupam a cena social, os olhares se voltam para elas, para sua beleza encantadora, corpo instigante, carregado de marcas e sentimentos de fé e dedicação à Igreja.

Todos os dias pela manhã uma das senhoras responsáveis pela Igreja, abre as portas do salão principal, organiza a Igreja, faz a limpeza das imagens sacras nos altares, atende ao público, vende velas e objetos sacros, mas sabe que na hora da missa ela não poderá subir até o palco principal, o altar onde é celebrada a missa é reservado somente ao Padre e aos coroinhas: *Eu sei da importância do meu papel aqui, tenho minhas responsabilidades, conheço a história de todas as santas* (A.R.62 anos).

Outros depoimentos revelam que as mulheres percebem a importância de seu papel e trabalho para a Igreja:

Para mim é um ofício. Desde que fiquei viúva passo as tardes ou manhãs aqui. Ajudo na secretaria. Me sinto realizada em manter a fé. (G.K.68 anos); *Me sinto bem aqui, depois que meu velho faleceu, venho mais. Tem que ter vocação mesmo para estar sempre aqui.* (R.F.70 anos.); *Eu trabalhava no início, depois meu marido disse que eu não precisava, ele dava conta. Então, comecei a fazer o que eu gostava, retornei a igreja. Ajudei os grupos de assistência aos pobres e hoje também faço parte do grupo de celebração daqui.* (T. A. 60 anos).

A fala dessas mulheres de a Igreja ser um local para aprender, ensinar e de encontro, demonstra o significado deste espaço para poder, de uma forma permitida, trocar experiências e de estar entre mulheres, já que por muito tempo a mulher teve que estar reclusa em sua casa, com seus afazeres domésticos e com a preocupação da educação dos(as) filhos(as) e do cuidado para com o marido.

Identicidades que buscam complementação no outro, nas diferenças e que não são únicas, mas sim fragmentadas e “constituem ao longo de discursos práticas e posições que podem se cruzar ou ser antagônicas”.²⁷

E se as mulheres deixassem de freqüentar a Igreja? As Igrejas não teriam mais o chão limpo, as flores conservadas, as imagens limpas e no lugar, as hóstias não seriam mais feitas pelas freiras, não teríamos mais catequistas, as doações enfraqueceriam, assim como as procissões, celebrações etc. Mulheres sem vestes religiosas, sem votos solenes, mas que dedicam uma parte de suas vidas ao que acreditam como representações de amor, caridade, esperança, algo que tem valor porque é feito, propagado e mantido por elas, como em um dos depoimentos: *Sou casada desde os 17 anos, pois engravidei nessa época e minha mãe, muito religiosa, pediu para que eu me casasse logo. Desde pequena freqüento a Igreja e fiz todos os sacramentos. Hoje coordeno um grupo de estudos bíblicos, onde participam homens e mulheres. Apesar de na Bíblia não haver muita discussão sobre a participação e da importância das mulheres e de sua fé, hoje entendemos que Deus compreenderia melhor o nosso significado, sem nossa ação a Igreja estaria abandonada. É importante que a hierarquia masculina da Igreja seja questionada, sempre fomos muito ativas.* (J.S., 47anos). 234

Percebe-se, neste relato, que o cotidiano é onde os indivíduos atuam, é nele que se encontra toda a potencialidade de rebeldia e também de dominação, é onde toda a vida humana é passível de uma normatização, mas é também, na vida cotidiana que se exercem as mais persistentes táticas de resistência, e formas de subverter a ordem, de contrariar a norma. Para CERTAU²⁸ (2001:47), “muitas práticas cotidianas são do tipo táticas”, então o estudo destes elementos se faz importante para compreender os mais variados aspectos da vida cotidiana dos indivíduos e suas formas de “antidisciplina”.

É neste espaço, ocupado principalmente por mulheres que suas histórias de vida como devotas tornam-se comuns e passam a ser partilhadas, construindo uma identidade social pertencente a um grupo. Este local representa uma posição simbólica que demarca o discurso do sujeito e o modo como é (re) significado pelos seus demais integrantes; estes lugares sociais são constitutivos das significações produzidas nas relações sociais. Deste modo, nos conflitos e nas diferenças, “construímos nossa identidade em relação a histórias de outras

²⁷ HALL, S. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu. (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. RJ: Vozes, 2000.p. 103-131.

²⁸ CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994, p.47.

peessoas a nosso respeito e nossas próprias histórias a nosso respeito, histórias a respeito do nosso passado e nosso presente e acerca daquilo que queremos nos tornar”.²⁹

Essas narrativas de um grupo não são lineares, possuem reminiscências, contradições, estereótipos históricos, culturais, políticos e de gênero, “o grupo é suporte da memória se nos identificamos com ele e fazemos nosso seu passado”.³⁰

As mulheres com seus enfeites, perfumes, véus, olhares, sorrisos, cantos, fazem do momento da missa uma forma de demonstrar que elas estão presentes, seja pelas suas orações, terços, na organização das toalhas do altar, das flores, do cuidado com as imagens de Santos(as), ou pelos seus sorrisos e lágrimas durante suas orações, produzindo um ritual próprio. Procurou-se revelar e perceber aqui, as vozes dessas mulheres que querem ecoar sua importância e presença na Igreja Católica.

Artigo recebido em 08/12/2008 e aprovado em 08/05/2009.

²⁹ THOMPSON, A. Reconstituo a memória: questões sobre a relação entre a história oral e as memórias. *Projeto História*: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduandos em História e do Departamento de História da PUC/SP. SP, n.15, abril, 1981, p. 51-84.

³⁰ BOSI, Ecléia. *Memória e sociedade*: lembrança de velhos. SP: Companhia das Letras, 1994, p. 414.

A DIVULGAÇÃO DO CONHECIMENTO HISTÓRICO: UMA CONVERSA COM A PROFESSORA RAQUEL GLEZER

Entrevistadores:

Adriano Toledo Paiva
Martha Rebelatto

Doutorandos em História na Universidade Federal de Minas Gerais (linha de pesquisa: História Social da Cultura), Bolsistas FAPEMIG (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais).

Prof^a. Dr^a. Raquel Glezer possui graduação em História pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (USP) e doutorado em História Social pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH/USP). Atualmente é professora titular na USP. Tem experiência na área de História, com ênfase em Teoria e Filosofia da História, atuando principalmente nos seguintes temas: ensino de história, historiografia brasileira, história da cidade de São Paulo e história do Brasil. A professora é coordenadora da avaliação dos programas de pós-graduação da área de História na CAPES. Recentemente publicou o livro *Chão de terra e outros ensaios sobre São Paulo Colonial* pela Editora Alameda (2007).



ENTREVISTA

A DIVULGAÇÃO DO CONHECIMENTO HISTÓRICO:

UMA CONVERSA COM A PROFESSORA

RAQUEL GLEZER¹

Temporalidades (T): Professora, uma das suas áreas de interesse dentro da História são os veículos de comunicação. Como você tem observado a questão da divulgação do conhecimento histórico?

Professora Raquel Glezer (RG):

Tradicionalmente o campo especializado da história, desde que se estruturou em meados do século XIX, divulgou o conhecimento através das revistas de história, que foram editadas em diversos países. De início, quase todas elas foram denominadas “Revista de História”, com perfil de revista acadêmica, científica, e discutiam a questão do conhecimento histórico, as propostas ou resultados de pesquisas. As revistas acadêmicas de origem oitocentista divulgam, com os livros acadêmicos, uma parte do que nós chamamos de história. Uma outra parte da história é a disciplina escolar no sistema educacional, cujo controle escapa dos historiadores. Em todos os países do mundo ela está sob o controle do Estado, em suas variadas estruturas e organizações. Portanto, desde que a história enquanto disciplina escolar foi colocada nos currículos, nos países que

ensinam história no sistema escolar diretamente, ela possui dois níveis que tendem ao distanciamento e à separação. O conhecimento histórico desenvolvido através das pesquisas e das reflexões universitárias nos cursos de pós-graduação, nas instituições de pesquisa acaba se distanciando do que é a disciplina escolar, que é o contato que a maioria da população tem com a história. Como nossa disciplina possui essa dupla face, somos simultaneamente professores de história e pesquisadores de história, e nós formamos, com o título de profissionais de história, pessoas que atuam em um campo ou no outro, ou em ambos. A questão do distanciamento entre as duas facetas da história enquanto conhecimento é complexa, porque as soluções que surgem para fechar a brecha entre as duas formas de história apresentam opções complicadas para os estudos históricos.

T: Quais seriam essas opções?

RG: Como forma de divulgação tradicional, além dos livros, encontramos as revistas acadêmicas. Sobre elas existem muitos estudos, e sempre são realizados outros, sobre o significado, a importância, a relevância, a contribuição, a recepção. Prefiro me reportar aos materiais que não são acadêmicos, de surgimento recente no Brasil, e que cumprem um papel que para a comunidade acadêmica brasileira é ainda

¹ Entrevista gentilmente concedida pela Prof^ª. Dr^ª. Raquel Glezer, no dia 02/04/2009, no Auditório Bicalho – FAFICH – UFMG.

complicado tanto quanto à percepção como a compreensão do papel social que desempenham. Cito os veículos de comunicação de massa, que muito utilizam os conteúdos históricos. Nós encontramos conteúdo histórico no cinema: há numerosos títulos de estudos acadêmicos nacionais sobre a questão do cinema e história. Tema que foi proposto pelo historiador francês Marc Ferro, na década de 1970, com ampla divulgação na tradição historiográfica francesa e anglo-saxã, com análises das relações do conteúdo histórico no cinema, dos filmes históricos romanceados aos documentários que reconstituem determinados momentos e perspectivas. As análises sobre a produção cinematográfica relacionadas com o conteúdo histórico são bastante avançadas e sabemos em que medida o olhar do diretor, o olhar do roteirista, o olhar do montador conformam as informações e como são recebidas pelos diversos públicos.

Outro veículo que também explora o conteúdo histórico é a televisão. No caso brasileiro, as minisséries históricas. Existem trabalhos sobre a forma como a televisão explora o conhecimento histórico e começam a aparecer estudos sofisticados sobre as formas de recepção do conhecimento divulgado pela televisão.

Eu estudo teoria e história da historiografia brasileira e um dos itens que desperta a minha atenção é que o conhecimento histórico nacional avança e se atualiza, de forma compatível com o padrão internacional. Contudo, a história que está

no currículo escolar e é ensinada é quase sempre um acúmulo de diversas concepções do senso-comum. História é uma forma de raciocínio. Conhecer história é aplicar uma forma de raciocínio que empregamos aos materiais sobreviventes do passado, não é memorização, decoração, tabela cronológica. Considerar nosso campo especializado como elemento de memorização/comemoração é algo que sempre nós deixa perturbados e irritados. No caso brasileiro, o Estado intervém na questão do ensino de história, no conteúdo a ser ensinado, na produção do material didático em vários níveis (desde a análise do livro didático que pode ser comprado ou não pelo Governo Federal ou pelos governos estaduais para a distribuição aos professores e alunos), até as comemorações das datas cívicas, mecanismos nos quais explora a questão da identidade nacional. A identidade nacional é um dos temas básicos da história e da história da historiografia – não tivesse surgido a disciplina acadêmica em seus dois aspectos como a História da Nação. Procuo acompanhar a produção, o que está sendo publicado, e o resultado da observação empírica impressionista é que o divulgado, o comentado, o comemorado é reduzido e simplificado diante dos estudos históricos existentes. Identidade nacional ainda é explorar o exótico, o futebol, o carnaval (não estou desqualificando tais aspectos - os considero relevantes e significativos), mas identidade nacional é um algo mais do que isto. Teoricamente

é bem mais complexa e requer atenção e cuidados para evitar estigmas, estereótipos e preconceitos.

Procuro acompanhar o que veículos de comunicação produzem. A história apresentada pela televisão, no caso das minisséries históricas, segue o roteiro literário clássico do século XIX, o do romance burguês, no qual o conteúdo histórico aparece sob a forma de tema, cenário e costumes exóticos, através das roupas, e no que se projeta como comportamento de indivíduos destacados. Estas minisséries incorrem no problema de anacronismo, ressaltando o exotismo do modo de vida do passado. O que aparece é o exótico, permeado por anacronismos, em uma estrutura romanesca clássica, tradicional, na qual “todos os males serão devidamente castigados” – pois perderam suas características históricas que são significativas, e, todos os “bons”, todos os heróis serão recompensados, como se a história fosse o resultado de atos individuais de seres destacados e não o resultado de ação social coletiva.

Tal formato é de um tipo de comunicação sobre o qual a comunidade científica não possui meios de controle. Conheço alguns historiadores que foram assessores de minisséries e/ou novelas históricas, que sempre mencionam que “não adianta dizer que uma pesquisa sobre tal ou qual evento e/ou personagem existe” e são divergentes do que é consensual, isto é, do que está nos livros didáticos. Ressaltam eles que não existe a possibilidade que o conhecimento sobre determinado período seja apresentado conforme as discussões

historiográficas, porque ele deve ser processado pelo viés da construção narrativa romanesca.

T: Atualmente quais seriam os veículos de divulgação de História que estão mais próximos do grande público?

RG: Há dois tipos de veículos recentes, que chamam a atenção e que tenho procurado acompanhar. O primeiro são as revistas de divulgação de história como, por exemplo, *História Nova*, *Revista de História da Biblioteca Nacional*, *Aventuras na História*. Tais revistas são no país fenômeno do século XXI, decorrentes do processo de alfabetização universal e da expansão do sistema educacional e possuem perfis muito diferenciados, embora todas tenham público consumidor. Eu só conheço uma revista de divulgação de história que não resistiu, desaparecendo após o segundo número, a *Terra Brasilis*. Uma revista de divulgação de história como a *Aventuras na História* vende cerca de 400 mil exemplares por número, que é uma quantidade inimaginável para historiadores. Somos editores de revistas acadêmicas de 500/1.000 exemplares e de livros de 500/1.000 exemplares, que levam, no caso dos livros, dois a três anos para esgotar a edição, e só depois desse período a editora analisa se deve fazer uma nova edição. Há nessas revistas um universo de possibilidades não só de trabalho para os historiadores, mas também um campo de estudo: o que são as revistas de história, como trabalham com a divulgação, o que pretendem.

Entrei em contato com as revistas de divulgação de história em um dos cursos de Teoria da História na graduação: ministro aulas no noturno, na sexta-feira. Arquivos não abrem no período noturno e nem aos sábados, domingos e feriados. Os alunos do curso noturno têm dificuldades para desenvolver as atividades de pesquisa, porque há necessidade de organizar e estruturar o material previamente para que eles possam ter acesso. Em 2005 procurei um material de fácil acesso para os alunos do noturno poderem fazer um exercício de análise historiográfica. As revistas de divulgação possibilitaram um exercício de análise historiográfica: O que são? Quais suas características? Como estão estruturadas internamente? A quem elas se destinam? Com que fontes trabalham? Como tratam o conteúdo? E os alunos fizeram um trabalho de pesquisa sistemático, que posteriormente, com autorização, coloquei no site. O trabalho de levantamento do material existente foi muito interessante, porque abarcou não só as revistas de divulgação de história existentes no país naquele momento, mas eles incluíram revistas de história de divulgação de outros países. Alguns alunos comentaram que as revistas de divulgação histórica francesas datam do século XIX, as revistas inglesas do começo do século XX, e com tais dados foi possível fazer um debate sobre os motivos para que só no começo do século XXI elas tenham surgido no país. O trabalho gerou discussões interessantes sobre os processos de alfabetização, modernização de

sociedades, sobre o que se considera uma sociedade de conhecimento e o que é uma sociedade de autoridade – e cabe ressaltar que a nossa ainda é, em grande parte, uma sociedade de autoridade. Fiquei muito contente quando o Luciano Figueiredo assumiu a *Revista de História da Biblioteca Nacional* depois de todos os problemas que existiram, pois é um historiador renomado trabalhando em uma revista de divulgação científica, na qual colaboram os historiadores brasileiros. Uma outra revista de divulgação histórica de perfil diferenciado é a *História Viva*, que veicula traduções de uma revista francesa; nela poucas vezes aparece historiador brasileiro escrevendo artigos. Seu ponto forte são as traduções de artigos de historiadores franceses: bons artigos, bem escritos, bem informados. Impliquei de início com a revista *Aventuras na História*, mas mudei de idéia porque os alunos que a analisavam conseguiram defender a relevância de estudar uma revista de grande vendagem, mesmo sendo tipo *Caras*, que aborda o espetáculo, o exótico, o diferente mas vende 400.000 exemplares. Sobrevive no mercado editorial porque vende muito e quando baixar para 100.000 exemplares ou menos, com certeza a editora a tirará de circulação. Existem muitas outras revistas, de pequenas editoras, que lançam números esporadicamente, quer sobre eventos recentes, no lançamento de filmes históricos, ou em datas comemorativas.

As bancas de revistas estão sempre com muito material de divulgação histórica. Quem lê tais revistas? As pessoas que no processo de modernização da sociedade brasileira passaram a ter acesso ao ensino fundamental completo, ao ensino médio, ao ensino universitário. Qualquer comemoração, qualquer fato, qualquer evento que seja citado em uma manchete de jornal, notícia repetida na televisão, centenário de qualquer fato, serve de motivação e logo encontramos pelo menos meia dúzia de revistas, de qualidade absolutamente diversificada, se remetendo aos conteúdos de história.

Não propus a análise dos conteúdos de tal tipo de produção, pois me interessei pela quantidade e possibilidade que possuem de poder melhorar a veiculação do que é conhecimento histórico para outras parcelas de população, para não nos restringirmos apenas aos nossos alunos e colegas.

T: Nesta mesma linha, como a professora analisa a produção bibliográfica que tem surgido recentemente, especialmente próximo a datas comemorativas, escritas principalmente por jornalistas sobre temáticas da História?

RG: Estou trabalhando no momento com o que chamo de “obras fronteiriças”. O conceito de “obras fronteiriças” é um conceito que veio da Sociologia e das Ciências Exatas, empregado para classificação de obras que não são estritamente científicas, mas dela estão excluídos os romances históricos. Os romances históricos foram, para

diversas gerações de historiadores, uma forma de introdução aos estudos históricos, pois através dos mesmos, determinados assuntos se tornaram importantes, determinadas noções foram passadas, curiosidades foram despertadas. Obviamente, ao analisarmos os romances históricos sabemos que são obras ideologicamente marcadas, são representações de posturas políticas e de crenças. Mas continuam sendo momentos de prazer na leitura. Romances históricos são claramente definidos e os romances históricos brasileiros, pelo menos os do século XIX e do começo do século XX, acabaram sendo relegados às leituras escolares, principalmente porque se tornaram leitura obrigatória no vestibular, e daí ninguém mais os lê realmente. Os autores passaram a ser classificados como aborrecidos: os romances de José de Alencar, os de Joaquim Manoel de Macedo... Eles não são lidos sequer como romances históricos, pois hoje existem resumos que contam o conteúdo do livro. Então, em lugar de serem lidos pelo prazer da leitura, de pensar e imaginar, o leitor obrigado encontra um resuminho, que informa o que pode cair no vestibular.

Mas ao lado dos romances históricos, a partir da década de 1990, surgiu um material que nós não classificávamos como história – e ainda hoje não classificamos como história, embora tradicionalmente o tipo de obra seja considerado obra de história – que são as biografias de personalidades ou de celebridades. Elas

começaram a ser escritas sobre personalidades artísticas, esportivas e estão sendo direcionadas para as personalidades históricas, as chamadas “grandes personagens históricas”. Considero interessante notar que no país o campo das biografias foi reaberto pelos jornalistas - profissionais que controlam e dominam quase que totalmente o campo.

Os historiadores se inseriram muito recentemente neste campo com dois trabalhos relevantes: o de Evaldo Cabral sobre Nassau e o de José Murilo de Carvalho sobre Dom Pedro II. Mas há uma coleção de biografias feitas por historiadores, editada pela Fundação Getúlio Vargas, com pouca repercussão editorial. É uma coleção muito bem feita, bem trabalhada no formato, coordenada por Francisco Falcon, com linguagem acessível. Mas, sem as características especiais das biografias feitas por jornalistas permanece restrita aos especialistas.

Além das biografias, nas comemorações do descobrimento da América e depois nas do Brasil e, nas dos 400, 450, 300, 350, 500 anos, dependendo da data em que um dado espaço geográfico foi ocupado, surgiram obras que denomino de “quase história” – pois não são obras resultantes de pesquisa histórica no estrito senso. Estou me referindo às obras de Jorge Caldeira e Eduardo Bueno, que considero obras de divulgação histórica, visto que eles afirmam terem lido tudo sobre os temas que publicam, mas sem fazer pesquisa documental ou análise

historiográfica. O que me preocupa e chama atenção é o fato das obras de Eduardo Bueno estarem sendo inseridas em bibliografias dos cursos de graduação de história. Tais obras podem ser usadas como leitura complementar no ensino básico, médio ou como uma indicação para quem tem pouco conhecimento no assunto. A linguagem delas é de fácil acesso, mas não são obras historiográficas – decorrentes de uma pesquisa em fontes e confrontando com a historiografia existente, e é por isso que as defino como “obras fronteiriças”.

Tais livros são lançados com uma grande cobertura de imprensa – aparecem nos cadernos literários e culturais, na televisão, nas revistas semanais. O aspecto que desperta interesse e me motiva a estudar os “livros fronteiriços”, de “quase história” é o de procurar as motivações sociais para sua existência. Sabemos que a linguagem deles é agradável, pois são escritas de forma clara e acessível. Outra característica de tais obras é que seguem a estrutura narrativa do romance, o que é muito atraente, porque um romance possui fios condutores, emoção, suspense... E o livro de história acadêmica não os tem. Nós historiadores vamos ao nosso objeto e dizemos: “os autores que escreveram sobre tal ou qual assunto não levaram em consideração tais e quais questões, que podem ser localizadas nos documentos...”. Todos nós tomamos muito cuidado com anacronismos e contradições. As contradições nos “livros fronteiriços” não são

problemas, pois são lidos para lazer ou distração. Não são destinados aos especialistas, são destinados ao grande público. O fato informado em um deles que a cidade do Rio de Janeiro possuía, em 1808, 60.000 habitantes e 100.000 habitantes passa despercebido – tal contradição só é impertinente para os historiadores de história urbana, não para os leitores comuns.

Outro elemento que chama minha atenção é como aparece nas obras a formulação do tempo. Nós como historiadores achamos que as questões sobre o tempo são da nossa especialidade, mas todas as áreas do conhecimento científico trabalham com o tempo – em micro ou macro proporções. É impossível retirar o tempo da nossa forma de trabalho, da nossa forma de pensar, da nossa relação com a sociedade. Quando leio as “obras fronteiriças”, como especialista em história da historiografia, pergunto o que dizem sobre o tempo. De uma forma geral, as obras de “quase história” mantem a temporalidade linear progressiva, ou seja, a noção que o tempo tem uma seqüência, um encaminhamento lógico. A idéia de um tempo teleológico é extremamente atraente, principalmente em uma época de instabilidade, mudanças e transformações rápidas que alteram o modo de vida das pessoas. Tais obras atraem muitos leitores, porque utilizam uma linguagem acessível, romanceiam os fatos históricos, aproximam personagens históricas do cotidiano, mesmo quando destacam o exótico e o diferente, e também porque a temporalidade com

que elas trabalham - e que historiadores não mais trabalham, é a temporalidade linear progressiva.

Pesquisadores de história retiraram a temporalidade dos estudos históricos como um elemento externo, causal dos fatos, ou arranjo cronológico seqüencial e auto-explicativo, e em nossos dias introjetam a temporalidade no objeto em estudo, a partir das fontes e das hipóteses explicativas. Nosso recorte temporal define a temporalidade com a qual trabalhamos: média, curta, longa, buscando dar conta do que estamos estudando, pois a realidade histórica é um tecido complexo, com suas rupturas e permanências, em diversos níveis, que nos limita e dificilmente permite a compreensão do todo.

Para o público leitor tais questões são irrelevantes. A concepção linear progressiva é asseguradora, pois confere sentido ao passado, permitindo uma lógica causal simples, com heróis e vilões, atos heróicos e tragédias, mas com um caminhar para o futuro, para o progresso.

T: Neste sentido, como a professora avalia a subjetividade nos trabalhos históricos?

RG: O aspecto subjetivo também aguça meu interesse pela produção historiográfica. Desde a década de 70, os estudos históricos estão se voltando para a subjetividade: o historiador define a sua área de interesse, realiza suas escolhas metodológicas - o subjetivo nos estudos históricos passou a ser dominante e determinante. Desde que os grandes modelos interpretativos, os paradigmas

explicativos deixaram de ser o molde obrigatório dos estudos históricos, a subjetividade ocupa espaço cada vez maior e se torna uma das características dos nossos estudos. Quando você pergunta a um aluno de iniciação por que escolheu tal ou qual tema, geralmente ouvirá a resposta que ele possui interesse específico no tema; não mais se remeterá à relevância do tema ou a possibilidade de uma abordagem inovadora. O aluno hoje deseja estudar um objeto que faça sentido em sua experiência pessoal. Este fator marca os estudos históricos contemporâneos e os distanciam do público em geral, que não consegue perceber os papéis sociais fragmentados nas sociedades contemporâneas. A relação com a sociedade e com as outras pessoas não depende em nossos dias de uma posição hierárquica estabelecida, que define padrões de comportamentos, mas se relaciona ao contexto social e aos nossos múltiplos papéis sociais. Na sociedade pós-industrial contemporânea todos nós possuímos personalidade social fragmentada, com múltiplos papéis sociais e reagimos de acordo com as necessidades que a cada um deles compete.

As obras de “quase história” não trabalham com a subjetividade inerente ao autor claramente exposta, pois são consideradas objetivas – o pressuposto é que os autores delas contam a história conforme ela ocorreu, concepção oitocentista que os atuais historiadores cuidadosamente evitam. Contudo, quando analisamos os textos mais detidamente,

encontramos neles esquecimentos, apagamentos, estigmas, preconceitos, senso-comum, xenofobia - noções sociais consensuais correntes implícitas e explícitas – que são inadequadas para qualquer trabalho de história.

T: Qual seria o papel da revistas eletrônicas acadêmicas de história neste contexto?

RG: Estou muito interessada nestes veículos de comunicação, pois considero relevante o surgimento das revistas eletrônicas, das *online*, das dos alunos de pós-graduação e de graduação. De um lado, são elementos de formação profissional, essenciais aos alunos de graduação e de pós-graduação. Permitem o estabelecimento de relações entre pesquisadores. Por outro lado, sinalizam uma mudança na comunidade dos historiadores e sua relação com o público: indicam que procuramos outras linguagens, outras formas de acesso ao público e que pretendemos estabelecer outras relações com a sociedade. Tais conexões devem ser estabelecidas e renovadas, porque continuo pensando que estudamos história com o objetivo de compreender e transformar o mundo, pelo menos compreender e transformar a nossa sociedade. Considero que as revistas eletrônicas, as revistas de alunos, o processo de iniciação científica e a institucionalização da pós-graduação trazem em seu bojo um grande componente de modernização e transparência, tanto nos processos de formação de novos pesquisadores como na possibilidade de

disseminação do conhecimento – que é uma prestação de contas indireta à sociedade que nos sustenta. Sociedades que detem conhecimento e não o disseminam estão destinadas a morrer.

Reconheço que não é somente o conhecimento histórico que não circula: nós não possuímos a sistemática da divulgação do conhecimento científico em geral. Contudo, a nossa sociedade é profundamente dependente do conhecimento científico, em todos os seus níveis e áreas. Neste sentido, os novos veículos de comunicação devem ser não apenas objetos de estudo, mas mecanismos vigorosos para a disseminação do conhecimento histórico, na melhoria de nossa linguagem e da comunicação com o grande público alfabetizado. Espero que possamos - de forma independente do Estado e dos grandes veículos de comunicação, por meio do trabalho desenvolvido pelas revistas de responsabilidade de discentes - e especialmente pela *Revista Temporalidades*, que se propõe ser um trabalho de divulgação - dizer à nossa sociedade a que viemos e qual é a contribuição que nós, historiadores, trazemos.

EM FAVOR DA VIRTUDE: ROMANIZAÇÃO E AS FILHAS DE MARIA

Gustavo de Souza Oliveira

Mestrando em História Cultural
Universidade Estadual de Campinas
(Unicamp)
Bolsista CNPq
gso_vicosa@yahoo.com.br



Palavras-Chaves: Religião, Mulheres,
Romanização.

Key-words: Religion, Women,
Romanization.

VISTA GERAL DO JARDIM DE VICOSA, tirada em 1916.

Uma fonte importante para o estudo sobre a religião no Brasil são as atas produzidas por associações, irmandades e escolas religiosas. Estes documentos possuem registro dos assuntos apresentados em diversas reuniões e encontros de grupos religiosos. Na cidade de Viçosa, Minas Gerais, encontramos diversas atas referentes às reuniões mensais da Pia União das Filhas de Maria. Este material é relevante para o estudo da romanização da Igreja Católica no Brasil. As orientações contidas nelas se referem à manutenção da virtude e da honra, uma das grandes preocupações dos romanizadores.

Segundo Pedro Rigolo Filho, podemos utilizar tanto o termo romanização quanto ultramontanismo. Todavia, ele aconselha o uso do primeiro quando nos referirmos ao momento posterior à proclamação da República, uma vez que entendemos romanização como a junção do catolicismo existente no Brasil com os desígnios de Roma, no que se refere aos dogmas e ritos. Assim, essa integração somente seria possível após a separação entre Igreja e Estado.¹

Ao analisarmos a romanização devemos considerar que, durante os séculos XVIII e XIX, o catolicismo no Brasil contou com grande participação de leigos por meio das irmandades e da interferência do governo nas atitudes da Igreja, o que dificultou a obediência às orientações papais.² Na segunda metade do século XIX, alguns bispos iniciaram uma reforma na Igreja do Brasil. Todavia, somente com o fim do Império, tornou-se mais fácil essa reformulação, a qual se deu pela clericalização, isto é, por meio da diminuição dos leigos das atividades religiosas.

Segundo Maria José Rosado Nunes, o processo de clericalização significava a feminização da Igreja, uma vez que incorporava as mulheres na religião, com o intuito de anular o poder laico. Dentro da hierarquia católica, investir nas congregações femininas significava utilizar a subordinação delas para combater a influência das irmandades lideradas por leigos.³

Foi diante deste contexto histórico que a Igreja possibilitou a fundação de congregações, seminários, colégios e associações. Escolas organizadas e dirigidas por religiosos foram instaladas a partir da segunda metade do século XIX e se espalharam em Minas Gerais e no Brasil como um todo. Em meados da década de 1950, correspondiam a

¹ RIGOLO FILHO, Pedro. *A Romanização como cultura religiosa (1908-1920)*. Campinas, SP, 2006, Dissertação (Mestrado em História), IFCH, Unicamp, p.03.

² Sobre a influência leiga no catolicismo brasileiro ver: BASTIDE, Roger. "Religion and the Church in Brazil". In: SMITH, Thomas Lynn. *Brazil, portrait of half a continent*. Nova York: Greenwood press, 1951.

³ NUNES, Maria José Rosado. "Freiras no Brasil". In: PRIORE, Mary Del. *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997, p 491.

50% das escolas privadas do país e o número de educandários ligados às ordens religiosas era maior que as escolas públicas.⁴ Os romanizadores possuíam duas preocupações básicas, dentre as quais destacavam-se: a obediência à Roma (representada pela arquidiocese) e o preparo moral. Por esse motivo investiram na formação dos clérigos e fiéis, enfatizando a obediência e a submissão à hierarquia católica.

A Pia União das Filhas de Maria foi uma dessas organizações fundadas no século XIX. Ela alcançou diversos membros durante o século XX. Suas primeiras associações foram organizadas em Minas Gerais, sendo a primeira em Mariana no ano de 1853, durante o governo episcopal de Dom Antônio Ferreira Viçoso. Tinha o objetivo de atender as alunas internas do Colégio Providência de Mariana.⁵ A outra foi criada em Diamantina, no ano de 1874, por meio dos esforços das Irmãs Vicentinas e do bispo daquela diocese, Dom João Antônio dos Santos. Nesta última cidade, participavam das reuniões alunas do Colégio Nossa Senhora das Dores, moradoras do orfanato vinculado a este educandário e freiras vicentinas. Entre os anos de 1875 e 1948 esta organização se expandiu e alcançou o número de 117 associações e 11.623 filiadas.⁶

De acordo com Sandra Asano, as congregações religiosas e as Filhas de Maria se constituíram como ambientes de preparação espiritual de jovens para serem guardiãs da moral e da religião. No interior dessas organizações eram ensinadas normas de condutas dirigidas às mulheres; instituía-se um padrão de comportamento considerado virtuoso e civilizado.⁷ No trecho abaixo esses valores são recomendados da seguinte maneira:

(...) Disse ainda que uma Filha de Maria não é mais nem menos que uma boa Christã, e para o ser não é mister levar uma vida de freira, mas sim como uma donzella que saiba viver christamente, como um modelo de virtude na sociedade, sem exagero. Disse também que, por onde entrar o exagero, acaba a virtude, uma Filha de Maria pode vestir-se de conformidade com sua condição, contanto que não prejudique a virtude, que a Igreja não condena os theatros, cinema, bailes etc, mas que estes sejam bons, e se esses divertimentos se tornasse mais santa, poderia sem

⁴ MANOEL, Ivan A. “A ação católica Brasileira: Marco na periodização da História da Igreja Católica no Brasil (um projeto de pesquisa)”. In: COUTINHO, Sérgio Ricardo (org.). *Religiosidade, Misticismo e História no Brasil Central*. Brasília: CEHILA, 2001, p. 321.

⁵ Manual da Pia União das Filhas de Maria e da Federação Mariana Feminina e da Arquidiocese de Mariana. Com aprovação e bênçãos do Exmo. Arcebispo Metropolitano D. Helvécio G. de Oliveira. Mariana, Janeiro de 1952, p. 9-11. Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana. Arquivo 5, gaveta 4, pasta 10.

⁶ ASANO, Sandra Nui. “Vigiai e orai: A Associação das Filhas de Maria e a preparação das mulheres para a missão de guardiãs naturais da moral e da religião”. In: COUTINHO, Sérgio Ricardo (org.). *Religiosidade, Misticismo e História no Brasil Central*. Brasília: Cehila, 2001, p. 303.

⁷ ASANO, Sandra Nui. “Vigiai e orai: A Associação das Filhas de Maria e a preparação das mulheres para a missão de guardiãs naturais da moral e da religião”, p. 303 e 305.

medo algum tomar parte nelles, o que não acontece. Fazendo o contrário não é filha da virgem S.S. , mas do demônio (...).⁸

O fragmento apresentado demonstra que nessas reuniões eram ensinados valores cristãos considerados essenciais para a formação de mulheres virtuosas. Assim elas deveriam observar seus comportamentos e vestuário, lembrando sempre do exemplo da Virgem Maria. Uma Filha de Maria tinha uma vida regulada com o intuito de garantir um cotidiano honrado. No manual dessa associação podemos ter uma noção do modelo de vida das participantes:

Modelo de Regulamento de vida

“Se quereis ter algum adiantamento espiritual, não vivas á vossa vontade, mas sujeitai todos os vossos sentidos ao suave jugo da disciplina” (Imit. de Cristo)

1) Levantar-se cedo, e em hora certa. Oração da manhã. Esforçar-se por comungar todos os dias, assistindo á Sta. Missa. Quando não puder comungar, fazer ao menos a Comunhão Espiritual.

2) Ao menos um quarto de hora de meditação cada dia.

3) Alguns minutos de leitura espiritual.

4) Recitar todos os dias o terço, meditando os mistérios. É um excelente meio para viver na companhia de Jesus e Maria, e aprender, em sua escola pratica das virtudes.

5) Assistir ás novenas, pregações, o mais que for possível.

6) Visitar o SS Sacramento, Maria SS e Sta Inês. Unir-se durante o dia a Deus, mediante freqüentes jaculatórias.

7) Fazer durante a oração da noite, um sério exame de consciência. Examinar, sobretudo, o defeito dominante e os meios de o vencer.

8) Deitar-se cedo, para ter as horas de sono necessárias á saúde e á execução do regulamento de vida.

9) Ter um Diretor Espiritual. Confessar-se breve e claramente, todas as semanas, sendo possível. Ser discreta em tudo o que se relaciona com a confissão e a direção. Deixar-se conduzir. Obedecer ao Diretor. “Um penitente que obedece nunca se condena”

10) Fazer todos os anos os santos exercícios espirituais.

11) Celebrar com especial devoção, as principais solenidades de Nosso Senhor, de N. Senhora e Sta Inês, fazendo uma fervorosa novena, ou tríduo de preparação para elas.

12) Não se esquecer do Mês de Maria, em honra da Rainha do Céu, assistindo a ele um público sempre que for possível, e na sede da Pia União.

13) Á imitação da SS virgem, procurar ser humilde, obediente, modesta e caridosa. São essas as quatro virtudes que compõem o espírito da Pia União.

14) Fugir da ociosidade, amar o trabalho, oferecendo-o a Nosso Senhor, bem como as contrariedades e dificuldades que o acompanham.⁹

⁸ Acervo do museu da Universidade Federal de Viçosa. Livro de Atas (Pia União das Filhas de Maria de Viçosa, 1917-1927), ata nº 21 p. 23 verso e 24. 1925.

⁹ Manual da Pia União das Filhas de Maria e da Federação Mariana Feminina e da Arquidiocese de Mariana. Com aprovação e bênçãos do Exmo. Arcebispo Metropolitano D. Helvécio G. de Oliveira. Mariana, Janeiro de 1952, p. 33-34. Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana. Arquivo 5, gaveta 4, pasta 10.

É possível percebermos que as Filhas de Maria possuíam um cotidiano cercado de oração e devoção. Quatro virtudes formavam o espírito dessa associação, sendo elas: obediência, humildade, modéstia e caridade. Elas sempre deveriam estar atentas a essas orientações para não desviarem-se da moral imposta pela Igreja.

As atas referentes às Filhas de Maria constituem um material importante para o estudo da romanização no Brasil, uma vez que nos possibilita analisar uma preocupação básica dos reformadores, que era a defesa da honra de freiras e jovens que freqüentavam tais associações. Os conselhos morais e as exortações presentes em suas diversas reuniões demonstravam a excessiva preocupação com a conduta das mulheres perante a sociedade. No entanto, por mais que a Igreja fiscalizasse e exigisse das freiras e associadas uma conduta irrepreensível sempre houve alguém para descumprir tais orientações.

As atas não fornecem de forma clara os casos de desobediência entre as Filhas de Maria. Entretanto, percebemos uma excessiva exortação e diversas referências à punição. Esse fato pode caracterizar-se, para nós, como zelo, a fim de evitar que as jovens caminhassem por locais indevidos, mas também pode demonstrar que algumas delas estavam descumprindo certos regulamentos e que, por isso, o vigário diretor enfatizava tanto as punições e exortações.

A metáfora do urbanista, escrita por Michel de Certeau, no livro *A cultura no plural*, serve para explicar a relação existente entre normas impostas por uma *autoridade* e a sua recepção por determinadas pessoas. O estudioso afirma que através das *ações culturais*, as pessoas criam e recriam sobre o espaço dado a eles. Segundo Michel de Certeau, *autoridade* se caracteriza como tudo o que dá, ou que pretende dar autoridade, seja uma pessoa ou uma instituição; refere-se àquilo que é aceito como crível; ideologia (socialismos) ou instituições políticas ou culturais (sindicatos, partidos e igreja).¹⁰ *Ação cultural*, por sua vez, são movimentos que “...inserem criações nas coerências legais e contratuais. Inscrevem trajetórias, não determinadas, mas inesperadas, que alteram, corroem e mudam pouco a pouco os equilíbrios das constelações sociais.”¹¹

As maneiras de utilizar o espaço fogem à planificação urbanística: capaz de criar uma composição de lugares, de espaços ocupados e espaços vazios, que permitem ou impedem a circulação, o urbanista é incapaz de articular essa racionalidade em concreto com os sistemas culturais, múltiplos e fluidos, que organizam a ocupação efetiva dos espaços internos (apartamentos, escadarias etc.) ou externos (ruas, praças etc) e que debilitam com vias inumeráveis. Ele pensa em uma cidade vazia e a fabrica; retira-se quando chegam os habitantes, como diante dos selvagens que

¹⁰ DE CERTEAU, Michel. *A cultura no plural*. Campinas: Editora Papirus, 1995, p. 40

¹¹ DE CERTEAU, Michel. *A cultura no plural*, p.250.

perturbarão os planos elaborados sem eles. Ocorre o mesmo com as maneiras de viver o tempo, de ler os textos ou de ver as imagens. Aquilo que uma prática faz com signos pré-fabricados, aquilo que estes se tornam para os usuários ou os receptores, eis algo essencial que, no entanto, permanece em grande parte ignorado.¹²

Assim como o urbanista, a Igreja (os romanizadores representados nas associações religiosas) pré-estabelecia um padrão de comportamento, um cotidiano, que deveria ser respeitado pelas moças dentro e fora da Associação das Filhas de Maria. Todavia, aquelas que recebiam essas orientações, assim como os habitantes que ganhavam um espaço para morar, agiam com interesses não previstos por seus idealizadores, construindo um espaço *flexibilizado* em uma estrutura *rígida*. Essas atas nos mostram o controle ou a norma imposta. Ao mesmo tempo, porém, nos fornecem elementos que nos instigam a pensar que diversas jovens burlavam esse controle, criando um espaço de ação não previsto pela Igreja.

Na ata transcrita neste trabalho, o vigário diretor aconselhou as Filhas de Maria a viverem virtuosamente em todos os lugares, com intuito de evitarem os comentários maldosos sobre suas vidas. As jovens eram como espelhos para outras mulheres e por isso deveriam possuir comportamento exemplar. Se não agissem desta maneira sofreriam conseqüências, pois a Virgem Maria castigaria as desobedientes e o próprio Vigário lançaria uma praga sobre elas.

As exortações e orientações presentes na ata demonstram a preocupação com a formação moral das mulheres (princípio romanizador). Além disso, apesar de não apresentar denúncia explícita contra as associadas, a ata fornece uma possibilidade interpretativa, pois pode indicar que algumas jovens já praticavam atos que geraram comentários maldosos. Desta forma, os diversos conselhos e ameaças de castigos seriam tentativas de corrigirem os problemas que afetavam a moral e a virtude das Filhas de Maria. Assim, na análise desta fonte, os conceitos de Michel de Certeau (*autoridade e ações culturais*) são importantes. Eles auxiliam na percepção do cotidiano religioso construído não por um padrão imposto pela Igreja, mas por uma relação existente entre as normas e a desobediência de algumas jovens (*ações culturais*), que agiam na cidade com comportamento diferente do ensinado na Pia União das Filhas de Maria.

¹² DE CERTEAU, Michel. *A cultura no plural*, p. 233 e 234.

Documento:

Livro de Atas da Pia União das Filhas de Maria (1917-1927). Ata número 40 folhas 37 verso e 38 de 18/04/1926. Museu da Universidade Federal de Viçosa (UFV) e Laboratório Multimídia de Pesquisa Histórica da UFV.

[fl. 37v] Acta numero quarenta (40) da reunião mensal das Filhas de Maria da Escola Normal “N. Senhora do Carmo” em Viçosa.

Aos dezoito (18) dias do mez de Abril de mil novecentos e vinte seis do nascimento de N. S. Jesus Christo, teve logar a reunião mensal das Filhas de Maria e á qual compareceram, o Rvmo Director, e maior parte das Associadas.

Depois das orações, de feita a chamada e de lida a acta da ultima reunião, o Rvmo Director leu o evangelho do dia, explicando-nos em seguida a phrase: “O bom pastor dá a vida por suas ovelhas”. Disse-nos então, como éramos todas ovelhas do seu rebanho e que portanto, como nosso pastor, mais uma vez nos avisava de que a praticada virtude é o que mais nos deve preocupar, porque o demonio e os inimigos da Egreja trabalhavam mais para elles do que nós par Deus; só somos catholicos enquanto não apparecem dificuldades; a troco do menor interesse, sacrificamos N. Senhor. Depois fez o seguinte apello ás Associadas: que todas promettessem a N. Senhora levar fora do collegio o mesmo rigor que parte somos culpadas dos escandalos que se dão num logar, expondo-nos, por nossos exageros, aos commentarios ridículos dos almofadinhas. Alem disso, somos no collegio, dentro da Egreja, uma cousa e fóra outra; para que isso, se a religião é a mesma dentro da Egreja e na rua, se a balança da justiça divina só tem um pêso e uma medida?

Muitos trabalham o anno todo para perder numa hora; lembremo-nos de que a Filha de Maria deve ser o espelho em que todos se possam mirar.

A que não seguir ou não quizer seguir estes conselhos pagará bem caro, pois N. Senhora a castigará.

Alem de tudo isto, disse o Rvmo Director que lançará uma [fl.38] praga sobre aquella que não attender a este appello caridoso.

Devemos procurar ser bôas, verdadeiras catholicas, virtuosas Filhas de Maria, porque o vicio tem sempre medo da virtude; vençamos as tentações, pois o valor do catholico está em combater valorosamente.

Por nada mais haver a tratar, lavrei a presente acta que assigno com os membros do Concelho.

O Director, Pe. Álvaro Corrêa Borges

A Directora, Irmã M^a Auxiliadora

A Presidente, Anna da Cção Machado

A Thesoureira, [*sem assinatura*]

A Secretária, Celeste Pereira.

Transcrição recebida em 16/06/2009 e aprovada em 05/08/2009.

C R É D I T O S

As imagens utilizadas na primeira página de cada artigo não estão diretamente vinculadas ao conteúdo dos textos e são de responsabilidade dos editores da *Temporalidades*.

1- ÍNDIOS HABITANTES DO VALE DO RIO DOCE

Índios habitantes do Vale do Rio Doce. Fotografia do Acervo do Arquivo Público Mineiro (APM). Notação PE-061, coleção: Personalidades; Autor: A. Abrantes; Data: 1910; Dimensão: 17,0 x 12,0 cm.

2- PALÁCIO DA LIBERDADE

“Vista frontal do Palácio da Liberdade – início do século XX”. Fotografia do Acervo do Arquivo Público Mineiro (APM). Notação TG-202-002, série: Edificações; Subsérie: públicas; Dimensão: 17,2 x 23,0 cm.

3- MAPA

Chorographia Terrae Sanctae in angustiore formam redacta, et ex variis auctoribus a multis errotibus expurgata [Material cartográfico]. - Escala [ca 1:900000], 10 Milliarum unius horae [20 ao grau] = [6,20 cm]. - [S.l. : s.n., 16--]. - 1 mapa : gravura, p&b ; 32,30x84,10 cm, em folha de 34,60x84,60 cm. Biblioteca Nacional de Portugal (documentação digitalizada). Disponível em : <http://purl.pt/3442>

4- GRUPO ESCOLAR DA CIDADE DE LAMBARI (MG)

Vista Parcial do Grupo Escolar da Cidade de Lambari (MG). Fotografia do Acervo do Arquivo Público Mineiro (APM). Notação JP-11-2-010; Fundo: João Pinheiro; Autor: Augusto Soucascaux; Data 1906 – 1908; Dimensão 11,5 x 16,5 cm.

5- A MORTE DO PECADOR

Óleo sobre tela, acervo do Museu da Inconfidência, Ouro Preto, Século XIX. Fonte: *O Museu da Inconfidência*. Série Museus Brasileiros. São Paulo: Banco Safra, 1995. p. 291. (Imagem retirada do texto da autora)

6- FEIRA DO GADO EM FEIRA DE SANTANA

Fotografia do Arquivo da Prefeitura Municipal de Feira de Santana. (Imagem retirada do texto do autor)

7- DOCUMENTO

Página de Códice da Seção Colonial – Secretaria de Governo da Capitania. Registro de cartas do Governador ao 1º Conde de Bobadella. Códice SC130, 1760 - 1766 (Data certa), Rolo 29 - Gav. G-3.

8- CARTAS DE JOGAR

Cartas de jogar. Figuras de rei, dama, valete e ás. [S.l. : s.n., entre 1800 e 1830?]. - Data provável baseada em características formais. - Dim. da comp.: 34,8x21,5 cm. Biblioteca Nacional de Portugal (documentação digitalizada). Disponível em: <http://purl.pt/4008/1/>

9- GRÁFICO

Gráfico do Serviço de profilaxia da Lepra – Doentes Cadastrados no Período de 1926 a 1939. Fotografia do Acervo do Arquivo Público Mineiro (APM). Notação SI-064(01); Fundo: Secretaria do Interior; Série: Saúde e Assistência Pública; Data: 1939.

10- A PRISÃO DE RAVACHOL

A prisão de Ravachol. Le Petit Journal Illustré. n° 73, Paris, 1892. (Imagem retirada do texto do autor).

11- FACHADA DA IGREJA

Fachada de Igreja. Fotografia do Acervo do Arquivo Público Mineiro (APM). Notação TG-203-005. Série: Edificações; Subsérie: Religiosas, Dimensão 8,0 x 5,5 cm.

12- ANTIGO PRÉDIO DA PREFEITURA DE BELO HORIZONTE

Antigo Prédio da Prefeitura de Belo Horizonte – Atual edificação do Arquivo Público Mineiro. Fotografia do Acervo do Arquivo Público Mineiro (APM). Notação MM-341(02); Coleção: Municípios Mineiros; Autor: Imprensa Oficial; Data 12/10/1927; Dimensão; 15,0 X 21,0 cm.

13- PRAÇA DE SILVIANO BRANDÃO

Praça de Silviano Brandão (antigo Largo da Matriz). Fotografia do Acervo da Casa Arthur Bernardes – Viçosa – MG. (Universidade Federal de Viçosa – UFV).